

UNIVERSIDAD DEL SALVADOR

LUCIANE STALLIVIERI

**AS DINÂMICAS DE UMA NOVA LINGUAGEM INTERCULTURAL
NA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL**

**Buenos Aires
2009**

LUCIANE STALLIVIERI

**AS DINÂMICAS DE UMA NOVA LINGUAGEM INTERCULTURAL
NA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL**

Tese apresentada para a obtenção de título de doutor pelo Programa de Doutorado em Línguas Modernas da Universidad Del Salvador – Buenos Aires – Argentina, mediante Acordo de Cooperação Internacional firmado com a Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul – Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Valencia
Coorientador: Prof. Dr. Jayme Paviani

Buenos Aires
2009

RESUMO

As instituições de Ensino Superior, que estão desenvolvendo seus processos de internacionalização, investem fortemente em ofertas de programas de mobilidade acadêmica internacional para a sua comunidade docente e discente. Esse investimento surge em decorrência de novas exigências do mercado de trabalho que requer, especialmente dos novos profissionais, habilidades e competências diferenciadas, que não eram exigidas com tanta relevância até então. Além do domínio específico de diferentes áreas do conhecimento, essas habilidades pressupõem a facilidade com a proficiência na comunicação em línguas estrangeiras e também a capacidade de interagir naturalmente com indivíduos de outras culturas. Portanto, o desenvolvimento da inteligência cultural e da sensibilidade intercultural merece especial destaque. Com a finalidade de investigar essa questão, o presente estudo foi realizado na Universidade de Caxias do Sul, tendo como foco principal o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional. Aborda a formação acadêmica e a preparação de estudantes de graduação que buscam a realização de uma experiência no Exterior, pela participação no referido programa, com o objetivo de se tornarem cidadãos multiculturalmente competentes, e sinaliza para a relevância de uma reflexão aprofundada sobre o tema, principalmente com a adequação dos resultados esperados com esse investimento. Verifica ainda se existe uma preparação linguística e cultural adequada para que esses jovens retornem aos seus países de origem, com a garantia da qualidade dos resultados e dos impactos esperados. Considerando que a mobilidade acadêmica está cada vez mais presente na vida universitária, os resultados poderão ser multiplicados em outras instituições de Ensino Superior, que também buscam atingir o equilíbrio entre os investimentos feitos e os resultados obtidos com a mobilidade.

Palavras-chave: Internacionalização. Instituições de Ensino Superior. Mobilidade acadêmica internacional. Competências globais. Comunicação intercultural. Língua. Cultura. Ensino de línguas estrangeiras.

ABSTRACT

Higher education institutions which are engaged on developing their own processes of internationalization are strongly investing in different possibilities of international programs of studies abroad designed to attend the needs of their faculty and student community. This investment comes due to a new demand posted by the global society and by the professional market that is asking for globally competent professionals, able to deal with a new role of capacities and skills which were not demanded so far. Besides of specific domain of different fields of knowledge, those new skills comprehend the proficient use of foreign languages added with the capacity to interact with individuals coming from different cultural backgrounds. The development of cultural intelligence and intercultural sensitivity gains special emphasis. This study deals with questions related with the academic path and the right preparation offered to the students who aim to develop part of their studies abroad as part of their life experience joining international programs in order to become a global competent citizen. The study reveals the urgent and important necessity of a deep discussion about this subject, giving special attention to the adequate results expected with this investment and if there is a way to better prepare these students, culturally and linguistically in order to assure that when they return to their home countries they will get the expected results and will assure high quality impacts previously established. Bearing in mind that student mobility is getting more importance in academic life it is correct to affirm that the results obtained with these studies can be multiplied in any higher education institution that is aiming to get a balance between the investments and the results obtained with exchange programs.

Keywords: Internationalization. Higher education institutions. International student mobility. Global competence. Intercultural communication. Language. Culture. Foreign language teaching.

ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACA – *Academic Cooperation Association*
- AECID – *Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo*
- AEI – *Australian Education International*
- AFS – *American Field Service*
- Arint – *Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais*
- Arwu – *Academic Ranking of World Universities*
- Belta – *Brazilian Educational, Language and Travel Association*
- Capes – *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*
- Cindoc – *Centro de Información y Documentación Científica*
- Cepe – *Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão*
- Ceri – *Center for Educational Research and Innovation*
- CI – *Cooperação Internacional*
- CNPq – *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*
- Commet – *Community Action Programme in Education and Training for Technology*
- Cres – *Conferência Regional para a Educação Superior*
- Crub – *Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*
- Daad – *Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico*
- Eaie – *European Association for International Education*
- ECTS – *European Credit Transfer System*
- Embratur – *Instituto Brasileiro de Turismo*
- Erasmus – *European Action Scheme for the Mobility of University Students*
- Esin – *Escritório de Intercâmbios*
- EUA – *Estados Unidos da América*
- Faubai – *Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais*
- ForBEI – *Fórum Brasileiro de Educação Internacional*
- FSI – *Foreign Service Institute*
- IAU – *International Association of Universities*
- IELTS – *International English Language Testing System*
- IIE – *Institute of International Education*

- IQRP – *Internationalization Quality Review Process*
- ISTC – *International Student Travel Confederation*
- MBA – *Master of Business Administration*
- MEC – *Ministério da Educação*
- MinTur – *Ministério do Turismo*
- MRE – *Ministério das Relações Exteriores*
- Nafsa – *Association of International Educators*
- OCDE – *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*
- PMAI – *Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional*
- ProBEI – *Programa Brasileiro de Educação Internacional*
- QECR – *Quadro Europeu Comum de Referência das Línguas*
- RLCU – *Red Latinoamericana de Cooperación Universitária*
- SPSS – *Statistic Package for the Social Sciences*
- Tempus – *The Trans European Mobility Scheme for Universities*
- Toefl – *Test of English as a Foreign Language*
- UCS – *Universidade de Caxias do Sul*
- UE – *União Europeia*
- Unesco – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Demanda global da educação superior.....	78
Figura 2: Número de alunos matriculados fora dos seus países de origem, entre 1975 e 2005	79
Figura 3: Demanda global da educação superior internacional	81
Figura 4: Principais destinos de estudantes de Ensino Superior	82
Figura 5: Número de estudantes brasileiros no Exterior	86
Figura 6: Destino de brasileiros no Exterior.....	87
Figura 7: Bolsistas brasileiros no Exterior	88
Figura 8: The iceberg of culture.....	113
Figura 9: Evolução dos acordos de cooperação internacional	142
Figura 10: Quantidade de acordos de cooperação internacional por país.....	142
Figura 11: Número de países por continente com acordo de cooperação internacional com a universidade de Caxias do Sul	143
Figura 12: Número de estudantes em mobilidade internacional	147
Figura 13: Número de estudantes em mobilidade internacional por país	149
Figura 14: Número de estudantes em mobilidade internacional por curso	152
Figura 15: Idade.....	171
Figura 16: Sexo	172
Figura 17: Renda da família	172
Figura 18: Duração do intercâmbio	173
Figura 19: Influência para buscar o intercâmbio.....	174
Figura 20: Razões para a realização do intercâmbio	175
Figura 21: Objetivos que espera alcançar	176
Figura 22: Critérios para a escolha do país.....	176
Figura 23: Estudantes de graduação enviados ao Exterior por país – 2º sem. de 2008.....	178
Figura 24: Estudantes de graduação enviados ao Exterior por curso – 2º sem. de 2008...	179
Figura 25: Critérios para a escolha da instituição.....	180
Figura 26: Busca de informações sobre a cultura do país	184
Figura 27: Participação em atividades interculturais	184
Figura 28: Preparação para o intercâmbio	186
Figura 29: W-Curve	187
Figura 30: Conhecimento prévio sobre a língua e a cultura do país anfitrião	190
Figura 31: Estudo de línguas estrangeiras	193

Figura 32: Objetivos atingidos com o intercâmbio.....	195
Figura 33: Melhorias no desempenho linguístico, intercultural e acadêmico	195
Figura 34: Adequação do plano de estudos e aproveitamento dos créditos cursados	196
Figura 35: Informações recebidas pelos alunos	198
Figura 36: Sugestões para melhoria do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional	200

QUADROS

Quadro 1: Types of cross-border education activities	73
Quadro 2: Prioridade de destino de estudantes internacionais	83
Quadro 3: Agrupamento de questões por etapa do programa de mobilidade acadêmica internacional	170
Quadro 4: Dificuldades encontradas para a realização do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional.....	199

TABELAS

Tabela 1 – Número de estudantes de Ensino Superior Total e internacionais	82
Tabela 2 – Principal Objetivo de brasileiros para estudar no Exterior %.....	88
Tabela 3 – Principais razões para estudar em outro país	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	28
2.1 CONCEITOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	28
2.2 RAZÕES E ELEMENTOS MOTIVADORES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO.....	31
2.3 GANHOS E BENEFÍCIOS OBTIDOS COM A INTERNACIONALIZAÇÃO	33
2.4 IMPORTÂNCIA DE UM ADEQUADO DIAGNÓSTICO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	36
2.5 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL	44
2.6 GESTÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	47
2.7 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO	48
2.8 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO.....	54
2.9 RISCOS E DESAFIOS COM A INTERNACIONALIZAÇÃO	56
3 EDUCAÇÃO INTERNACIONAL – MOBILIDADE ACADÊMICA	60
3.1 HISTÓRIA DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL.....	60
3.2 CONCEITOS DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL	68
3.3 EDUCAÇÃO INTERNACIONAL NO MUNDO: CENÁRIOS E REALIDADES	77
3.4 EDUCAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL: DESAFIOS PARA TORNAR UM PAÍS VIÁVEL PARA A MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL	84
3.5 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL.....	92
4 MOBILIDADE ACADÊMICA E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL	100
4.1 PERFIL DO ESTUDANTE DE MOBILIDADE ACADÊMICA	100
4.2 MOTIVAÇÕES DETERMINANTES PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL.....	102
4.3 MOBILIDADE ACADÊMICA E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL	105
4.4 COMPORTAMENTO INTERCULTURAL.....	108
4.5 LÍNGUA, CULTURA, COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E MOBILIDADE ACADÊMICA	111
4.6 SENSIBILIDADE CULTURAL NOS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA.....	118
4.7 AMBIENTES CULTURAIS E INTERNACIONALIZAÇÃO CURRICULAR.....	121
4.8 TREINAMENTOS INTERCULTURAIS PARA OS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL.....	130
5 MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	134
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: REGIÃO ONDE ESTÁ INSERIDA A UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL.....	134
5.2 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA CIDADE.....	135
5.3 A UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	138
5.31 A Cidade Universitária.....	140
5.3.2 A Cooperação Internacional na Universidade de Caxias do Sul	141
5.3.3 A Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais	143

5.4 PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL	145
5.4.1 Objetivos do Programa	146
5.4.2 Locais de Desenvolvimento	148
5.4.3 Duração do Programa	149
5.4.4 Atribuições dos Coordenadores e dos Orientadores de Curso.....	149
5.4.5 Atribuições do Aluno.....	152
5.4.6 Atribuições do Escritório de Intercâmbios da Assessoria de Relações Internacionais	154
5.4.7 Aproveitamento de Estudos e Transferência de Créditos.....	156
5.4.8 Requisitos Gerais Para Participar do Programa	157
5.4.9 Documentos.....	158
5.4.10 Seleção dos Estudantes	158
5.4.11 Proficiência em Línguas Estrangeiras	159
5.4.12 Certificados.....	160
5.4.13 Termo de compromisso	160
5.4.14 Atividades de Preparação para o Intercâmbio	161
6 PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL: CONDIÇÕES PARA O SUCESSO.....	164
6.1 O QUE REVELOU A PESQUISA.....	164
6.2 OBJETIVOS E QUESTIONAMENTOS DO ESTUDO.....	169
6.3 RESULTADOS INTERCULTURAIS OBTIDOS COM O ESTUDO.....	181
6.4 RESULTADOS LINGÜÍSTICOS OBTIDOS COM O ESTUDO	189
6.5 RESULTADOS ACADÊMICOS OBTIDOS COM O ESTUDO.....	194
6.6 RESULTADOS ADMINISTRATIVOS OBTIDOS COM O ESTUDO.....	197
6.7 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O ESTUDO.....	198
7 CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS	209
ANEXOS	
A – QUESTIONÁRIO TIPO A	221
B – QUESTIONÁRIO TIPO B	228
C – REGULAMENTO PARA INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL	229
D – DESCRIÇÃO DO NÍVEL DE PROFICIENCIA DO CANDIDATO AO PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL.....	233

1 INTRODUÇÃO

As instituições de Ensino Superior, que estão desenvolvendo seus processos de internacionalização, investem fortemente na formação de seus docentes e discentes, pela oferta de programas de capacitação, ou de qualificação realizados em instituições no Exterior.

Cada vez mais, um número maior está participando de diferentes modalidades de programas educacionais internacionais, sejam eles de longa duração, como programas de pós-graduação, graduação, cursos de línguas estrangeiras, ou ainda programas de curta duração, além da participação em atividades internacionais como congressos, seminários, etc., a fim de responder às exigências de um novo perfil profissional, preparado para transitar em ambientes pluri e multiculturais.

Independentemente da duração ou da periodicidade das oportunidades oferecidas, todas elas implicam situações de adaptação linguística e cultural, as quais devem ser seguidas pelos que participam das atividades.

As instituições de Ensino Superior brasileiras ou estrangeiras estão percebendo, cada vez mais, que, se não houver um correto investimento e uma adequada preparação dos grupos de intercambistas, as atividades propostas a cada um dos programas ficam total ou parcialmente comprometidas. Isso acaba por gerar um alto índice de frustração tanto para os indivíduos que participam dos programas quanto para as instituições que apostam nos resultados do retorno de seus alunos e professores, os quais nem sempre são atingidos.

Há, por um lado, um elevado investimento em projetar a instituição internacionalmente, e, por outro, a possibilidade de que esse investimento, especialmente com a mobilidade, apresente menor impacto do que o esperado.

Independentemente do perfil ou do caráter da instituição, seja ela pública, seja privada, a situação está posta e merece especial atenção, principalmente para avaliar e, se necessário, redimensionar os procedimentos linguísticos, culturais, acadêmicos, administrativos e logísticos, ora aplicados aos programas de mobilidade acadêmica internacional.

Diante disso e tendo presente a constante necessidade de qualificação dos profissionais em constante formação, as instituições de Ensino Superior precisam

estar atentas aos movimentos mundiais que determinam alguns rumos para a educação superior, dentre eles a necessidade da institucionalização dos programas de mobilidade acadêmica internacional.

A formação em nível de graduação ou de pós-graduação, com complementação no Exterior, passou a ser muito valorizada em função do novo perfil profissional que está sendo solicitado pelo mercado. Esse profissional, para tornar-se competitivo e buscar melhores colocações no mercado de trabalho, precisa qualificar seu currículo e, além de desenvolver as competências específicas de sua área de conhecimento, necessita apresentar também: excelente domínio de línguas estrangeiras, fácil adaptabilidade em outros países, boa convivência com estrangeiros, bem como ter o entendimento e a aceitação de outras formas de cultura, desenvolvendo, dessa forma, sua inteligência cultural.

Considerando essa nova demanda, é natural que as instituições de Ensino Superior busquem alternativas para melhorar constantemente a qualidade de seus cursos e dos profissionais que estão formando, investindo no seu processo de internacionalização, mediante de políticas e estratégias claras, definindo suas políticas de capacitação em línguas estrangeiras, inserindo-se em programas de intercâmbio internacional e/ou desenvolvendo programas condizentes com sua realidade.

Diante do acelerado processo de internacionalização, as instituições nem sempre conseguem organizar suas estruturas de forma adequada para atender a outros tipos de demanda, oriundos da participação e do retorno dos alunos dos programas de intercâmbio.

Dificuldades de adaptação cultural, dificuldades na comunicação e no desempenho das habilidades linguísticas, reprovação nos cursos para os quais se candidataram, cancelamento ou baixo rendimento nos resultados das disciplinas que inicialmente estavam programadas para ser desenvolvidas no Exterior, baixo aproveitamento e rendimento acadêmico não satisfatório são alguns dos fatores que podem comprometer os resultados esperados com a mobilidade.

Um cenário com tais dificuldades gera a necessidade de compatibilizar os interesses de todas as partes, ou seja, os interesses institucionais com os interesses dos estudantes, com os resultados que se espera ter após a realização de uma vivência no Exterior. O investimento é alto, e, portanto, os resultados devem satisfazer as expectativas de todos os envolvidos.

O que deveria ser um ganho para a instituição e para o aluno pode se tornar uma experiência delicada, complexa e às vezes frustrante, uma vez que refletirá o sucesso ou o fracasso em diversas direções.

A internacionalização institucional e, conseqüentemente, uma de suas fortalezas, que é a mobilidade acadêmica, deixam de ser uma opção institucional e passam a fazer parte do *corpus* das discussões do Ensino Superior, com alto grau de complexidade. Se não forem corrigidos os entraves para a mobilidade e se não forem organizados mecanismos adequados para os resultados esperados com os programas educacionais internacionais, ao invés de as instituições celebrarem os bons resultados com a internacionalização, poderão estar fomentando o inadequado desenvolvimento acadêmico e individual da sua comunidade acadêmica, uma vez que tanto estudantes quanto professores, ou pesquisadores, são protagonistas da mobilidade internacional.

O mesmo ocorre com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), objeto de análise do presente estudo. A UCS é uma instituição de caráter privado, sem fins lucrativos, localizada no Sul do Brasil e que tem uma forte inserção na comunidade.

Ela comporta um contingente de aproximadamente 40.000 estudantes de extensão, graduação e pós-graduação, distribuídos em mais de dez unidades. É apontada pelas avaliações do Ministério da Educação do Brasil como uma das melhores instituições de Ensino Superior privada do País.

A UCS investiu fortemente no seu processo de internacionalização, colocando-o no Plano de Desenvolvimento Institucional,¹ projetado para o período 2007-2011. Conforme objetivo específico, o plano prevê: "Ampliar nacional e internacionalmente a inserção da Universidade como uma de suas metas estruturantes." Dessa forma, a UCS organizou sua estrutura administrativa e acadêmica para dar conta dos programas internacionais de mobilidade de estudantes, além de desenvolver seu próprio programa de mobilidade acadêmica internacional.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (Faubai),² no ano de

¹ Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2007-2011 – Universidade de Caxias do Sul.

² Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (Faubai), criado em 1988 pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). A autora desta tese foi presidente do Fórum, eleita por Assembleia, por dois mandatos consecutivos, de 2004-2006 e 2006-2008.

2004/2005 e publicada nos respectivos Anais, a UCS é uma das instituições brasileiras que mais envia estudantes ao Exterior, para participação em programa de estudos de graduação equivalentes a um semestre acadêmico. A comunidade mencionada ultrapassa a soma de quinhentos estudantes enviados ao Exterior por ano. Portanto, é considerada uma das instituições mais pertinentes para a realização deste estudo, que estará avaliando a relação do rendimento e do desempenho acadêmico, linguístico e intercultural e a mobilidade internacional para estudantes de graduação.

O presente estudo propõe-se a identificar se é possível e de que forma é possível melhorar o desempenho e o rendimento dos estudantes da Universidade de Caxias do Sul que participam de programas de mobilidade acadêmica internacional, desenvolvendo disciplinas de graduação em instituições de Ensino Superior estrangeiras, por meio de uma adequada preparação linguística e cultural. Verificará a existência ou não da relação entre os estudos preparatórios para uma experiência de um estudante de Ensino Superior e seu desempenho efetivo, enquanto estiver no Exterior e ao retornar ao seu país de origem.

Oferecer subsídios para melhorar o desempenho e o rendimento dos estudantes de graduação que participam dos programas de mobilidade acadêmica internacional, por intermédio do desenvolvimento de ferramentas e de instrumentos que possibilitem a sua capacitação e qualificação para atuação em ambientes pluri e multiculturais; identificar o rendimento acadêmico apresentado pelos estudantes de graduação, que cursam disciplinas em instituições de Ensino Superior estrangeiras e a proporção de aproveitamento de créditos; identificar as causas das dificuldades de adaptação em outro país, apresentadas por esses mesmos estudantes; verificar quais as possibilidades de melhoria do rendimento acadêmico e pessoal dos estudantes intercambistas, pela capacitação linguística e cultural; desenvolver atividades interculturais preparatórias para os estudantes que se deslocam ao Exterior e aos estrangeiros que vêm ao Brasil, com a finalidade de amenizar o *stress* aculturativo; desenvolver programas de capacitação para que as instituições possam preparar suas estruturas acadêmica e administrativa, a fim de servirem de apoio aos estudantes intercambistas; desenvolver programas de capacitação aos professores, gestores e pesquisadores, que interagem com os estudantes intercambistas brasileiros e estrangeiros, antes, durante e após a realização do programa de estudos no Exterior são objetivos estabelecidos bastante ambiciosos. Entretanto,

dada a facilidade de acesso aos dados da Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, a frequente interlocução e o constante acompanhamento de grupos de intercambistas, além da ampla disponibilidade de fontes de informação e de material bibliográfico sobre o tema, é possível que tais objetivos se tornem viáveis de ser atingidos.

Com os resultados deste estudo, pretende-se contribuir em diferentes âmbitos, tanto de forma científica como de forma social.

No primeiro âmbito, tem-se a expectativa de que os resultados encontrados por meio das entrevistas, dos questionários, da análise e interpretação dos dados possam servir de subsídio para que as instituições de Ensino Superior brasileiras e estrangeiras, que participam de programas de mobilidade acadêmica internacional; possam buscar melhores patamares de qualidade nos resultados obtidos com a mobilidade dos seus estudantes, professores, pesquisadores e gestores, mediante adequação de suas estruturas e de seus programas.

Espera-se corroborar a hipótese de que é possível atingir melhores níveis de aproveitamento para os estudantes que estiverem com uma preparação acadêmica, linguística e cultural mais sólida e mais expressiva antes de sua vivência internacional, mediante o aprofundamento dos conceitos de competência intercultural e do desenvolvimento de sua inteligência cultural.

Os resultados obtidos poderão ser multiplicados em outros ambientes educacionais que contam com a mobilidade de estudantes, e poderão ser utilizados para a capacitação de outros gestores e profissionais da educação, que estão acompanhando os resultados registrados pela mobilidade.

A contribuição social está relacionada com os resultados que os estudantes, a comunidade, a instituição e o próprio país estarão identificando. Isso porque a adequada preparação de todas as categorias de atores para a vivência no Exterior, bem como a preparação da instituição para receber estudantes estrangeiros reverterão em benefícios para a sociedade que se quer formar, mediante educação intercultural.

Uma vez que estiver comprovado que a ausência das habilidades e competências interculturais ou a falta do domínio da inteligência cultural interfere no rendimento e no desempenho dos estudantes, poder-se-á propor constante capacitação dos atores que participam do processo de internacionalização

institucional, não somente os estudantes, mas também o corpo docente e administrativo que faz parte desse cenário.

Haverá uma contribuição, também, em nível pessoal, tendo em vista as melhorias que poderão ser implementadas nos departamentos nos quais a pesquisadora atua e que são a Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais³ e o Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul, na área do ensino de línguas estrangeiras, há mais de vinte anos.

O marco teórico baseia-se na leitura analítica do material produzido por alguns autores de renome mundial. Tendo presente que este estudo transita em diferentes áreas do conhecimento, foram pesquisados os mais importantes nomes, de acordo com a área de excelência de seus estudos, por exemplo: para o campo da internacionalização, de Ensino Superior e da educação internacional, os autores Hans De Witt, Jane Knight, Jocelyne Gacel-Avila, Philip Altbach serão citados, além da própria autora desta tese, que obteve a publicação de sua dissertação de mestrado, tratando sobre as Estratégias de Internacionalização nas Universidades Brasileiras. (STALLIVIERI, 2004). Para as questões de língua, cultura e comunicação intercultural, utilizaram-se os textos produzidos por: Edward Hall, Ferdinand Saussure, Edward Sapir, Benjamim Lee Whorf, Claude Lévi-Strauss, além de autores mais contemporâneos, como Milton Bennet, Janet Bennet, Everett Rogers, Edgar Morin, Larry Samovar. Inclui-se, também, nesse referencial teórico, a fundamental leitura de artigos publicados nos *International Journal of Intercultural Relations*, *Journal of Cross Cultural Research*, além do *Journal of Studies in International Education*.

Um dos posicionamentos de Knight⁴ sinaliza para a relevância do estudo quando estabelece uma reflexão sobre os seguintes termos:

International, intercultural, and global dimension. Estes termos são intencionalmente utilizados como uma tríade, pois juntos refletem a amplitude da internacionalização. *International* é utilizado no sentido das relações entre as nações, culturas ou países. Porém, sabemos que internacionalização está também relacionada com a diversidade das culturas que existem nos países, nas comunidades e nas instituições, e, dessa forma, *intercultural* é utilizado para abordar aspectos da internacionalização em casa, doméstica. Por fim, o termo *global* é

³ A Assessoria de Relações Internacionais foi criada em 1996, por portaria assinada pelo reitor, para atender a todas as ações de cooperação internacional da Universidade, desde convênios, missões ao Exterior, delegações estrangeiras, programas de mobilidade, etc.

⁴ Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 11, 2004.

controverso e valorizado recentemente, é incluído para oferecer o sentimento do âmbito mundial. Estes termos se complementam e juntos enriquecem as discussões sobre o processo de internacionalização. (KNIGHT, 2004).

Com essa reflexão, três eixos centrais de referencial teórico foram abordados para compor este estudo, ou seja:

a) internacionalização das instituições de Ensino Superior

O processo de internacionalização pelo qual está passando a maior parte das instituições de Ensino Superior do mundo tem sido foco de discussão e análise nos mais importantes fóruns que debatem os rumos da educação superior. Esse destaque vem ocorrendo, uma vez que a forma de resposta encontrada pelas instituições de Ensino Superior ao fenômeno da globalização foi a sua própria internacionalização.

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da Unesco, realizada em Paris, em 1998, apresentou, como suas conclusões mais importantes, que

as instituições de ensino superior devem direcionar os seus esforços para o desenvolvimento das seguintes metas: a qualidade, a pertinência e a cooperação internacional. Consiste como objetivo principal das instituições de ensino superior gerar uma educação que esteja a serviço da ordem mundial, que aspire a construção de uma sociedade melhor, mais justa, equitativa, tolerante e solidária. (Apud GACEL-AVILA, 1998, p.97).

Segundo Gacel-Avila:

Internacionalizar a educação significa integrar uma dimensão internacional, intercultural, multidisciplinar e comparada no currículo (entendendo-o como conteúdos acadêmicos e métodos pedagógicos), o fomento à mobilidade estudantil, o perfil internacional do corpo docente, a utilização de métodos pedagógicos, nos quais os estudantes estrangeiros são utilizados como um recurso educativo, as práticas profissionais em ambientes de trabalho internacional, a organização de cursos para a população estrangeira e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, entre outros. (GACEL, 2003, p. 109).

De acordo com Mestenhauser (citado em GACEL, 2003, p. 110) atribui-se também, "à experiência educativa internacional, a capacidade de propiciar a aquisição de competências no âmbito da comunicação intercultural e o desenvolvimento de variáveis da personalidade como a capacidade de adaptação ou de flexibilidade". (Apud GACEL-AVILA, 2003, p. 110).

Esteja ela ocorrendo das mais diferentes formas, a internacionalização chega como redefinição de posicionamento das instituições no cenário da educação superior e quase como forma de sobrevivência para toda e qualquer instituição que tenha clareza da relevância de seus objetivos institucionais; que trate da educação e da formação de cidadãos, e que queira competir em níveis de igualdade com as melhores instituições do mundo no novo cenário globalizado.

Nesse novo cenário, o mercado profissional passou a exigir profissionais mais qualificados, com diferentes habilidades e capacidades específicas, principalmente aquelas que os possibilitem a agir com naturalidade em ambientes pluri e multiculturais. Esses ambientes multiculturais resultam da globalização que é percebida em diferentes níveis e em diferentes setores.

Segundo Knight e De Witt (1997, p. 16), a globalização refere-se ao "fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores, ideias através das fronteiras. A globalização afeta cada país de modo diferente devido à história, tradições, cultura e prioridades da nação".

Sendo assim, uma instituição de Ensino Superior, que tem clareza e responsabilidade no que se refere ao seu âmbito de atuação, deve estar atenta aos desafios atuais e deve preparar-se de forma consciente para formar seus cidadãos, capacitando-os para esse novo mercado globalizado.

Uma vez que a instituição tomar a decisão pela sua internacionalização, ela deve adotar uma agenda pró-ativa em relação a esse processo, reavaliando o conjunto de suas ações estruturantes, seus objetivos, sua missão e sua visão, bem como o que pode desencadear em decorrência desse posicionamento.

Porém, é necessário entender que esses movimentos contemporâneos têm sua origem ainda na Idade Média. Revisitando uma breve retrospectiva histórica, percebe-se que o caráter internacional das instituições de Ensino Superior está presente desde a criação das primeiras escolas universitárias, ou seja, a dimensão internacional estava presente nas *universitas* que contavam com professores e alunos oriundos de diferentes países, principalmente europeus que circulavam entre as instituições, formando verdadeiras comunidades universais.

Os grupos moviam-se em busca do mesmo objetivo: adquirir conhecimento e, para tanto, deslocavam-se de uma universidade para outra. Usava-se a mesma língua para comunicação, o latim, que era usado como língua franca. Adotava-se

somente um currículo, e a estrutura das universidades era muito parecida, o que facilitava o reconhecimento dos ambientes pelos estudantes e professores.

Esse caráter internacional do modelo de universidade medieval europeia garantiu a universalidade do conhecimento e das próprias instituições geradoras e promotoras desse bem mundial.

Resumindo Gacel-Avila (2003, p. 63), a história mostra que esse modelo unificado ao redor de valores universais do conhecimento apresentou sinais de enfraquecimento. A divisão das religiões entre mundo católico e protestante provocou a divergência e a diversificação dos modelos universitários, mostrando as particularidades de cada nação e desestruturando o modelo vigente.

Durante o período da modernidade, entre o Renascimento e a Revolução Industrial, a universidade assumiu a maior parte das funções que exerce atualmente, ou seja, ampliou sua vocação para o treinamento de profissionais.

Mais tarde, aproximando-se do século XVIII, as universidades passaram a ter um papel estratégico para o desenvolvimento das novas ciências, o que se fortaleceu nos séculos XIX e XX, quando finalmente as instituições definiram seu papel e identificaram seu perfil com a ciência e a tecnologia, com a produção do conhecimento para a solução de problemas e defesa dos interesses da sociedade, em especial, em busca do desenvolvimento econômico e social das nações.

O que o momento atual tem de diferente da Idade Média é a maior possibilidade de acesso ao Ensino Superior para os cidadãos; a facilidade com que a mobilidade entre os atores vem ocorrendo, além da velocidade com que circulam as informações nos ambiente de trabalho, na convivência social, no dia a dia dos cidadãos.

Torna-se cada vez mais relevante e necessário para as universidades e para as pessoas que as frequentam encontrar possibilidades de atuação tanto nacional quanto internacionalmente, de entendimento do que se passa nos países vizinhos ou mesmo nos países mais distantes, entendendo o conceito de que vivemos numa aldeia global.

O que a sociedade espera das instituições de Ensino Superior é uma atuação pró-ativa em direção à internacionalização, pela preparação de agentes capacitados para novas necessidades profissionais, mais qualificados, com conhecimento de línguas estrangeiras e com o entendimento de outras culturas; com maior amplitude nas áreas de conhecimento e de domínio de informações; com bom

relacionamento de cooperação e de trocas acadêmicas; com o claro entendimento da necessidade de compartilhar os avanços científicos e tecnológicos com as demais sociedades mundiais e que sejam protagonistas de uma nova educação internacional.

b) Educação internacional e mobilidade acadêmica

Essas novas exigências da sociedade vêm alterando o perfil de algumas instituições e dos diversos atores que interagem nesse universo, pois é evidente a necessidade de formação qualificada e diferenciada daqueles que buscam uma melhor qualidade de vida e que esperam multiplicar seus resultados com outras partes da população.

A figura posta pela Idade Média, do “acadêmico peregrino” (GACEL-AVILA, 2003, p. 72), está sendo substituída pelos conferencistas internacionais, que voam de um país a outro para divulgar suas descobertas científicas.

A mobilidade entre pesquisadores, professores, gestores e estudantes apresenta índices cada vez mais elevados e pontuam com alto diferencial aquelas instituições que estão imbuídas desse objetivo.

Os *rankings* de qualidade institucional, como o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), organizado pelo *Center for World Class Universities, Shanghai Jiao Tong University*, ou pelo *Ranking Web of World Universities* (Webometrics) grupo de pesquisa do Centro de *Información y Documentación Científica* (Cindoc) da Espanha, valorizam ainda mais as instituições que já apresentam fluxos consideráveis de estudantes nacionais e estrangeiros, desenvolvendo atividades acadêmicas nas suas unidades.

O que se espera com o novo modelo de educação internacional é o desenvolvimento de profissionais que possam exercer suas atividades em qualquer parte do mundo; que possam se comunicar com estrangeiros de qualquer nacionalidade, utilizando pelo menos uma língua de comunicação internacional; que tenham o entendimento de que não existe uma cultura melhor do que a outra, mas que elas são apenas diferentes; que atuem com tolerância e com flexibilidade diante do que lhes é desconhecido; que saibam reagir positivamente diante de obstáculos e de dificuldades, e que sejam protagonistas de um momento fundamental para os

rumos da humanidade, que vê na educação intercultural uma forma mais rápida e eficaz de buscar a paz entre as nações.

c) Língua, cultura e comunicação intercultural

Com a internacionalização, com a visibilidade e com o fortalecimento dos conceitos de educação internacional, existe um estímulo muito forte para a expansão dos índices de mobilidade. Porém, para dar conta dessa demanda, paralelamente deve haver um estruturado movimento de organização das instituições, no sentido de poder oferecer a sua comunidade acadêmica em geral condições básicas para a realização de qualquer atividade no Exterior.

O correto uso das ferramentas mínimas para a realização de uma experiência internacional é requerido, ou seja: o conhecimento dos avanços da ciência e da tecnologia, dos novos mecanismos de informação e comunicação, além do domínio de outras línguas e de outras culturas.

No entanto, o domínio da língua e o aprofundado conhecimento da cultura não terão valor se o cidadão não souber utilizá-los em situações de comunicação intercultural. Ou seja, ele necessita ter o domínio da dinâmica da comunicação intercultural para interagir eficazmente nas situações de contato com indivíduos de outras nacionalidades e, conseqüentemente, de outras formas de agir e de pensar.

A expressão *intercultural communication*, ou comunicação intercultural, foi inicialmente estudada por Hall (1993), em sua obra *The silent language*, em 1973, quando delineou o esquema lógico necessário não somente para entender outra cultura, mas também para compreender o funcionamento da comunicação entre pessoas de diferentes culturas. Examinou especialmente os conceitos de espaço e de tempo e o conceito de comunicação não verbal, e como eles determinavam a forma de relacionamento entre os indivíduos. Os estudos de Hall definiram "Culture is communication and communication is culture". (HALL, 1973, p. 186), (Cultura é comunicação, comunicação é cultura.)

Os estudos de Hall esclarecem que o objetivo da comunicação intercultural é promover mudanças de comportamento mediante compreensão, acima de tudo uma melhor compreensão de si mesmo, o desenvolvimento da autoconsciência, o entendimento do eu cultural, da sua própria identidade em comparação com a

identidade do outro. E é esse fenômeno que diferencia a adaptabilidade de uma pessoa em relação à outra de cultura diferente.

Especialmente nas últimas décadas, as ofertas de programas de educação internacional e, portanto, o número de estudantes de graduação das instituições de Ensino Superior enviados ao Exterior apresentou forte crescimento. Da mesma forma, o Brasil passou a ser um forte candidato entre os países considerados como destino viável para a realização de intercâmbios e para a acolhida de estudantes estrangeiros.

De acordo com os estudos apresentados durante a realização do Fórum Brasileiro de Educação Internacional,⁵ realizado em São João Del-Rei, Minas Gerais, em abril de 2009, mais de 70.000 brasileiros foram ao Exterior com o objetivo de realizar atividades de estudos em instituições estrangeiras, somente no ano de 2008.

Muitos dos estudantes, futuros intercambistas, não apresentam condições adequadas de preparo para o desempenho acadêmico em instituições estrangeiras ou brasileiras, exatamente pela falta de conhecimento sobre a dinâmica da comunicação intercultural, principalmente a falta de proficiência em línguas estrangeiras. Isso acaba por ocasionar uma série de inconvenientes e de situações problemáticas que precisam ser administradas pelas instituições, pelos professores e pelos próprios acadêmicos, que, ao invés de aproveitarem suas experiências vividas no Exterior, sofrem com elas, antes, durante e após retornarem ao país de origem.

A necessidade de se discutirem ações de cooperação internacional que contemplem a questão da mobilidade acadêmica, mas que ao mesmo tempo coloquem em destaque a necessidade de uma adequada preparação linguística e cultural dos participantes dos programas, além dos corretos encaminhamentos acadêmicos, administrativos e logísticos, que ações dessa natureza requerem, está evidenciada.

Repensar os conceitos de uma experiência no Exterior, ampliando seu entendimento de que, além de representar um ganho pessoal, deve ser considerado um permanente local de experimentos, um laboratório em que estudantes e

⁵ O Fórum Brasileiro de Educação Internacional (ForBEI) é resultado de uma reunião interministerial, envolvendo os Ministérios da Educação, Turismo, Relações Exteriores, Trabalho e Justiça do Brasil, que passam a discutir a inserção do país no cenário da educação mundial, como receptivo de estudantes estrangeiros. Discussão iniciada em 2005.

professores podem vivenciar diferentes experiências acadêmicas, interculturais, linguísticas, entre outras, torna-se fundamental neste momento.

Isso posto, um dos grandes desafios para a educação do futuro e para as instituições de Ensino Superior consiste em definir como os estudantes podem aprender a dinâmica da comunicação intercultural; desenvolver uma consciência global; aprender a cultura de outros países; atuar em ambientes pluri e multiculturais e transformar-se em pessoas internacionais, preparadas para os desafios que terão que enfrentar.

Diante desse panorama e tendo constatado a riqueza e a amplitude do tema: mobilidade acadêmica internacional e proficiência em línguas estrangeiras e comunicação intercultural, entendeu-se a relevância e a premência de realizar uma investigação sobre a temática apresentada. Para tanto, estabeleceram-se alguns critérios para a realização do estudo.

De acordo com estudos realizados por Selltiz et al. (1974), uma pesquisa pode ser, de acordo com sua natureza, de caráter exploratório, descritivo ou experimental. As pesquisas exploratórias buscam a compreensão aprofundada de um fenômeno; as pesquisas descritivas apresentam com pontualidade e rigor as características específicas de um fenômeno, mensurando-o com maior exatidão. Já as pesquisas de caráter experimental verificam hipóteses de relação e causa entre as variáveis.

Como o presente estudo pretende explorar e compreender as questões de língua e cultura, no processo de internacionalização das instituições de Ensino Superior, o papel que elas representam no desenvolvimento de programas de mobilidade acadêmica internacional e os resultados e as dificuldades deles decorrentes, entendeu-se que a pesquisa de caráter descritivo-exploratório seria mais adequada, uma vez que trabalha com diferentes perfis de participantes.

Adotou-se uma abordagem quanti-qualitativa, pois, embora os materiais tenham sido predominantemente qualitativos, incluindo diferentes formas de coleta, desde análise de documentos, entrevistas, observação, depoimentos, também houve a aplicação de questionários fechados que, com sua adequada tabulação e aplicação de interpretações foram possibilitadas análises e cruzamentos de dados necessários para a obtenção dos resultados.

Como universo de estudo, a escolha recaiu sobre a Universidade de Caxias do Sul, pelos fortes investimentos feitos no processo de internacionalização e nos

programas de mobilidade acadêmica. A UCS está avaliada pelo Ministério da Educação como uma das melhores instituições privadas do País, e entre suas fortes características está a internacionalização e a mobilidade de seus estudantes e professores, utilizados como referência para diversas instituições do Brasil e do Exterior.

Os atores investigados foram estudantes, professores, coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação, pró-reitores, gestores, em especial da assessoria de relações internacionais e interinstitucionais, bem como professores do programa de línguas estrangeiras, além de estudantes intercambistas da instituição mencionada.

O levantamento de informações referentes ao programa de mobilidade, o perfil do intercambista, a duração do programa, os objetivos, os critérios para escolha dos programas e das instituições, etc. foram feitos por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica reuniu materiais encontrados em livros, periódicos científicos, monografias, teses, dissertações, artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, anais de congressos, entre outros, que estão mencionados nos referenciais teóricos.

A leitura da bibliografia levantada serviu para a elaboração do quadro teórico-referencial que deu suporte científico para a análise e interpretação do material coletado em campo, ou seja, entrevistas, observações, depoimentos, questionários, etc.

Além do levantamento bibliográfico, houve também a coleta de material de fontes primárias, tais como: guia de orientações para estudantes de intercâmbio da UCS, Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica, Regulamento para a Realização da Prova de Proficiência em Línguas Estrangeiras. Foram reunidos documentos produzidos por pessoas que vivenciaram ou experimentaram, de alguma forma, um ou mais elementos do fenômeno investigado, em especial depoimentos dos intercambistas. O recurso permitiu a reunião de materiais elaborados em determinado contexto histórico e social, sem alterações do comportamento dos sujeitos sob investigação e permitiu o estudo do fenômeno, a partir da expressão e da linguagem dos indivíduos envolvidos (GODOY, 1995).

A pesquisa documental foi feita mediante identificação, seleção, tratamento e interpretação dos documentos disponibilizados em *sites* das unidades de estudo,

de organismos nacionais e internacionais, e de visitas às unidades estudadas, neste caso a Universidade de Caxias do Sul, Assessoria de Relações Internacionais e Escritório de Intercâmbios. Foi feita também por meio das entrevistas semirroteirizadas com os atores anteriormente mencionados, além da aplicação de questionários aos alunos, levando em conta a interpretação que cada grupo de atores tem do fenômeno investigado.

A pesquisa documental e a coleta do material foram feitas na Assessoria de Relações Internacionais e Escritório de Intercâmbios; no contato com estudantes, professores, coordenadores de curso; professores de línguas estrangeiras; equipe da Reitoria; funcionários da assessoria e do protocolo acadêmico da Instituição. Foram utilizadas entrevistas semirroteirizadas, a fim de manter a flexibilidade e a liberdade de expressão aos entrevistados.

Após as leituras do marco teórico e a coleta do material de campo, foram realizadas leituras interpretativas e analíticas sobre o fenômeno em questão.

Os esforços foram direcionados no sentido de identificar as causas do problema analisado e a proposta de ações que podem ser feitas para gerar as melhorias esperadas.

Procurou-se observar um desenvolvimento organizado para o cumprimento das etapas que fundamentaram a realização da pesquisa, tais como: leitura do material bibliográfico relacionado com os temas da internacionalização das instituições de Ensino Superior, educação internacional, programas de mobilidade acadêmica, língua e cultura, comunicação intercultural, inteligência cultural; entrevistas com gestores da instituição de Ensino Superior: reitor, pró-reitores, especialmente de graduação, pós-graduação, planejamento e administração, assessor de relações internacionais e funcionários do respectivo departamento, coordenadores dos cursos de graduação, professores do departamento de letras e do programa de línguas estrangeiras, funcionários do protocolo acadêmico e da secretaria de avaliação de cursos, representantes de instituições estrangeiras parceiras, estudantes estrangeiros e estudantes da própria instituição; aplicação dos questionários aos estudantes participantes dos programas de mobilidade acadêmica internacional; interpretação das entrevistas e dos questionários; elaboração dos quadros de interpretação dos resultados obtidos com as entrevistas e com os questionários; elaboração dos relatórios de pesquisa e, por fim, redação deste texto.

O texto foi estruturado em capítulos, organizados da seguinte maneira: o primeiro capítulo trata da internacionalização das instituições de Ensino Superior, conceitos de internacionalização, razões e elementos motivadores para a internacionalização, riscos, cuidados, contratempos a serem evitados, estratégias, tendências e perspectivas da internacionalização, além dos impactos e resultados esperados.

O segundo capítulo aborda as questões relacionadas com a educação internacional e mobilidade acadêmica, fazendo referências aos conceitos e à história dos intercâmbios internacionais, seguidos de informações relevantes sobre a educação internacional no mundo, as motivações e as realidades, e a educação internacional no Brasil, identificando quais os desafios para tornar um país viável para a mobilidade. Nesse mesmo capítulo, abordam-se os impactos econômicos e sociais da mobilidade acadêmica internacional, os investimentos e os ganhos institucionais com a mobilidade, bem como os investimentos e ganhos pessoais com uma vivência no Exterior.

Língua, cultura e comunicação intercultural são os conceitos trazidos no terceiro capítulo, que estabelece inicialmente o paralelismo entre língua e cultura e procura responder à pergunta: por que desenvolver a comunicação intercultural, a relação entre a comunicação intercultural e mobilidade acadêmica? Tenta esclarecer os conceitos, as razões e a forma de desenvolver a inteligência cultural e sua relevância para o bom desenvolvimento de um programa de intercâmbio e a realização de uma vivência no Exterior.

Tendo presente que o estudo foi realizado na Universidade de Caxias do Sul, o quarto capítulo apresenta a Instituição e seu Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional, os resultados obtidos com a mobilidade: sucessos e desafios, a relevância das atividades interculturais, a necessidade de saber o que se quer e aonde se quer chegar com o programa de mobilidade acadêmica internacional e os estudos de língua e cultura para os treinamentos interculturais.

Resgatando a proposta inicial do estudo, de auxiliar a UCS no aperfeiçoamento de seu programa de mobilidade, com vistas à melhoria do desempenho acadêmico de seus estudantes e de servir como multiplicador de resultados para que outras instituições de Ensino Superior também possam usufruir dos resultados, o quinto capítulo propõe-se a sistematizar as informações e as descobertas resultantes do estudo, traçando algumas tendências e perspectivas

para a mobilidade acadêmica internacional, abordando, especialmente, a relevância do investimento em línguas estrangeiras e o estudo de outras culturas, pela dinâmica da comunicação global, como estratégias para o sucesso dos programas de mobilidade, relacionando ações para o desenvolvimento de atividades interculturais; analisando a relevância da internacionalização curricular e sistematizando alguns programas de capacitação em inteligência cultural.

Espera-se que as informações aqui apresentadas possam contribuir de forma significativa para o avanço da internacionalização das instituições de Ensino Superior, mas principalmente contribuir para que seus atores sintam-se cada vez mais confiantes com o investimento no aprendizado de línguas estrangeiras e suas respectivas culturas para o correto desenvolvimento e participação em programas de educação internacional.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

2.1 CONCEITOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

As instituições de Ensino Superior, que estão desenvolvendo seu processo de internacionalização, investem fortemente na qualificação de seus professores e na formação de seus estudantes, pela oferta de programas de capacitação realizados em instituições parceiras no Exterior.

Os conceitos que sustentam essas atividades e referem-se à internacionalização, suas derivações, as razões e as motivações que estão levando as instituições de Ensino Superior a aderirem a esse processo e, principalmente, seus benefícios, suas tendências, seus riscos e seus desafios são fundamentais para o entendimento deste tema, juntamente com sua evolução, acompanhando momentos importantíssimos da história da humanidade e também da história das instituições de Ensino Superior, especialmente desde a criação das primeiras universidades.

A internacionalização adquire grande destaque, no final do século XX, impulsionado fortemente pelo fenômeno da globalização.

As mudanças sofridas em diferentes âmbitos, sejam elas no cenário econômico, político, cultural, seja no social, provocaram mudanças no comportamento do homem e geraram a necessidade de novas respostas para condições impostas por essa sociedade globalizada.

Segundo Knight

O crescente número de conflitos nacionais, regionais, internacionais e culturais está fazendo com que os acadêmicos auxiliem seus estudantes na reflexão e no entendimento de questões de ordem mundial bem como na compreensão dos relacionamentos internacionais e interculturais. A mobilidade do mercado de trabalho e o aumento na diversidade cultural das comunidades requerem que ambos, estudantes e professores tenham uma melhor compreensão e que demonstrem habilidades para trabalhar e para viver em ambientes culturalmente diferentes e diversificados. (KNIGHT, 2004, p. 26).

A velocidade com que circulam as informações e a facilidade no seu acesso, a evolução na produção do conhecimento científico e tecnológico, a aproximação das diferentes cadeias e diferentes redes de pensamento, as novas descobertas que melhoram a qualidade de vida, ao mesmo tempo que trazem soluções geram novas

demandas e novas necessidades para as populações, que acabam por interferir e construir um novo perfil de homem, de cidadão, de profissional e de agente dessa nova sociedade.

Segundo Ianni, "a sociedade global, vista em suas configurações e movimentos, se revela como um novo momento da história. Este é o horizonte pelo qual se pode reler o passado, interpretar o presente e imaginar o futuro". (IANNI, 1999, p. 134).

A releitura do passado nos possibilita entender os movimentos da humanidade neste momento, ou seja, por que uma vivência internacional passa a ser tão valorizada? Por que os jovens estão buscando, cada vez mais, sua formação com qualificação no Exterior? Por que os currículos com experiências internacionais estão tão concorridos?

Se for retomado o conceito de universidade e de universalidade do conhecimento, e se for resgatada a origem da criação das primeiras universidades, entende-se que era muito comum a realização de intercâmbios entre os estudantes e professores, com a finalidade de buscar conhecimentos novos. As universidades formavam-se com características cosmopolitas e os estudantes eram peregrinos que colavam grau em diferentes instituições.

Charle e Verger, sobre a história das universidades, afirmam:

Durante muito tempo, os estudantes deslocaram-se da Europa Central para as universidades italianas [Pádua, Bolonha, Siena] e, em menor escala, para as francesas [Paris, Montpellier, Orléans], desenvolvendo seus estudos, visitando sucessivamente várias universidades e colando grau durante o seu retorno. O que gerava essa mobilidade durante a Idade Média, primeiramente, era a busca de novos conhecimentos, de novas descobertas em diferentes partes do continente. Mas, muito fortemente surgia ao lado dos estudos visados, a viagem em si, a experiência existencial, a ocasião da visita de um valor educativo próprio. (CHARLE; VERGER, 1996, apud STALLIVIERI, 2004, p. 23).

Se o passado auxilia a entender os fenômenos contemporâneos e traz essa visão, interpretar o presente, sob essa ótica, significa ler o que está sendo sinalizado como demanda da sociedade global, que valoriza uma vivência internacional, reconhece o potencial intelectual dos indivíduos; que aposta na produção do conhecimento científico e tecnológico, e que prioriza os conceitos de solidariedade e tolerância para a solução dos problemas vividos, mas, principalmente, criados por essa sociedade.

O presente está sinalizando que é necessário pensar numa educação para o futuro.

Assim, fica evidente que um dos grandes desafios para a educação, para os educadores e para os que conduzem a administração das instituições de Ensino Superior consiste em definir como a comunidade acadêmica, seus estudantes, seus professores, seus pesquisadores, seus gestores podem aprender a dinâmica da comunicação intercultural, desenvolver uma consciência global, aprender a cultura de outros países, atuar em ambientes multiculturais e transformarem-se em pessoas internacionais, preparadas para os desafios do futuro.

Morin ensina que

as ciências permitiram que compreendêssemos muitas certezas. No entanto, elas também ajudaram a revelar zonas de incertezas. Dessa forma, a política pedagógica precisa converter-se em um instrumento que conduza o estudante a um diálogo criativo com as dúvidas e interrogações do nosso tempo, condição necessária para uma formação cidadã. Não se pode mais ignorar a urgência da universalização da cidadania, que, por sua vez, requer uma nova ética e, por conseguinte, uma escola de educação e cidadania para todos. (MORIN, 2005, p. 94).

No mundo atual está havendo expansão significativa da internacionalização e das atividades de cooperação internacional dela decorrentes. Expansão percebida em quantidade, qualidade, volume, âmbito, direcionamento e objetivos.

A comunidade acadêmica passa a reagir aos efeitos da globalização, por da sua própria inserção nos cenários internacionais, seja devido à mobilidade, com a participação em congressos, seminários e eventos, programas de intercâmbio, seja devido à apresentação de trabalhos de cunho científico, ou, ainda, pela publicação de artigos em revistas científicas e periódicos internacionais.

A evidência está nos resultados e no novo comportamento da academia e da sociedade científica, que reconhece, privilegia e valoriza ainda mais toda a manifestação intelectual, especialmente a que contém algum componente internacional.

A manifestação da internacionalização passa a ser percebida em todos os ambientes das instituições de Ensino Superior, ou seja, ela é necessariamente uma manifestação transversal que contempla, além do conhecido tripé da educação superior, ensino, pesquisa e extensão, também as atividades de gestão.

Sendo assim, e diante de inúmeros conceitos já escritos pelos especialistas que estudam o tema da internacionalização, retoma-se o descrito por Knight (1994) e Sebastián (2004), respectivamente:

A internacionalização das universidades é o processo de introdução da dimensão internacional na cultura e na estratégia institucional, nas funções de formação, investigação, e extensão e na projeção da oferta e das capacidades da universidade. (KNIGHT, 1994, p. 16).

Essa ação, segundo Sebastián, é considerada

um processo cultural que se manifesta no interior das universidades afeta as mentalidades, os valores e as percepções, dando lugar a uma visão mais ampla e universal na compreensão da realidade. Considera a internacionalização como um meio para o fortalecimento institucional através da incorporação de padrões internacionais de conteúdos e métodos docentes, temáticas e organização das investigações, bem como das atividades de extensão, ampliando a oferta de capacidades e de produtos docentes e de pesquisa, no âmbito internacional, melhorando a visibilidade e o reconhecimento, além da obtenção de retornos financeiros. (SEBASTIÁN, 2004, p. 34).

A internacionalização deixa de ser externa à vida acadêmica e passa a estar no escopo das decisões políticas e estratégicas dos conselhos superiores institucionais. Deixa de ser uma opção e passa a ser um objetivo a ser atingido, com evidentes razões para isso.

2.2 RAZÕES E ELEMENTOS MOTIVADORES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Momentos internacionais importantes provocaram a difusão dos movimentos favoráveis à internacionalização das instituições de Ensino Superior. Um dos mais marcantes foi em 1998, quando se reuniram, em Paris, para a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da Unesco,⁶ especialistas em educação do mundo todo, a fim de discutirem os rumos que esse segmento da sociedade deveria tomar.

Dentre as sinalizações mais expressivas, manifestadas durante o encontro, estava a necessidade de internacionalização, não mais vista como uma opção feita por algumas instituições, mas como um objetivo necessário para estimular o desenvolvimento equilibrado das nações, pela oferta de educação.

⁶ UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

O entendimento dos especialistas é que, pela internacionalização institucional, uma universidade pode concorrer em nível de igualdade com as melhores e mais renomadas instituições de Ensino Superior do mundo, desde que observe e imponha para si alguns importantes critérios de qualidade institucional.

As recomendações dos especialistas em educação superior têm variadas ordens, mas o importante é observar que, dentre elas, uma das mais importantes é contemplar a mobilidade de seus atores, tanto do corpo discente quanto do docente.

O documento de orientação da Conferência Mundial da Unesco, "Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior", proclama que, na observância do mandato que lhe é conferido por seu Ato Constitutivo,

a UNESCO continuará a fazer da cooperação internacional seu principal objetivo e seu modo de ação preferencial no campo do ensino superior. Deverá favorecer a cooperação em escala mundial, buscando os meios mais eficazes de contribuir para o fortalecimento do ensino superior e da pesquisa nos países em desenvolvimento. (STALLIVIERI, 2004, p. 27).

O cenário econômico, a necessidade de ganhos financeiros e o aumento da margem de lucro são apontados como fortes indicadores e boas razões para a internacionalização das instituições de Ensino Superior, que são, por definição, instituições de caráter exclusivamente privado, com fins lucrativos. Num mercado educacional altamente concorrido, essas podem ser apontadas não somente como boas razões para a busca de um diferencial competitivo, mas podem ser consideradas o próprio diferencial para captação de estudantes.

Ganhar dinheiro pode ser o motivo-chave para todos os projetos de internacionalização no setor educacional com fins lucrativos e para algumas instituições sem fins lucrativos, que enfrentam dificuldades financeiras.

No entanto, essa pode não ser a realidade de muitas instituições que encontram outras razões para sua inserção internacional. Ao invés disso, elas buscam a ampliação das suas capacidades de investigação e de conhecimento, além de ampliar o seu entendimento intercultural, é o que afirmam os estudos feitos por Altbach e Knight. (2007, p. 292).

No momento em que se busca uma justificativa para que as instituições optem pela sua internacionalização, uma análise criteriosa deve ser feita levando-se em conta os diferentes níveis em que o processo se solidifica, ou seja, há ganhos desde os macrocontextos até os microcontextos, os quais geram ganhos individuais.

2.3 GANHOS E BENEFÍCIOS OBTIDOS COM A INTERNACIONALIZAÇÃO

Uma vez que um país pode contar com seu rol de instituições de Ensino Superior internacionalizadas, certamente ambicionará patamares de desenvolvimento muito mais qualificados, visando ao crescimento de sua economia, de seus sistemas institucionais, de sua expansão, e à projeção intelectual e de seu comparecimento em fóruns mundiais, pelo protagonismo dos pesquisadores de sua nação.

Decorrente dessa projeção em nível nacional e internacional, os ganhos com a internacionalização passam a ser da própria região onde a instituição está inserida e das demais localidades na sua área de abrangência. Uma vez que os pesquisadores, por meio das parcerias com investigadores estrangeiros, ou de sua participação em redes de saber universal, conseguem identificar problemas comuns e encontram conjuntamente soluções para esses problemas, e estabelecem fortes laços de comunicação constante e fluida. Consequentemente, a região se projeta e encontra maneiras sustentáveis de resolver situações problemáticas que consomem energia em busca de saídas viáveis.

Portanto, no âmbito nacional e no âmbito regional, os ganhos são visíveis e merecem apoio, não somente das autoridades institucionais como também das autoridades nacionais, regionais e locais. Uma vez que a instituição determina e estabelece publicamente que entre as suas metas estruturantes está o processo de internacionalização, esta, sem dúvidas, passa a fazer parte do seleto grupo de instituições de vanguarda, que entendem que a qualidade da educação pode ser fortemente ampliada em alianças estratégicas nas diferentes áreas do conhecimento.

A instituição estabelece com clareza seus objetivos com a internacionalização e, com isso, pode candidatar-se à obtenção de fundos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos conjuntos de investigação, com vistas ao desenvolvimento.

A captação de recursos está fortemente ligada à capacidade de a instituição promover sua inserção ativa em discussões de problemas de ordem internacional, que sempre contemplam fortemente o componente do entendimento dos problemas da sociedade global e das comunidades internacionais. Esse reconhecimento nacional e internacional acaba por gerar novas oportunidades e consequentemente,

a ampliação da projeção privilegiada da instituição e do respeito pela sua identidade cultural e pela forma como estabelece sua comunicação com os demais.

As razões podem ser ainda divididas entre os ganhos das unidades acadêmicas e dos próprios agentes da internacionalização, ou seja, os ganhos pessoais de cada um dos indivíduos partícipes desse processo.

Ao analisar a movimentação da unidade acadêmica ou de seus departamentos, identifica-se, de imediato, que a presença de pesquisadores internacionais contribui plenamente para uma oxigenação no comportamento acadêmico, o que beneficia todos os envolvidos. Desde o contato com os pesquisadores, com os estudantes, com o grupo gestor, a internacionalização do campus, garantida com a presença de grupos de investigadores estrangeiros, beneficia a ampla e constante discussão, não somente sobre o objeto da pesquisa, mas fundamentalmente como cada povo, de acordo com a sua cultura, analisa e entende o fenômeno estudado.

A inclusão da perspectiva da comunicação intercultural, ao ser incluída no dia a dia da vida acadêmica, enriquece sobremaneira os ambientes educacionais. Isso pode ser garantido de diferentes formas, além da presença física dos cidadãos de outras nacionalidades, sua língua, seus hábitos, suas crenças e seus valores.

A internacionalização curricular, garantida por meio da leitura de autores de outras nacionalidades; a inclusão de estudos de casos; que ocorrem em outros países; a análise de situações e de problemas resolvidos; com o olhar de outra cultura, são elementos diferenciais para os currículos, que já identificam ganhos com a sua internacionalização.

Paralelamente aos ganhos acima elencados, e no cerne de tudo isso, está o ganho individual de cada professor, de cada pesquisador, de cada gestor ou de cada aluno. É inquestionável o crescimento profissional que cada um adquire com uma experiência internacional, seja ela vivida no Exterior, seja convivendo com outras nacionalidades no próprio campus universitário.

A possibilidade de aprender e de adquirir conhecimentos sob outra ótica, tendo a oportunidade de ouvir outras opiniões, presenciar outras manifestações culturais e enriquecer sua capacidade lingüística, seguramente faz a diferença no potencial de conhecimento adquirido.

Valor ainda maior está localizado na possibilidade que cada indivíduo tem de poder interagir com um cidadão de outra cultura, que possui outra forma de

compreender o mesmo mundo, de falar outra língua, e, manifestando sentimentos e emoções diante das mesmas descobertas científicas, profissionais ou pessoais, mediante o uso de outros códigos.

Essas oportunidades são únicas na vida acadêmica de um estudante ou de um professor universitário e devem ser valoradas e legitimadas como manifestações educativas de alta grandeza.

A crescente importância do conhecimento, a valorização do capital intelectual dos indivíduos, a revolução da informação e dos meios de comunicação e a responsabilidade na criação e na manutenção de entendimento entre os povos e do espírito de solidariedade com os países menos desenvolvidos estão sendo fortemente discutidos e colocados como metas prioritárias para o setor educacional.

Por meio da internacionalização e de suas diferentes possibilidades de ações de cooperação internacional, as instituições podem e devem:

- almejar níveis internacionais de visibilidade e de projeção internacional;
- buscar níveis de reconhecimento internacional, por meio de seus professores e de seus pesquisadores;
- atrair estudantes de diferentes partes do mundo, gerando a internacionalização do próprio campus;
- buscar excelência acadêmica, pela presença de professores e de pesquisadores de renome internacional na condição de professores convidados;
- participar de comitês, bancas, processos seletivos, outorgas de prêmios internacionais;
- participar de grupos de pesquisa formados por investigadores de renomadas instituições, colhendo resultados com os produtos gerados pelas pesquisas;
- produzir e publicar cientificamente os resultados das investigações em revistas e periódicos científicos de renome mundial;
- competir em editais internacionais para a obtenção de recursos financeiros e de fundos de investimentos oriundos de agências de fomento à pesquisa;
- enviar seus estudantes para outras instituições, com o objetivo de capacitá-los nas melhores escolas e formar massa crítica capacitada para competir mundialmente;
- receber *top students* no seu campus, a fim de estimular o desempenho e elevar o nível de rendimento de seus próprios estudantes;

- possibilitar a colocação dos egressos no mercado de trabalho internacional, por meio dos resultados observados no perfil dos novos profissionais formados por essas instituições;
- tornar-se atrativa para investimentos de toda ordem, uma vez que é considerada uma instituição internacionalizada;
- possibilitar, pelos impactos da internacionalização, o desenvolvimento institucional, regional e nacional;
- ampliar a capacidade de comunicação com o mundo, mediante maior domínio de línguas estrangeiras pelos professores e alunos;
- ampliar as competências interculturais, devido à compreensão dos diferentes comportamentos e das diferentes culturas, manifestados pelos visitantes estrangeiros.

As evidências apontam para o entendimento das boas razões e dos bons resultados para uma instituição de Ensino Superior buscar sua internacionalização. No entanto, alguns pontos fundamentais devem ser observados *a priori*.

As instituições que buscarem sua efetiva internacionalização, sem ter clareza de suas condições, características, do perfil, das debilidades e fortalezas, dificilmente conseguirão atingir tais objetivos, e, para tanto, torna-se relevante a realização de atividades que possam diagnosticar a situação de cada instituição.

2.4 IMPORTÂNCIA DE UM ADEQUADO DIAGNÓSTICO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO

Para um eficaz plano de inserção internacional, torna-se fundamental a elaboração de diagnósticos que permitam a realização de uma análise rigorosa do perfil da instituição, contemplando informações relacionadas: à visão, missão, ao plano de desenvolvimento institucional; à localização geográfica, língua de comunicação e língua de instrução; ao potencial de publicações científicas em periódicos de circulação internacional e, conseqüentemente, em línguas estrangeiras; à capacidade de participação em redes de investigação ou grupos de pesquisa internacionais; à possibilidade de estabelecer parcerias com instituições congêneres; à disponibilidade para gerenciar e para integrar programas de mobilidade acadêmica internacional, tanto para docentes quanto para discentes; à capacidade para receber representantes da comunidade científica internacional, tanto alunos como professores; à disponibilidade de infraestrutura favorável para o

desenvolvimento de projetos de investigação de porte internacional, entre outros fatores.

Ao se iniciar pela definição de um plano de internacionalização, é fundamental que a instituição tenha clareza da sua missão como organismo promotor da educação superior, a fim de adequar suas ações estruturantes com os objetivos que pretende atingir com esse plano.

A definição das ações de internacionalização deve estar rigorosamente alinhada com o plano de ação institucional e, preferencialmente, com metas definidas e com os responsáveis pela execução, avaliação e pelo posterior redirecionamento de cada uma delas.

Para exemplificar, uma instituição que coloca como um dos itens do seu plano de ação estruturante a internacionalização deve ter clareza das suas possibilidades de poder cumpri-las, definindo para isso condições adequadas; disponibilizando recursos; verificando a infraestrutura disponível; adaptando as novas demandas, ou até mesmo criando novas instâncias administrativas, que possam tratar do tema e verificar com pontualidade a capacidade de comunicação, de domínio das diferentes línguas estrangeiras faladas pelos parceiros internacionais.

Um diagnóstico institucional previamente elaborado é não somente recomendável, mas fundamental, pois, dessa forma, a instituição poderá identificar com maior segurança seu potencial de inserção internacional e as capacidades que ela tem de absorver essa demanda.

Preferencialmente, um diagnóstico capaz de avaliar o nível de internacionalização ou as capacidades para iniciar um processo de internacionalização, deveria ser feito por expertos internos e externos à universidade.

Dada sua expertise, esses especialistas têm condições de avaliar e identificar as condições exatas e dar um direcionamento ao plano a ser elaborado, além de definir conjuntamente quais ações a instituição pode e deve priorizar ao estabelecer seu plano.

Trabalhando conjuntamente com o comitê de especialistas internacionais, é fundamental que a própria instituição identifique dentre os membros de seu corpo docente, ou administrativo, um grupo de gestores que possa assumir a responsabilidade da gestão da internacionalização. O perfil de cada gestor deve estar claro, verificando especialmente suas condições de interlocução com as diferentes comunidades internacionais.

Como todo processo de internacionalização requer, as análises devem ser feitas tanto em caráter interno quanto externo. É importante mensurar as capacidades da instituição, considerando seu próprio cenário, com a mesma importância que serão avaliadas as condições do entorno.

Internamente, pressupõe-se a identificação daqueles que já estão sensibilizados com as propostas de internacionalização; que têm certo domínio do tema e entendem que a qualidade institucional pode ser garantida e ampliada no momento em que a instituição se posiciona de forma amadurecida e com reflexões aprofundadas sobre sua realidade e seus interesses; que falem línguas estrangeiras, e que saibam interagir e negociar em ambientes multiculturais.

É muito comum ocorrerem grandes descobertas de elevados níveis de internacionalização já solidificados em determinados centros de excelência da instituição, nos quais os pesquisadores já detêm ampla autonomia e, portanto, dispõem de seus próprios contatos e relacionamentos com pares internacionais, porém totalmente desconhecidos pela própria instituição.

A instituição ou o comitê de especialistas externos, conjuntamente com os responsáveis pelo processo internamente na instituição, podem trabalhar no sentido de capitalizar os resultados já obtidos, transformando-os em potencial elemento de visibilidade e de projeção internacional.

A verificação das parcerias existentes também pode ser avaliada com um elevado grau de atenção, visto que também é bastante frequente a incidência de um número muito expressivo de convênios, acordos, memorandos, cartas de intenções firmadas entre instituições que, no entanto, nunca conseguiram materializar nenhum resultado fruto da cooperação firmada, principalmente a mobilidade, encontrando na falta do domínio da língua um de seus maiores obstáculos.

Knight esclarece que

Não há dúvidas de que um o número de acordos bilaterais ou multilaterais aumentou exponencialmente nas últimas décadas. Durante os estágios iniciais de internacionalização, as instituições frequentemente reagem à multiplicidade de oportunidades, através do estabelecimento de parcerias institucionais. Essas parcerias podem ser firmadas por diferentes propósitos – mobilidade acadêmica, programas conjuntos, desenvolvimento de programas, seminários e conferências, pesquisas conjuntas. Com muita frequência ocorre que as instituições não conseguem administrar um número tão grande de acordos e, dessa forma, muitos ficam inativos e principalmente são acordos que ficam somente no papel. (KNIGHT, 2004, p. 27)

A internacionalização adquiriu grande interesse no final da década de 90 e assumiu importante papel nas discussões e nos fóruns internacionais. Isso acabou conduzindo a um excessivo número de ações de cooperação internacional, as quais nem sempre encontraram respaldo oficial da comunidade acadêmica.

Essa multiplicação de acordos bilaterais ou multilaterais de cooperação técnica, científica ou acadêmica acaba por gerar uma multiplicidade de interesses, muitas vezes não amplamente discutidos internamente pelos atores institucionais, gerando desconforto no momento da identificação dos objetivos iniciais confrontados com os resultados obtidos.

Torna-se mister que as autoridades das instituições de Ensino Superior estabeleçam critérios claros no momento da realização do diagnóstico que identifica o nível de internacionalização das suas ações, dos seus programas ou de seus projetos. Os mesmos podem estar baseados em consultorias internacionais já existentes, ou podem ser criados pela própria instituição, observando aspectos de natureza interna e externa à mesma.

Quanto aos aspectos institucionais internos, faz-se necessário analisar:

- perfil da instituição;
- história, fundação, caráter (público, privado, confessional, laico);
- tamanho e área de abrangência geográfica;
- sensibilização e aceitação interna sobre a internacionalização;
- acordos e convênios existentes;
- programas e projetos em andamento;
- oferta de programas de mobilidade docente e discente;
- existência de um órgão gestor da cooperação internacional;
- visibilidade e reconhecimento das ações;
- fluxo da informação e das oportunidades sobre internacionalização;
- existência de políticas claras para internacionalização;
- definição de um plano de metas para internacionalização;
- observatório para monitoramento e avaliação da cooperação;
- capacidade de comunicação em línguas estrangeiras;
- conhecimento de outras culturas.

A lista de informações, para a elaboração do diagnóstico, pode ser extensa. Porém, o mais importante é que, antes de estabelecerem-se novos objetivos e redesenhem-se as estratégias para atingir os patamares internacionais, a administração superior da instituição deve conhecer com propriedade o *status* do grau de internacionalização de sua instituição, se existe ou não, e, em caso positivo, seu impacto na comunidade.

O processo de internacionalização terá ganhos efetivos em qualquer uma de suas ações, sempre que contemplar como prioritária a dinâmica da comunicação intercultural, quando estiverem envolvidos os objetivos de desenvolvimento dos conhecimentos de língua e cultura, com a finalidade de garantir o correto estabelecimento de negociações internacionais, que sejam benéficas para todas as partes envolvidas. A capacidade de negociação internacional precisa ser sempre priorizada, sob pena de prejudicar o bom desenvolvimento de qualquer projeto ou parceria internacional.

Uma vez elaborado o diagnóstico, torna-se fundamental a definição das diretrizes de internacionalização. Por meio delas, serão definidas novas metas, novos parceiros, a forma como as metas serão atingidas, o monitoramento de resultados e a adequada avaliação, lembrando que um dos objetivos mais nobres da internacionalização está focado em elevar os patamares de inserção internacional, de comunicação intercultural; de qualidade científica, tecnológica e acadêmica da instituição, e, nessa direção, deve ser construído o plano de inserção internacional.

A realização de um diagnóstico, a inserção da instituição e de seus pesquisadores em grupos de investigação de renome internacional contam com profissionais de diferentes partes do mundo. A participação nessa modalidade de rede deve estar prevendo a oferta qualificada de alguma forma de devolução, ou seja, quais pesquisadores podem contribuir com que nível de conhecimento produzido para o crescimento do grupo e para os efetivos resultados da pesquisa.

É muito comum ocorrerem frustrações no relacionamento entre os pesquisadores, que de forma inevitavelmente empolgada, iniciam sua participação em grupos de pesquisa e, momentaneamente, deixam de corresponder aos objetivos por falta de condições de diferentes ordens. Isso pode ocorrer dada a falta de capacidades instaladas para atender ao que lhes foi solicitado, seja por questões pessoais de falta de adaptabilidade em função da dificuldade na comunicação e do entendimento da outra cultura, seja por questões internas de infraestrutura,

disponibilidade, gestão, e até mesmo por redefinições das políticas institucionais, haja vista que o que é prioritário, em determinado momento, pode ser reavaliado em outro, de acordo com os interesses da instituição.

Em situações como essa, existe sempre a cooperação doadora e a cooperação receptora. É fundamental que fique claro para todas as partes a forma de inserção e o tipo de protagonismo que os pesquisadores e que as instituições participes terão em cada um dos projetos, especialmente naqueles em que a mobilidade estiver contemplada. É desnecessário lembrar que a mobilidade gera movimentação dos pares, e essa movimentação geralmente implica reconhecimento mútuo, aceitação das condições em que cada um dos pesquisadores poderá colaborar com os desdobramentos dos projetos e, acima de tudo, respeito pelas diferenças acadêmicas, linguísticas, culturais, entre outras existentes, e que somente são detectadas no transcorrer das ações do projeto e da interlocução entre os participantes.

Para uma internacionalização eficaz, é necessário que a própria instituição tenha clareza do seu potencial de oferta e da recepção de cooperação. Dessa forma, ela poderá identificar instituições de caráter semelhante ao seu, que a reconheçam como parceira e que, da mesma forma, terão algo a dar e a receber. Geralmente, as instituições parceiras com desníveis de reconhecimento institucional não cumprem os requisitos de reciprocidade, tão importantes de serem observados numa forma de cooperação bilateral.

Há várias motivações para a internacionalização, entre elas a compra e venda de serviços, pela comercialização de produtos da educação superior. Tendo em vista que este estudo trata com maior ênfase a cooperação bilateral, baseada em valores de reconhecimento e reciprocidade, com forte interesse na mobilidade acadêmica, não serão tratadas questões como competitividade internacional ou colocação e oferta de produtos nos mercados.

A identificação das instituições que podem gerar parcerias positivas para as duas partes devem observar critérios específicos e previamente determinados, como localização geográfica, identificação linguística, áreas de conhecimento, redes temáticas, entre outros.

Selecionar instituições que busquem os mesmos objetivos de desenvolvimento regional; que tenham forte inserção em sua comunidade; que tenham o entendimento do valor e da riqueza que a língua de um povo representa;

que estejam localizadas no mesmo bloco econômico ou, ainda, que estejam com interesses focados no desenvolvimento equilibrado das regiões ou dos países pode ser elemento relevante no momento da busca de financiamentos internacionais.

Formar redes com instituições de países menos desenvolvidos pode ser tão relevante quanto buscar parcerias com instituições de países economicamente mais estáveis. A relação a ser estabelecida seguramente contemplará a mobilidade docente e estudantil e, para tanto, os critérios linguísticos, econômicos e geográficos devem ser considerados.

Da mesma forma e com a mesma importância, a parceria com organizações do setor educativo, que utilizem a mesma língua de comunicação, é um elemento fundamental a ser considerado juntamente com a delimitação das ações conjuntas.

Phillipson, em *Linguistic imperialism*, escreve:

O relatório da UNESCO também tem definições úteis para dois termos que frequentemente são confundidos. A *national language* é a língua das entidades políticas, sociais e culturais, e a *official language* é a língua usada nos negócios de governo – legislativo, executivo e judiciário. Segue que a mesma língua ou línguas podem servir para ambos os propósitos. (PHILLIPSON, 1992, p. 40-41).

A comunicação pode ser fator impeditivo no momento de levar adiante as propostas previamente acordadas. Tem-se que ter presente a quantidade da população acadêmica que poderá usufruir dos benefícios estabelecidos pelo acordo, levando em conta as facilidades e/ou as dificuldades de comunicação entre os atores, identificando, antes de qualquer negociação, qual a língua de comunicação que será utilizada ou a disponibilidade da instituição em rapidamente capacitar seus professores e estudantes na proficiência da língua em questão.

Para Graddol (2006, p. 62) "english is by no means the only language in global business". Ou seja, há unanimidade de que a língua inglesa é a única língua de comunicação no mundo dos negócios.

De Witt reforça o posicionamento afirmando que

a língua inglesa está se tornando a língua de comunicação global nas tecnologias, negócios, cultura, sociedade, ciência e educação. Existem dezenas de línguas no mundo que servem como línguas centrais sub-continenciais, línguas que operam como línguas terceiras de comunicação nas suas regiões.[...] A exportação da língua inglesa está relacionada com a posição que ela ocupa, juntamente com a cultura, na rede global de intercâmbios [...] (DE WITT, 1997, p. 167).

No caso das universidades localizadas em países falantes da língua portuguesa, como as instituições brasileiras, torna-se imperativo que sejam envolvidos docentes que dominem com proficiência pelo menos uma língua estrangeira, especialmente a língua de comunicação internacional ou língua franca, que, neste momento, é o inglês, seguido do espanhol.

Não somente para as negociações internacionais a questão linguística deve ser amplamente discutida com o objetivo de, *a posteriori*, possibilitar que os acordos sigam realizando as ações previstas, colhendo os benefícios pelo envolvimento de um número cada vez maior de pesquisadores, de professores e de estudantes, que usufruem dos programas preestabelecidos entre as universidades, especialmente os programas de mobilidade acadêmica internacional.

Isso reflete, também, a possibilidade de participação de *top scholars*, pesquisadores com alta qualificação, nas discussões sobre temas de investigação; na apresentação de trabalhos em congressos organizados pelas instituições conveniadas, bem como sobre a possibilidade de realização de publicações conjuntas.

Uma vez estabelecido o entendimento da necessidade do domínio de uma língua de comunicação comum, os pesquisadores deverão adequar sua habilidade linguística para poder participar de tais oportunidades.

No caso de vários países, entre eles também o Brasil, muitas das instituições de Ensino Superior ainda não vislumbram, em seus quadros funcionais, número razoável de docentes que domine com excelência idiomas estrangeiros. Isso dificulta sobremaneira sua inserção no cenário da educação internacional, limitando, inclusive, o potencial de recepção de estudantes estrangeiros, uma vez que os cursos só podem ser ministrados pela língua materna dos docentes, que, no caso do Brasil, é a língua portuguesa.

A instituição que colocar a oferta de cursos em línguas de comunicação internacional, por exemplo, a língua inglesa, certamente estará assegurando a internacionalização de suas unidades e será mais atrativa para a captação de estudantes estrangeiros.

Segundo Graddol:

O ensino integrado de conteúdo e línguas tem emergido como forte tendência curricular na Europa. Abordagens similares estão sendo utilizadas, com outra nomenclatura, em muitos outros países. CLIL é uma abordagem de educação bilíngue na qual ambos, conteúdo – como ciências ou geografia – e inglês são ensinados juntos. (GRADDOL, 2006, p. 86).

Mais uma vez, alerta-se para a responsabilidade e para o compromisso institucional de oferecer, de forma planejada e organizada, ferramentas, meios necessários de capacitação e de qualificação, para que sua comunidade, tanto docente quanto estudantil, possa comparecer ativamente e com qualidade a programas e pares internacionais. Isso só se consegue se a instituição definir com clareza e objetividade, no seu plano de desenvolvimento institucional, as metas e os resultados que quer atingir com sua internacionalização.

Para a realização de um bom plano de inserção internacional, antes de qualquer coisa a instituição deve buscar reconhecer suas potencialidades, o que ela tem de bom a oferecer, bem como quais as necessidades que ela possui para receber a cooperação de outras instituições congêneres. A melhor forma para chegar a esse entendimento é mediante a realização de um detalhado diagnóstico institucional.

2.5 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

Tendo em vista que a internacionalização das instituições de ensino vem adquirindo cada vez mais destaque no espaço da educação superior, muito se tem aprendido sobre a importância de implantação de planos e de definição de estratégias para efetivar a referida internacionalização.

De Witt afirma:

As diferentes atividades identificadas como componentes-chave para a internacionalização estão divididas em duas grandes categorias: estratégias programáticas e estratégias organizacionais. As estratégias programáticas referem-se àquelas atividades acadêmicas e serviços que uma instituição de Ensino Superior integra na dimensão internacional junto às suas funções mais importantes. As estratégias organizacionais incluem aquelas iniciativas que ajudam a assegurar que a dimensão internacional, ou em outras palavras, as atividades discutidas sejam institucionalizadas através do desenvolvimento de estruturas administrativas adequadas. (DE WITT, 1995, p. 167).

Os modelos propostos por De Witt (1995), Rudzki (1998), Knight (1994), Van der Wende (1996), De Witt (2001, revisando Knight 1994), Sebastián (2004) propõem que as instituições de Ensino Superior, que estiverem buscando sua internacionalização, encontrem ali o repositório de informações, de propostas e

modelos para subsidiar a definição da sua estratégia de inserção no cenário da educação mundial, em busca da competitividade e da qualidade.

Esses modelos devem ser interpretados e aplicados de acordo com o perfil de cada instituição, uma vez que as propostas são bastante ambiciosas e nem sempre consideram as condições, as possibilidades e os cenários políticos, econômicos e sociais, nos quais estão inseridas algumas instituições de Ensino Superior.

Na maioria das vezes, as instituições não possuem as condições financeiras, organizacionais, administrativas ou humanas necessárias para a execução de tais planos, e, portanto, ao tentar aplicá-los, encontram barreiras e elementos dificultadores que impedem o avanço das ações propostas.

Cada instituição deve buscar seu desenvolvimento internacional de acordo com suas características e suas possibilidades de atingir as metas por ela mesma definidas.

Simplificar os modelos existentes, com vistas a sinalizar que existe a possibilidade de elaboração de estratégias viáveis, com ações factíveis para cada tipo de instituição, é a proposta mais adequada.

Um bom plano de metas estratégicas para a internacionalização deve estar plenamente alinhado com os objetivos do plano de desenvolvimento institucional. Para tanto, a meta de internacionalização deve ser definida como uma das ações estruturantes, considerada como prioritária nas decisões dos conselhos superiores.

Mesmo tendo sido definida como ação prioritária, nem todos os atores têm o correto e aprofundado entendimento da necessidade da internacionalização, de seus ganhos e benefícios para a organização, tampouco de sua forma de operacionalização.

Seminários de sensibilização e de capacitação sobre o tema são sempre relevantes e bem-vindos, uma vez que podem, pela presença de especialistas que estudam o tema, nivelar as informações de todos os participantes da vida acadêmica. Com diferentes níveis de comunicação e de abordagem, é mister que toda a comunidade acadêmica esteja envolvida nesse processo, mediante oficinas de capacitação, reuniões de discussão, atividades de sensibilização, que possibilitem o adequado entendimento e a elaboração conjunta de metas e de formas de ação prospectiva para a internacionalização.

Dentre todos os ganhos e resultados da cooperação internacional, e como foco central da busca da qualidade institucional, está o sujeito, ator da cooperação. Esse ator é o professor, o pesquisador, o aluno, o gestor, independentemente do *lôcus*, do nível ou da área de sua atuação, e que garantirá com sua participação ativa a frequência da mobilidade.

A estratégia de implantação de um plano de internacionalização deve envolver toda a comunidade universitária, sob pena de não atingir seus resultados, se alguma das partes não estiver sensibilizada e suficientemente comprometida com a ideia.

As ações de sensibilização e de capacitação antecedem a própria definição das metas e do plano de inserção internacional, já que essas terão melhores resultados se construídas conjuntamente pelas comunidades.

Alguns itens devem ser considerados inicialmente como relevantes para a elaboração de um plano de ação para internacionalização:

- fazer a opção pela internacionalização;
- conhecer a realidade interna e externa da instituição, com relação à internacionalização;
- identificar as debilidades e os pontos fortes da instituição para uso no cenário internacional;
- justificar as razões de busca da internacionalização;
- delimitar os objetivos que se pretende com a internacionalização;
- identificar as formas para buscar os objetivos delimitados;
- verificar os recursos disponíveis e necessários para os objetivos;
- elaborar um plano de metas estratégicas para cada objetivo;
- definir as formas de implantação do plano de metas;
- monitorar a execução do plano de metas;
- identificar os resultados obtidos;
- avaliar os resultados e identificar se estão de acordo com as capacidades da instituição, das unidades, dos departamentos, etc.;
- rever procedimentos do plano de metas;
- readequar o plano de metas de acordo com as novas exigências;
- monitorar e avaliar constantemente o plano e os resultados.

Na situação prática, o plano vai ser definido conjuntamente, porém é fundamental que exista um posicionamento claro pelas autoridades institucionais referentes à opção pela internacionalização, definindo com pontualidade o que se espera de cada uma das esferas institucionais, ou seja, o que se pretende realizar no âmbito da graduação, da pós-graduação, da extensão, da pesquisa e da gestão, e qual será o órgão responsável por sua execução.

2.6 GESTÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A identificação da necessidade imediata de definir os contornos do departamento, que será responsável pela gestão da cooperação internacional, é etapa fundamental para, desde o início, identificar as atribuições, as competências e responsabilidades desse órgão dentro da instituição.

Transcorridos dez anos, em que houve o encontro de dirigentes de educação superior, em Paris, em 1998, ano em que a Unesco colocou, enfaticamente, que "as instituições de Ensino Superior devem conceber a cooperação internacional como parte integrante de sua missão, para o que deverão criar estruturas ou mecanismos apropriados para promovê-la e organizá-la", convém analisar a situação das instituições de Ensino Superior e, neste caso, as do Brasil.

Tendo em vista a rápida trajetória de expansão da cooperação internacional nos últimos anos, em especial no final da década de 90, especialmente no Brasil, e atentas às colocações da Unesco, muitas universidades optaram pela criação de setores responsáveis pela gestão das ações de cooperação internacional, designando-os assessorias, coordenadorias, secretarias ou diretorias de relações internacionais e definindo-os, na escala hierárquica institucional, como órgãos executores da internacionalização.

A forte tendência, já sinalizada pelas instituições de Ensino Superior europeias, é a transformação dos departamentos anteriormente citados, para as chamadas vice-reitorias, como no modelo europeu, ou para pró-reitorias, como no modelo de algumas universidades brasileiras, colocando-as no mesmo patamar de decisões que as demais pró-reitorias já tradicionalmente existentes.

As responsabilidades estratégicas e executivas dos departamentos de relações internacionais precisam estar claramente definidas, pois seu correto

funcionamento e sua correta atuação dependerão diretamente dos anseios institucionais e das metas estabelecidas para atingir o nível de internacionalização desejado.

O *status* das vice-reitorias de relações internacionais facilitará a tomada de decisões estratégicas no momento de oficializar acordos internacionais; negociar as estratégias de cooperação; identificar a melhor forma de avançar em direção a novos parceiros, levando em conta suas características culturais, linguísticas, geográficas, econômicas, etc.; prospectar novas alianças estratégicas necessárias ao desenvolvimento de determinada área da instituição, entre outras ações decorrentes da atuação positiva do setor.

Esses departamentos serão os responsáveis pela garantia da execução das ações da internacionalização, para a elaboração, a implementação, o monitoramento e a readequação dos planos de metas internacionais e pela harmonização com o plano de desenvolvimento institucional, que estará também sob sua responsabilidade.

A constante interlocução com as demais vice-reitorias de graduação, de pós-graduação, de investigação, de extensão e de administração é fundamental, pois dessa forma a área de relações internacionais estará atenta a todos os movimentos e às demandas institucionais em direção à correta internacionalização.

2.7 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Universidades de vanguarda e de alta excelência acadêmica já estão internacionalizadas. No entanto, a grande parte das instituições, principalmente em países menos desenvolvidos ou, ainda, instituições localizadas em países com economias emergentes, como o Brasil, ainda precisam definir suas estratégias de internacionalização; precisam estabelecer seu plano de metas e sua forma de atuação, além de colocar os recursos necessários para a sua implementação, principalmente a capacitação de seus atores em línguas estrangeiras.

A internacionalização existe, as ações de cooperação estão ocorrendo como resposta aos movimentos internacionais, em especial, a mobilidade de pessoas; porém, em sua maioria, ocorrem de forma assistemática, pulverizada e recorrente, nos mesmos departamentos, nas mesmas unidades, ou envolvendo os mesmos

atores que estão sensibilizados para a importância da cooperação internacional e que já possuem perfil linguístico e habilidades interculturais adequadas para tanto, ou seja, transitam de forma confortável na presença de estrangeiros.

Com a definição de planos de metas estratégicas, as instituições assumem de forma madura e comprometida suas responsabilidades com a sociedade, uma vez que encaram a necessidade de revisão das suas missões, no sentido de responderem ao que está sendo solicitado pela educação do futuro.

Utilizar a dinâmica da comunicação intercultural; desenvolver uma consciência global; aprender a cultura de outros países; atuar em ambientes multiculturais e transformarem-se em pessoas internacionais, preparadas para os desafios do futuro, é um dos grandes objetivos para a educação, para os educadores e para os que conduzem a administração das instituições de Ensino Superior e que trabalham para a formação de cidadãos globais.

As tendências da internacionalização, de acordo com seus âmbitos de manifestação, e respondendo aos desafios da educação do futuro, preveem que:

1) a presença de professores estrangeiros visitantes ou permanentes no quadro docente será expressivamente ampliada. Essa é uma forte tendência em que cada vez mais as instituições de Ensino Superior estão apostando, a fim de elevar o grau de interlocução privilegiada com os grandes centros de excelência mundiais, em áreas específicas do conhecimento. A presença de *top scholars* garante uma constante comunicação entre os departamentos nacionais e estrangeiros, com o objetivo de ampliar o escopo de investigações conjuntas e de buscar resultados favoráveis para as investigações, e é facilitada pela facilidade da comunicação e do domínio, bem como do conhecimento da língua e do comportamento do outro;

2) cursos de pós-graduação, especialmente em nível de especialização e MBAs,⁷ oferecerão módulos internacionais obrigatórios nos seus programas, sendo desenvolvidos de duas formas: tanto com a atuação qualificada de professores estrangeiros no corpo docente do curso quanto com a realização de missões acadêmicas ao Exterior. O objetivo é desenvolver atividades de caráter binacional, coordenadas por profissionais das instituições congêneres, que incluem palestras, seminários, mesas-redondas entre profissionais das duas nacionalidades, visitas técnicas focadas e alinhadas com os objetivos pedagógicos do curso. Esse tipo de

⁷ MBAs – Sigla utilizada no Brasil para designar cursos de pós-graduação em nível de especialização, com a realização de módulos no Exterior. (*Master of Business Administration*).

experiência visa a oportunizar a vivência internacional, mas, acima de tudo, o valor está no desenvolvimento de conhecimentos técnicos na área de estudos e das habilidades de comunicação intercultural, no entendimento da forma de se expressar, de agir e de pensar dos outros povos;

3) inserção em diferentes redes de investigação com pesquisadores de diferentes nacionalidades, o que já ocorre em grandes centros de produção intelectual. Esse cenário é mais presenciado em instituições de menor porte e fora dos eixos centrais das grandes capitais. Instituições identificadas como excelentes em determinadas áreas comparecem não mais de forma marginal, mas de forma atuante e pró-ativa nas agendas das redes de investigação;

4) ampliação da oferta de destinos e de programas de mobilidade acadêmica internacional, já ocorre com muita frequência em instituições de Ensino Superior. O segmento de estudos e intercâmbios está recebendo grande atenção por parte das autoridades nacionais e internacionais, uma vez que foi identificado como setor de grande movimentação financeira mundial. Graças a isso, o investimento está em seguir exemplos de programas de mobilidade acadêmica bem-sucedidos, como, por exemplo, o Programa Erasmus,⁸ que oportuniza a realização de estudos de graduação, feitos no Exterior, com aproveitamento. A nova tendência é a inclusão de períodos obrigatórios no Exterior, já previstos nas grades curriculares e nos conteúdos programáticos dos cursos de graduação, fazendo com que os estudantes façam a opção consciente por essa modalidade de curso, sabendo que deverão ter uma vivência fora do seu país de origem e que, portanto, devem estar linguisticamente preparados para essa experiência, dominando o idioma do país de destino;

5) oferta de programas de duplo diploma é uma tendência natural, decorrente da ampliação e do fortalecimento dos programas de graduação (*study abroad* ou *student exchange*). Com os resultados positivos obtidos em decorrência da mobilidade acadêmica de estudantes de graduação, identifica-se um novo nicho de atuação diferencial para as instituições de Ensino Superior, que é a oferta de programas por meio dos quais, depois de feita a análise curricular e a harmonização de disciplinas e de conteúdos, os estudantes podem receber a diplomação de duas

⁸ Erasmus – *European Action Scheme for the Mobility of University Students*.

instituições: da sua instituição de origem e da instituição estrangeira onde realizou sua experiência internacional;

6) algumas instituições já estão viabilizando a proposta dos programas educacionais de triplos diplomas, por meio dos quais os estudantes estudam em três instituições, recebendo a titulação de nível superior em três países. Essa tendência se justifica pela necessidade cada vez mais constante da formação de cidadãos com forte desenvolvimento de consciência global e com alto desempenho de suas habilidades e competências em comunicação intercultural, ou seja, um cidadão culturalmente inteligente, globalmente competente e proficiente em línguas estrangeiras;

7) a presença de estudantes estrangeiros, fortalecendo o conceito de *internationalization at home*, ou internacionalização do campus, ou ainda internacionalização doméstica será cada vez mais constante. Encontrar ambientes pluri e multiculturais, contando com a presença de estudantes de diferentes nacionalidades, no mesmo espaço acadêmico, já é uma constante nos países do Hemisfério Norte, onde a mobilidade estudantil já ocorre há muitos anos. Porém, essa tendência está cada vez mais presente nas instituições de Ensino Superior dos países do Hemisfério Sul, em especial latino-americanos que passam a integrar o cenário de destinos viáveis para a realização de viagens de estudos e intercâmbio;

8) a ampliação das comunidades estrangeiras, das mais diversas nacionalidades, obriga as instituições a pensarem na oferta de seus programas, de forma que sejam atrativos para o mercado educacional. Isso significa dizer que as instituições começam a pensar na elaboração de programas que sejam oferecidos em outras línguas de instrução, além da língua portuguesa, especialmente em língua inglesa ou espanhola. A opção de trazer a comunidade estrangeira para o *locus* da academia é uma decisão fundamental, pois requer a adequação de suas estruturas, e a mais importante delas é, sem dúvidas, a comunicação e o respeito pela manifestação cultural de cada povo;

9) essa medida requer uma instrumentalização do corpo docente, discente e administrativo, que precisa de capacitação em línguas estrangeiras para poder efetivar a comunicação. A oferta de cursos de línguas, como atividades de extensão para todos os membros, passa a ser uma atividade valiosa e necessária.

Paralelamente a isso, a demanda por oferta de disciplina de língua estrangeira, como parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, será também uma necessidade imediata. Se existe o estímulo para que a academia busque sua própria vivência no Exterior, para estar condizente com as exigências de internacionalização da instituição, então ela terá que prever formas e facilitadores para capacitação de seus alunos, professores e funcionários;

10) a inclusão da disciplina de comunicação intercultural, a formação de grupos de estudos sobre outras culturas e formação de grupos interétnicos, a disseminação do conceito de inteligência cultural passam a ser amplamente divulgados. Tanto alunos quanto professores sentirão a necessidade de conhecer melhor os conceitos de comunicação intercultural, com o objetivo de melhorar seu entendimento e sua forma de interagir e de se comunicar com cidadãos de outras culturas, cada vez mais presentes no campus. Essa disciplina já é bastante difundida nos cursos de relações internacionais, porém ainda existe enorme espaço para as discussões sobre a interculturalidade;

11) a harmonização curricular com vistas a valorizar a mobilidade acadêmica, com o aproveitamento de estudos cursados no Exterior, também merece destaque. A flexibilização das grades curriculares está permitindo que um grupo cada vez maior de jovens possa ter uma experiência internacional no seu currículo. Essa flexibilização ocorre de diferentes formas, desde a colocação de disciplinas eletivas até o reconhecimento como atividades complementares, permitidas pela legislação acadêmica nacional e garantidas pela autonomia universitária que cada instituição tem para desenhar novos programas e planos pedagógicos com suas parceiras internacionais, desde que em sintonia com as diretrizes nacionais;

12) a internacionalização curricular, ainda pouco explorada no Brasil, já tem merecido destaque na nova concepção de internacionalização. O *Center for Educational Research and Innovation* (Ceri) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁹ (OCDE) propõe algumas disciplinas como parte integrante de currículos internacionalizados: antropologia, psicologia, sociologia, comunicação, educação e gestão. O entendimento é que a internacionalização curricular pode melhorar o desempenho dos estudantes que não têm condições de realizar uma experiência no Exterior. A internacionalização dos currículos, com

⁹ *Organization for Economic Co-operation and Development* – OCDE.

estudos de caso de outras nacionalidades; a inclusão de autores estrangeiros na literatura; a presença de professores convidados; a discussão de temas de interesse internacional, preferencialmente em línguas estrangeiras possibilitam o enriquecimento e a vivência internacional com boa intensidade. Como resultado tem-se a facilitação no manejo de idiomas estrangeiros, o uso da dinâmica da comunicação intercultural, o conhecimento de informações sobre outros países;

13) para o emparelhamento das avaliações institucionais, com os indicadores internacionais de qualidade da educação superior, dois modelos são reconhecidos como sendo parâmetros de avaliação na agenda do *ranking* internacional de universidades: o *webometrics* (INTERNET, 2008) *ranking* que adere formalmente ao *Berlin Principles of Higher Education Institutions* e, talvez, o considerado mais abrangente, aquele estabelecido pela *Shanghai Jiao Tong University* (INTERNET, 2008). Neste segundo caso, os critérios que orientam os *scores* são:

- Alumni – qualidade dos alunos egressos (prêmios acadêmicos, incluindo prêmios Nobel);
- Award – qualidade do corpo docente (prêmios acadêmicos, incluindo prêmio Nobel);
- HiCi – qualidade do corpo docente (citações);
- N&S – publicação de artigos sobre natureza e ciência;
- Pub – publicação de artigos em revistas científicas indexadas e sobre ciências sociais.

Essa tendência dá rumo às instituições de Ensino Superior, no sentido de, mediante sua visibilidade e projeção internacional, poderem comparecer juntamente com as instituições de Ensino Superior que fazem parte do seleto grupo de instituições que atinge os melhores índices no *ranking* de avaliação de universidades, estando entre as 500 melhores instituições do mundo. Mais uma vez, aí está a sinalização clara da garantia da qualidade, da relevância e da pertinência da educação superior pela internacionalização.

2.8 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO

É impossível estabelecer comparações em nível de igualdade entre instituições que são originariamente formadas com diferentes vocações; que estão localizadas em cenários extraordinariamente distintos e transitam em ambientes diferentes e que, portanto, compõem um quadro totalmente heterogêneo para qualquer análise.

Mesmo seguindo rigorosamente as orientações dos especialistas em análise dos movimentos da internacionalização, cada plano deve, além de observar as características do cenário local, refinar a avaliação sobre os resultados percebidos com esse movimento.

Há instituições que, por mero modismo, iniciaram seus processos de inserção internacional, sem o menor preparo de suas estruturas organizacionais e administrativas e, muito menos, das estruturas acadêmicas, linguísticas e pedagógicas. Os resultados obtidos geraram mais desgaste institucional do que ganhos e benefícios, como alguns dos citados na relação descrita anteriormente.

Da mesma forma que se podem registrar os ganhos e benefícios, pode-se fazer uma profunda análise de resultados e de impactos positivos ou negativos identificados nas instituições em vias de internacionalização. As avaliações permanentes são necessárias e podem garantir o redirecionamento das ações que não estiverem correspondendo ou que não estiverem alinhadas com o plano de inserção internacional ou com o plano de desenvolvimento institucional.

Conforme afirma Gacel-Avila:

A avaliação oferece bases sólidas para a reflexão e para a tomada de decisões. Os resultados servem para fundamentar decisões, justificar pedidos de apoio ou compartilhar com colegas em vias de encontrar soluções para conflitos ou problemas. O processo de internacionalização deve iniciar com uma avaliação institucional. (GACEL-AVILA, 2004, p. 267).

Existe uma grande disponibilidade de modelos de instrumentos de avaliação da internacionalização que podem ser utilizados para o monitoramento do grau de internacionalização de uma instituição.

De Witt (1993), Gacel-Ávila (2003), Sebastián (2004), entre outros, já abordaram o tema e elencaram uma série de elementos-chave para o adequado

monitoramento dos níveis de inserção e de projeção internacional obtidos pelas universidades.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de seu *Institute for the Management of Higher Education*, desenvolveu um estudo registrado por De Witt e Knight (2001) estabelecendo um marco conceitual para a avaliação das mudanças organizacionais na instituição, o qual é conhecido como *Internationalization Quality Review Process (IQRP)*.¹⁰

Em todas as definições e modelos propostos pelos autores, ficam evidentes algumas conclusões:

1) antes de iniciar o processo de avaliação, tem-se que ter clareza de que a avaliação não pode ter objetivos punitivos ou de mera comparação. Ela deve ser feita para subsidiar a tomada de decisões futuras e para facilitar a elaboração dos planos de inserção internacional;

2) a avaliação deve ter em conta os cenários externos e internos da instituição, ou seja, avaliar o macrocenário onde a instituição está inserida (continente, bloco econômico, país, estado da nação, além do momento político, social, econômico, etc.) e o microcenário (instituição, centros, departamentos, unidades, professores, gestores, estudantes, programas e projetos, etc.), bem como o grau que cada um interfere no andamento das atividades;

3) deve ser feita preferencialmente com a mescla de comitês formados por representantes da própria instituição e por representantes convidados externos, que estejam despojados de qualquer forma de pré-julgamento;

4) deve levar em conta os diferentes objetos que serão avaliados, ou seja, o processo de internacionalização como um todo, ou a avaliação das específicas ações de cooperação internacional. No primeiro caso, refere-se à possibilidade de identificar se as políticas de internacionalização, definidas pela própria instituição, estão atingindo os resultados por ela estabelecidos ou não. No segundo caso, a avaliação recai sobre cada ação de cooperação internacional, os programas, os

¹⁰ As instituições de Ensino Superior que iniciaram o processo de internacionalização sentiram a necessidade de desenvolver um instrumento para a avaliação dos resultados da internacionalização. Essa demanda resultou no *Internationalization Quality Review Process (IQRP)* que foi desenhado como projeto-piloto do *Programme on Institutional Management in Higher Education (IMHE) of the Organization for Economic Co-operation and Development (OCDE)*, in cooperation with the *academic Co-operation Association (ACA)*, e implementado por essas duas organizações, juntamente com a *European Association of Universities (CRE)*, como um serviço, o *Internationalization Quality Review (IQR)*.

projetos, os investimentos, a mobilidade, etc. Também serão avaliados os resultados, porém em outra esfera.

Sem a clareza e sem a adequada preparação das estruturas organizacionais, administrativas, acadêmicas e pedagógicas, torna-se quase impossível participar do processo de internacionalização, bem como responder ao fenômeno da globalização de forma competente e organizada, e que promova uma efetiva mobilidade.

Se um dos grandes desafios para a educação superior é formar cidadãos capacitados para atuarem em ambientes globalizados, e essa formação está diretamente relacionada com o grau de internacionalização das instituições de ensino, ainda mais evidente está a necessidade de elaboração de diagnósticos, definição de planos estratégicos, acompanhamento de tendências e avaliação constante dos processos, para que se tenha qualidade na educação intercultural que se quer e se precisa oferecer.

Sem isso, corre-se o risco de enfrentar situações problemáticas que desvirtuam os objetivos da internacionalização e que ficam mais difíceis de ser administrados, se não estiverem consensuados com os objetivos institucionais.

2.9 RISCOS E DESAFIOS COM A INTERNACIONALIZAÇÃO

As evidências do cenário internacional da educação superior sinalizam claramente para a necessidade do "fazer" a internacionalização. Porém, fica evidente, também, que o processo só é válido se for para a "saúde" intelectual e organizacional das instituições.

A definição das políticas de internacionalização reforça a clareza dos objetivos para a cooperação internacional e, por meio dela, alinham-se os objetivos, definem-se os papéis dos diferentes atores, convoca-se a comunidade para o comprometimento com os projetos e com as ações de cooperação. Enfim, ganham-se aliados, envolvem-se os gestores que, imbuídos do entendimento da relevância de trabalhar em prol da educação intercultural, colocarão seus esforços no direcionamento da obtenção do sucesso para a internacionalização e consequente projeção da instituição nos cenários das melhores instituições de Ensino Superior de qualidade.

Convém trabalhar de maneira positiva, evitando a supervalorização de alguns resultados não tão impactantes como se desejaria que fossem. Esses resultados podem ser trabalhados como riscos ou como desafios a serem corrigidos, tais como:

- a) promoção da internacionalização da instituição por parte dos dirigentes e da administração, sem o adequado comprometimento de professores, pesquisadores, gestores, etc., o que pode acarretar a não execução das atividades, o não cumprimento de acordos feitos com os parceiros internacionais e a não realização dos objetivos;
- b) definição de metas não condizentes ou não alinhadas com o plano de desenvolvimento institucional, gerando o desajuste de tomada de decisões, incluindo cortes orçamentários ou inadequadas previsões administrativas, etc.;
- c) inadequação da infra-estrutura, gerando dificultadores no momento da realização das ações de internacionalização decorrentes de projetos, convênios, parcerias, tais como ausência de estruturas de apoio para a recepção de estudantes ou de professores-pesquisadores visitantes estrangeiros;
- d) realização de atividades de caráter internacional sem o correto registro de informações, especialmente com o objetivo de monitorar os índices, projetar novas parcerias e otimizar os resultados decorrentes das já existentes;
- e) assinatura de acordos de cooperação internacional sem a correta definição de coordenação, orçamento, prazos, cronogramas, formas de realização, o que acarreta a multiplicação dos "acordos de gaveta", tão maléficos para os índices da cooperação internacional;
- f) não capitalização de resultados, perda de prestígio internacional e perda de competitividade nacional e local, uma vez que não há o uso adequado dos benefícios já identificados com a internacionalização da instituição;

- g) formação de grupos internos na instituição, decorrentes da presença de professores visitantes estrangeiros, sem o correto entrosamento junto aos demais membros da comunidade acadêmica ou o não entrosamento por parte dos professores estrangeiros, devido à não adaptação cultural pelo desconhecimento de hábitos, valores e crenças da comunidade local. A ausência de atividades de integração intercultural pode interferir diretamente na produtividade individual dos estrangeiros, bem como na produtividade do grupo ao qual ele está inserido;
- h) projeção na expectativa das atividades de cooperação internacional, como alternativa de qualificação e posterior frustração pela sua inviabilização, por exemplo a realização de programas de pós-graduação interinstitucional que, sem a correta adequação para a legislação vigente no país, pode acarretar a não obtenção de títulos ou até mesmo o não reconhecimento ou a sua não revalidação em território nacional;
- i) expectativas na participação em projetos e em programas com caráter internacional; pessoais; institucionais ou governamentais, que exigem o domínio proficiente de línguas estrangeiras, podem frustrar tanto docentes quanto discentes que se candidatam a essas oportunidades. Sem a adequada preparação linguística, muitos atores estão ficando à margem da internacionalização, pois não podem comparecer na apresentação de projetos ou de candidaturas para tal fim, uma vez que não conseguem estabelecer comunicação eficaz com os demais interlocutores.

Há uma série de outros exemplos de riscos que a instituição pode encontrar no momento em que opta por sua internacionalização.

No entanto, mais do que riscos, esses itens devem ser entendidos como desafios e abordados como metas na elaboração dos planos de capacitação e de desenvolvimento das instituições e de suas comunidades, pois uma adequada inserção internacional depende sobremaneira da correta preparação de seus atores.

Dada a relevância do tema, o presente capítulo estabeleceu algumas considerações sobre o processo e os conceitos de internacionalização, a fim de nivelar informações introdutórias, que conduzem para o melhor entendimento sobre os desafios da educação superior e a imediata necessidade de posicionamentos

institucionais favoráveis a esse processo. Apresentou a internacionalização das instituições de Ensino Superior como uma necessidade para a vitalidade acadêmica, no sentido de que a formação dos cidadãos para o mercado de trabalho deve estar pautada no desenvolvimento de competências globais, no domínio de línguas estrangeiras e na interação com outras culturas. Apontou a necessidade de compreender que a internacionalização, aliada à dinâmica da comunicação intercultural, é o principal elemento a ser trabalhado e que assegurará a verdadeira inserção da comunidade docente e discente no cenário da educação internacional.

O capítulo trouxe elementos importantes para a indicação do nível de internacionalização possível de ser atingido, desde que observados critérios como elaboração de diagnósticos, estabelecimento de metas, definição de planos de ação e, fundamentalmente, a compreensão de que a adequação das estruturas organizacionais da instituição representam o grande elemento diferencial para a eliminação de entraves e para a projeção de objetivos mais ambiciosos, especialmente no que se refere à visibilidade da instituição.

Preparar adequadamente sua comunidade, especialmente com as ferramentas de comunicação, é fundamental para o avanço e para a eficácia dos processos de internacionalização institucional.

3 EDUCAÇÃO INTERNACIONAL – MOBILIDADE ACADÊMICA

3.1 HISTÓRIA DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

A mobilidade de estudantes entre instituições de diferentes nacionalidades é um aspecto da internacionalização que mais cresce entre os países de todo tipo de relação e de populações. Os deslocamentos dos estudantes através das regiões e países são, em parte, um meio para que os jovens possam mostrar sua consciência crescente do mundo, assim como seu interesse em se preparar para viver em um mundo interdependente. Simultaneamente, os governos e os empregadores estão conscientes de que a futura população ativa deve compor-se de especialistas bem formados e atentos ao mundo, se o que se deseja é assegurar a prosperidade nos níveis nacional, regional e individual. (UNESCO, 1998).¹¹

A Unesco já estava indicando que as instituições de ensino, principalmente em nível superior, deveriam começar a repensar suas estruturas acadêmica, linguística, cultural e administrativa, e se preparar para o fortalecimento de uma das mais evidentes tendências de internacionalização, que é a mobilidade estudantil.

É um fenômeno repaginado, que surgiu ainda na Idade Média, mas que agora se apresenta como uma necessidade e uma exigência para a formação dos cidadãos, cujo perfil deve pressupor o domínio de habilidades linguísticas e interculturais, bem como o domínio das competências globais.

Uma releitura de momentos importantes da história da educação, especialmente do Ensino Superior e do surgimento da mobilidade acadêmica internacional, faz-se necessária para melhor compreensão desse fenômeno e para que se possa fazer uma análise do que ocorre atualmente com a mobilidade.

Desde a criação das universidades, os jovens preparavam-se para a realização de incursões por outras instituições de Ensino Superior, tanto com o objetivo de ampliar seus conhecimentos como pela possibilidade de vivência, de experimentar o diferente, de conhecer e de buscar entender o comportamento dos outros povos.

Levantamentos históricos feito pelos autores Teichler (2003), Stallivieri (2004) e Sebben (2007) auxiliam na reconstrução de alguns momentos definitivos da história da mobilidade:

¹¹ Afirmação apresentada pela Unesco durante a Conferência Mundial sobre Ensino Superior, realizada em 1998, em Paris, ocasião em que reuniu representantes de países de todos os continentes, para discutirem os rumos da educação.

- a mobilidade estudantil iniciou ainda antes de Cristo, quando os jovens da sociedade romana iam à Grécia aprofundar seus estudos em áreas como filosofia, letras, literatura e artes;
- sob o domínio do Império Romano, houve a importação de professores gregos para fundar escolas em Roma;
- com a queda do império, houve a ascensão das universidades e a definição de locais de excelência em determinadas áreas do conhecimento. O conceito de universidade se fortaleceu durante os séculos XII e XIII, e estabeleceram-se, cada vez mais, como referência mundial, alguns locais, como Paris na área da Teologia; Órleans e Bolonha no estudo do Direito; Salerno na área da Medicina;
- nos séculos XIV, XV e XVI, várias universidades já haviam sido criadas, e a mobilidade estudantil se desenvolveu como uma necessidade para os estudantes, uma vez que o espírito renascentista estimulou o desejo pelo conhecimento e pela experiência em locais como Florença, Cambridge e Basel;
- o *Grand Tour* surge nos séculos XVII e XVIII. Trata-se de um movimento de mobilidade estudantil, especialmente para estudantes diferenciados: os melhores estudantes das melhores universidades. Esses estudantes realizavam seus estudos nas melhores instituições de Ensino Superior da Europa, especialmente na Alemanha, na Itália, Grã-Bretanha e França. Esse movimento garantia prestígio tanto para os estudantes quanto para as universidades que os acolhia. No retorno ao país de origem, o estudante aplicava seus conhecimentos aprendidos e garantia o desenvolvimento das suas regiões de origem;
- com a Revolução Industrial, no século XIX, percebe-se um aumento no número de viagens estudantis, decorrentes da multiplicação dos meios de comunicação e da facilidade de acesso aos meios de transporte. Os estudantes que retornavam de seus intercâmbios acabavam por criar centros de estudos em seus países de origem e multiplicavam seus conhecimentos, atraindo pesquisadores e estudantes de todas as partes

do mundo. Esse movimento foi fortemente percebido nos Estados Unidos, que enviavam seus estudantes para a Europa até o final do século XIX;

- no final do século XIX, China e Japão começavam a participar do movimento da mobilidade acadêmica, comparecendo, principalmente, com o envio de seus estudantes ao Exterior;
- no período pós-guerra, importantes movimentos de mobilidade estudantil modificaram o conceito de viagem de estudos para o conceito de aprendizado de convivência pacífica entre os povos. Os conceitos de igualdade, democracia e solidariedade foram fortemente difundidos com o objetivo de reerguer os países prejudicados pela guerra. Naquela fase surge a expressão *international understanding*, pregando os princípios da compreensão mútua e também o conceito de *international education*, ações decorrentes da necessidade de oferta de assistência aos países devastados;
- em 1922, cria-se o *Committee on Intellectual Cooperation* cujo objetivo estava na criação de um fundo mundial para pesquisas científicas, além do fomento à colaboração internacional, por meio da participação de pesquisadores;
- em 1930, iniciou-se a utilização da expressão *student exchange* pelo *International Institute of Intellectual Cooperation*, que entende que os intercâmbios culturais são instrumentos indispensáveis para a educação e o desenvolvimento dos jovens, uma vez que não somente oportuniza o aprendizado de idiomas, mas, acima de tudo assegura o contato com outros povos, fator que estimula novas amizades e desenvolve o conceito de tolerância e entendimento entre as nações;
- no final da década de 30, já estavam estabelecidas na Europa mais de 700 organizações, com a finalidade de promover intercâmbio cultural. Grandes iniciativas devem ser mencionadas, entre elas a criação do *British Council* e da *Alliance Française*, cujos objetivos eram ,fomentar a criação de programas governamentais de intercâmbio cultural;
- em 1946, a Comissão Fulbright, dos Estados Unidos, exerceu importante papel na definição da educação internacional. As fundações e os

governos investiram na formação de jovens no Exterior, especialmente para estudos sobre culturas e civilizações estrangeiras, relações internacionais, aprendizado de línguas estrangeiras, além do recrutamento de estudantes e de professores estrangeiros, desenvolvimento de parcerias internacionais, mediante acordos de colaboração, etc.;

- em 1950, surgiram os primeiros estudos de educação para a paz, e a Unesco, em 1955, no documento intitulado *Study Abroad*, reforça a ideia de que os programas de intercâmbio já não têm mais a finalidade de desenvolvimento da ciência ou do aluno, ainda que isso aconteça de forma natural, mas principalmente desenvolver a compreensão e colaboração entre as nações;
- a formação de blocos econômicos, como a União Européia, delineiam novos contornos para a educação internacional, que passa a ser considerada um forte elemento estratégico para o desenvolvimento do comércio e para a competitividade internacional. Entram com muita força estudos sobre ciência política, economia, gestão, informática, tecnologias;
- na década de 70, começaram a surgir as primeiras publicações sobre comunicação intercultural, tendo como seus principais representantes Larry Samovar e Richard Porter com a obra: *Intercultural communication: a reader*. (2000). O *International Journal of Intercultural Relations* começa a ser publicado em 1974, dando ampla difusão sobre o tema. E, em 1976, é criado o *Summer Institute in Intercultural Communication*, considerado a grande Meca para estudantes e pesquisadores do campo de comunicação intercultural;
- também na década de 70, o Brasil, por meio de suas agências nacionais de fomento à pesquisa científica, com recursos do governo brasileiro, organizou setores governamentais de cooperação internacional e estimulou com forte apoio financeiro a ida de bolsistas brasileiros para o desenvolvimento de seus estudos de pós-graduação no Exterior, especialmente em nível de mestrado e de doutorado. Existe uma evidente

formação de massa crítica, organizando a intelectualidade brasileira com forte tendência europeia e norte-americana;

- em meados da década de 80 (1986-1990), iniciou-se uma nova fase marcada por mobilidade em grande escala, fortemente estimulada pela criação de, pelo menos, 14 programas da União Europeia. Um dos programas de maior repercussão na Comunidade Europeia (CE), intitulado Sócrates, desenvolveu mobilidade em diferentes áreas. Desdobrou-se em diferentes programas de cooperação, sendo o mais importante e mais bem-sucedido, o *European Action Scheme for the Mobility of University Students (Erasmus – 1987)*, que buscava promover a mobilidade de estudantes e a cooperação acadêmica entre os países da Comunidade Europeia, objetivando que 10% de todos os estudantes dos Estados-parte dispusessem um período de estudos em outro Estado-parte;
- no mesmo período, foi criado o *Lingua*, um programa no âmbito da Comunidade Europeia, designado a favorecer e a promover o aprendizado de línguas estrangeiras em vários setores educacionais e profissionais;
- o Programa *Community Action Programme in Education and Training for Technology (Commett)*, por sua vez, também concebido no mesmo período, propõe a cooperação no âmbito da CE entre a universidade e a indústria de capacitação para a tecnologia;
- O Programa *The Trans European Mobility Scheme for Universities (Tempus)* foi desenhado para integrar, em programas educacionais e de treinamento, países da Europa Central e do Leste, originalmente Polônia e Hungria. Esses programas abriram espaço para a criação de diversos consórcios de universidades que promoviam a cooperação multilateral e foram responsáveis pelo deslocamento de milhares de estudantes por ano, os quais realizavam períodos de estudos reconhecidos no Exterior;
- Concomitantemente, no Brasil, em 1988, decorrente de uma visão de vanguarda do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, é criado um fórum específico para discutir as questões da cooperação

acadêmica internacional. O Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (Faubai) passa a ser o interlocutor privilegiado para a discussão de propostas e de programas que tratem da inserção do Brasil no cenário da educação internacional;

- no começo de 1989, tendo presente o sucesso e a ampliação em larga escala do Programa *Erasmus*, a Comunidade Europeia desenha um programa de mobilidade, baseado no reconhecimento dos estudos cursados em outra instituição de Ensino Superior. Estabelece, então, o *European Credit Transfer System* (ECTS). Inicialmente, durante alguns anos, o programa contemplou um esquema-piloto que envolveu apenas alguns (15) departamentos das cinco áreas de estudos. A União Europeia recomendou a inclusão de todas as instituições de Ensino Superior que haviam sido contempladas com o programa *Erasmus*, para que aderissem ao modelo de reconhecimento de estudos e de transferência de créditos, estimulando ainda mais a mobilidade estudantil;
- na década de 90, algumas iniciativas, ainda isoladas, iniciam o registro mais organizado e sistemático do envio de estudantes brasileiros ao Exterior, especialmente para estudos de graduação. Ainda sem contornos muito definidos, as universidades brasileiras ingressam nos programas de mobilidade, especialmente para o envio de estudantes, ainda não concorrendo de forma recíproca no recebimento de estudantes estrangeiros;
- nesse mesmo período, muitas universidades brasileiras institucionalizaram o processo de internacionalização, criando para isso estruturas administrativas específicas para tal fim. A criação de departamentos, assessorias, coordenadorias, secretarias ou ainda diretorias, com a finalidade de tratar da gestão da cooperação internacional, foi fortemente sentida, especialmente pelo número de novas adesões registradas no Faubai. O objetivo maior desses departamentos foi, além de organizar as ações de Cooperação Internacional (CI), fomentar a mobilidade estudantil e inserir o Brasil nos programas já promovidos pelas agências de intercâmbio acadêmico internacional, como o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Daad), Campus France,

Comissão Fulbright; British Council, Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (Aecid), entre outros;

- em 1998, com a clara determinação da Unesco sobre a responsabilidade com a cooperação internacional, as instituições de Ensino Superior iniciam uma forte corrida em busca de sua inserção nos programas de mobilidade, concorrendo para o maior envio de estudantes, em decorrência da necessidade de ampliação dos números de seus quadros de mobilidade, como um dos elementos de garantia de qualidade institucional;
- diante da necessidade sentida pelos países da União Europeia, com relação à obviedade de firmar seu posicionamento diante da globalização e das novas tendências determinadas para a educação, os ministros de Educação de alguns países europeus assinaram, em 1999, a Declaração de Bolonha, que leva em conta três aspectos fundamentais: empregabilidade, mobilidade e competitividade. A interpretação das pressões globais resultou na necessidade de uma reestruturação convergente do sistema de Ensino Superior europeu, promovendo a harmonização curricular. Dessa forma, a mobilidade dos estudantes, o reconhecimento de estudos e a consequente transferência dos créditos cursados podem ser feitos de maneira institucional, profissional e não somente de forma amigável e baseada em reconhecimento mútuo, como foi a concepção inicial da mobilidade. O objetivo final é o estabelecimento de condições claras para que as instituições de Ensino Superior saiam das fronteiras europeias e tornem-se atrativas e competitivas no mercado da educação mundial;
- na sequência dos grandes eventos, está a Conferência de Ministros da Educação realizada em Praga, em 2001, seguida da Conferência de Berlim, em 2003. A síntese das declarações estabelece a criação de um espaço europeu de educação superior, a ser definido até 2010, com o objetivo de tornar as instituições de Ensino Superior europeias mais atrativas e competitivas frente à concorrência do mercado mundial da educação; a introdução de programas de bacharelado de 3-4 anos, seguidos de programas de mestrado de 1-2 anos, totalizando 5 anos de

estudos; apoio para aumentar a mobilidade além do ano corrente de estudos; cooperação para o desenvolvimento de currículos, ECTS, reconhecimento de diplomas, e garantia de qualidade (TEICHLER, 2003, p. 334);

- a exemplo dos movimentos europeus, demais países de outros continentes estão seguindo o modelo desenhado pela Comunidade Europeia, revendo suas estruturas acadêmicas e administrativas, com o objetivo de poder concorrer para a participação em programas oficiais de mobilidade acadêmica internacional. Está evidente que as instituições de Ensino Superior estão identificando, na oferta da mobilidade para seus estudantes, um elevado diferencial competitivo e uma maneira de assegurar sua posição nos *rankings* de avaliação internacional, mas, acima de tudo, como uma forma de garantir a manutenção de seus estudantes no quadro discente da instituição;
- em 2008, algumas reuniões ocorreram com a finalidade de preparar as discussões para a futura Conferência da Unesco (Paris+11), ou seja, transcorridos onze anos da Conferência Mundial sobre a Educação Superior de 1998, é chegado o momento de uma nova análise e novas discussões sobre os rumos e desdobramentos seguidos pelo processo de internacionalização e suas ações de cooperação internacional, entre elas a mobilidade acadêmica. Precisamente, no ano de 2008, a Conferência Regional de Ensino Superior (Cres) foi realizada em Cartagena das Índias, já sinalizando a posição da América Latina com relação aos temas que serão discutidos pela Unesco.¹²

Este percurso por alguns importantes momentos da história, possibilita o reconhecimento de que a mobilidade acadêmica internacional esteve sempre presente, seja como uma iniciativa individual, seja como um projeto institucional, ou ainda como uma forte posição dos governos.

Independentemente da forma, do nome ou da origem, a necessidade de compreender o comportamento dos outros povos é uma premência sentida por todos os seres humanos, uma vez que reflete seu próprio conhecimento,

¹² Até o momento da redação desta tese, junho de 2009, a agenda dos trabalhos da Unesco ainda não estava liberada. A reunião está prevista para ocorrer em julho de 2009, em Paris.

entendimento e aceitação. No momento atual, em que o estabelecimento de processos de comunicação eficazes e de respeito são fundamentais para assegurar a paz entre as nações, mais do que nunca torna-se necessário colocar luz às questões da mobilidade estudantil, das oportunidades de estudos para conhecimento das diferentes línguas estrangeiras, juntamente com o entendimento dos hábitos, das crenças e dos valores dos outros povos.

Fomentar e ampliar a oportunidade e a oferta de experiências internacionais para os jovens deve ser tópico constante nas agendas de discussão e nos fóruns de decisão internacionais, o que justifica sobremaneira a relevância deste estudo.

3.2 CONCEITOS DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

Os conceitos de mobilidade acadêmica internacional sofreram alterações e adaptações no decorrer dos anos, especialmente a partir dos anos 90.

Uma definição relevante sobre o tema é da Unesco (1998) e divide a mobilidade em *vertical mobility* e *horizontal mobility*. A diferença principal entre as duas nomenclaturas está relacionada com a situação econômica dos países envolvidos.

De acordo com a Unesco:

A mobilidade vertical pressupõe o deslocamento de estudantes oriundos de países menos favorecidos economicamente em direção aos países economicamente mais fortes, com o objetivo de ter acesso a programas de maior qualidade de educação superior e posteriormente melhores colocações no mercado de trabalho nos seus países de origem. Certamente, pode-se apreender com esta informação que a mobilidade vertical é a que registra maior ocorrência de opção pelos estudantes. (2033, p. 315).

No entanto, esse conceito não está vinculado somente a questões de ordem econômica, mas também a questões relacionadas com a duração dos programas.

A mobilidade vertical, na maior parte dos casos, implica a permanência de estudantes estrangeiros na instituição anfitriã, durante a realização de todo o curso acadêmico. Espera-se que os estudantes adaptem-se à qualidade e aos ambientes de estudos no país hospedeiro, por períodos de maior duração, dada a diferença existente entre a instituição de acolhida e a instituição de origem.

A mobilidade horizontal, por sua vez, é realizada frequentemente por períodos menores. Se as instituições envolvidas, tanto a do país de origem quanto a do país anfitrião, são vistas como instituições em nível de igualdade, pode-se esperar dos estudantes uma melhor e mais rápida adaptação aos padrões locais e ao ambiente oferecido e, portanto, os mesmos benefícios de uma experiência internacional são obtidos, porém por um período menor de ausência do país.

Independentemente da forma de mobilidade, os registros estão sinalizando aumentos significativos na mobilidade estudantil. Com essa crescente expansão do número de estudantes participando de programas de mobilidade internacional, é natural que as instituições que pensam e que organizam tais programas estejam atentas às tendências, aos movimentos e, principalmente, ao perfil das novas necessidades apresentadas pelos estudantes.

Os dados podem ser conferidos em estudos e monitoramentos realizados por diferentes organismos internacionais, como a OCDE, Unesco, Institute of International Education (IIE), International Association of Universities (IAU), entre outros, os quais demonstram em suas estatísticas que pelo menos 2% dos estudantes estudam em países diferentes do seu país de origem.

Com o acesso facilitado a um universo de informações e descobrindo as inúmeras possibilidades de realizar uma vivência no Exterior, os estudantes estão cada vez mais ávidos por programas diferenciados, por propostas inovadoras e estão realizando seus intercâmbios internacionais cada vez com mais exigência e com mais regularidade.

Os primeiros programas oferecidos para a realização de Ensino Médio – *high school* – no Exterior já existem há muito tempo. Uma das mais antigas organizações responsáveis por essa forma de intercâmbio é a *American Field Service* (AFS). Uma organização internacional, voluntária, não governamental e sem fins lucrativos, que oferece oportunidades de aprendizagem intercultural para ajudar pessoas no desenvolvimento de seu conhecimento, de habilidades e na compreensão necessários para a criação de um mundo melhor, mais justo e pacífico. Focaliza suas atividades especialmente no intercâmbio de jovens entre 16 e 18 anos, com a finalidade de estudos de Ensino Médio. A AFS marca história, uma vez que foi pioneira no envio e no recebimento de estudantes de Ensino Médio e no envolvimento de famílias anfitriãs de forma voluntária.

Da mesma forma, a possibilidade de realização de estudos de pós-graduação no Exterior não é movimento recente. Há muitos anos, cidadãos buscam, ou por necessidades profissionais ou por necessidades pessoais, sua qualificação em outros países. As razões podem ser as mais diversas, desde a identificação de centros de excelência no Exterior, em determinadas áreas de conhecimento, até mesmo o puro prazer de ter uma vivência internacional unida à possibilidade de qualificação.

Um fator relevante, que impulsionou a mobilidade acadêmica internacional, está fortemente vinculado à criação do espaço europeu de educação superior, que é um dos principais objetivos da Declaração de Bolonha e que deverá estar concluído até 2010.

Segundo De Witt,

um conjunto de objetivos específicos foi estabelecido a fim de atender ao proposto para a criação do espaço: um quadro comum de titulações comparável e reconhecido; níveis de graduação e de pós-graduação em todos os países; sistema de créditos compatível – ECTS; uma dimensão europeia em assegurar a qualidade, e a eliminação dos restantes obstáculos para a mobilidade. (DE WITT, 2004).

Apesar do aprendizado em diferentes formas de mobilidade já existentes, a internacionalização alavancou outros tipos de intercâmbio, que passaram a incluir outros atores, especialmente estudantes universitários em nível de graduação.

Essa a facção de jovens, que ingressam no Ensino Superior, está sendo identificada como uma grande fatia do mercado educacional, potencialmente forte para investimentos e para multiplicação de resultados, pois são eles que estão dispostos a protagonizarem mudanças no entendimento da necessidade de flexibilidade e das novas formas de mobilidade acadêmica, e estão atentos às exigências profissionais no que diz respeito ao domínio de línguas estrangeiras e de vivências com povos culturalmente diferentes.

Atentas a esses fatores, e respondendo também às demandas globais, as instituições de Ensino Superior, juntamente com os governos, iniciam a promoção de formas diversificadas de programas de educação internacional, que possam atender às necessidades de:

- formar cidadãos com competências globais;
- atender às necessidades dos mercados, que exigem outro perfil de profissional;

- responder aos fenômenos como a globalização;
- assegurar a qualidade dos programas, mediante parcerias internacionais;
- garantir a presença dos estudantes nos seus quadros discentes, tendo como atrativo a mobilidade internacional;
- concorrer com as melhores instituições para a captação de estudantes estrangeiros, pela oferta de seus próprios programas de mobilidade.

A lista de razões não para por aí. Pode-se seguir elencando um número infindável de fatores; no entanto, o mais importante neste momento é o entendimento da forma como essa mobilidade se materializa na vida acadêmica dos estudantes e das instituições, ou seja, aqueles que são considerados estudantes internacionais realizam qual tipo de atividade, quanto tempo permanecem, qual seu perfil acadêmico e, principalmente, linguístico?

O relato histórico da mobilidade acadêmica internacional demonstra a criação de programas específicos para essa finalidade, especialmente o programa Erasmus e o sistema ECTS, que dão conta do reconhecimento dos créditos cursados. A exemplo desses programas criados originariamente nas instituições de Ensino Superior europeias, muitas instituições de diferentes continentes começaram a organizar seus próprios programas, observando suas peculiaridades, mas tendo como foco principal a possibilidade de oportunizar aos seus estudantes uma vivência internacional, pela realização de um período de estudos em outra instituição no Exterior.

As formas de mobilidade acadêmica foram se multiplicando, se definindo e se organizando, especialmente de acordo com os objetivos, o período, a duração e as formas de atividades realizadas pelos estudantes.

As modalidades de intercâmbio acadêmico internacional, com maior registro, são as seguintes:

- a) semestre no Exterior – *Exchange program* ;
- b) semestre no Exterior – *Study abroad*;
- c) duplo diploma – *Double degree*;
- d) programas conjuntos – *Joint programs*;
- e) programas de verão – *Summer programs*;
- f) programas de curta duração – *Short term programs*;

- g) programas de línguas estrangeiras – *Foreign language programs*;
- h) atividades isoladas – *Free activities*;
- i) estágios acadêmicos – *Internships*;
- j) trabalhos voluntários – *Work programs*.

A caracterização de cada uma dessas modalidades é fundamental, pois, por meio dela, poder-se-á identificar a necessidade da preparação acadêmica, linguística e cultural dos alunos, de acordo com o nível e com o perfil exigido para cada uma delas.¹³

A *Organization for Economic Co-Operation and Development* (OCDE), no documento *Internationalization and trade in higher education: oportunities and challenges*, publicado em 2004, estabeleceu alguns parâmetros para definir as modalidades de atividades desenvolvidas no Exterior, quem as desenvolve e por quanto tempo, conforme mostra o quadro a seguir.

¹³ A referência ao título dos programas está feita em língua inglesa, uma vez que são mundialmente conhecidos e utiliza-se a nomenclatura anglo-saxônica como forma de harmonizar o entendimento entre os agentes da cooperação internacional universitária.

Type	Main forms	Examples	Size
1. People			
Students/ trainees	Student mobility	<ul style="list-style-type: none"> - Full study abroad for a foreign degree or qualification - Part of academic partnership for home degree or joint degree - Exchange programmes 	This activity probably constitutes the largest share of cross-border education activities
Professors/ trainers	Academic/trainer mobility	<ul style="list-style-type: none"> - For professional development - As part of an academic partnership - Employment in a foreign university - To teach in a branch institution abroad 	A traditional activity in the education sector which should grow given the emphasis on mobility of professionals and internationalization of education more generally
2. Programmes			
Educational programmes	Academic partnerships E-learning	<ul style="list-style-type: none"> - Joint course or programme with a foreign institution - E-learning programmes - Selling/franchising a course to a foreign institution 	Academic partnerships represent the largest share of these activities E-learning and franchising are rapidly growing activities
3. Institutions			
Universities Training centres Companies	Foreign campuses Foreign investments	<ul style="list-style-type: none"> - Foreign branch campuses - Buying (part of) a foreign educational institution - The establishment of foreign-branded institutions 	A trend increasing very quickly from a modest starting point

Quadro 1: Types of cross-border education activities

Fonte: Organization for Economic Co-Operation and Development – Internationalization and trade in higher education. Opportunities and Challenges, Paris, OECD (2004).

Alguns outros conceitos são utilizados para descrever as modalidades conforme são utilizados por algumas instituições de Ensino Superior. Os programas e suas definições podem ser assim descritos:

a) semestre no Exterior – *Exchange program*. Nessa modalidade, o estudante desenvolve estudos de graduação por meio de programas de cooperação mantidos pela instituição de Ensino Superior onde ele está estudando, com outras instituições congêneres. Essa modalidade geralmente é oferecida com base na reciprocidade, ou seja, as duas instituições envolvidas enviam e recebem o mesmo número de estudantes, mantendo assim um equilíbrio nos programas que buscam benefícios mútuos. A relevância dessa modalidade está no aproveitamento dos estudos desenvolvidos na instituição anfitriã com total reconhecimento dos créditos cursados pela instituição de origem. Geralmente os estudantes permanecem durante

um semestre no Exterior, podendo estender a permanência por até mais um período de estudos. Trata-se de um programa de alta complexidade; portanto, os estudantes devem apresentar proficiência na língua do país de destino, concedida pelos organismos internacionais de testagem linguística;

b) semestre no Exterior – *Study abroad*. A diferença básica entre os programas chamados *Student exchange* e *Study abroad* está na forma de institucionalização dos mesmos. Enquanto o primeiro prevê um acordo interinstitucional que dê conta dos trâmites administrativos do intercâmbio, o segundo pode ser desenvolvido como iniciativa do próprio estudante, em contato com a instituição de acolhida. Geralmente são iniciativas isoladas, pelas quais o estudante busca uma forma de qualificação na sua área de estudos. Essa modalidade não prevê o reconhecimento de créditos, e as exigências acadêmicas são um pouco mais flexíveis. O nível de conhecimento de línguas estrangeiras é exigido mediante testes de proficiência;

c) duplo diploma – *Double degree*. Para a realização de um programa de duplo diploma, é necessário um aprofundado estudo dos currículos, dos programas, dos objetivos e das ementas de cada disciplina dos cursos de graduação envolvidos. O objetivo final é que o estudante internacional desenvolva um período de estudos na instituição anfitriã e, no final do curso de graduação, obtenha os dois diplomas, tanto da sua instituição de origem quanto da instituição anfitriã. É um programa mais complexo, que exige um nível de negociação mais avançado entre o corpo docente das duas instituições. Porém, traz benefícios muito maiores para as universidades e para os estudantes. Geralmente são programas de alto nível de qualidade, que, além do intercâmbio de estudantes, busca com o fortalecimento de seus programas de pós-graduação e de seus grupos de pesquisa, pois há evidente investimento na formação de estudantes altamente qualificados. O domínio de línguas estrangeiras é bastante elevado, sendo condição básica para ingresso no programa, e deverá ser comprovado de forma oficial. Alguns países como, por exemplo, a Alemanha, oferecem cursos de línguas estrangeiras para fortalecer as habilidades de comunicação dos candidatos, antes do início do programa;

d) programas conjuntos – *Joint programs*. A modalidade em questão propõe que as duas ou mais instituições envolvidas desenvolvam um programa de graduação conjunto, e que no final, os estudantes recebam um diploma único,

porém com o selo das universidades partícipes. Geralmente são programas desenvolvidos entre instituições que buscam soluções para problemas comuns e que podem, mediante reconhecimento mútuo, promover programas conjuntos. Os estudantes são rigorosamente selecionados e desenvolvem parte de seus estudos na universidade de origem e parte na universidade de acolhida. Ao concluírem o curso, a titulação está assegurada pelas duas universidades num só documento. As vantagens para o aluno são evidentes, uma vez que ele poderá, após concluir seu curso, optar pelo país onde quer trabalhar, uma vez que a sua habilitação profissional já está assegurada com o diploma que lhe foi conferido. Programa complexo, com alto grau de exigência tanto no perfil acadêmico dos estudantes quanto na proficiência da língua do país de acolhida;

e) programas de verão – *Summer programs*. Uma forte tendência da internacionalização foi sentida no desenvolvimento e na formatação de novas formas de programas que dessem conta de atender a um público diferenciado que não dispõe do mesmo tempo para a realização de atividades integrais de graduação no Exterior. Os cursos são concebidos de forma a atender a um público bastante diversificado, tanto em termos de áreas de conhecimento quanto em nível de formação acadêmica. Exige-se conhecimento da língua de instrução em que as aulas serão ministradas, sendo que uma forte tendência é a oferta de cursos dessa natureza, totalmente ministrados em língua inglesa. Dessa forma, pode contemplar um número maior de interessados, oriundos de diferentes continentes e de diferentes *backgrounds* linguísticos. Como o período de estudos é pequeno, se for comparado aos outros programas, o aprofundamento dos conteúdos é bastante relativo. A proposta mantém as instituições ativas, mesmo em períodos de recesso acadêmico, otimizando a ocupação dos espaços institucionais e possibilitando que estudantes estrangeiros possam realizar suas experiências no Exterior;

f) programas de curta duração – *Short term programs*. Seguindo o modelo dos programas de verão, muitas instituições estão oferecendo cada vez mais um catálogo diversificado de programas de curta duração, com o objetivo de oferecer alternativas de qualificação e atualização a profissionais e estudantes de todo o mundo. Os cursos de curta duração tratam de temas específicos, são oferecidos por períodos menores e reúnem estudantes de diferentes nacionalidades. A língua de instrução dependerá da proposta do curso, mas espera-se que os estudantes

tenham conhecimento suficiente para o acompanhamento das aulas. Geralmente, não são exigidos comprovantes oficiais de proficiência linguística, porém caberá ao estudante avaliar seu nível de conhecimento e sua possibilidade de acompanhar, com qualidade, as instruções e os conteúdos abordados nos cursos;

g) programas de línguas estrangeiras – *Foreign language programs*. Cursos desenhados para capacitar estudantes estrangeiros com o domínio das quatro habilidades de comunicação em língua estrangeira. Essa modalidade ainda detém altos índices de preferência indicados pelos estudantes como as principais razões para a realização de estudos no Exterior. Os cursos podem ter duração variada, dependendo do nível de conhecimento e do interesse dos estudantes em aprofundar o domínio da língua estrangeira em questão. Testes de nivelamento são aplicados para que cada estudante seja colocado em grupos, de acordo com seu nível de conhecimento linguístico e suas condições de acompanhar o desempenho do grupo;

h) atividades isoladas – *Free activities*. Os estudantes que desejam ter uma experiência no Exterior também podem optar pelo desenvolvimento de atividades isoladas, ou seja, atividades acadêmicas oferecidas por programas de graduação, mas que podem ser frequentadas por estudantes que, inclusive, já concluíram seus cursos de graduação e que buscam uma qualificação em determinado assunto. Tendo em vista que o foco não está no aprendizado de uma língua estrangeira, recomenda-se que os estudantes já sejam proficientes, mesmo que a comprovação de conhecimentos não seja exigida;

i) estágios acadêmicos – *Internship*. Cada vez mais frequente e recebendo grande atenção por parte dos empregadores que buscam, na mão de obra estrangeira, diferentes capacidades e habilidades profissionais específicas, a realização de estágios acadêmicos está muito valorizada. Oportuniza aos estudantes a aplicação dos conteúdos desenvolvidos durante seu curso de graduação em situações práticas. Porém, além disso, está a possibilidade de interação direta com as comunidades locais dos diferentes países, oportunizando grande amadurecimento linguístico e intercultural, dada a quantidade de exposição dos estudantes em situações reais. O domínio de línguas, dependendo da atividade, é proporcionalmente exigido. Principalmente em países como Estados Unidos, Alemanha, Austrália, que abriram suas portas para a presença de estudantes

estrangeiros em seus quadros funcionais, mesmo que por períodos de curta duração, de aproximadamente quatro meses;

j) trabalhos voluntários – *Work programs*. Também considerada uma excelente oportunidade de vivência internacional e de aproximação com outras culturas, o trabalho voluntário fortalece muito os conceitos de solidariedade e de compreensão da diversidade. Os acadêmicos podem realizar diferentes atividades de caráter social, pedagógico, entre outros. Países subdesenvolvidos têm despertado cada vez mais a atenção de estudantes e de instituições de países economicamente fortes. A experiência de atuar em comunidades menos favorecidas é uma das atividades mais procuradas pelos estudantes internacionais que veem ali uma oportunidade de crescimento profissional e humano. Domínio de línguas recomendável, porém não obrigatório, pois é parte importante do desenvolvimento acadêmico dos alunos. O período de permanência pode variar de acordo com os objetivos previamente determinados pelos coordenadores dos programas. Geralmente são realizados em períodos de férias acadêmicas.

Todas essas formas, além de outras aqui não descritas, fazem parte do universo da mobilidade acadêmica internacional, que a cada ano vem reunindo um número cada vez maior de estudantes, pesquisadores, gestores, professores, que entendem a fundamental relevância de uma experiência no Exterior, para o desenvolvimento de suas competências globais.

3.3 EDUCAÇÃO INTERNACIONAL NO MUNDO: CENÁRIOS E REALIDADES

Segundo dados da Unesco de 2009, existem no mundo mais de 100 milhões de estudantes matriculados no Ensino Superior.

A expectativa de crescimento é ainda maior conforme as previsões realizadas para os quadros da educação superior, que prevê uma demanda global superior a 250 milhões de estudantes matriculados até 2025, conforme aponta a figura abaixo, tendo como referência os estudos da *Organization for Economic Cooperation and Development* (OCDE).

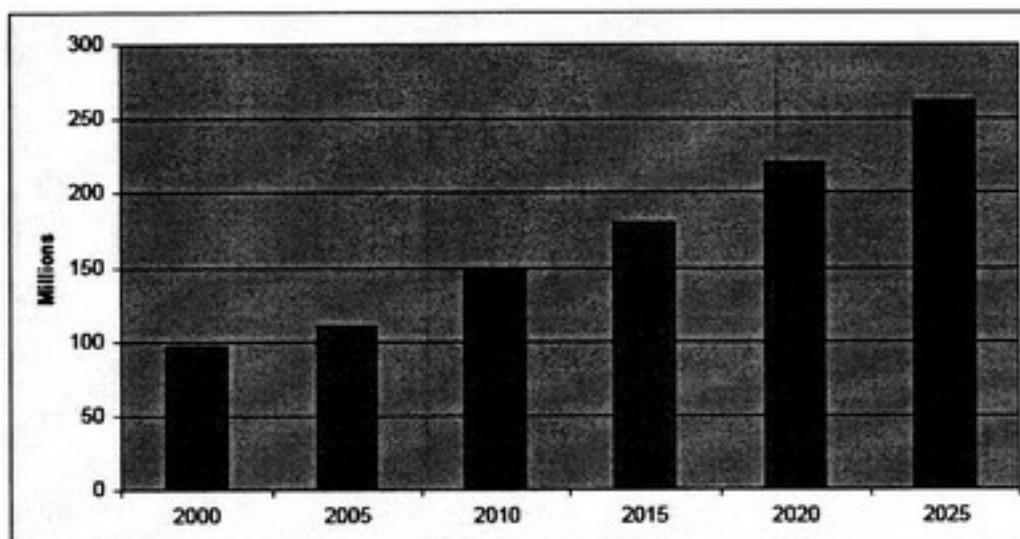


Figura 1: Demanda global da educação superior

Fonte: *Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE)*, 2005.

Três milhões de estudantes de Ensino Superior estão matriculados fora de seus países e, nos próximos 10 anos, a OCDE prevê 10 milhões de estudantes em mobilidade no Exterior.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do monitoramento dos números da mobilidade, faz uma estimativa e prevê um crescimento de 200% nos próximos 15 anos, no mundo inteiro, de estudantes que estarão participando de atividades educacionais em nível internacional. Essa previsão atingirá o contingente de 10 milhões de pessoas realizando estudos fora do seu país de origem.

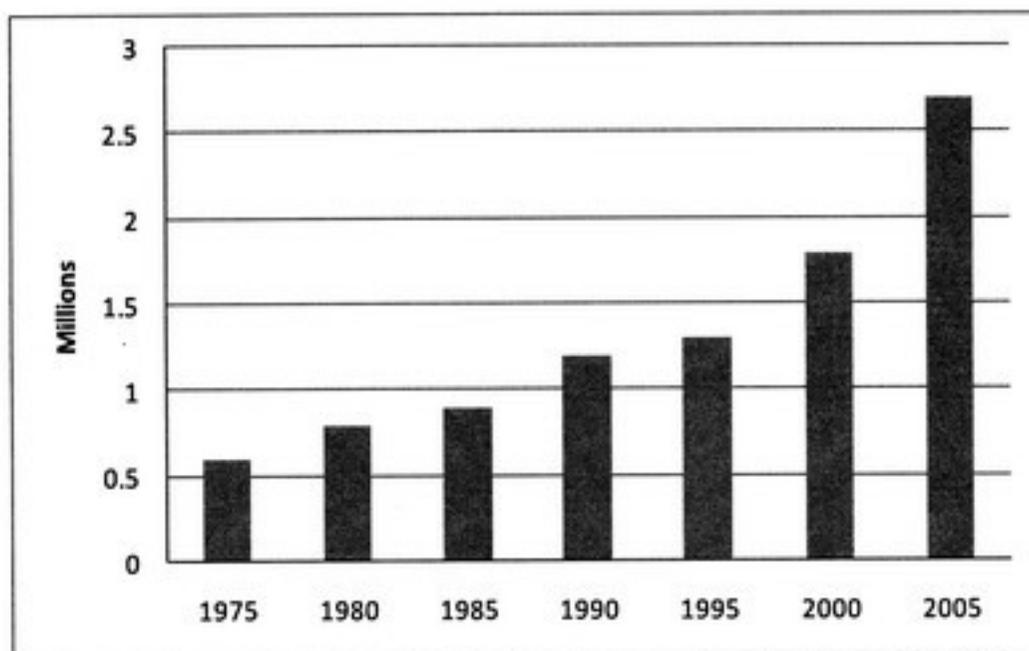


Figura 2: Número de alunos matriculados fora dos seus países de origem, entre 1975 e 2005
 Fonte: OECD Education at a Glance, 2007.

Ainda segundo a OCDE, os números da mobilidade cresceram quase 50% entre 2000 e 2005. Cerca de 60% dos estudantes internacionais no mundo vêm da Ásia – China, Índia, Japão e Coreia do Sul – e eles se deslocam especialmente para os EUA, Reino Unido, a Alemanha, a França e a Austrália. Apenas nos EUA, há mais de meio milhão de estudantes internacionais e, pelo menos, 100 mil professores estrangeiros.

Dois terços dos estudantes estrangeiros nos países da OCDE são oriundos de economias não pertencentes à Organização, sendo que as maiores fontes são China, Índia, Marrocos, Malásia e Hong Kong-China; 84% dos estudantes oriundos de países da OCDE escolhem como destino os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha, a França e a Austrália.

Dados da *Australian Education International* indicam que a Austrália acolheu 344.815 mil estudantes internacionais em 2005. Em 2007, 137 mil estudantes internacionais foram para a Austrália realizar cursos de língua inglesa, gerando 970 milhões de dólares americanos.

O Reino Unido, anualmente, recebe 325 mil estudantes internacionais na educação superior e 500 mil em programas de estudos de língua inglesa de diferentes tipos de instituições, gerando uma receita direta de 10 bilhões de libras, segundo dados do *British Council*.

A França, segundo dados do Ministério Francês dos Assuntos Exteriores e Europeus, recebeu, no ano acadêmico 2007-2008, 260 mil estudantes estrangeiros, para cursar, em parte ou integralmente, estudos de Ensino Superior, ocupando a quarta posição mundial, depois dos Estados Unidos, da Austrália e do Reino Unido, e na frente da Alemanha.

Por outro lado, países que tradicionalmente sempre ocuparam posição de destaque na acolhida de estudantes internacionais, como Estados Unidos e Austrália, dentre outros, passam agora a redefinir a política de inserção internacional de sua educação, reconhecendo a importância de estimular seus estudantes a realizarem estudos no Exterior.

Em 2017, os Estados Unidos esperam quintuplicar o número de estudantes americanos no Exterior, atingindo pelo menos um milhão de estudantes em outros países, como resultado das ações propostas pela Comissão Lincoln do Congresso americano, que indica que líderes empresariais norte-americanos reconhecem que necessitam de profissionais com competências globais, para serem capazes de atuar num mundo em que 1/6 dos empregos nos EUA está ligado ao mercado internacional.

Pesquisa realizada em 2002 indica que $\frac{3}{4}$ dos estudantes americanos acreditam ser importante realizar estudos ou estágios no Exterior durante sua formação acadêmica, inclusive fora dos destinos tradicionais da Europa Ocidental (*ACE Public Opinion Poll*). A América Latina já é o segundo destino escolhido por estudantes americanos.

O número absoluto de estudantes estrangeiros cresceu de aproximadamente 300.000 no início da década de 60 para mais de 1.5 milhões na metade dos anos 90, sendo que o aumento de estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior no mundo cresceu com o mesmo ritmo.

Ao mesmo tempo que se pode considerar o crescimento da demanda global da educação superior, acompanha-se o aumento dos números da demanda global da educação superior internacional, ou seja, o número de estudantes estrangeiros estudando em outros países terá um crescimento que atingirá 8 milhões até 2025, corroborando as margens de ampliação observadas até o momento e de acordo com as expectativas dos estudos da OCDE, conforme figura abaixo.

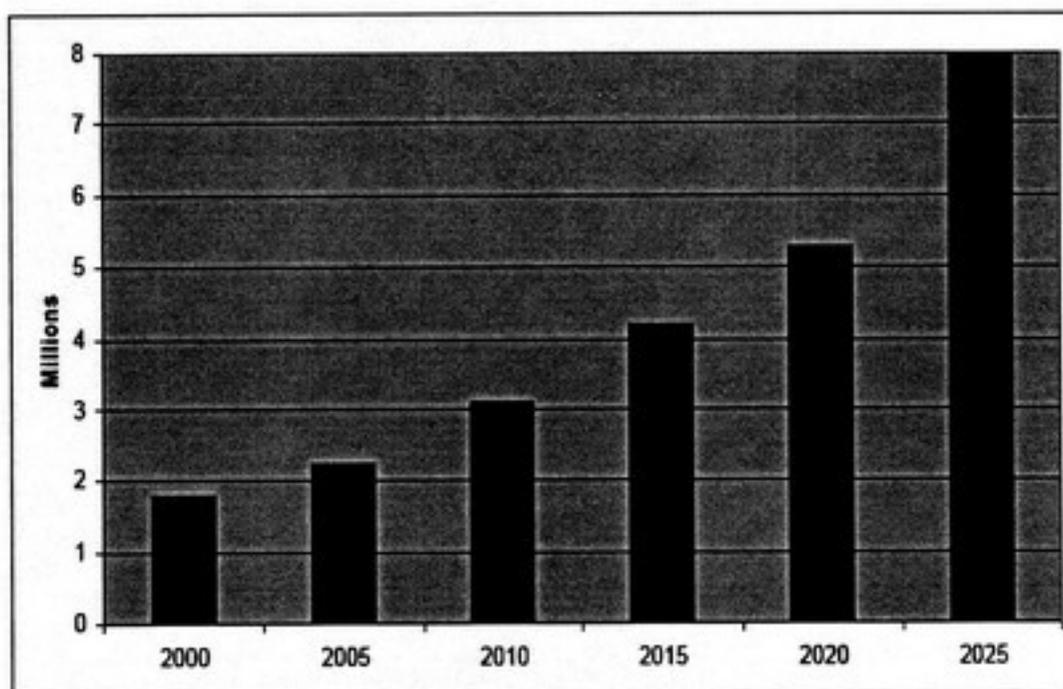


Figura 3: Demanda global da educação superior internacional
 Fonte: *Organization for Economic Cooperation and Development (OCDE)*, 2005.

Importante é se ter presente, numa análise sobre a mobilidade acadêmica internacional, quais as nacionalidades mais representativas e que comparecem com o maior número de estudantes, uma vez que essa leitura pode sinalizar claramente os níveis de internacionalização das instituições de Ensino Superior daqueles países; seu entendimento sobre os impactos com a mobilidade acadêmica, e os investimentos que são feitos para assegurar essa mobilidade.

Países do Reino Unido, especialmente a Inglaterra, juntamente com a Alemanha e a França continuam liderando a lista de países que mais recebem estudantes internacionais.

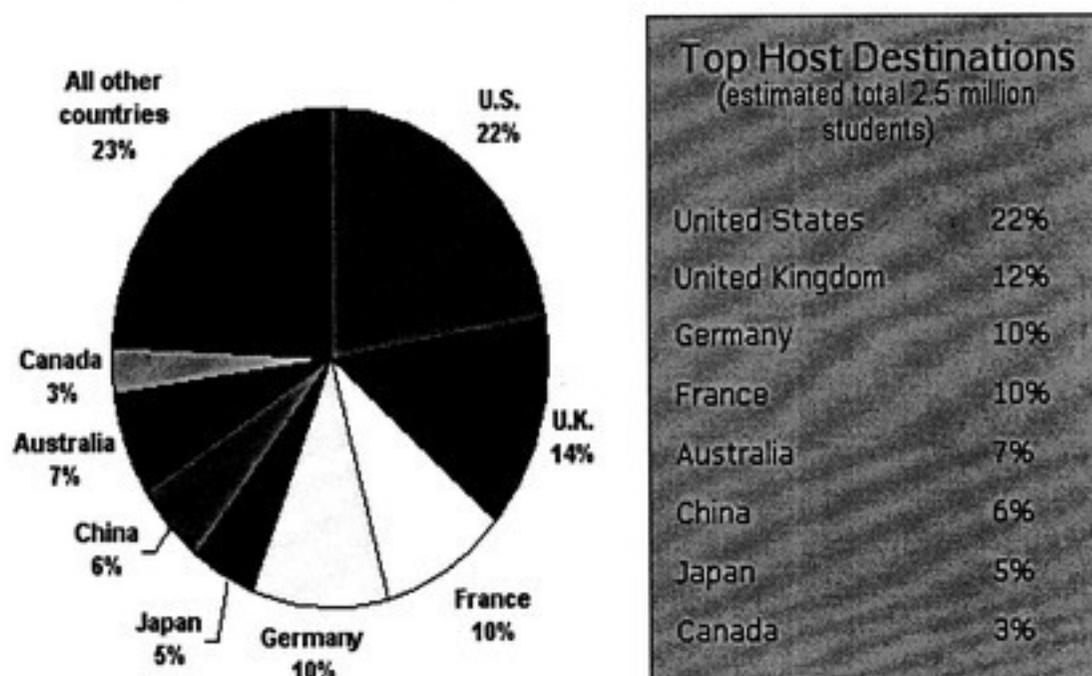
Historicamente isso foi comprovado com o levantamento apresentado anteriormente. A forte liderança dos Estados Unidos e a inclusão da Austrália, como países de grande acolhida de estudantes internacionais, despertam a atenção, conforme se pode verificar nos números apresentados na tabela a seguir, decorrente de estudos feitos pelo *Atlas of Student Mobility – International Institute of Education (IIE)*.

Tabela 1 – Número de estudantes de Ensino Superior Total e Internacionais

PAÍS	TOTAL em milhões	INTERNACIONAIS em mil
EUA	14,59	564,7
Reino Unido	2,31	344,3
Alemanha	1,96	246,3
França	2,16	237,6
Austrália	0,86	167,9
China	23,00	141,1
Japão	4,03	117,9
Canadá	1,01	75,2

Fonte: Atlas of Student Mobility, International Institute of Education (IIE), 2006.

Além dos dados do IIE, da mesma forma a Unesco traz informações relevantes sobre os destinos mais procurados pelos estudantes internacionais. A grande procura está por oportunidades nos Estados Unidos, seguido dos países do Reino Unido, da Alemanha, da França e da Austrália. Há forte comparecimento de países asiáticos, como China e Japão, e também Canadá.

**Figura 4: Principais destinos de estudantes de Ensino Superior**

Fonte: Unesco, 2006 e IIE / Open Doors 2006: Report on International Educational Exchange

Perceptível é a diferença ocorrida nos destinos da mobilidade. Conforme Teichler:

Na metade dos anos 90, a proporção de estudantes estrangeiros entre os estudantes matriculados era de 7% a 8% em países como a França, Alemanha, Reino Unido e Austrália. Porém, somente 3% nos Estados Unidos e cerca de 2% no Canadá e no Japão. Somente 2% de Britânicos, Franceses, Alemães e Japoneses, cerca de 1% de Australianos e menos de 1% de Norte-americanos estudaram no Exterior. (TEICHLER, 2003, p. 314).

Existem preferências apontadas pelos estudantes internacionais, com relação à escolha dos destinos para realização de seus intercâmbios. As razões de escolha são as mais diversas, mas, dentre elas está a qualidade institucional, a localização geográfica do país e da instituição, a língua de instrução, a semelhança com seu país de origem, a influência da escolha de amigos e familiares, oportunidades e facilidades.

Essas razões elucidam estudos feitos pela *International Association of Universities* (IAU), mostradas no quadro a seguir, e que indica as prioridades apontadas pelos estudantes de diferentes nacionalidades por determinados destinos.

REGIÃO	PRIORIDADE 1	PRIORIDADE 2	PRIORIDADE 3
ÁFRICA	ÁFRICA	ÁSIA, EUROPA	AMÉRICA DO NORTE
ÁSIA	ÁSIA	EUROPA	AMÉRICA DO NORTE
EUROPA	EUROPA	AMÉRICA DO NORTE	ÁSIA
AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	EUROPA	ÁSIA, AMÉRICA LATINA
ORIENTE MÉDIO	EUROPA	AMÉRICA DO NORTE	ORIENTE MÉDIO
AMÉRICA DO NORTE	ÁSIA, EUROPA	ORIENTE MÉDIO	AMÉRICA LATINA

Quadro 2: Prioridade de destino de estudantes internacionais
Fonte: *International Association of Universities* (IAU), 2006.

No que diz respeito aos estudantes da América Latina, a OCDE registra que esse continente apresenta o mais baixo índice de mobilidade estudantil do mundo, apenas 4%, comparado com a Ásia, que mantém o índice de 45%; a Europa, que totaliza os 30%; os 11% na África e os 6% na América do Norte.

Apesar dos baixos índices, percebe-se um forte crescimento no interesse por parte dos estudantes latino-americanos em buscar uma experiência internacional, especialmente escolhendo destinos como a Europa e a América do Norte.

Por outro lado, apesar do visível crescimento nos últimos anos, países da América Latina também (ainda) recebem poucos estudantes estrangeiros, sendo que a maioria vem de países como os Estados Unidos e da Europa e participam de programas no México e na Costa Rica, conforme informações do *International Institute of Education* (2003). A maioria dos estudantes busca o aprendizado da língua espanhola e o conhecimento da cultura latino-americana.

Os países da América Latina estão se tornando cada vez mais populares para a acolhida de estudantes, dentre eles e especialmente o Brasil, como uma das mais novas economias emergentes e viáveis para intercâmbio internacional.

A inexistência de um espaço latino-americano de educação superior, bem como de um sistema organizado e harmônico de aproveitamento de estudos e de reconhecimento de créditos, que facilite a participação sistemática para os estudantes internacionais em mobilidade, é um dos fatores que deve ser considerado no momento de análise da baixa mobilidade.

3.4 EDUCAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL: DESAFIOS PARA TORNAR UM PAÍS VIÁVEL PARA A MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

Conforme documentos produzidos em 2009, pelos consultores do Programa Brasileiro de Educação Internacional (ProBEI), nos últimos anos a agenda internacional e a cooperação bilateral e multilateral da educação brasileira têm se ampliado, e o país, cada vez mais, passa a ser reconhecido como importante protagonista na área educacional, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento.

Inúmeras colaborações e parcerias estão sendo implementadas, nos diversos níveis de educação – da Educação Fundamental à Superior –, e nos planos acadêmico, científico e intelectual. O Brasil tem ampliado também os laços de cooperação com novos países, para além daqueles com os quais tradicionalmente mantinha relações, ao mesmo tempo que aumenta o nível de institucionalização de suas cooperações internacionais, tanto das cooperações prestadas como recebidas.

Ao lado da qualidade de muitas das instituições de Ensino Superior brasileiras, a produção científica do País tem tido um expressivo crescimento, representando 1,8% da produção mundial em 2005, com mais de 16 mil artigos

publicados em importantes revistas científicas do mundo, e ocupando a 12ª posição, à frente de países como Bélgica, Israel e Noruega.

Pesquisa realizada pela Embratur¹⁴ (2005), aponta 1,3% de turistas (72 mil) de estudo, ensino e pesquisa no Brasil. Esse número é ainda mais significativo pelo fato de ainda não existir aqui uma política formal para desenvolvimento desse segmento.

Portanto, o tema de estudos e intercâmbio começa a ganhar mais espaço nas agendas de discussão sobre educação no País, incluindo-se uma pauta específica sobre a Educação Internacional, não somente pelo Ministério da Educação, mas pelos demais ministérios que participam direta ou indiretamente dessas discussões, tais como: Ministério de Relações Exteriores, Ministério do Turismo, tendo este um forte protagonismo, além do Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça.

No final de 2008, em uma reunião interministerial, houve a definição do segmento de estudos e intercâmbio, colocada da seguinte forma: "Segmento de Turismo de Estudos e Intercâmbio: Movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional." (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).¹⁵

Tendo em vista que todos esses movimentos e definições são muito recentes, o Brasil, da mesma forma que outros países latino-americanos, ainda não possui um banco de dados organizado, que disponha de informações sistematizadas sobre sua mobilidade acadêmica internacional, informando os números exatos de entrada e saída de estudantes, o que inviabiliza análises mais criteriosas sobre esse tema.

Informações referentes à emissão de vistos de estudos no Exterior, obtidas em representações diplomáticas e organismos de representação dos destinos mais procurados pelos brasileiros, bem como a ampliação no número de vistos concedidos pelas representações consulares brasileiras no Exterior, já indicam, com segurança, um incremento significativo no segmento de estudos e intercâmbio.

¹⁴ Fonte: CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO TURISMO INTERNACIONAL NO BRASIL. Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe); Ministério do Turismo do Brasil, 2005 (Embratur)

¹⁵ A autora desta tese atuou como consultora, participando da redação do Manual Técnico de Operações que foi entregue ao Ministério do Turismo do Brasil, durante o período compreendido entre abril de 2008 a abril de 2009.

A inserção e a posição do Brasil no cenário da Educação Internacional são verificadas na identificação de duas situações. Primeiramente, considera-se o Brasil como um país emissor de estudantes ao Exterior. Num segundo momento, analisa-se o Brasil como um país receptor de estudantes estrangeiros.

O Brasil, como país emissor, mantém sua tradição de envio de estudantes, principalmente para o continente Europeu e para a América do Norte, sendo que ocupa o 12º lugar entre os países de maior envio de estudantes para os Estados Unidos, conforme levantamento feito pelo *Institute of International Education (IIE), Open Doors, 2004*.

Importante é observar que dos 4,6 milhões de estudantes no Ensino Superior, apenas 0,5% estão em mobilidade no Exterior, o que perfaz aproximadamente 20.000 estudantes brasileiros desenvolvendo atividades em instituições estrangeiras. Pode ser considerado um valor pequeno em relação aos demais índices mundiais, mas o momento é de expressiva progressão, como demonstram dados da Unesco, na figura abaixo.

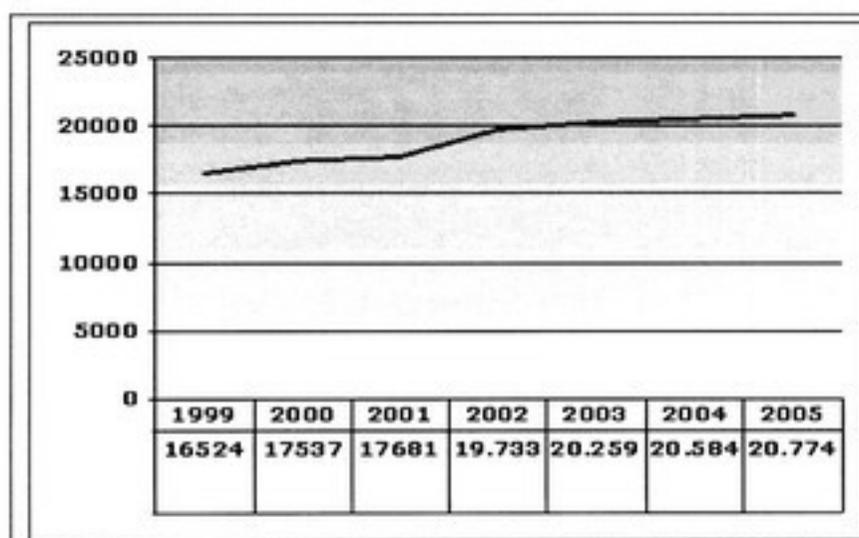


Figura 5: Número de estudantes brasileiros no Exterior

Fonte: United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (Unesco), 2005.

Quanto aos destinos mais procurados, os Estados Unidos (38%) e a França (10%) são os principais destinos escolhidos pelos estudantes do Brasil.

Mesmo ainda não representativos na escala, já percebe-se algum incremento na movimentação para países asiáticos, como a China, e também para a Índia, devido ao crescimento das relações comerciais entre esses países.

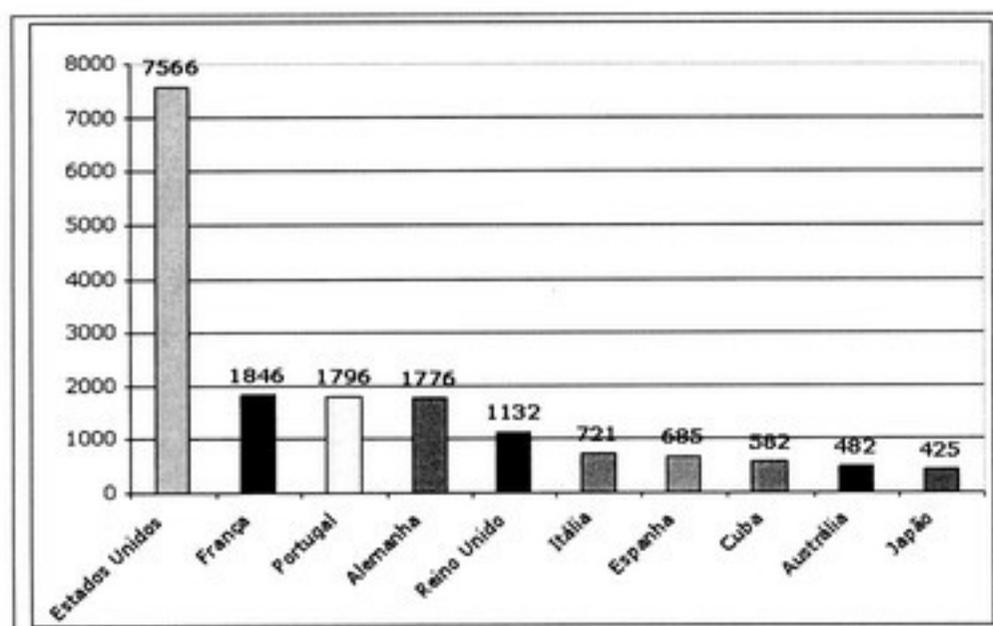


Figura 6: Destino de brasileiros no Exterior

Fonte: United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (Unesco), 2005.

A procura por oportunidades de estudos no Exterior, por parte de estudantes do Brasil, vem aumentando consideravelmente, por isso é necessário conhecer também as razões e os objetivos que geram essa demanda. A tabela a seguir apresenta o levantamento feito pela *Academic Cooperation Association* (ACA), que sinaliza as maiores áreas de preferência para estudos no Exterior. Como tradição, comprovada pelos dados histórico da mobilidade no mundo e no Brasil, mantém-se como fortaleza a formação de mestres e doutores com qualificação em instituições de Ensino Superior localizadas em outros países. Mesmo com as inúmeras dificuldades encontradas para reconhecimento e validação dos títulos obtidos no Exterior, pelo setor educacional brasileiro, no retorno dos estudantes, já mestres ou doutores, esse segmento ainda se mantém com considerável ampliação.

Tabela 2 – Principal objetivo de brasileiros para estudar no Exterior %

Obtain a Bachelor degree or similar	12
Obtain a Master degree or similar	26
Obtain a Doctorate/PhD	24
Other qualification	3
Study abroad for a limited period of time	20
Attendance of a language course	10
Attendance of a summer course	3
Other purpose	3
Total	100%

Fonte: "Perceptions of European higher education in third (non-European) countries", nov. 2004 – dez. 2005, *Academic Cooperation Association (ACA)*.

Somente em 2007, o governo brasileiro investiu milhares de dólares na capacitação e formação de brasileiros no Exterior. Os destinos mais procurados, conforme dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, agência de fomento brasileira, são os Estados Unidos e a França, seguidos de Alemanha, Espanha e Inglaterra, conforme figura 7.

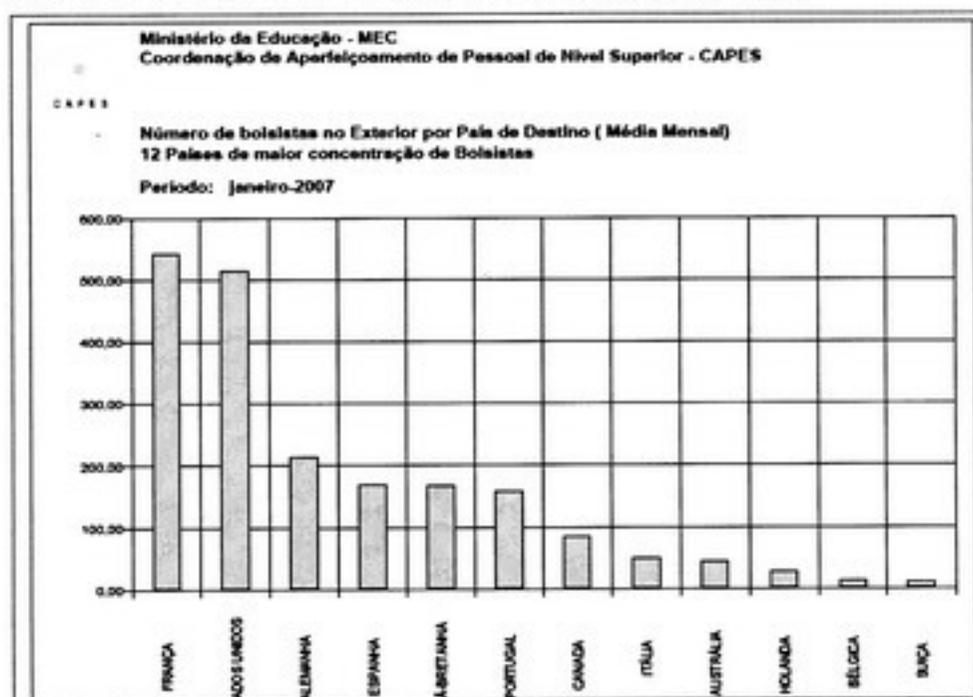


Figura 7: Bolsistas brasileiros no Exterior
Fonte: Disponível em: <www.capes.gov.br>

Se considerado como um país receptivo para estudantes estrangeiros e se comparado com outros países, o Brasil ainda apresenta um quadro geral bastante tímido, apesar do grande potencial de suas instituições de ensino, dos atrativos turísticos, das belezas naturais, da cultura diversificada e da hospitalidade de seu povo.

De acordo com o levantamento feito pelas principais razões buscadas pelos estudantes estrangeiros se deslocarem a outros países estão plenamente de acordo com as razões oferecidas pelo Brasil, o que reforça a possibilidade de que o país integre o rol dos destinos mais procurados para a realização de intercâmbios internacionais.

Tabela 3 – Principais razões para estudar em outro país

	%
Explorar outros países e culturas	34
Descanso e diversão	28
Visita a parentes e amigos	17
Estudar fora	09
Trabalhar fora	07
Voluntariado	03
Curso de línguas	02

Fonte: World Youth Student & Educational Travel Confederation.

A ausência de uma política governamental clara, com objetivos definidos e que promova o Brasil como um destino viável para a recepção de estudantes estrangeiros é fortemente sentida. Existe uma necessidade imediata de organização das estruturas acadêmica, linguística, administrativa, logística, entre outras, que possibilitem a real inserção do Brasil no mercado da educação mundial.

As dificuldades elencadas por estudantes estrangeiros, que estudaram no Brasil, são de diferentes ordens, sendo citadas as mais importantes:

- *questões linguísticas*: os estudantes estrangeiros não escolhem estudar no Brasil, entre os países latino-americanos, pelo total desconhecimento da língua portuguesa, e tampouco por sua proximidade com a língua espanhola. A ausência de escolas de língua portuguesa no Exterior é apontada como um dos grandes dificultadores para o contato com a língua e com a cultura deste imenso país lusófono. Diante da indisponibilidade de opções para o aprendizado da língua, os

estudantes escolhem outros destinos, pois sabem da necessidade de uma correta preparação para a realização de estudos no Exterior: o domínio da língua e conhecimento da cultura. A oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros é precária, o número de escolas é pequeno e pouco divulgado tanto no país como no Exterior;

- *questões acadêmicas*: mesmo com o forte avanço das discussões promovidas por organismos nacionais e estrangeiros, sobre a internacionalização do Ensino Superior, muitas instituições ainda não prepararam suas estruturas para a presença de estudantes internacionais em suas unidades. Especialmente no que diz respeito ao aproveitamento de estudos e ao reconhecimento de créditos, muitas instituições ainda colocam elementos dificultadores para a presença dos estudantes no Brasil, desmotivando a vinda de outros estudantes. O avanço das discussões sobre a criação de um espaço latino-americano de educação superior já é muito bem-vindo, uma vez que se poderá pensar numa harmonização curricular e, quem sabe, num sistema adequado de transferência de créditos latino-americanos, como o ECTS europeu;

- *questões logísticas*: ainda é extremamente complexa a presença de estudantes estrangeiros no Brasil, especialmente no que diz respeito à sua vida diária. A burocracia é desfavorável, pois, ao estrangeiro são solicitadas documentações, regularizações e demais trâmites que quase inviabilizam a permanência dos mesmos em solo brasileiro. Cita-se como exemplo a locação de moradia, uma vez que não é tradicional nas instituições de Ensino Superior privadas, no Brasil, a oferta de residências universitárias. Tendo como agravante a pouca fluência em língua portuguesa, a definição de permanência para um estrangeiro no Brasil é extremamente complexa;

- *questões administrativas*: a presença de um estudante estrangeiro na instituição requer uma atenção especial e diferenciada. Portanto, é fundamental que as instituições preparem suas estruturas administrativas de forma adequada, com profissionais capacitados, que possam dar o atendimento necessário aos cidadãos de outras nacionalidades, que vêm ao Brasil com diferentes comportamentos interculturais. Não se está referindo atendimento privilegiado, mas o entendimento de que um estrangeiro apresenta necessidades diferenciadas de um estudante brasileiro. Os conceitos de *stress* aculturativo, que podem comprometer todo o

investimento feito pelos países, pelas instituições e pelos próprios estudantes para a satisfatória realização de uma vivência no Exterior, devem ser conhecidos e considerados.

Conforme dados obtidos na Embratur, em 2005 72 mil turistas vieram ao Brasil para fins de estudo, ensino e pesquisa (1,3% do total de turistas no país). Esse contingente já é suficiente para alertar as autoridades governamentais e acadêmicas para a necessidade de movimentos prioritários na direção de estabelecimentos de programas específicos, voltados para esse fim, como, por exemplo:

- 1) promoção do sistema de educação superior brasileiro no Exterior, com maior inserção das instituições no cenário da educação mundial;
- 2) capacitação de atores nacionais para a recepção de estudantes estrangeiros (incluindo, pelo menos, representantes do segmento de turismo, estudos e intercâmbio);
- 3) campanhas de captação de estudantes estrangeiros para os diferentes setores e níveis educacionais, envolvendo programas de extensão, graduação, pós-graduação, educação continuada, etc.;
- 4) promoção e difusão da língua portuguesa no Exterior, por meio de cursos, atividades culturais, apresentações;
- 5) criação de escolas de língua portuguesa e de centros de estudos brasileiros no Exterior;
- 6) desenvolvimento de programas em parceria com instituições de Ensino Superior para estudos da língua portuguesa.

Uma forte iniciativa liderada pelo Ministério do Turismo do Brasil, como Plano Nacional do Turismo 2007-2010, existe no sentido de definir algumas políticas para o segmento.

Para esse Ministério, "o segmento de Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimentos e de desenvolvimento pessoal e profissional"

A ação mais emblemática realizada até o momento, foi a realização do Projeto Desenvolvimento do Destino Indutor, coordenado pela Brazilian Educational & Language Travel Association (Belta), tendo como projeto-piloto, realizado na cidade referência de São João Del-Rei, no Estado de Minas Gerais, que objetivou capacitar atores locais para a acolhida de estudantes estrangeiros. Entre os atores

estão instituições de Ensino Superior, escolas de Ensino Médio, escolas de idiomas, escolas livres, juntamente com operadores de turismo locais, prestadores de serviço de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros.

Conforme consta no Manual Técnico de Operações do referido Projeto,

para que um destino possa se desenvolver internacionalmente é necessário a sua estruturação, o que coloca um grande desafio para os diversos atores envolvidos: dar um formato aos atrativos, organizando e promovendo programas educacionais e produtos/roteiros turísticos especialmente voltados para o público internacional, ressaltando que um dos principais objetivos do Turismo de Estudos e Intercâmbio é propiciar vivências interculturais entre os estudantes estrangeiros, a comunidade local e a cultura do destino visitado. Organizar a oferta de programas educacionais e produtos/roteiros turísticos requer empreendedorismo e investimento, e seu sucesso depende da percepção da real demanda internacional e da importância da internacionalização para uma instituição de ensino e para um país, ao lado de um qualificado tratamento profissional das iniciativas. (2009, no prelo).

Ações como essa podem servir de modelo para a estruturação de outros destinos, fazendo com que o Brasil possa ser considerado viável para a boa recepção e profissional acolhida aos estudantes internacionais em mobilidade, inserindo definitivamente o País no cenário da educação mundial.

Caberia, também aqui, uma série de reflexões e considerações com relação ao protagonismo do Ministério de Turismo em levar a frente esse tema mundialmente relevante, ao invés dos demais Ministérios. Porém, não sendo esse o objetivo da presente tese, deixa-se o assunto para ser tratado em momento futuro.

3.5 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

A mobilidade internacional está cada vez mais fortalecida no âmbito da internacionalização e, por meio dela, os objetivos de garantir a qualidade, a pertinência e a relevância da educação internacional estarão assegurados.

Mesmo que os levantamentos feitos pelos organismos oficiais, tais como os promovidos pela OCDE, pela Unesco e pelos estudos Eurodata (KELO; TEICHLER; WÄCHTER, 2006), não consigam dar conta de cobrir todos os indicadores e números da mobilidade, pelo menos um levantamento bastante aproximado da realidade fornece o panorama do segmento de estudos e intercâmbios.

Em vista de alguns desses indicadores, é possível estabelecer algumas conclusões muito importantes no posicionamento dos países, especialmente no que diz respeito aos impactos econômicos e sociais gerados por esse flutuante universo de jovens estudantes/pesquisadores em mobilidade internacional.

Os países estão direcionando seus olhares para esse segmento de mercado que, anualmente, representa bilhões de dólares em investimentos, tanto de chegada de estudantes (*inbound*) quanto de saída (*outbound*) de um país.

De acordo com estudos feitos pelo Ministério do Turismo do Brasil, atualmente as viagens de estudos e intercâmbio ocorrem em praticamente todos os países, principalmente por serem realizadas independentemente de características geográficas ou climáticas específicas. A educação internacional se tornou parte essencial nas balanças comerciais de países como Austrália, Estados Unidos da América, Nova Zelândia, Reino Unido e Japão. Estatísticas indicam que apenas estudantes com o Ensino Médio completo, que buscam uma instituição de ensino no Exterior, já somam 1,5 milhão de pessoas no mundo, movimentando US\$ 30 bilhões por ano.

Financeiramente, isso tem um forte significado, pois somente os países do Reino Unido receberam, em 2007, de acordo com informações do *British Council*, 325 mil estudantes internacionais no Ensino Superior e 500 mil estudantes em programas de língua inglesa, gerando receita direta de £10 bilhões.

O *Australian Education International* (AEI), setor educacional do governo da Austrália recebeu, também em 2007, 137 mil estudantes em cursos de língua inglesa, gerando US\$ 970 milhões. Em 2008, somente de nacionalidade brasileira, a Austrália recebeu 16.000 estudantes.

Os valores são bastante expressivos, pois representam uma forte entrada de recursos no país. Para o MinTur, esse tipo de turismo deve ser tratado de forma prioritária para o País, podendo ser trabalhado como uma solução para os períodos de baixo fluxo turístico. Além disso, os chamados programas de estudos e intercâmbio podem ser utilizados como recurso de promoção para lugares que não disponham de atrativos turísticos significativos.

Um dos fundamentais impactos da internacionalização está diretamente relacionado com os efeitos econômicos e sociais, que, juntamente com os impactos institucionais e individuais, fornecem uma conclusão mais apropriada sobre a mobilidade acadêmica internacional.

Os mais importantes níveis, em que esses impactos ocorrem, podem ser classificados da seguinte maneira: nacionais; institucionais; educacionais; individuais.

Nacionais: Ao iniciar pelos impactos nacionais, o país que investe em políticas claras para o setor educacional, no que diz respeito à internacionalização, poderá verificar ganhos substanciais, especialmente na qualidade dos cidadãos que estarão sendo formados pelas suas instituições de Ensino Superior, se participarem de uma experiência acadêmica no Exterior.

Enviando seus estudantes ao Exterior, o país ganha com a profissionalização altamente qualificada da mão de obra, de acordo com padrões internacionais, uma vez que os estudantes em mobilidade têm acesso privilegiado às fontes de informações das melhores escolas do mundo.

A qualificação profissional de alto nível promove o desenvolvimento do país, pela entrada de novas tecnologias, pelo desenvolvimento de conhecimento de ponta e pelo registro de patentes decorrentes da participação dos estudantes-pesquisadores em grupos de pesquisa, formados por investigadores de renome internacional.

Os países emissivos criam, pela mobilidade de estudantes, laços fortes de cooperação acadêmica, científica e tecnológica, além de relações de confiança mútua com o país parceiro. Isso pode garantir aos países envolvidos que, ao invés do fenômeno *brain drain – brain gain*, ou seja, perda ou ganho de cérebros, ocorra o fenômeno atualmente conhecido como *brain balance* ou *brain circulation*, oportunizando uma saudável inter-relação da intelectualidade dos dois países e do incentivo da melhoria do capital humano, mediante o acesso ao estoque global de conhecimento.

A circulação de cérebros oportuniza o desenvolvimento de redes de saber, e a difusão de seus resultados e avanços será primeiramente sentida nos países dos estudantes envolvidos.

Para o Brasil, especialmente neste momento em que deixa de ser considerado um país de economia emergente e passa a ser apontado entre os países de economia estável, portanto "emergido", o momento é extremamente favorável.

O País pode protagonizar ações internacionais, dentre elas o comparecimento nos mais fortes programas de mobilidade internacional,

fortalecendo suas políticas de envio de estudantes ao Exterior, e, acima de tudo, colocando o País como receptivo para estudantes estrangeiros. Essa ação fortalece a difusão da língua portuguesa e promove os valores da cultura brasileira.

A inserção dos valores, das crenças e dos hábitos do povo brasileiro, no cenário econômico mundial, é de forte interesse do setor empresarial, que busca oportunidades comerciais com o Brasil. Existe um espaço favorável para a presença brasileira no Exterior, bem como uma forte vitalidade na economia brasileira, que está aberta para investimentos e para novos negócios.

É crescente o número de empresas multinacionais que se estabelecem no Brasil a cada ano e de empresas nacionais que se estabelecem em diferentes países que necessitam de mão de obra brasileira, com formação internacional para amenizar os impactos do *stress* aculturativo.

A necessidade da formação de cidadãos com competências globais, que podem atuar com segurança em mercados globalizados e em ambientes multiculturais é consequência natural desse panorama, que demanda novos perfis profissionais disponíveis no país.

Institucionais: as instituições de Ensino Superior, que já desenvolvem o processo de internacionalização, seguramente, já sentem os impactos da mobilidade internacional, resultado da participação de seus estudantes em programas de intercâmbio. Um dos mais evidentes está focalizado na qualidade acadêmica e no desempenho linguístico dos estudantes, que serve como parâmetro e como multiplicador de habilidades diferenciadas nos demais estudantes da instituição.

Um dos maiores ganhos institucionais é a possibilidade de atualização constante de seus programas e de seus currículos, uma vez que é necessário o permanente contato com as demais instituições de Ensino Superior dos diferentes países, para a renovação e identificação de áreas de conhecimento, de conteúdos, de metodologias, de conteúdos programáticos, que são desenvolvidos pelos estudantes. Essa oxigenação é altamente positiva, pois possibilita que o corpo docente se beneficie do contato privilegiado com o corpo docente da outra instituição, promovendo a interlocução e a reflexão das suas próprias práticas pedagógicas e do exercício da comunicação intercultural, para o bom entendimento entre os docentes.

A internacionalização curricular é uma decorrência evidente da mobilidade estudantil, uma vez que promove a inserção de autores e de conteúdos

internacionais, que sejam compatíveis com a qualidade do ensino oferecido pelas instituições parceiras.

Com isso, atinge-se também um dos outros fortes elementos da internacionalização, que decorre da qualidade acadêmica. As instituições garantem a qualidade de sua infra-estrutura, de seus programas, de seu corpo docente, de suas atividades, com o objetivo de participarem com grande representatividade no cenário da educação mundial.

Uma instituição internacionalizada pode elevar seu prestígio nas demais instituições, da mesma forma que comparece de forma madura e competente perante os organismos nacionais e internacionais. Ela tem condições de assegurar seus níveis de qualidade, mediante parcerias, redes de conhecimento, grupos de investigação e programas de cooperação internacional dos quais faz parte.

Todos esses elementos fazem parte de uma estratégia de visibilidade internacional, que permite que a instituição se torne mais competitiva, mais eficaz e mais independente para transitar entre as instituições de maior renome internacional.

Educaçãois: os impactos no setor da educação são fortemente sentidos na mobilidade estudantil. O sistema de educação superior brasileiro está atento aos movimentos educacionais mundiais, e os demais países, especialmente da América Latina, também estão. No momento em que os estudantes brasileiros em mobilidade no Exterior participam de atividades como o Programa Erasmus, ou têm seus créditos reconhecidos no sistema europeu de transferência de créditos (ECTS), ou ainda, participam de atividades de programas de pós-graduação em nível de mestrado, redesenhado de acordo com as determinações da Declaração de Bolonha, é necessário que o país esteja, mais do que nunca, atento a esses movimentos.

Ser protagonista de novos movimentos, como a criação do espaço do Ensino Superior latino-americano; liderar as discussões de harmonização curricular de países do Mercosul, ou ainda participar de reuniões de discussão estratégica, para cooperação bilateral com a Comunidade Europeia, bem como da inserção da língua portuguesa e da língua espanhola como obrigatórias no ensino, sinalizam a importância que o país está exercendo, especialmente porque está comparando com o envio e com a recepção de estudantes internacionais, ou seja, está inserido na agenda que determina os rumos da educação superior para os próximos anos.

Conforme Graddol:

O aumento da procura do ensino da língua inglesa para jovens aprendizes não é somente uma questão de modismo metodológico, mas está adequado às amplas reformas da educação. Num aumento crescente do número de países, a língua inglesa é atualmente considerada um componente da educação básica, mais do que como parte do currículo de línguas estrangeiras. Um número surpreendente de países almeja o bilinguismo. (GRADDOL, 2006, p. 102).

O domínio proficiente de línguas estrangeiras está entre um dos maiores benefícios obtidos com a mobilidade. Os avanços, as novas definições que são conjuntamente conquistados entre os países, presentes na mobilidade internacional, serão sentidos nacionalmente nas melhorias do sistema de educação do próprio país. Discussões sobre novas metodologias, novos programas educacionais, programas de formação, de capacitação e de qualificação, inserção de temas diferenciados, de novos conteúdos, obrigatoriedade do desenvolvimento de experiências internacionais previstas no currículo, inserção de disciplinas de línguas estrangeiras nas grades curriculares, identificação de novas competências e de novas habilidades para os profissionais recém-formados, entre outros fatores, auxiliam as instituições a repensarem suas práticas pedagógicas, o que reverterá em melhores condições de atuação no segmento educacional.

Individuais: o protagonista da mobilidade é o estudante; portanto, ele é o maior beneficiado com a vivência internacional. No entanto, o sucesso ou o insucesso de uma experiência internacional é de responsabilidade de todos os atores envolvidos, além dos próprios estudantes.

Os maiores impactos sentidos estão no desenvolvimento de suas próprias competências globais. Um estudante que participa de uma vivência no Exterior pode elencar um infindável número de ganhos e benefícios profissionais e pessoais.

Esse estudante, que passa por uma experiência de pelo menos um semestre, cursando disciplinas de seu curso de graduação num determinado país, cuja língua de comunicação é diferente de sua língua materna, retorna ao seu país de origem com pelo menos os seguintes resultados:

- domínio de uma língua estrangeira;
- conhecimento sobre a cultura do outro país;
- desenvolvimento de habilidades na sua área de formação profissional;
- currículo competitivo internacionalmente;

- capacidade de atuação em ambientes interculturais;
- melhores condições financeiras;
- possibilidade de participação em grupos de pesquisa internacionais;
- contato com professores de renome mundial *star scientists*;
- habilidade para uso de infraestrutura de ponta;
- acesso ao mais refinado estoque de conhecimento mundial;
- competência para uso de laboratórios e de tecnologias de alto nível;
- acesso à informação atualizada sobre diferentes temas mundiais;
- maior grau de maturidade diante de obstáculos;
- facilidade na resolução de conflitos;
- elevado grau de flexibilidade e tolerância diante do desconhecido ou do diferente.

Porém, nenhum dos benefícios assinalados estará assegurado se os estudantes em mobilidade, ou sua instituição e até mesmo seu país não estiverem atentos à preparação desses estudantes para uma vivência profícua no Exterior.

O fenômeno da globalização, que teve como reação a internacionalização das instituições de Ensino Superior, que por sua vez têm como uma de suas ações de cooperação prioritárias a mobilidade estudantil, fez com que muitas instituições investissem fortemente no envio de estudantes ao Exterior.

A necessidade competitiva entre as instituições muitas vezes faz com que a quantidade de estudantes enviados seja mais importante que a qualidade dos destinos, dos países, das instituições e dos programas para os quais os mesmos estão se dirigindo. Essas iniciativas, ao invés de trazerem benefícios para os atores envolvidos, acabam gerando um elevado grau de frustração, uma vez que os objetivos ficam parcialmente comprometidos ou até mesmo não são atingidos.

O entendimento sobre a bagagem de conhecimento que um estudante deve ter, para que sua vivência no Exterior seja positiva, carece de aprofundamento de estudos. É um questionamento que está cada vez mais presente na vida das instituições que participam dos programas de mobilidade, e a busca por soluções para esses problemas passa a ser uma constante e merece especial atenção.

A trajetória desenvolvida neste capítulo trouxe informações sobre a história da mobilidade acadêmica, desde sua origem, transformações, evolução, atualizações até a elaboração de novos conceitos e perfis, necessários para a compreensão da relevância do desenvolvimento de competências globais nos jovens universitários, participantes dos programas acadêmicos de mobilidade internacional.

Os dados apresentados elucidam que a mobilidade, especialmente na última década, está em movimentos crescentes em todos os sentidos, tanto de ingresso de estudantes internacionais no País como no comparecimento de estudantes brasileiros em atividades no Exterior.

A mobilidade decorrente da internacionalização da educação superior acarreta mudanças e gera novas demandas e ajustes para as instituições, especialmente no sentido de prepararem suas estruturas para atender às necessidades apresentadas pelos estudantes estrangeiros e pelos seus próprios estudantes. Dentre essas estruturas estão as especialmente relacionadas com as condições oferecidas para o desenvolvimento de habilidades e competências de domínio de línguas estrangeiras, com a promoção da língua portuguesa e com o desenvolvimento da comunicação intercultural.

O Brasil pretende comparecer no cenário mundial da educação como país viável para intercâmbios internacionais; para isso, identifica a necessidade de redefinir algumas de suas políticas educacionais, dentre elas suas políticas linguísticas.

4 MOBILIDADE ACADÊMICA E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

4.1 PERFIL DO ESTUDANTE DE MOBILIDADE ACADÊMICA

Para a realização de cada um dos programas de mobilidade acadêmica internacional, não existe somente um único perfil ou um contorno definido do estudante, uma vez que qualquer cidadão, que estiver em busca de uma experiência no Exterior, seja por diferentes razões, profissões, áreas de conhecimento ou idade, pode ser considerado um intercambista.

A maioria dos participantes de programas internacionais é formada por jovens, estudantes universitários, que já têm clareza da importância que é investir em determinado período de suas vidas em outro país, principalmente se for de uma língua diferente de sua língua materna, fará a diferença no seu currículo para o restante de sua vida.

Um estudo conduzido pelos autores Richard e Wilson, e publicado pela *International Student Travel Confederation* (ISTC),¹⁶ (2003), identificou o perfil dos participantes de intercâmbio internacional da seguinte maneira:

- são estudantes universitários;
- estão abaixo dos 26 anos de idade (83% abaixo de 26 e 17% acima dos 17 anos de idade);
- possuem um elevado nível educacional (34% com graduação em nível superior e 25% realizando estudos de graduação);
- têm renda inferior a US\$ 5.000,00 por ano (51%);
- possuem forte interesse em desenvolver atividades profissionais no Exterior;
- mantêm grande vocação para economizar, com o objetivo de aumentar o poder aquisitivo;
- identificam-se com três categorias: *travellers*, *backpackers* ou *tourists*.

A maioria desses estudantes já desenvolveu algum tipo de estudos de línguas estrangeiras, seja em forma de currículo obrigatório nas escolas de Ensino

¹⁶ New Horizons in Independent Youth and Student Travel – A Report for the International Student Travel Confederation – ISTC. Sep. 2003.

Médio, em escolas de línguas estrangeiras, seja em cursos de graduação, cursando disciplinas curriculares; portanto, podem ser considerados, via de regra, *false begginers* – falsos aprendizes.¹⁷

Apesar da clareza desses parâmetros, ainda fica em aberto a questão de quais desses jovens podem ser realmente considerados estudantes internacionais ou estudantes internacionais em mobilidade.

De acordo com Kelo, Teichler e Wächter,

um estudante pode ser considerado um *international mobile student* – estudante internacional em mobilidade – quando tiver cruzado as fronteiras nacionais com o objetivo de estudar ou de realizar qualquer atividade relacionada ao aprendizado de novos conhecimentos, por pelo menos um determinado período de tempo no país para o qual ele se dirigiu. (2006, p. 211).

Tal expressão pode ser também substituída por *estudante internacional*, *estudante em mobilidade*, *estudante internacional em mobilidade* e até mesmo *estudante estrangeiro*.

A mais importante observação, com relação a essas definições e para fins do entendimento dos resultados da mobilidade internacional, é que existe uma diferença que não pode ser ignorada, ou seja, nem todo estudante estrangeiro pode ser considerado um estudante em mobilidade.

As razões são as mais diversas. Ele pode ser um estudante estrangeiro desde o nascimento, em função da mudança de país realizada pelos pais; pode ser considerado um migrante que mudou de país entre o nascimento até o início de seus estudos; pode ter dupla nacionalidade, em função da diferente nacionalidade dos pais; pode ter obtido outra nacionalidade durante seus estudos, em função da mudança de país; ou, ainda, pode ter retornado ao país de origem, porém com outra nacionalidade, obtida durante seu período de estudos.

Os levantamentos estatísticos necessitam desse tipo de informação, pois um estudante estrangeiro nem sempre está participando de um programa de mobilidade acadêmica e nem sempre passa pelas mesmas situações e condições de adaptação cultural que um estudante em mobilidade, por já ser considerado, pela maior parte das razões colocadas, um estudante nacionalizado.

¹⁷ Esta é uma inferência feita pela autora, diante dos resultados identificados com o *corpus* analisado neste estudo.

As motivações para a realização de um intercâmbio são tão importantes quanto o perfil do estudante. Elas definem o tipo, a duração, a característica, a escolha do local de realização, a finalidade, e a possibilidade ou não de ter os objetivos plenamente atingidos com a experiência internacional.

Para Gacel-Avila,

a educação internacional, como concebida tradicionalmente, tem suas origens na tradição humanista da educação, cujo objetivo central é a formação do caráter mais do que a aquisição de conhecimentos. Essa primeira concepção traz implícito que o conhecimento de outras culturas serve para abrir a mente do estudante, enquanto a segunda, da qual deriva a educação internacional moderna, surge da noção pragmática de que um estudante vai ao Exterior para estudar aquilo que não encontra em seu país. (GACEL-AVILA, 2003, p. 220).

Em qualquer uma das situações propostas por Gacel, a experiência internacional será definitiva para a construção do currículo acadêmico de um estudante internacional em mobilidade, pois fará a diferença no seu entendimento de mundo e na construção de suas competências para atuação profissional.

4.2 MOTIVAÇÕES DETERMINANTES PARA A PARTICIPAÇÃO NUM PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

Estudos já foram realizados com o objetivo de identificar as razões que movem um jovem a buscar uma experiência no Exterior, como o desenvolvido por Opper, *Impacts of study abroad programs* (GACEL-AVILA, 2003), que registrou a opinião de muitos estudantes sobre o intercâmbio. Eles afirmam que "o mais valioso de seu período no Exterior foram os contatos sociais, um descanso da vida em seu país, a oportunidade de viajar, conhecer outros países e sua gente".

O crescimento desse segmento de turismo de estudos e intercâmbio, nas últimas décadas, e as previsões para os próximos anos justificam e conduzem a uma necessidade imediata de releitura das reais necessidades e motivações de um intercambista; de seu perfil antes, durante e após o intercâmbio, e de quais elementos garantem que sua experiência internacional realmente será enriquecedora.

As razões para o investimento em um período no Exterior elencadas permitem uma gama de diferentes interpretações, especialmente pelo caráter de

multiplicidade de interesses, que fazem com que o jovem se movimente de seu país em direção a um local desconhecido e novo.

Uma seleção das principais motivações, de acordo com a preferência assinalada pelos jovens e sistematizada no estudo de Richards e Wilson (2003, p. 17), aponta o seguinte resultado:

- explorar (conhecer) outras línguas e culturas (83%);
- vivenciar novas situações (74%);
- melhorar seus conhecimentos (69%);
- relaxar mentalmente;
- aproveitar o tempo com amigos;
- interagir com a comunidade local;
- desafiar as próprias capacidades;
- fazer novas amizades;
- visitar amigos e parentes;
- usar a imaginação;
- evitar a correria do dia a dia;
- encontrar a si mesmo;
- relaxar fisicamente;
- desenvolver amizades mais sólidas;
- conectar-se com outros viajantes;
- buscar uma atmosfera calma;
- desenvolver habilidades físicas;
- contribuir com o local visitado.

Uma grande predominância sinaliza para três áreas principais: busca pelo conhecimento, desenvolvimento de habilidades em língua estrangeira e vivência em outra cultura, demonstrando forte interesse em conhecer pessoas e lugares diferentes.

Uma viagem de intercâmbio pode representar, para um grande grupo de jovens, a maior oportunidade de crescimento, amadurecimento, liberdade,

independência e autonomia, tendo em vista a oportunidade de afastamento da família e a necessidade de encontrar solução às próprias situações de vida.

Muitos intercambistas dedicam tempo e energia, investem seus recursos financeiros, estudo e preparação para garantir que a viagem seja exatamente como eles planejaram, além de todo o envolvimento emocional que inclui amigos e familiares.

Esses interesses convergem plenamente para os conceitos identificados de transformação, apresentada pela educação internacional, para os valores mais elevados de uma verdadeira educação intercultural, pressupondo o enriquecimento de hábitos, crenças e valores, que formam a base do conceito de cultura.

Com base nos objetivos elencados pelos estudantes e na finalidade com que se candidatam a programas de mobilidade internacional, eleva-se a necessidade de compreender o que realmente garante o sucesso de uma experiência no Exterior.

Esse questionamento reflete também as preocupações levantadas por Gacel-Ávila:

Na maioria dos casos, os estudantes não contam com o treinamento suficiente antes da sua saída que os capacite com habilidades e com entendimento necessário para adquirir algo mais do que sobreviver na cultura anfitriã, o que os faz correr o risco de que o entusiasmo inicial possa se converter em confusão, reforçando assim os preconceitos. (GACEL-AVILA, 2003, 222).

A maior justificativa reside na formação de cidadãos globalmente competentes, resultado de uma adequada preparação linguística e cultural desses indivíduos, de acordo com o destino escolhido, a qual deve estar assegurada em treinamentos interculturais eficazes e que trabalhem fortemente com a dinâmica da comunicação intercultural.

Para Hunter et al.: "Competência global é ter uma mente aberta enquanto busca compreender as normas culturais e as expectativas dos outros, utilizando este conhecimento adquirido para interagir, comunicar e trabalhar efetiva e eficazmente fora do seu próprio ambiente profissional. (HUNTER et al., 2006, p. 270).

A ausência de cuidados com a preparação para o intercâmbio pode comprometer os resultados e os impactos decorrentes da participação dos estudantes de graduação em atividades internacionais, gerando um ônus que, na maior parte das vezes, acaba tendo que ser absorvido pelas instituições às quais os estudantes estão vinculados.

A relação entre mobilidade acadêmica internacional e comunicação intercultural deve estar muito clara para os que protagonizam esse cenário, especialmente para as instituições que coordenam e promovem tais atividades para os estudantes de intercâmbio.

A verificação do perfil do estudante e do nível de proficiência em línguas estrangeiras; a identificação dos objetivos pelos quais ele pretende se deslocar para outro país; a qualidade e a quantidade de informações disponíveis e, especialmente, a preparação desses estudantes para a convivência com uma cultura estrangeira devem ser foco prioritário nos programas de mobilidade.

Os estudantes, na maior parte dos casos, não recebem treinamento e preparação suficientes para enfrentar uma vivência no Exterior. Esses treinamentos objetivam capacitar o estudante linguística e culturalmente para compreender as diversidades culturais e para o entendimento das habilidades mínimas necessárias, para que a experiência seja exitosa. O treinamento intercultural pode auxiliar no entendimento dos reais objetivos que o estudante tem com o intercâmbio; pode amenizar o impacto com a outra cultura, e pode evitar o desvio dos objetivos inicialmente propostos. Dessa forma, assegura-se a concretização exitosa da atividade no Exterior, alertando o estudante para as questões de preconceito, entre outros entraves decorrentes de entendimentos interculturais.

4.3 MOBILIDADE ACADÊMICA E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

Uma das maiores fortalezas do investimento na mobilidade acadêmica internacional está na formação de cidadãos globalmente competentes e que sejam capazes de interagir em ambientes multiculturais e participar de diferentes momentos e processos de comunicação, de forma interculturalmente eficiente.

Para Sáez:

A interculturalidade é um dos termos chave no âmbito educativo atual. Essa afirmação pode ser demonstrada não pela sua presença real nas salas de aula, mas pela sua presença em fóruns onde se definem quais são os temas educativos supostamente relevantes: as revistas de investigação e os encontros científicos. [...] A importância atual do termo vem dada por diversos fatores. De forma não exaustiva, pode-se dizer que, em primeiro lugar, a interculturalidade é um movimento social crítico frente à desigualdade; em educação, é uma das formas de atenção à diversidade, um dos elementos chaves da legislação educativa. Em segundo lugar, a relevância deste conceito provém do fato social da introdução nas aulas de

"certos aspectos da variável cultural, como variável representativa da diversidade". Em terceiro lugar, a interculturalidade é parte de um debate mais amplo no qual se está reconsiderando as fronteiras nacionais diante da globalização dos mercados e o surgimento de novas formas de relação entre os indivíduos devido tanto a uma mobilidade crescente como a um dos meios de comunicação onipresentes. (SÁEZ, 2006, p. 109).

Para assegurar os resultados esperados, os estudantes precisam ter clareza das habilidades que estarão sendo utilizadas ou desenvolvidas a começar com o entendimento do que é o processo de comunicação intercultural até identificar o que é ser globalmente competente.

O termo *intercultural communication* ou comunicação intercultural foi inicialmente estudado por Hall (1973, p. 186), em sua obra *The silent language*, em 1959, quando delineou o esquema lógico necessário não somente para entender outra cultura, mas também compreender o funcionamento da comunicação entre pessoas de diferentes culturas.

Hall examinou especialmente os conceitos de espaço e de tempo, o conceito de comunicação não verbal e como eles determinavam a forma de relacionamento entre os indivíduos. Os estudos de Hall definiram que "culture is communication and communication is culture". (HALL, 1959, p. 186), isto é, cultura é comunicação, comunicação é cultura.

Hall realizou suas atividades profissionais em Washington D.C. para o *Foreign Service Institute*, onde teve a oportunidade de desenvolver programas voltados para capacitar os funcionários e os diplomatas norte-americanos, que precisavam deslocar-se ao Exterior para atividades profissionais.

Hall identificou que esses profissionais necessitavam formas eficazes de comunicação e de interação com as diferentes culturas das comunidades locais, o que gerou a necessidade de um estudo sistemático, que retomasse os estudos feitos por Boas (1911) e por Sapir (1949) sobre o relativismo cultural, porém colocando luz a uma nova reflexão.

A urgência de entender a forma como a comunicação ocorre entre os falantes de línguas diferentes, mas que também utilizam manifestações culturais extremamente diferentes, fomentou a necessidade de elaboração de estudos sistemáticos sobre esse tema.

Os estudos de Hall elucidaram que

o objetivo da comunicação intercultural é o de promover mudanças de comportamento através da compreensão, acima de tudo uma melhor compreensão de si mesmo, o desenvolvimento da autoconsciência, o entendimento do eu cultural, da sua própria identidade em comparação com a identidade do outro. Este fenômeno diferencia a adaptabilidade de uma pessoa em relação à outra de cultura diferente. (HALL, 1959, p. 186).

A comunicação intercultural é a troca de informações entre indivíduos que são diferentes culturalmente. Essa ampla definição apresentada por Rogers e Steinfatt pressupõe que dois ou mais indivíduos podem ser considerados diferentes na mesma cultura nacional, etnicidade, idade, no gênero, ou em outras formas que podem afetar sua interação.

O conhecimento aprofundado de uma língua estrangeira não é suficiente para garantir a comunicação eficaz entre dois falantes, se o usuário não souber utilizá-la em situações reais de comunicação.

De acordo com Morin: "A comunicação não garante a compreensão." (2005, p. 94).

Deve-se conhecer a indissociabilidade dos conceitos de língua e cultura e saber que é fundamental conhecer sua própria cultura para depois entender a cultura do outro, procurando, acima de tudo, compreendê-la e respeitá-la como ela é, porém sem valer-se do etnocentrismo, que é o grau com o qual os indivíduos julgam outras culturas como sendo inferiores a sua própria.

É possível melhorar a comunicação intercultural entre dois indivíduos se existir a possibilidade, a abertura mútua para aprender sobre o comportamento do outro, entender sua língua e respeitar sua cultura, um dos principais resultados obtidos com a mobilidade acadêmica internacional.

O Conselho da Europa publicou recentemente (2001) um documento que objetiva servir de ponto de conexão para a prática e a didática da língua em toda a Europa, nominado Quadro Europeu Comum de Referência das Línguas¹⁸ (QECR), que se define da seguinte forma:

O QECR proporciona uma base comum para a elaboração de programas de línguas, orientações curriculares, exames, manuais, etc. em toda a Europa. Descreve de forma integradora o que devem aprender os estudantes de línguas com a finalidade de utilizar uma língua para fins de comunicação, assim como os conhecimentos e destrezas que tem que desenvolver para poder atuar de maneira eficaz. A descrição também compreende o contexto

¹⁸ Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment. Conselho da Europa (2001). Está disponível no seguinte endereço: em inglês, [HTTP://www.coe.int/T/DG4/Linguistic/Source/Framework_EN.pdf](http://www.coe.int/T/DG4/Linguistic/Source/Framework_EN.pdf)

cultural onde a língua se situa. O Quadro de Referência define, também, níveis de domínio da língua que permitem comprovar o progresso dos alunos em cada fase da aprendizagem e ao longo de sua vida. (2001, p. 73).

De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência das Línguas:

O aprendente de uma língua e cultura segunda ou estrangeira não deixa de ser competente na sua língua materna e na cultura que lhe está associada. A nova competência também não é guardada à parte a antiga. O aprendente não adquire pura e simplesmente dois modos de actuar e de comunicar distintos e autónomos. O aprendente da língua torna-se plurilíngüe e desenvolve a interculturalidade. As competências linguísticas e culturais respeitantes a uma língua são alteradas pelo conhecimento de outra e contribuem para uma consciencialização, uma capacidade e uma competência de realização intercultural. Permitem ao indivíduo o desenvolvimento de uma personalidade mais rica e complexa, uma maior capacidade de aprendizagem linguística e também uma maior abertura a novas experiências culturais.¹⁹

Segundo Gacel-Àvila,

Se a internacionalização tem como objetivo fundamental procurar uma educação para a convivência pacífica e respeitosa em uma sociedade multicultural, uma das pedras angulares é o desenvolvimento de uma sensibilidade intercultural. Neste sentido, resulta de grande utilidade conhecer o modelo de comunicação intercultural de Milton Bennett, Um modelo de desenvolvimento para a sensibilidade intercultural (1993), o qual descreve as diferentes etapas do indivíduo em sua transformação de uma etapa de etnocentrismo para uma de etnorelativismo. (GACEL, 2003, p. 230).

Os autores colocam os conceitos de comunicação intercultural e de relativismo cultural com clareza; porém as instituições de Ensino Superior, salvo algumas exceções, ainda não despertaram para a necessidade de preparar os estudantes para a sua vivência no Exterior. Entendem que é um dos maiores desafios para a educação do futuro, mas as estruturas permanecem inalteradas, contando apenas com ajustes administrativos para a saída dos estudantes ao Exterior.

4.4 COMPORTAMENTO INTERCULTURAL

A antropologia cultural ensina que a autêntica comunicação intercultural ocorre quando aquele que aí se empenha reconhece ao mesmo tempo o outro (estrangeiro) como semelhante e como diferente; aceita relativizar o próprio sistema

¹⁹ Texto original extraído do QECR na língua oficial portuguesa de Portugal.

de valores; admite que possa haver outras motivações, outras referências, outros hábitos para além dos seus; evita interpretar os comportamentos do estrangeiro somente na sua própria linguagem, para tentar compreender o significado que tem para ele mesmo.

Segundo Morin:

A compreensão do outro significa um processo de identificação, empatia e projeção. Requer abertura, simpatia, generosidade, porém enfrenta enormes obstáculos que vão desde a indiferença ignorante, ao espírito reducionista, passando pelo egocentrismo, o etnocentrismo ou o sociocentrismo. (1999, p.103).

O conceito de outro ou estrangeiro, que foi inicialmente definido por George Simmel, em 1950, como "a stranger is an individual who is a member of a system but who is not strongly attached to that system". [um estrangeiro é um indivíduo que é membro de um sistema, no entanto não está totalmente ligado a esse sistema]". (Apud ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 40).

Para Simmel, a essência da definição está em que "o estrangeiro não é totalmente aceito pelos demais membros do sistema. Não importa o tempo que ele viver na outra comunidade, ele sempre será um estrangeiro". (SIMMEL, 1950).

Nas representações, percepções e apreciações que se tem do outro, trata-se primeiramente de aprender a própria representação: o discurso que eu sustento sobre ele reflete primeiramente a minha própria identidade.

Deve existir uma relação de compreensão, de complacência com o relativismo cultural, ou seja, com o modo de expressão diverso do seu, o que assegura pelo menos, a diminuição de conflitos entre indivíduos de diferentes origens culturais.

Em consequência disso, depõe contra o etnocentrismo, uma descentralização por relação à posição egocêntrica, supondo uma tomada de consciência de sua própria identidade cultural.

Estabelecer a unicidade do homem no universo; imbuir-se da ideia de que o homem é universal no tempo e no espaço, regido pelas mesmas necessidades fisiológicas e psicológicas, guiado pelos mesmos impulsos, é um dos maiores desafios de entendimento para o cidadão intercultural. Não buscar apenas aspectos exóticos da cultura, pois o fundamental está em atingir a essência das verdades culturais.

O estudo do comportamento humano tem despertado interesse de diversos pesquisadores, das mais variadas áreas do conhecimento. Especialmente neste momento, em que os cidadãos deslocam-se com mais facilidade e maior voracidade de um país para outro e, conseqüentemente, "navegam" de uma cultura para outra, os estudos sobre o comportamento intercultural do cidadão do mundo estão ainda mais evidenciados.

O conhecimento de outra cultura e a possibilidade de falar uma língua estrangeira ainda são as duas razões que mais motivam os estudantes a participarem dos programas de mobilidade acadêmica internacional. A forte valorização e o entendimento por parte dos estudantes são fatores determinantes para o sucesso da realização de uma experiência internacional e estão relacionados com o fato de terem estabelecido relações de comunicação clara com outros indivíduos; de terem feito amizades para toda a vida, de terem tido a oportunidade de conhecer a forma de vida de outros povos e a oportunidade de terem identificado a amplitude dos valores culturais diferentes dos que eles estavam habituados a conhecer como únicos.

Como resultados do intercâmbio, a identificação de fatores que levam ao crescimento pessoal é colocada como prioritária. A dificuldade está em poder mensurar e avaliar esse crescimento pela inexistência de parâmetros suficientemente claros.

Que conceito de cultura está sendo utilizado pelos estudantes para que ela seja colocada como resultado prioritário de uma vivência no Exterior? Está ela atrelada ao conhecimento proficiente da língua estrangeira ou ao desempenho linguístico em ambientes educacionais diferentes do seu? Esses estudantes estão preparados para a vivência no Exterior? Estão preparados interculturalmente para a realização da experiência e para a obtenção de resultados positivos com a realização do intercâmbio? Que conceitos eles têm de cultura? Que conhecimento eles têm da língua do outro país e em que nível conseguem estabelecer uma comunicação eficaz? E que entendimento eles têm da relação entre língua e cultura? Sabem como desenvolver sua inteligência cultural? Por que alguns estudantes se saem tão bem em suas experiências internacionais e outros não?

A dinâmica da comunicação intercultural está no escopo da realização de uma vivência no Exterior e, quanto mais claros estiverem os conceitos e questionamentos relacionados acima e, quanto mais desenvolvidas estiverem as

habilidades de comunicação intercultural, melhores serão os resultados do intercâmbio. A necessidade está no investimento que deve ser feito pelas instituições universitárias, na capacitação dos docentes e dos discentes para o entendimento de todas as estruturas que devem ser mobilizadas pelo processo de internacionalização e de mobilidade, principalmente na construção de um comportamento intercultural.

4.5 LÍNGUA, CULTURA, COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E MOBILIDADE ACADÊMICA

Culture is those deep, common, unstated experiences which members of a given culture share, which they communicate without knowing, and which form the backdrop against which all other events are judged. (HALL, 1966, p. 79).

Cultura é o modo de viver de um determinado povo, vivendo em comunidade no mesmo lugar. Essa cultura manifesta-se nas artes, no sistema social, nos hábitos e costumes, na religião. Agora, é óbvio que uma unidade de cultura é aquela do povo que vive em comunidade e fala a mesma língua, porque falar a mesma língua significa pensar sentir, e experimentar emoções diferentes do povo que fala outra língua. (ELIOT apud ELIA, 1987).

Sapir afirmou que:

Os seres humanos não vivem isolados no mundo objetivo, nem no mundo da atividade social como ordinariamente se entende, mas estão muito mais à mercê da língua que se tornou o meio de expressão de uma sociedade. É grande ilusão imaginar que alguém se adapta à realidade sem o uso da língua, e que esta é apenas um meio incidental de solucionar problemas específicos, de comunicação ou de reflexão. O fato é que o mundo real é, em larga extensão, inconscientemente construído sobre os hábitos lingüísticos do grupo. [...] Nós vemos e ouvimos e temos outras experiências tão largamente por que os hábitos lingüísticos de nossa comunidade nos predispõem a certas escolhas de interpretação (SAPIR, 1921).

Essa informação suscita várias questões importantes. Questões pertinentes à compreensão de significados de língua e cultura e do estabelecimento de uma direta ligação entre elas.

Segundo Rogers e Steinfatt:

A fim de entender uma cultura, precisamos primeiro entender a sua língua e então experienciá-la numa situação real de comunicação. O indivíduo deve

conviver na sociedade, com atividades do cotidiano e interagir com os indivíduos que compartilham aquela mesma cultura. Uma vez que você conseguir falar a língua deles, você pode começar a se colocar no lugar deles. [esta habilidade é chamada de empatia] e fundamental para verdadeiramente compreender integralmente a sua cultura. (ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 142).

Mesmo que a cultura se modifique mais rapidamente que a língua, conforme afirma Sapir (1921), muitos arcaísmos do ponto de vista do determinismo cultural são encontrados em toda a língua.

Peterson dá a seguinte definição para o termo cultura:

Conjunto relativamente estável de valores internos e crenças, geralmente mantido por grupos de pessoas em países ou regiões, e o impacto perceptível que esses valores e crenças têm no comportamento visível das pessoas (PETERSON, 2004).

A imagem que melhor define as questões culturais e a forma de entender o que é cultura, especialmente no que se refere ao comportamento visível ou não, é a figura do *cultural iceberg* – iceberg da cultura, utilizada por vários autores: (ROGERS e STEINFATT, 1999; PETERSON, 2004; SIMPSON, 2002).

Para um estudante de intercâmbio poder compreender os processos com os quais vai se defrontar, no momento em que estiver convivendo com pessoas de outras culturas, representará um grande diferencial para o sucesso de sua trajetória. Ele estará consciente de que existem diferenças linguísticas da mesma forma que existem diferenças culturais, e as mesmas podem ser estudadas, compreendidas e aceitas ou não, porém de modo pacífico e amigável, como forma integrante do crescimento proporcionado pela vivência no Exterior.

Aquilo que os cinco sentidos podem perceber de imediato não é suficiente para estabelecer julgamentos adequados dos outros indivíduos. É necessário compreender que, pela linguagem, seja ela verbal, ou não, todo o cidadão expressa seus sentimentos, seus hábitos, suas crenças e seus valores, conforme demonstra o *cultural iceberg*.

A ponta do *iceberg* representa tudo aquilo que pode ser identificado com os cinco sentidos, ou seja: a linguagem, a comunicação verbal, o comportamento, a forma de vestir, os rituais, o alimento, o ambiente, etc. O que não é visível está submerso no *iceberg* da cultura, ou seja: tradições, valores, religião, preferências, atitudes, estrutura social, comunicação não verbal, regras, crenças, etc.



Figura 8: The iceberg of culture

Fonte: REVISTA QUALIMETRIA. Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, n. 187, mar. 2007.

Segundo Slobin, cada indivíduo nasce em uma comunidade linguística e cultural existente, e tanto as formas culturais quanto as linguísticas exercem influência sobre ele e sobre seu desenvolvimento cognitivo. (1980, p. 244-245).

O conceito estabelecido por McLuhan, ainda nos anos 60, afirma que:

Os indivíduos fazem parte, mais do que de uma nação, eles fazem parte da população mundial. Uma população de aproximadamente sete bilhões de pessoas habitando o mesmo planeta, originários de uma miríade de culturas, e, no entanto, vivendo como se fosse em uma aldeia – um aldeia global. (McLUHAN, 1964, p. 263).

O rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e a rapidez com que circulam as informações colocam os indivíduos em contato imediato com diferentes línguas e culturas existentes na face da Terra. Há o sentimento de ser cidadão do mundo. Estudar o que fazem os outros homens que habitam o planeta tornou-se hoje muito mais importante, tendo em vista que esses outros homens estão mais perto e influenciam-se mutuamente muito mais do que em outras épocas.

Apesar da uniformidade que parece se expandir com a globalização, os homens ainda apresentam uma grande variedade de comportamentos e circulam ao redor de grandes temas: manutenção da ordem social dos estados, educação,

alimentação, habitação e saúde, que são fatores que determinam seu *status* no panorama internacional.

O estudo dessa variedade de comportamentos permite analisar outras culturas e, conseqüentemente, quando se estudam outras culturas, se está aportando luz para o estudo e a compreensão da própria cultura, da própria organização social, da língua, da história, o que justifica ainda mais a relevância de uma vivência no Exterior para a formação de um novo profissional.

Os antropólogos culturais investigam o modo pelos quais são semelhantes as estruturas fundamentais das culturas; os psicólogos partem da cultura ocidental para estudos interculturais, numa tentativa de compreender as leis gerais do comportamento e do desenvolvimento humanos, e, principalmente, as formas que melhores resultados apresentam para o desenvolvimento da inteligência cultural, o saber relacionar-se bem com pessoas de outras culturas. (THOMAS; INKSON, 2003, p. 62).

Talvez numa época em que o mundo parece se tornar tão pequeno e as mais diversas culturas tão intimamente inter-relacionadas, é prioritário que se chegue a uma compreensão do que todos os homens têm em comum. Mas, ao mesmo tempo, não se pode esquecer que língua e cultura diferentes podem, na verdade, ter efeitos muito importantes sobre no que crerão e sobre o que farão os homens do futuro.

Na hipótese de Sapir, sobre o relativismo linguístico, língua e cultura estão de tal forma inter-relacionadas que os homens veem o mundo por meio do modelo que as línguas lhes proporcionam.

Sapir afirma que:

toda a língua tem uma sede. O povo que a fala pertence a uma raça, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de outra cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama de nossas vidas. (1921, p. 121).

Sapir trata do tema "Língua, raça e cultura", enfatizando que ele não vê nenhuma relação de causa e efeito entre elas. Define a cultura como "o quê" a sociedade faz e pensa, e a língua é um "como" especialmente se pensa.

Assegura, ainda, que toda a experiência é influenciada pela língua que se fala; línguas diferentes são consideradas como tendo efeitos diferentes no pensamento e na experiência.

Ele distingue nas línguas o conteúdo que diz respeito à cultura e à forma exterior às línguas.

A deriva da cultura, outro modo de falar em história, é uma complexa série de mudanças num inventário selecionado da sociedade – adições, perdas, mudanças de ênfase e de relação. A deriva da língua não está de modo algum relacionada propriamente com alterações de conteúdo e sim apenas com mudanças na expressão formal. (SAPIR, 1921, p. 121).

A teoria do relativismo linguístico propõe que, quando se comparam duas línguas e se descobre quão diferentes podem ser as categorias da experiência incorporadas nas várias línguas, elas funcionam como uma espécie de modelo para as ideias mentais do indivíduo.

A hipótese do relativismo linguístico, proposta por Whorf e Sapir trouxe grande contribuição para os estudos da comunicação intercultural, pois demonstra a importância da língua na comunicação. Whorf e Sapir demonstraram que

língua e cultura estão proximamente conectadas. *Language, which is a part of culture, affects human behavior through thought and perception, thus linking culture to human behavior*, ou seja, a língua que é parte da cultura, afeta o comportamento humano através da percepção e do pensamento, ligando, dessa forma, a cultura ao comportamento humano. (1921, p. 121).

Para os dois autores, é impossível entender uma cultura sem conhecer a língua e vice-versa. *Language influences thought, and thus influences the meaning that are conveyed by words*. (Apud ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 41).

As ideias verbalizadas não são meramente reproduzidas pelas línguas, e não são processos independentes, o que justifica, em parte, a melhor interação de determinados indivíduos ou não com os indivíduos oriundos de outros registros linguísticos e culturais. Cada manifestação linguística está repleta de elementos culturais.

Assim Whorf afirma:

Nós recortamos a natureza, organizamo-la em conceitos e atribuímos significações como de costume, principalmente porque somos parte de um acordo para organizá-las desse modo – acordo que sustenta integralmente nossa comunidade linguística e está codificado conforme os padrões de nossa língua (WHORF apud ELIA, 1987, p. 53).

Lustig e Koester (1999, p. 185), enfatizam que "a maior contribuição de Sapir e Whorf para os estudos da comunicação intercultural é que eles chamam a atenção para a estreita relação entre pensamento, cultura e linguagem".

Portanto,

- a) língua não é somente um instrumento de comunicação; é também uma ordem simbólica, representações, valores e práticas sociais encontram em que seus fundamentos. Tais dimensões do social não existem umas ao lado das outras; ao invés, interpenetram-se profundamente;
- b) língua é sobretudo a expressão de uma realidade existencial. A representação e os valores que constituem uma dada sociedade e sua consequente visão de mundo efetuam-se mediante a língua;
- c) a língua é mais do que um reflexo da realidade cultural, ela é a condição constitutiva de sua própria possibilidade;
- d) a língua é o meio onde se dá a compreensão dos povos e o que a torna possível;
- e) é um instrumento de comunicação, mas, acima de tudo é uma experiência de mundo;
- f) ela revela a que "tradição" o sujeito pertence e se inscreve.

Ao revelar-se por meio da língua e da cultura, o indivíduo utiliza diferentes formas que devem ser fortemente observadas, tanto a comunicação verbal como a comunicação não verbal.

Sapir definiu que a comunicação não verbal é um código elaborado que não está escrito em nenhum lugar, conhecido por ninguém, mas compreendido por todos. (SAPIR, 1935).

A comunicação não verbal é particularmente importante, quando, principalmente um estudante em mobilidade tiver pouca familiaridade com a outra língua, e estiver vivendo com pessoas de outra cultura. A comunicação não verbal não se limita a um aperto de mãos ou a uma saudação. Ela envolve questões relacionadas com a compreensão dos conceitos de espaço, de tempo, de pontualidade, do momento de cada indivíduo falar e de ouvir, do tom de voz, da postura e do gestual.

É toda forma de comunicação que ocorre sem o uso de palavras, de modo natural, inconsciente e não intencional, o que faz com que seja difícil de ser controlada diferentemente da comunicação verbal.

Para um cidadão estrangeiro, um estudante em intercâmbio, a comunicação não verbal fica ainda mais evidenciada e pode comprometer a situação de entendimento entre as pessoas. Por essa razão, Hall (1973), ao escrever sobre a comunicação não verbal refere-se a ela como *hidden dimension* (dimensão escondida) ou a *silent language* (linguagem silenciosa).

Por outro lado, a comunicação verbal é expressa por palavras, imbuídas de significados, que não podem ser dissociados da cultura do povo que a utiliza. Uma mesma palavra pode ter significados diferentes, conforme a cultura e o contexto social em que ela estiver sendo utilizada, fazendo com que os estudantes em mobilidade estejam ainda mais atentos para essas questões.

Para Roger e Steinfatt,

a língua que um indivíduo fala é uma parte importante da sua identidade cultural. Uma das formas mais importantes em que a cultura afeta a comunicação é através da identidade cultural, o grau com que um indivíduo se considera como representante de uma cultura em particular. Tal identidade cultural determina a que grupo étnico pertence. A forma de comportamento das pessoas depende muito da forma como elas se consideram e se veem: latinos, africanos, europeus, americanos, etc. (ROGGER; STEINFATT, 1999, 114).

Para compreender uma língua é preciso estar nela, viver nela, considerar desde sua perspectiva; passar de uma língua a outra é muito mais do que trocar palavras e estruturas equivalentes: é pensar a partir de outra língua; é viver a partir de outra cultura. A língua é, pois, o meio pelo qual se transmite a realidade do mundo e é mediante cada língua que se põe em relevo a relação do indivíduo com o mundo e com sua cultura.

As representações e os valores, mediante os quais uma sociedade constrói sua visão de mundo e sua identidade, residem essencialmente na língua, a qual é o agente fundamental da socialização do indivíduo e da sua integração na cultura.

Língua e representação são dimensões e talvez as mais importantes nas quais se edificam as identidades coletivas, pois é no discurso que o grupo encontra uma formulação de sua unidade e uma imagem de sua identidade, por diferenciação com outros grupos.

O pensamento de Lévi-Strauss auxilia na compreensão desses conceitos, em entrevista concedida a Charbonnier (1989), e apresentada na obra *Arte, linguagem, etnologia*. Ao ser questionado sobre qual o signo que se admite como representativo da cultura, Lévi-Strauss responde que, durante muito tempo, se

pensou nos objetos manufaturados, do que ele discorda. Um de seus objetivos sempre foi o de colocar a linha de demarcações entre cultura e natureza na linguagem articulada... qualquer linguagem, pois o que é próprio dela é que ela pode ser traduzida, senão não seria uma linguagem nem um sistema de signos.

A linguagem me parece ser o fato cultural por excelência, e isto por vários motivos, inicialmente porque a linguagem é uma parte da cultura; uma aptidão ou hábito que recebemos da tradição externa; em segundo lugar, porque a linguagem é o instrumento essencial, o meio privilegiado através do qual assimilamos a cultura do nosso grupo... a linguagem é a mais perfeita de todas as manifestações de ordem cultural que formam de uma forma ou de outra, sistemas, e se queremos comparar o que é arte, a religião, o direito, talvez mesmo a cozinha ou a regra de boas maneiras, é necessário concebê-los como códigos formados pela articulação de signos no modelo da comunicação linguística. (1989, p. 138).

Lévi-Strauss afirma ainda que o critério essencial da cultura é a linguagem e busca a explicação desse inter-relacionamento na origem da linguagem.

O dia em que o homem conseguir decifrar a origem da linguagem conseguirá compreender a inserção da cultura na natureza. Se por um lado admite-se o nascimento da linguagem, da produção do discurso, tem-se que admitir também que é necessário àquele que está diante do que produz a linguagem compreender o que está sendo transmitido através dela e de sua cultura.

Ao cidadão do mundo, àquele que sente-se bem com a presença do estrangeiro e faz com que o estrangeiro sinta-se bem em sua presença, cabe compreender esses fenômenos e ser agente da sua própria língua e da cultura de seu povo.

4.6 SENSIBILIDADE CULTURAL NOS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA

Escrever sobre cultura é evocar um mundo quase infinito de realizações e criações operadas pela humanidade.

O tema *cultura* comprova ser riquíssimo, a cada vez que se coloca lado a lado a variedade cultural que o século XXI apresenta, em todos os países.

Toma-se cultura como um aprimoramento das faculdades superiores do homem: inteligência, vontade, memória e uma sistematização dos padrões de comportamento de determinado grupo humano, as crenças e os valores elaborados pelo próprio homem.

Essa gama inimaginável de manifestações é que leva o indivíduo a refletir sobre o porquê da existência de tantas culturas e o forte desejo de desvendá-las. Embora a natureza humana seja a mesma, embora o homem seja universal no espaço e no tempo, suas criações, seus produtos culturais apresentam-se de maneiras diferentes, e é o que tanto desperta a atenção nos estudantes de intercâmbio e o desejo que eles desenvolvem de viver em outro país.

Em virtude da transmissão constante de cultura, Sapir afirma que

[...] historiadores e antropólogos pensam que raças, línguas e culturas não são distribuídas de forma paralela, que suas áreas de distribuição se entrecruzam de modo mais desordenado e que a história de cada uma mostra aptidão para seguir seu próprio curso. [...] Línguas, sem qualquer parentesco entre si, participam da mesma cultura, línguas intimamente ligadas aparentadas, às vezes uma só língua, pertencem a diferentes esferas culturais. (SAPIR, 1921, p. 222).

Bennett (1998) lança novos questionamentos nessa direção, enfatizando que a humanidade percebe que evolui em direção a uma aldeia global e, portanto, necessita conhecer mais uns dos outros.

O questionamento mais relevante de Bennett recai sobre a necessidade de compreender como as pessoas podem se comunicar se não compartilham as mesmas experiências culturais.

Bennett introduz a expressão *sensibilidade cultural* e a define:

Sensibilidade cultural é um processo de crescimento pessoal do indivíduo, no seu modo de perceber e de avaliar as diferenças culturais. Nesse processo, o indivíduo alcança níveis superiores em sua capacidade de reconhecer, de se adaptar e de aceitar as diferenças culturais (BENNETT, 1998, p. 22).

Bennett (1989, p. 26) desenvolveu o *Developmental Model of Intercultural Sensitivity* (DMIS) que demonstra, em seis níveis, a evolução das atitudes e do comportamento dos homens com relação às diferenças culturais; parte de estágios de etnocentrismo (o indivíduo assume que sua visão de mundo é o centro da realidade) até chegar aos estágios de etnorrelativismo (significa o oposto, refere-se a sentir-se confortável com diferentes padrões e costumes, e tendo a habilidade de adaptar seu comportamento e seus julgamentos a diferentes interpretações).

Para um estudante de intercâmbio, esses conceitos são fundamentais. Está comprovado pelos estudos de Bennett que se não por todos, pelo menos por alguns estágios, mesmo que com diferentes intensidades, todo aquele que convive

determinado período de sua vida com uma comunidade estrangeira sentirá os efeitos da sensibilidade intercultural.

O primeiro estágio chamado *denial*, ou negação, é aquele em que o indivíduo nega a existência de diferenças culturais. Geralmente os indivíduos vivem em relativo isolamento de outras culturas, tanto por casualidade como por opção e utilizam estereótipos para descrever os outros povos culturalmente diferentes, até mesmo com adjetivos pejorativos.

O segundo estágio chama-se *defense*, ou defesa, ou seja, é o reconhecimento de que há diferenças culturais, porém sempre acompanhadas de avaliação negativa do outro e extremamente positiva de si mesmo. Quanto maior a diferença cultural, maior o julgamento equivocado e negativo dos outros indivíduos.

Em terceiro lugar, Bennet descreve o estágio de *minimization*. No estágio de minimização, os indivíduos reconhecem e aceitam diferenças culturais superficiais como, por exemplo, hábitos alimentares; porém, entendem que todos os seres humanos são iguais e têm as mesmas necessidades. Ênfase é dada nas semelhanças entre as pessoas e na regularidade de seus costumes, minimizando as diferenças.

No estágio da aceitação, ou *acceptance*, os indivíduos estão conscientes da existência das diferenças culturais entre os povos. Essas diferenças são reconhecidas, aceitas e apreciadas e são vistas como soluções para a organização da existência humana. É confortável pensar que não existe uma única solução, ou resposta, correta para os problemas da sociedade e que a mesma pode ser buscada em outras culturas.

O quinto estágio refere-se à *adaptation*, ou adaptação. A adaptação pressupõe o desenvolvimento de habilidades específicas para relacionar-se e para comunicar-se com pessoas de outras culturas, com o desejo de entender o modo de vida do outro e de se fazer entender pelo outro.

O sexto estágio é definido como *integration*, estágio de integração é a internalização de modelos de referência bicultural ou multicultural. As pessoas alternam o comportamento de uma cultura para outra de forma muito natural. Eles avaliam diferenças culturais sob múltiplas perspectivas e sob diferentes modelos referenciais. Esse estágio requer o conhecimento de, pelo menos, duas culturas distintas, a sua própria e a de outro povo, bem como a habilidade de mudar de uma para outra, com muita flexibilidade.

O modelo proposto por Bennet (1998) serve de orientação para aqueles que compreendem o valor da educação intercultural e o que nela está implícito, como flexibilidade e tolerância, uma educação baseada na compreensão dos diferentes valores culturais, que respeita a diferença do outro.

Chegar nesse nível de entendimento para a educação é fundamental para que os educadores compreendam a importância de retrabalharem os programas educacionais propostos atualmente; a necessidade de investirem no desenvolvimento de novos programas e que é preciso pensar em modelos e formas de internacionalização curricular.

Este é um desafio para a educação: oportunizar não somente aos estudantes que vivenciarem um período de estudos no Exterior, principalmente aos que optam em não sair de seus países, mas que necessitam, da mesma forma e com a mesma intensidade, o desenvolvimento da sensibilidade cultural, das competências globais e da comunicação intercultural, mesmo sem sair do seu ambiente educacional.

4.7 AMBIENTES CULTURAIS E INTERNACIONALIZAÇÃO CURRICULAR

Ambientes multiculturais ou pluriculturais, formados por pessoas de diferentes raças, nacionalidades, religiões e, obviamente, multilíngues ou plurilíngues, é uma realidade cada vez mais próxima e passa a fazer parte de um novo universo, seja ele no âmbito profissional, seja no acadêmico ou em outro.

O Quadro Europeu Comum de Referência das Línguas estabelece uma diferença conceitual entre multilinguismo e plurilinguismo, da mesma forma que estabelece a diferença entre multicultural e pluricultural:

O conceito de plurilinguismo é diferente de multilinguismo. O multilinguismo é o conhecimento de várias línguas ou a coexistência de distintas línguas em uma sociedade determinada... Mais além disso, o enfoque plurilíngue enfatiza o fato de que conforme se expande a experiência linguística de um indivíduo nos entornos culturais de uma língua, desde a linguagem familiar até a da sociedade em geral, até às línguas de outros povos (sejam elas aprendidas na escola ou na universidade, ou por experiência direta), o indivíduo não guarda estas línguas e culturas em compartimentos estritamente separados, mas desenvolve uma competência comunicativa para a qual contribuem todos os conhecimentos e experiências linguísticas nas quais as línguas se relacionam e interatuam entre si. [...] O plurilinguismo tem que contemplar-se no contexto do pluriculturalismo. A língua não é só um aspecto importante da cultura, mas também um meio de acesso a manifestações culturais. (QECR, 2001).

Transitar e conviver confortavelmente com cidadãos que falam outras línguas e que originam de diferentes culturas é uma característica cada vez mais valorizada e deve ser pensada como parte integrante dos diferentes ambientes de ensino e das diferentes formas de ensinar. Se os conceitos de língua e cultura estão totalmente interligados, é impossível trabalhar com uma delas sem que a outra esteja presente.

Desde as colocações de Sapir, em 1921, "language does not exist apart from culture", ou seja, a língua não existe separada da cultura, a reflexão volta-se para o tipo e que forma de cultura deve ser trabalhada, principalmente em ambientes formais de ensino geral ou de ensino de línguas estrangeiras, bem como nos ambientes educacionais que objetivam a formação de cidadãos globalmente competentes.

Sáez afirma que dentro da área da didática da língua, a cultura também tem sido um tema difícil de acomodar como explicam Barro, Jordan e Roberts (2001, p. 83):

Não é fácil nem cômodo enlaçar a aprendizagem de idiomas com os estudos culturais por várias razões. [...] A linguística aplicada e o ensino de idiomas geralmente têm buscado seus marcos teóricos e conceptuais na linguística e na psicologia, enquanto a antropologia, merecedora da pretensão de ser a disciplina que vai mais associada ao estudo das culturas, se encontra marginalizada. O resultado é que a "cultura" ao invés de ser debatida na bibliografia da pedagogia da língua, tem sido inserida tal e qual nos livros de idiomas. (SÁEZ, 2006, p. 79).

O autor alerta para a consideração marginal do conhecimento antropológico e de um uso irreflexivo do termo.

Independentemente do método ou da abordagem utilizados, o aprendiz não deve ser exposto somente ao aprendizado da língua, mas deve ter oportunidades de socializar e refletir sobre as diferentes experiências culturais.

O QEQR enfoca ainda:

As competências plurilíngues e pluriculturais fazem referência à capacidade de utilizar as línguas para fins comunicativos e de participar em uma relação intercultural em que uma pessoa, enquanto agente social domina – com determinado grau – várias línguas e possui experiência de várias culturas. (QEQR, 2001).

Segundo Gacel-Avila:

Um estudo realizado por ETS²⁰ para medir o nível de consciência global alcançado por estudantes detectou uma baixa correlação entre o nível de manejo de idiomas estrangeiros e dos conhecimentos interculturais, assim como das atitudes de empatia e de aceitação. Este dado, mais do que outra coisa, demonstra as limitações atuais do ensino de idiomas, pois não parece favorecer o desenvolvimento das habilidades mencionadas. Por essa razão, se acentua a importância da comunicação intercultural no ensino de idiomas nas últimas décadas. O manejo de um idioma estrangeiro deve ir acompanhado do conhecimento do contexto cultural e social no qual está imerso. (GACEL-AVILA, 2003, p. 154).

O ambiente de aprendizagem da segunda língua é altamente motivador para a aquisição de aspectos culturais fundamentais para a formação do indivíduo e para o seu entendimento sobre o comportamento dos outros povos, especialmente se esse aluno estiver se preparando para uma vivência no Exterior, onde ele estará convivendo com novas manifestações linguísticas e comportamentais.

Não basta que o aprendiz se torne bilíngue, ele deve se tornar, também, plurilíngue e pluricultural.

O QECR – Quadro Europeu Comum de Referência das Línguas define:

O usuário, ao fazer uso da língua, coloca em funcionamento uma série de competências e é, precisamente dessa forma, que se aprendem as línguas e se desenvolvem as competências. [...] O QECR define competências como "a soma de conhecimentos, destrezas e características individuais que permitem uma pessoa realizar ações". (SÁEZ, 2006, p. 104).

Com esse novo quadro de referência, o usuário da língua utiliza dois tipos de competências: competências gerais de um indivíduo e competências comunicativas da língua. As competências gerais são aquelas em que o usuário pode recorrer a ações de todo o tipo, incluindo atividades comunicativas, sem ser necessariamente linguísticas. As competências comunicativas são as que capacitam uma pessoa para atuar por meios comunicativo-linguísticos.

Dentre as competências gerais do usuário, o quadro de referência dedica um expressivo espaço para as destrezas e habilidades (do saber ser), dividindo-as entre destrezas e habilidades práticas (sociais, da vida, profissionais e de ócio) e destrezas e habilidades interculturais.

A capacidade de relacionar entre si a cultura de origem e a cultura estrangeira; a sensibilidade cultural e a capacidade de identificar e utilizar uma variedade de estratégias, para estabelecer contatos com pessoas de outras culturas; a capacidade de atuar como intermediário cultural entre a cultura própria e a cultura

²⁰ Educational Testing Service – ETS

estrangeira e de abordar com eficácia os mal-entendidos interculturais e as situações conflitivas, e a capacidade de superar relações estereotipadas são as destrezas identificadas pelo QECR, no momento em que os estudos de interculturalidade são mais necessários e estão mais evidentes do que nunca.

Os programas de ensino e de línguas estrangeiras devem permitir que os estudantes experienciem também situações de imersão na nova cultura com a qual estão tendo contato. A internacionalização curricular, por meio de uma abordagem intercultural para os programas de ensino comum e para o ensino de línguas estrangeiras requer a aceitação de novos conceitos e valores trazidos pelas outras culturas. A importância da definição das condições e dos ambientes em que a cultura será trabalhada é fundamental, ou seja, promover seu entendimento e não confronto a elas.

Álvarez y Garrido acreditam que a incorporação da cultura e da interculturalidade no ensino de línguas implica:

1. A formulação de objetivos e resultados culturais durante o processo do desenho curricular; 2. O desenho de um programa que contenha objetivos culturais alcançáveis e quantificáveis junto com os critérios correspondentes de avaliação; 3. A seleção de materiais autênticos e variados que mostram aspectos cruciais da cultura estrangeira; 4. O desenvolvimento de métodos de ensino que tratem explicitamente os temas culturais e que convidem à reflexão sobre eles, assim como o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem que capacitem os estudantes para serem competentes na multiculturalidade; 5. A avaliação dos ganhos dos objetivos culturais. (SÁEZ, 2006, p. 131).

O desenvolvimento de atividades que levam o aprendiz a "praticar a linguagem gramaticalmente correta" são conceitos que devem ser revistos, pois se língua e cultura são indissociáveis, a ênfase deve ser dada ao ensino das formas culturalmente apropriadas em determinadas situações, observando principalmente os aspectos e os contextos culturais envolvidos no momento da comunicação.

Um programa de educação pluricultural e multicultural, ou de ensino de línguas estrangeiras, deve prever um plano, objetivos e atividades que serão desenvolvidas, procurando observar a aquisição linguística, mas não mais visualizando a língua como apenas uma estrutura de comunicação. Devem ser considerados todos os sistemas de valores culturais ali existentes.

Sáez chama a atenção para dois importantes aspectos quanto ao tema da didática das línguas:

Evidentemente, a formação escolar contribui para o desenvolvimento do conhecimento sociocultural como também os processos de aprendizagem informal. Por isso, com relação à didática da língua, podemos fazer dois comentários relativos ao conhecimento sócio-cultural: 1) o ensino da língua pode contribuir para tal conhecimento, especialmente se se vincula a outras matérias curriculares mediante um enfoque de ensino de língua baseado em conteúdos (Madrid y Garcia Sanchez, 2001); 2) a didática da língua pode contribuir, além disso, a agregar uma perspectiva crítica, tanto da aprendizagem formal como informal (especialmente através dos meios de comunicação) por meio do pensamento crítico, a análise crítica do discurso (Fisher, 2001; Wodak, 2003) e da leitura crítica (Cassany, 2006a). (In: SÁEZ, 2006, 114).

Parafraseando Sáez, o estabelecimento de uma relação entre o ensino de línguas estrangeiras, vinculado com o ensino de cultura, não é algo novo. No entanto, após longo período de ensino audiolinguístico, no qual a cultura não é contemplada explicitamente como parte do ensino de línguas (mesmo que seja trabalhada implicitamente nos textos e nos materiais utilizados), os métodos que favoreceram a comunicação, como objetivo da didática da língua, aportaram uma aproximação mais utilitária da cultura. Ou seja, agregaram-se os costumes e usos culturais de determinado país, pensando no estudante de línguas estrangeiras como um possível turista que visita um país e que quer participar de sua forma de vida.

Recentemente, surgiu um enfoque crítico da cultura, no qual os conceitos de multiculturalidade e de interculturalidade representam eixos de pensamento, ou seja, é a cultura pensada com seus valores, mediante a comparação de estudos etnográficos, a fim de compreender tanto a língua materna quanto a cultura materna, proporcionando, dessa forma, a possibilidade de gerar reflexões acerca das relações dos indivíduos e da sociedade num mundo marcado pela diversidade.

A verdadeira aquisição linguística, imbuída dos valores culturais, ocorrerá se houver uma abertura, um espaço para reflexão, uma aceitação natural, uma simpatia por parte do aprendiz em recebê-los, mediante estímulos positivos, geralmente promovidos pelo professor, com o desenvolvimento de programas de educação multi e pluriculturais e de currículos internacionalizados.

Essa postura dos educadores e dos professores de línguas estrangeiras, orientada para a promoção dos estudos sobre a cultura/língua-alvo, de avançar do ensino puro para o ensino promotor da cultura, fará com que os programas de ensino e os programas linguísticos desenvolvidos sirvam como impulso para a criação de um ambiente favorável, que encorajará os estudantes a uma reflexão crítica sobre os aspectos da aquisição da língua, e também aos questionamentos

sobre os valores culturais apresentados, buscando o efetivo desenvolvimento de uma consciência intercultural.

No momento em que se coloca a possibilidade do questionamento e da reflexão sobre os diferentes aspectos culturais, que podem ser gerados no ambiente de educação multicultural e de aprendizagem de línguas estrangeiras, poderão surgir novas situações que devem ser analisadas com cuidado.

Para Rogers e Steinfatt:

O grau com que um indivíduo julga outra cultura pelo seu contexto é chamado relativismo cultural. Em outras palavras, o relativismo cultural avalia as ações em determinada cultura pelas premissas daquela cultura pelas suas afirmações sobre a sociedade, sobre o meio ambiente, sobre as tecnologias, religião, e ciência. (ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 55).

Uma atividade num ambiente multicultural, ou em uma sala de aula de línguas estrangeiras, orientada para o aprendizado de novas culturas, vai demandar uma alteração no comportamento do aluno, colocando-o em posição de questionar, repensar e confrontar a cultura estudada com a sua própria cultura. Isso demanda não somente uma nova postura, mas também um novo comportamento intercultural que pode levar a situações de *stress* aculturativo.

Ellis aponta a definição de choque cultural – *cultural shock* – como sendo

desorientação, stress, medo, etc... o qual o aprendiz experimenta como resultado das diferenças entre sua própria cultura e a cultura da comunidade onde ele está inserido e que pode ocorrer colocando em risco o sucesso tanto da aquisição da nova língua como da nova cultura. (ELLIS, 1985, p. 252).

Sáez retoma o conceito de Brown (1986):

O choque cultural é uma experiência frequente para qualquer pessoa que aprenda uma segunda língua em uma segunda cultura. O choque cultural faz referência a uma série de fenômenos que vão desde certa irritabilidade até profundos momentos de crise e pânico psicológicos... O choque cultural se associa com sentimentos no estudante de estranhamento, hostilidade, indecisão, frustração, infelicidade, tristeza, solidão, nostalgia, e até mesmo enfermidade psicológica. A pessoa que sofre o choque cultural contempla seu novo mundo com ressentimento e alterna entre estar enfadado com os demais por não compreender e sentir-se cheio de auto-compaixão. (SÁEZ, 2006, p. 41).

e de Stern (1983):

O choque cultural é o estado de ansiedade ao qual se expõe o estudante ao entrar numa nova cultura totalmente não familiar. O "stress" cultural é o

estado de desconforto prolongado como resultado das discrepâncias entre a auto-imagem e as expectativas da nova cultura. (SÁEZ, 2006, p. 41).

A necessidade obrigatória da substituição das culturas não deve existir num ambiente educacional. Ignorar sua própria cultura em favorecimento da cultura do outro não é o valor educacional adequado. Os aprendizes devem ser encorajados a imergir na nova realidade, tendo em vista que a aquisição linguística e o desempenho intercultural ocorrerão de maneira mais natural, na tentativa de, pelo menos, amenizar os efeitos do *stress* aculturativo.

A apresentação de elementos culturais no ensino de línguas não deve favorecer a criação de estereótipos. Os aprendizes devem ter consciência de que o ser humano é um ser cultural, deve-lhes ser ensinada a noção de relatividade cultural e a importância dos valores culturais para cada civilização e sobre a aceitação de alguns desconfortos culturais, quando os valores de sua própria cultura conflitam com os valores do outro.

Essas alterações de postura e de comportamento não dizem respeito somente ao aluno, mas principalmente ao professor e a todo o ambiente educacional. Cabe a ele, ao orientador das atividades linguísticas, conhecer as diferenças culturais e fornecer informações suficientemente claras ao seu grupo de alunos, a fim de evitar preconceitos, pré-julgamentos, retaliações e a geração de conflitos interétnicos. A maior manifestação das razões da mobilidade acadêmica internacional e da educação intercultural, portanto, está relacionada com o conhecimento e com a aceitação pacífica e respeitosa da língua, da cultura (hábitos, crenças e valores) e do comportamento do outro

O professor de língua estrangeira fornecerá as informações culturais específicas determinando o quê, quando, como, por que e em que extensão pontos culturais específicos serão introduzidos nos ambientes educacionais.

Essa é uma enorme responsabilidade, visto que os professores nem sempre possuem conhecimentos aprofundados dos valores e da ética cultural de todas as civilizações.

Os professores de línguas estrangeiras devem ter em mente que, no momento em que selecionarem materiais, atividades e a própria linguagem que será utilizada em sala de aula, esse compêndio poderá causar diversas reações do grupo, chegando até mesmo a situações de confrontos interculturais.

Quanto ao comportamento do aluno, pode-se partir da hipótese de que, pelo fato de ele ter escolhido determinada língua para ser estudada, ele tem forte interesse em conhecer pessoas que a utilizem, bem como em aprender sobre os traços culturais que a ela estão conectados. Há estudantes que também chegam ao extremo, expondo-se demasiadamente ao processo de aculturação. Uma grande afinidade com a nova língua e com a nova cultura pode ocorrer, quando o aprendiz tende a tornar-se quase um "proficient" ou "nativelike", ou seja, tão proficiente e culturalmente ajustado quanto um nativo.

Esse processo define Richard-Amato (1988, p. 61), como *desnativization*, i.e., processo de acomodação através do qual o aprendiz altera seu comportamento, adequando-se à nova realidade.

Em se tratando de programas orientados para o ensino de línguas estrangeiras, com enfoque para as questões culturais, eles devem ter sempre presente a aceitação cultural e nunca sua imposição ou absorção definitiva.

O comportamento dos estudantes internacionais também apresenta outros dois aspectos relevantes. Se a questão língua e cultura não estiver claramente definida, o primeiro deles é o fato de que as tentativas de apresentar outra língua e outra cultura possam invalidar a língua e a cultura nativas; o estudante pode adotar uma postura mais defensiva em relação a sua própria bagagem linguística e cultural e certa hostilidade em relação às que estão sendo aprendidas.

O segundo aspecto é que o estudante pode também adotar uma postura de inferiorização, de menosprezo de sua própria língua e de sua cultura, considerando a língua e a cultura aprendidas como melhores e, às vezes, como únicas, corretas e aceitáveis.

Essas situações geralmente ocorrem no que diz respeito ao envolvimento de expressões x valores relacionados a rituais, mitos, religião, espiritualidade, pois mexem com a formação do cidadão desde sua origem; esses valores estão totalmente arraigados na personalidade do sujeito.

Se o professor-educador não tiver habilidades em questões de comunicação intercultural e não tiver a certeza dos itens culturais que vai abordar com seu grupo de estudantes, torna-se preferível, então, repensar sua prática pedagógica para o ensino de línguas estrangeiras, incluindo, em todas as oportunidade possíveis, situações de análise dos diferentes momentos da comunicação intercultural, e valendo-se de exemplos da comunicação verbal e não verbal.

Ao apresentar elementos linguísticos e elementos culturais, os professores tendem a buscar, nos referenciais de sua língua materna e de sua cultura nativa, elementos que sirvam de suporte para a comparação entre as duas realidades.

O professor, nesse caso, deve esforçar-se para evitar os julgamentos sem fundamentos, às vezes, feitos por impressões pessoais, que se baseiam em gostar ou não gostar do que está sendo exposto; corre o risco de julgar como sendo ruim ou inadequado aquilo que é apenas diferente de sua própria cultura.

Se as línguas de comunicação internacional estão diretamente ligadas ao poder econômico dos países que as utilizam como língua oficial, devem-se observar atentamente as implicações culturais que acompanham o ensino dessas línguas.

Uma das grandes consequências que a globalização poderá deixar nas populações é a perda da identidade cultural de alguns povos, que, em favor da assimilação de novas línguas e de novas culturas, por uma questão de sobrevivência e da necessidade de comunicar-se com o mundo, tenderão a abrir mão de seus valores mais antigos e de suas grandes riquezas – a língua e a cultura.

Graddol coloca:

Um dos maiores desafios para muitos países é como manter a sua identidade diante da globalização e do crescente multilinguismo. Existe estudo para a regulamentação do status da língua inglesa, porém outras formas precisam ser encontradas para reinventar a identidade nacional. (GRADDOL, 2006, p. 116).

Por meio da educação intercultural, do estímulo às vivências internacionais, pode-se pensar na salvaguarda de valores linguísticos e culturais, que dão características específicas às populações. Mas, caberá também aos povos erguerem suas bandeiras e lutarem pela manutenção de seus valores, reconhecendo, do Oriente ao Ocidente, que o homem é o único ser racional na face do planeta, mas que é universal nas riquezas e diferenças de língua e de cultura.

4.8 TREINAMENTOS INTERCULTURAIS PARA OS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

O contato entre os povos de diferentes culturas nunca esteve tão evidente e nunca foi tão necessário. A mudança de paradigmas trazida pela globalização faz com que os diferentes ambientes, uma vez, restritos a cidadãos da mesma origem

linguística e cultural, tornem-se cada vez mais multilíngues e multiculturais, com representantes das mais diversas etnias.

O perfil profissional solicitado pelo mercado de trabalho requer uma nova postura do cidadão, que tenha competência para interagir, dialogar, negociar e estabelecer relações diplomáticas e estratégicas com representantes de outras partes do planeta.

Esse novo perfil deve estar ajustado às novas demandas, especialmente no que se refere às habilidades de comunicação intercultural, ou seja, a troca de informações entre indivíduos culturalmente diferentes. Para essa atitude, o domínio de línguas estrangeiras e o conhecimento sobre as demais etnias pode ser satisfatório, porém não será suficiente se, em situações práticas de contato, a comunicação não for eficaz.

Os treinamentos interculturais promovem o desenvolvimento específico de habilidades que capacitam os indivíduos que precisam transitar em ambientes diferenciados, viver em outros países, conviver com pessoas de outras culturas, negociar com estrangeiros, colocando em prática os ensinamentos trazidos por Hall, especialmente os relacionados com a comunicação não verbal e com todas as derivações dela decorrentes.

A possibilidade de aperfeiçoar os contatos interculturais vem sendo abordada há muitos anos, mediante estudos da comunicação intercultural e vem desenvolvendo programas diferenciados de capacitação para aqueles que necessitam compreender que somente o domínio da língua estrangeira não é suficiente. Os enfoques podem ser os mais diversos, mas, basicamente os treinamentos interculturais desenvolvem atividades para o aprimoramento da sensibilidade cultural, conforme proposto pelo modelo de Bennett, ao observar as diferentes realidades em que a comunicação intercultural ocorre; o perfil dos indivíduos, se são estudantes, turistas, profissionais ou atletas. Além disso, contemplam análises e atividades relacionadas aos diferentes comportamentos atribuídos às diferentes nacionalidades, à idade, ao sexo, às classes sociais, etc.

Todos os treinamentos interculturais pressupõem: envolvimento de novos programas educacionais e estudos de línguas estrangeiras; exposição a situações cotidianas de diferentes culturas; orientação; repasse de informações; estudos de caso; análise de confrontos interétnicos; desenvolvimento de atividades que promovam o entendimento de diferenças; resolução de conflitos; busca de soluções

conjuntas para problemas comuns, relacionados a diferentes posicionamentos de diferentes *backgrounds* culturais, como coletivismo e individualismo; sociedades mais dependentes e outras mais autônomas.

Com o crescimento da oferta dos programas de mobilidade acadêmica internacional, e com o crescimento do número de estudantes em mobilidade surgem também novas necessidades, identificadas como urgentes. Uma delas é a aplicação de treinamentos interculturais que preparem os estudantes para a vivência no Exterior.

O desenvolvimento e o fortalecimento das habilidades de comunicação, o entendimento das diferentes formas de compreender o mundo, a eliminação de preconceitos fazem parte de programas de orientação intercultural pré-embarque, de acompanhamento e de monitoramento do desenrolar do intercâmbio enquanto o estudante está no Exterior, e, com especial ênfase, a capacitação para o retorno ao seu país de origem. Estes são fatores fundamentais que podem assegurar a qualidade da mobilidade acadêmica e ampliar o âmbito dos resultados.

Conforme Gacel-Avila:

Enfrentada a difícil tarefa de comunicar aos estudantes a informação essencial sobre a história, geografia, economia, sociedade, instituições e maneira de viver do país anfitrião, a maioria dos professores que coordenam os programas de intercâmbio, optam por deixar os estudantes descobrirem estes aspectos por eles mesmos. Seria necessário construir a experiência da aprendizagem intercultural com o mesmo rigor que se planejam outros programas acadêmicos para assegurar que a mobilidade dos estudantes possa atingir todo o seu potencial e converter-se para todos numa viagem de exploração e descobrimento, uma experiência com um real alcance educativo. (GACEL-AVILA, 2003, p. 223).

As atividades de preparação para a realização de uma vivência no Exterior precisam ser vistas como atividades obrigatórias a serem oferecidas aos estudantes, antes de sua partida para o país de acolhida. Dessa forma, garante-se a qualidade do investimento e assegura-se, pelo menos, uma proximidade com os resultados propostos pelos programas.

Nessa virada de milênio e neste cenário de globalização, mais do que nunca torna-se mister a compreensão do papel que os homens, suas línguas e suas culturas exercem na redefinição do planeta, o que se procurou apresentar no presente capítulo.

A aldeia global que ora se delinea não encontra mais, nos limites geográficos, uma justificativa ao distanciamento dos povos. Encontra, sim, uma

aproximação, uma unicidade, provando que o homem é um ser universal, movido pelas mesmas necessidades fisiológicas e psicológicas, em qualquer parte do planeta em que ele estiver ou habitar.

– O respeito em detrimento da ignorância. É por essa bandeira que os homens devem lutar. É com esse objetivo que se deve pensar em programas de educação intercultural e não somente de educação internacional.

– Reconhecer no outro meu similar. Reconhecer, ao mesmo tempo, o outro como sendo semelhante e como sendo diferente; relativizando seu próprio sistema de valores linguísticos e culturais. Admitir que existem outras vontades, motivações, hábitos e referências para além daqueles que se reconhecem como certos; evitar interpretar o comportamento dos outros seres humanos somente pela sua própria ótica ou sua própria linguagem, para tentar compreender os significados dos quais eles se revestem. Sair do etnocentrismo para o etnorrelativismo, como propõe Bennet.

O fundamental é insistir que é tão importante lutar pela conservação dos valores universais como pela manutenção da riqueza das singularidades culturais.

A língua é uma das criações culturais de cada comunidade nacional; é a primeira de suas criações e que, de alguma forma, condiciona todas as outras ou a maior parte delas.

A língua e a cultura são, ao mesmo tempo, os símbolos de cada comunidade nacional e o sinal pelo qual se identificam seus membros. Pelo fato de falarem a mesma língua, se reconhecem como fazendo parte de um mesmo grupo, de um mesmo povo, de uma mesma nação.

A responsabilidade recai sobre o sistema educacional que, com a oferta de programas de intercâmbio internacional, estará facilitando o entendimento entre os povos, pela mobilidade de seus estudantes.

Segundo Morin,

a compreensão do outro implica um processo de empatia, identificação e projeção. A compreensão requer abertura, simpatia, generosidade. Esta tarefa enfrenta enormes obstáculos, que vão desde a indiferença ignorante, até o espírito reducionista, passando pelo egocentrismo, o etnocentrismo ou o sociocentrismo. (MORIN, 1999, p. 103).

Vivenciar uma experiência em outro país, com hábitos, crenças e valores tão diferentes dos seus, é no mínimo provocador, estimulante, desafiador. Conviver com outras culturas provoca profundas reflexões e mudanças no seu próprio comportamento, pois nunca se volta igual de uma viagem.

5 MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL NA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: REGIÃO ONDE ESTÁ INSERIDA A UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

O Município de Caxias do Sul, segundo polo metal-mecânico do País, está localizado na extremidade leste da Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. É uma cidade colonizada por imigrantes italianos, que faz parte da Região da Uva e Vinho. Abriga, em seu parque industrial, mais de 15 mil estabelecimentos, sendo um dos mais diversificados do Brasil.²¹

Caracteriza-se como uma região de importante desempenho econômico e que encontra, na Universidade de Caxias do Sul, uma importante aliada na busca de novas bases para transformar desenvolvimento econômico em progresso social para a população.

Produz desde parafusos até ônibus e caminhões, com qualidade reconhecida mundialmente. O dinamismo do comércio oferece variados produtos: vinhos, confecções, malhas, pratarias, artigos em couro, móveis e artesanato. Seu centro de negócios está voltado não apenas ao consumidor local, mas também aos turistas que visitam a cidade durante todo o ano. Trata-se do segundo polo comercial do Rio Grande do Sul, onde filiais de grandes redes de departamento do centro do País e do estado atuam, lado a lado, com lojas e magazines locais.

Caxias do Sul está ligada a grandes metrópoles por rodovias asfaltadas e conta também com voos diários, chegando e saindo de seu aeroporto. Por estar localizada a 760 metros acima do nível do mar, apresenta um clima subtropical em que as temperaturas chegam a variar entre 1,4 grau negativo e 33,6 graus positivos. A média situa-se na faixa dos 16 graus centígrados.

Os invernos são frios e, algumas vezes, ocorre a precipitação de neve. No outono e na primavera, é comum a ocorrência de geada e, no verão, a temperatura é bastante agradável.

Essas informações são relevantes, pois compõem um cenário extremamente atrativo aos estudantes que buscam uma experiência internacional em uma instituição de Ensino Superior brasileira.

²¹ Informações disponibilizadas pelo material institucional de divulgação da Universidade de Caxias do Sul.

5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CIDADE

Com aproximadamente meio milhão de habitantes e uma área territorial de 1.648,60 quilômetros quadrados, a 127 quilômetros da capital do estado – Porto Alegre – Caxias do Sul é o segundo centro econômico-financeiro e a segunda maior cidade em população do Estado do Rio Grande do Sul.

O município é essencialmente urbano, concentrando cerca de 92% de sua população na cidade, e o restante, 8%, na área rural. Os indicadores sociais de Caxias do Sul refletem sua força econômica: o número de carros, de telefones e de leitos hospitalares por habitante está entre os maiores do estado e do País. Esse importante polo econômico, político e sociocultural contou com um orçamento em 2001 de R\$ 229 milhões, 14% superior ao do ano anterior, e de R\$ 240 milhões em 2002, sendo que 53% são investidos em educação e saúde.

Na elaboração do orçamento municipal, a administração trabalha com a participação da população. São os cidadãos que definem as áreas prioritárias de investimento mediante Orçamento Comunitário. No Orçamento Comunitário, a cidade foi dividida em dez regiões, que servem como base para a distribuição dos recursos.

Em cada uma delas são realizadas reuniões plenárias públicas, quando são definidas as prioridades e eleitos os delegados e os conselheiros, que são os representantes das comunidades.

A cidade, rodeada por vales e paisagens, foi colonizada pelos imigrantes italianos que chegaram em 1875, na sua maioria camponeses da região do Vêneto, mas também da Lombardia e do Piemonte. No entanto, atualmente, pelas ruas desfila um mosaico de culturas e etnias, como é de praxe nas grandes economias.

A história de Caxias do Sul começa antes da imigração, ainda quando a região era percorrida por tropeiros e ocupada por índios, chamada Campo dos Bugres. Dois anos após, recebeu a denominação de Colônia Caxias. A emancipação política do município de São Sebastião do Caí aconteceu em 1890 e, em 1910, elevou-se à categoria de cidade. Naquele mesmo ano, foi instalado o primeiro trem, ligando a região à capital.

Vários ciclos econômicos marcaram a evolução do município ao longo do século. O primeiro deles está ligado ao traço mais forte da sua identidade: o cultivo da videira e a produção de vinho – num primeiro momento, para consumo próprio e,

mais adiante, para comercialização. Os imigrantes eram agricultores, e muitos deles possuíam outras profissões. Instalaram-se na região, urbanizando e acelerando o processo industrial.

Hoje, Caxias do Sul, antiga Colônia Caxias, possui 261 bairros e loteamentos, e uma renda *per capita* de US\$ 11,9 mil em 2006, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O seu Produto Interno Bruto (PIB) está calculado em R\$ 5,6 bilhões.

Caxias do Sul tornou-se um polo centralizador da região mais diversificada do Brasil, com vastos parreirais, vinícolas e variado parque industrial. A indústria é o carro-chefe da economia, que representa 64% da produção.

O comércio ocupa o segundo lugar na economia da cidade, com um percentual de 33,34%. São 24 mil estabelecimentos instalados no município, entre indústrias, comércio e serviços. A composição da economia industrial está dividida em 12% de participação para o ramo de alimentação, 11% para fiação, tecelagem e vestuário, 9% para a indústria da madeira e do mobiliário, 6% para o setor de material plástico, 40% de participação da indústria metalúrgica de bens de capital e 20% ao setor metalúrgico de bens de consumo.

Os setores produtivos mais importantes são o de autopeças, sendo Caxias do Sul o segundo polo brasileiro de material de transportes, e também o segundo polo em importância nacional. Está instalado em Caxias do Sul o Centro Gestor de Inovação em Autopeças, ação público-privada que envolve um conjunto de entidades, desde o governo do estado até sindicatos empresariais e a Universidade de Caxias do Sul.

O crescimento da economia de Caxias do Sul teve um aumento de 5,31% sobre 2005: indústria 1,26%, comércio 5,45% e serviços 11,07%.

As exportações da cidade em 2006 totalizaram US\$ 785 milhões. As importações chegaram ao patamar de US\$ 209 milhões em 2006. Caxias do Sul importa em média 3,3% do total importado pelo estado e exporta em média 5% do total exportado pelo RS.

Devido a esse perfil industrial, uma das maiores fontes de arrecadação do município é o Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Conforme a Secretaria Municipal da Fazenda, a arrecadação de ICMS em 2001 chegou a R\$ 81 milhões, o que significa um crescimento nominal de 12,5% e real de 2,14%, representando 35% da arrecadação total do município.

No setor de serviços, a informática, com mais de 200 empresas instaladas, faz de Caxias do Sul o maior polo desenvolvendo de *software* de gestão empresarial, sendo também importante sua interface com a automação industrial. Nessa área, a Prefeitura de Caxias do Sul está constituindo, com entidades e empresas do setor, uma ação setorial de constituição de um polo de informática voltado para a inovação tecnológica, que vem se somar à já existente Incubadora Tecnológica há cinco anos.

Caxias também é um polo regional em saúde e em educação. Na saúde, diversos hospitais, empresas de plano de saúde e assistência médica estão aqui instalados.

A agricultura é caracterizada pelos minifúndios familiares, representa somente 2% da base econômica do município. Apesar disso, além de ser a maior produtora de hortifrutigranjeiros do estado, hoje 65% do que é consumido pelos caxienses, de verduras e frutas, vem da própria cidade.

Caxias também é o maior produtor de caqui do estado, com 370 hectares, cultivados por 220 agricultores. O caqui ocupa a oitava posição no *ranking* dos hortifrutigranjeiros mais cultivados na cidade. Dentre as espécies mais plantadas estão: maçã (25.321.783 kg/ano), cenoura (24.269.061 kg/ano), beterraba (24.839.250 kg/ano) e pêssego (7.360.420 kg/ano). Mas é a uva a fruta mais cultivada. São 49.720.089 kg/ano, numa área de 2.834 hectares.

Dentre as hortaliças destaca-se a produção de cenoura (24.269.061 kg/ano), beterraba (24.839.250 kg/ano), tomate (20.729.110 kg/ano), alho (2.100.000 kg/ano), abóbora (1.752.500 kg/ano) e repolho (6.543.250 kg/ano). A cada ano aumenta em 10% a área plantada de hortifrutigranjeiros. O volume de produção de frutas – são 6.953 hectares – e verduras incentivou a implantação das agroindústrias.

Desde o lançamento do projeto Controle de Produtos Agropecuários (Copas), em 1998, o número de empreendimentos já chega a 66, gerando mais de 200 empregos.

Caxias do Sul também é polo turístico, pela soma de história, progresso, folclore, pratos típicos, belezas naturais, convivência harmônica de técnicas artesanais com tecnologias de ponta, hospitalidade italo-gaúcha, com atrativos turísticos inigualáveis.

Uma das principais atrações urbanas da cidade é a Igreja São Pelegrino, que possui afrescos de Aldo Locatelli, a réplica da Pietá de Michelângelo e os

portais de bronze, que reproduzem a epopeia da imigração, obra do artista italiano Augusto Murer.

Ainda na área central da cidade, além de vida noturna, encontra-se o Museu Municipal e o Museu da Casa de Pedra; a réplica de Caxias do Sul, na Época de 1885, nos Pavilhões da Festa da Uva, onde se realiza o espetáculo Som e Luz; o Monumento Nacional ao Imigrante e o Parque Getúlio Vargas, com sua pista arborizada para caminhadas e a praça Dante Alighieri, onde todo o sábado acontece o Brique da Cidade, oportunidade para a compra de artesanato e antiguidades.

Em Caxias do Sul, existe abundante gastronomia colonial italiana e gaúcha, sempre acompanhada por vinhos produzidos na região e que concorrem mundialmente a prêmios de qualidade internacional. Cantinas, churrascarias, galeterias, pizzarias e a cozinha internacional fazem da cidade uma das maiores expressões da culinária do Rio Grande do Sul. São 1.284 restaurantes, além da rede hoteleira diversificada, que oferece 3.246 leitos com muito conforto em 43 estabelecimentos.

No interior do município, é possível encontrar cenários ainda intocados, que retratam a região como há mais de um século. Em algumas pequenas propriedades rurais, encontram-se vinhos artesanais e produtos coloniais. O visitante pode conhecer os cinco roteiros turísticos: Rota dos Tropeiros, Caminhos da Colônia, Estrada do Imigrante, Criúva – o lado campeiro de Caxias do Sul e Rota Trentina. Em fevereiro/março 2008 aconteceu a 27ª Festa Nacional da Uva, com o tema: Uma vez imigrante, para sempre brasileiro. Uma extensa programação artística, cultural e econômica compôs o evento.

Essa riqueza cultural, com a forte presença da indústria e de oportunidades para o desenvolvimento profissional, faz de Caxias um dos destinos do Estado do Rio Grande do Sul mais atrativos para estudantes internacionais, que nessa cidade podem unir seus interesses de estudos, língua, cultura, como forte apelo para as questões de integração com a comunidade local.

5.3 A UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

A Universidade de Caxias do Sul é uma instituição de caráter comunitário e regional e está situada na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Com

sedes universitárias em nove cidades, ela abrange uma região de 70 municípios, e mais de um milhão de habitantes, oferecendo à comunidade regional a opção de participar das mais variadas formas, do processo de criação, da transmissão, da crítica e da difusão da cultura, ciência e tecnologia.

Fundada em 10 de fevereiro de 1967, sua criação resultou de ação da própria comunidade, e seu desenvolvimento busca a perfeita sintonia com ela. Isso significa que, no seu planejamento institucional, estão contemplados os interesses, as vocações e as potencialidades dessa comunidade. Mas, mais do que isso, a característica de vanguarda inerente a toda universidade e sua efetiva inserção no meio social habilitam-na para ver mais adiante, mantendo uma visão permanente e estratégica do futuro, fundamental na busca por novos caminhos e de soluções para o desenvolvimento sustentado da região.

Sua sede administrativa, acadêmica e estratégica está localizada na Cidade Universitária em Caxias do Sul, onde estão instalados os principais órgãos e serviços de administração e apoio às unidades universitárias, localizadas em Bento Gonçalves, Vacaria, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata, Veranópolis e São Sebastião do Caí.

Consolidando sua posição de universidade comunitária, a UCS procura manter-se em permanente diálogo com a sociedade. Seus interesses são os da coletividade, e o resultado do seu trabalho é totalmente reinvestido na qualificação de sua ação e no aprimoramento dos serviços oferecidos à população.

Como instituição formadora de geradores de conhecimento, mantém a determinação de constituir-se como um conjunto de espaços de independência e autonomia, propícios à investigação, experimentação, reflexão, criação e inovação nas diferentes áreas do conhecimento. São espaços nos quais o entusiasmo das novas gerações se mescla com a experiência acumulada dos mais vividos, para originar novas formas de saber, que contribuirão para expandir as fronteiras do progresso social.

Sua mantenedora é a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de direito privado, cuja finalidade principal é promover a educação, a pesquisa e a extensão em todos os níveis e campos do saber, bem como a divulgação científica, técnica e cultural, dentro dos valores cristãos, filantrópicos e democráticos da civilização.

Regida por estatutos próprios, a Fundação tem, na sua direção, representantes de entidades da comunidade e dos governos federal, estadual e municipal. Comunitária e regional, a UCS mantém, como diretriz permanente, a integração regional. Sem fins lucrativos, sua finalidade é o interesse da coletividade, e o resultado do seu trabalho é totalmente reinvestido na qualificação dos serviços prestados à comunidade.

5.3.1 A Cidade Universitária

A sede da Universidade de Caxias do Sul está localizada na Cidade Universitária em Caxias do Sul. Foi instalada em 1973, numa área de 6,5 mil m², no Bairro Petrópolis, numa região privilegiada por sua geografia e belezas naturais, onde antes funcionava o Colégio Sacre-Coeur de Marie. A partir de dezembro de 1974, o governo do estado doou uma área de 25ha pertencentes à Estação Experimental de Vitivinicultura.

Na década de 80, uma nova doação incorporou à UCS o restante da área da Estação, ficando a Universidade com uma área aproximada de 72 hectares. A partir da década de 90, com o processo de regionalização da UCS e sua consequente expansão, houve um crescimento da estrutura física da Cidade Universitária, com a construção de novos prédios, para abrigar salas de aula, laboratórios, unidades de serviços e outras facilidades, objetivando o conforto dos usuários da Cidade Universitária.

O crescimento da Cidade Universitária obedeceu a uma proposta de arquitetura, ecologicamente planejada, que buscou criar uma atmosfera acolhedora, plena de muito verde e muita luz, propícia para o desenvolvimento das relações interpessoais. Diversas construções antigas foram mantidas e restauradas, criando um espaço onde o moderno e o tradicional convivem em harmonia. Ao todo, são aproximadamente 100 mil m² de área construída, onde edificações modernas interagem com construções mais antigas e restauradas, áreas verdes, lagos e bosques de mata nativa, compondo um espaço capaz de oferecer as condições necessárias para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pela Universidade.

A colaboração entre universidades de diferentes países, com realidades sociais, tecnológicas e educacionais distintas, insere-se, assim, numa estratégia global que busca a excelência da atuação acadêmica, eliminando deficiências, superando desigualdades e desequilíbrios entre povos e nações.

Com uma atuação crescente na área de cooperação internacional, a UCS vê seu processo de internacionalização como um importante fator de qualificação institucional, e o coloca como uma das metas prioritárias do seu planejamento estratégico para 2007-2011.

5.3.2 A cooperação internacional na Universidade de Caxias do Sul

O *slogan* da Universidade de Caxias do Sul, "Pés na região, olhos no mundo", define com muita propriedade uma de suas diretrizes mais importantes: a de internacionalização. Com os pés na região, a UCS busca atender à demanda da comunidade regional, oferecendo diversas opções de experiências internacionais, que visam a aprimorar e enriquecer os currículos e as vivências de seus cidadãos.

Com os olhos no mundo, a UCS está sempre atenta a todas as opções oferecidas pelas melhores e mais renomadas instituições estrangeiras, que possibilitam a professores, pesquisadores, alunos e gestores uma oportunidade de aperfeiçoamento no Exterior.

Ao proporcionar trocas de experiências para os membros da comunidade acadêmica, a UCS fortalece sua imagem no panorama internacional, enriquece suas parcerias e mantém contato com instituições de todos os continentes, capitalizando oportunidades e resultados para todo seu corpo universitário.

Contando com mais de uma centena de acordos de cooperação internacional, firmados com instituições de todos os continentes, as possibilidades são inúmeras, desde bolsas de estudo, cursos, eventos, atividades profissionais remuneradas ou não, inserção em grupos de pesquisa e em redes internacionais.

Mediante convênios internacionais e a inserção da UCS em redes de cooperação universitária, os alunos podem participar de atividades acadêmicas que possibilitam o desenvolvimento de parte de seu curso de graduação em instituições estrangeiras. Em algumas universidades, localizadas nos Estados Unidos, na Itália

ou na Inglaterra, os estudantes podem obter a dupla certificação, ou seja, obter o diploma das duas universidades.

Os gráficos abaixo apresentam informações sobre os países com os quais a UCS mantém relações de cooperação acadêmica internacional, bem como a evolução do número de convênios assinados pela Instituição com as instituições congêneres.

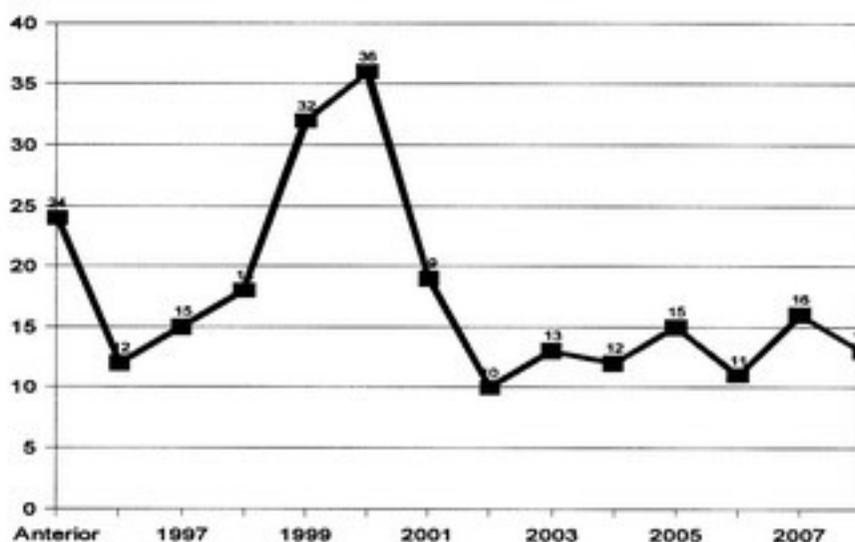


Figura 9: Evolução dos Acordos de Cooperação Internacional

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações obtidas na Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

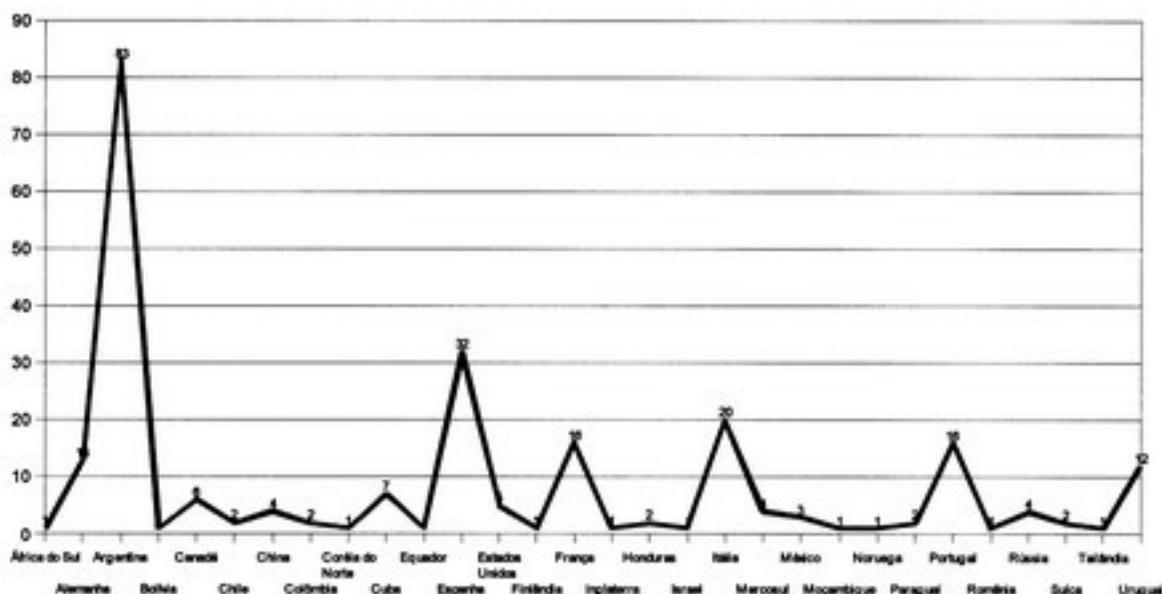


Figura 10: Quantidade de Acordos de Cooperação Internacional por país

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações obtidas na Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

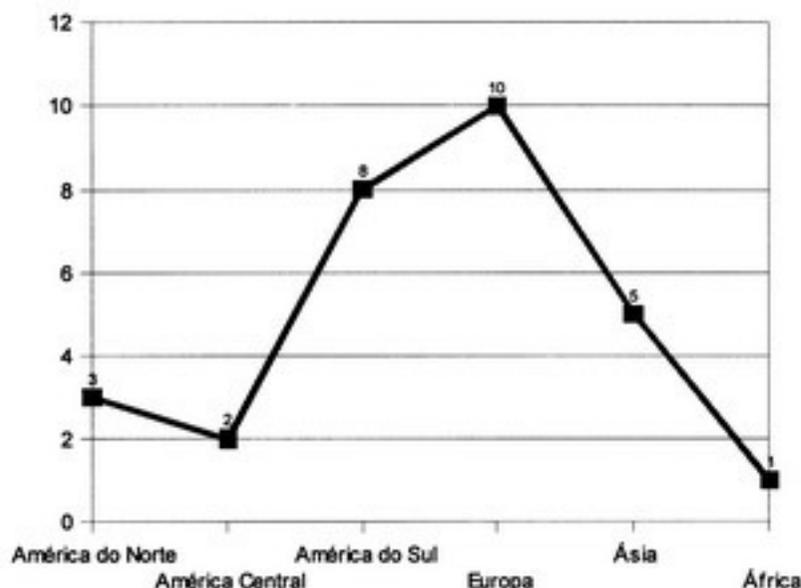


Figura 11: Número de países por continente com acordo de cooperação internacional com a Universidade de Caxias do Sul

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas informações obtidas na Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

Os convênios internacionais também permitem ao aluno desenvolver atividades profissionais em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, ou em complexos turísticos mundialmente conhecidos, possibilitando assim uma forte integração entre prática e teoria.

Oferecendo essas oportunidades, a UCS trabalha para, cada vez mais, qualificar seus alunos, capacitando-os para o mercado de trabalho nacional e internacional. Para professores e gestores, a participação ocorre em atividades internacionais – uma oportunidade de renovação e atualização profissional, que qualifica sua atuação na instituição, reforçando o propósito da cooperação internacional para o desenvolvimento institucional.

Todas essas atividades são coordenadas por um departamento específico que foi criado para esse fim.

5.3.3 A Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais

A Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais da Universidade de Caxias do Sul foi criada em 22 de julho de 1996 e tem como seu maior objetivo manter e ampliar a política de internacionalização institucional.

No papel de articuladora dos contatos com os parceiros internacionais, a Universidade, por meio da Assessoria de Relações Interinstitucionais, e Internacionais investe na formação de cidadãos, enviando-os para o Exterior e recebendo delegações estrangeiras de diversas partes do mundo, que atuam como multiplicadoras dos benefícios e da riqueza das trocas culturais.

Observando os critérios de qualidade dos programas oferecidos pelas instituições e organismos, essa Assessoria orienta a comunidade acadêmica sobre as melhores oportunidades de formação no Exterior, buscando sempre aquelas que melhor se ajustam às demandas do âmbito cultural e tecnológico da região, procurando contribuir para o desenvolvimento regional e para o crescimento do País.

A Assessoria tem por atribuições:

- coordenar as ações relacionadas ao âmbito da cooperação internacional, priorizando as parcerias internacionais entre os órgãos envolvidos;
- promover a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores e gestores, com os correlatos de instituições estrangeiras, mediante intercâmbios, cursos, eventos, bolsas de estudo, estágios, entre outros;
- viabilizar, em parceria com os outros setores da Universidade, a concretização de acordos de cooperação bilaterais ou multilaterais com instituições estrangeiras;
- estimular o desenvolvimento de novos projetos de colaboração com as instituições conveniadas;
- apoiar o encaminhamento de projetos às diferentes agências de fomento nacionais e internacionais, com vistas à obtenção de recursos financeiros;
- estimular o relacionamento constante com organismos que desempenham atividades correlatas;
- programar visitas a outras instituições, com vistas à identificação de potencialidades e ao desenvolvimento de projetos em conjunto;
- desenvolver e manter uma central de informações sobre oportunidades de aperfeiçoamentos no Exterior;
- manter um banco de dados atualizado com informações sobre as instituições estrangeiras conveniadas, sobre os órgãos internacionais de fomento à pesquisa e de desenvolvimento de projetos no Brasil e no Exterior;
- manter contato com as representações diplomáticas nacionais e estrangeiras;

- divulgar assuntos de potencial interesse para todos os setores da Universidade, no âmbito das relações internacionais;
- estimular o quadro docente e discente, para que explorem as possíveis participações em atividades internacionais;
- apoiar estudantes e professores estrangeiros participantes de programas de mobilidade acadêmica internacional em todos os aspectos que dizem respeito à sua permanência no Brasil, desde sua chegada até seu retorno ao país de origem;
- trabalhar para o desenvolvimento do processo de internacionalização institucional, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Tendo presente o perfil da região e a decisão estratégica de colocar a internacionalização como uma das metas estruturantes, a Universidade de Caxias do Sul optou por fazer um forte investimento no envio de seus estudantes ao Exterior.

Investiu em sua infraestrutura, criando espaços adequados para o atendimento de alunos interessados na realização de experiências no Exterior, e desenvolveu seu próprio programa de mobilidade acadêmica internacional, a fim de atender à demanda da comunidade da região.

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional está desenhado para atender ao perfil dos estudantes da Universidade que, por intermédio dos mais de 250 acordos de cooperação internacional, podem optar pela realização de experiências em diversos países nos cinco continentes.

Esse investimento contribui e vem contribuindo fortemente para a formação diferenciada de profissionais que atuam para o crescimento e desenvolvimento da Região Sul do Brasil, dado o alto desenvolvimento das competências globais comprovadas no retorno desses estudantes.

5.4 PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (STALLIVIERI, 2001) da Universidade de Caxias do Sul foi criado com o objetivo de oferecer oportunidades de qualificação para seus professores, para seus pesquisadores e, em especial, para seus estudantes, pela realização de experiências acadêmicas e profissionais no Exterior, atendendo, dessa forma, a uma forte demanda da comunidade.

O programa de mobilidade obedece ao que foi estabelecido na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), n. 33/97, a qual regulamenta a concessão de afastamento de alunos de cursos de graduação para realizar estudos em instituições de Ensino Superior estrangeiras.

Posteriormente, foi assinada a Resolução n. 92/00, que altera o art. 3º. da Resolução n. 33/97 (Cepe), incluindo a possibilidade da realização de estágios profissionais no Exterior, mediante verificação e avaliação feitas pelo coordenador ou pelo orientador do curso de graduação que o aluno realiza na Universidade.

A Universidade de Caxias do Sul, pelos acordos de colaboração bilaterais, assinados com instituições de Ensino Superior estrangeiras, e mediante participação em redes internacionais de cooperação acadêmica, oferece mais de uma centena de opções de lugares para a realização do programa de mobilidade, bem como candidata-se a receber estudantes estrangeiros de diversas procedências.

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional é uma forma de assegurar a qualificação dos estudantes, a internacionalização dos programas e a inserção da universidade no panorama das instituições de Ensino Superior nacionais e estrangeiras.

5.4.1 Objetivos do programa

Um dos campos mais férteis para a cooperação internacional está, sem dúvidas, no investimento em sua própria comunidade, tanto docente quanto discente.

Possibilitar aos alunos, professores e gestores a possibilidade de partilhar de uma experiência no Exterior faz com que a instituição abra suas portas para tornar-se conhecida, apreciada e respeitada, conquistando seu espaço diante do panorama nacional e internacional de Ensino Superior.

Nessa direção, o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul oferece, em especial aos seus alunos, a possibilidade de desenvolverem atividades acadêmicas no Exterior, em diferentes modalidades. O estudante pode optar por realizar parte de seus estudos de graduação em uma instituição participante do Programa. Esse período pode variar

de um semestre a até um ano, sendo que, no retorno, o estudante poderá ter os créditos reaproveitados pela sua Instituição de origem.

O importante, na concepção das bases do programa, é que o estudante pode desfrutar de uma experiência acadêmica internacional, unindo a experiência pessoal adquirida com as habilidades profissionais desenvolvidas em outro país.

A união de fatores, como a inserção em uma nova cultura, a exposição a situações diversas de seu país, o convívio com pessoas de outras nacionalidades, o caráter de imersão numa língua estrangeira garantem que a experiência de sair do Brasil pode ser inesquecível e marcará a trajetória dos acadêmicos, tornando-os mais competitivos e mais preparados para os desafios do mercado global.

Desde a sua criação até o momento atual, o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da UCS vem apresentando grande crescimento e, cada vez mais, um número maior de estudantes busca por uma oportunidade de estudos no Exterior, conforme demonstram os gráficos a seguir.

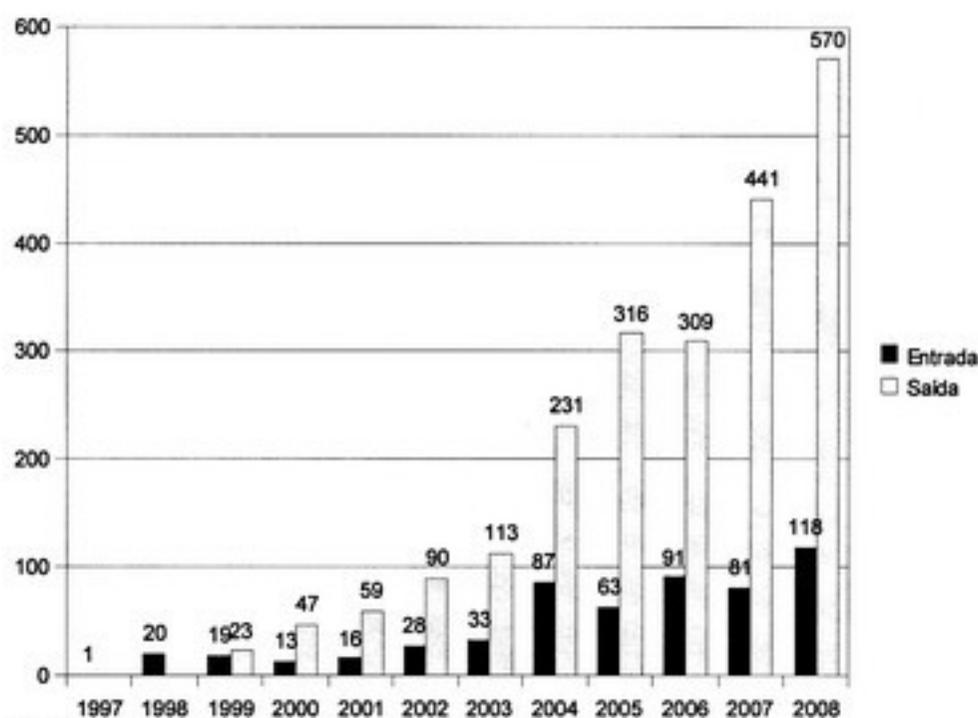


Figura 12: Número de estudantes em mobilidade internacional

Fonte: Dados elaborados pela autora, tendo como referência informações da Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

5.4.2 Locais de desenvolvimento

O estudante que se candidatar ao Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul poderá optar entre mais de uma centena de instituições conveniadas, além das instituições que fazem parte de redes de cooperação internacional, tais como a *Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria (RLCU)*²² ou a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp).²³ Deverá observar se a instituição conveniada ou participante do programa oferece o mesmo curso de graduação da instituição de origem ou, pelo menos, que o curso escolhido para a realização do intercâmbio tenha áreas afins de conhecimento.

O aluno poderá optar entre as instituições estrangeiras que mantêm acordo bilateral com a Universidade de Caxias do Sul. São mais de duzentos e cinquenta destinos que os estudantes podem considerar como opção, localizados em todos os continentes. A escolha do destino é sempre orientada pelos profissionais da assessoria de Relações Internacionais da UCS, em consonância com as atividades acadêmicas que o estudante pretende desenvolver no Exterior. No entanto, a escolha final é de total responsabilidade do aluno, que nem sempre observa critérios rigorosos para a escolha, optando simplesmente por elementos facilitadores, como o domínio da língua.

²² Red Latinoamericana de Cooperación Internacional (RLCU), criada em 1998, reúne instituições de Ensino Superior de países da América Latina. A UCS é membro fundador dessa rede.

²³ Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp). Rede que reúne instituições de Ensino Superior de países lusófonos. Foi criada em 1996, na cidade da Praia, em Cabo Verde. Um de seus presidentes foi o reitor da UCS, no período de 1996/1998.

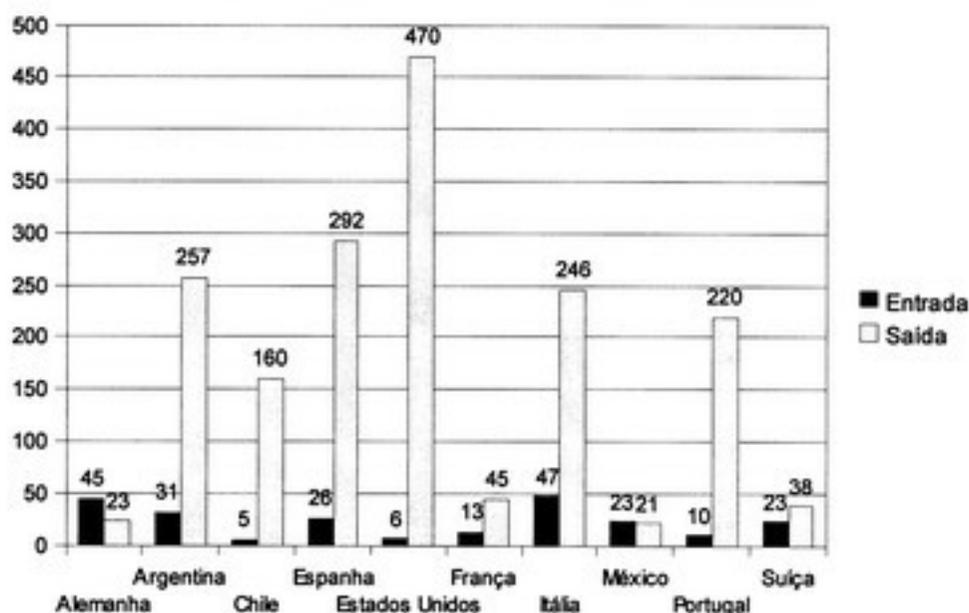


Figura 13: Número de estudantes em mobilidade internacional por país

Fonte: Dados elaborados pela autora, tendo como referência informações da Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

5.4.3 Duração do programa

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul, tendo presente a Resolução nº 33/97, autoriza os estudantes a permanecerem de um semestre até um ano, desenvolvendo atividades no Exterior.

As atividades desenvolvidas no Exterior não poderão ultrapassar 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso de graduação em que o aluno estiver matriculado. Essas atividades deverão estar aprovadas mediante a análise e a equiparação dos calendários acadêmicos, observando sobremaneira as diferenças nas datas de início e de término dos períodos letivos das instituições conveniadas. Isso deverá ser observado para que o intercâmbio não interfira de maneira prejudicial na organização da vida acadêmica dos estudantes, na ocasião de seu retorno ao Brasil.

5.4.4 Atribuições dos coordenadores e dos orientadores de curso

Os coordenadores e orientadores dos cursos de graduação da Universidade de Caxias do Sul desenvolvem papel fundamental no Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PMAI), pois são eles que acompanharão o estudante

desde a escolha do programa, do país e da instituição onde as atividades serão realizadas. Acima de tudo, são eles que terão a responsabilidade de orientar o aluno sobre as disciplinas que serão cursadas na instituição estrangeira e que farão a análise dos conteúdos cursados para o aproveitamento dos créditos.

Para facilitar o processo de intercâmbio, abaixo segue um roteiro de etapas e responsabilidades que são atribuídas aos coordenadores que são procurados por um estudante candidato à realização de um intercâmbio internacional.

A primeira atribuição dos coordenadores é identificar se o estudante que está se candidatando ao Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional está apto para realizar atividades acadêmicas ou profissionais no Exterior. Para tanto, ele deverá observar pré-requisitos fundamentais:

- verificar se o estudante já desenvolveu 50% (cinquenta por cento) dos créditos do curso de graduação ao qual está matriculado;
- verificar se o estudante apresenta conhecimento da língua estrangeira do país ao qual está se candidatando;
- verificar se o estudante apresenta perfil acadêmico compatível com o exigido para representar a instituição no Exterior;
- identificar a adequação do plano de estudos proposto pelo aluno para posterior reconhecimento dos estudos e aproveitamento dos créditos cursados.

Feito isso, o coordenador dará seu parecer no formulário de intercâmbio acadêmico, autorizando ou não o estudante a realizar sua experiência no Exterior. Esse formulário contará também com o parecer da Pró-Reitoria de Graduação e da Assessoria de Relações Internacionais.

Se o coordenador verificou que o estudante está apto a participar do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional, caberá a ele, então, a tarefa de auxiliá-lo na identificação da instituição estrangeira mais adequada para a realização do intercâmbio. Geralmente, quando o coordenador é solicitado a atender o aluno, a fim de orientá-lo sobre a participação no Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional, as primeiras informações já foram repassadas pelo Escritório de Intercâmbios da Assessoria de Relações Internacionais e, via de regra, o estudante já está parcialmente decidido em, pelo menos, no que diz respeito à escolha do país para o qual ele gostaria de ir. Sendo assim, cabe ao coordenador receber o estudante e, junto com ele, verificar se a escolha da instituição estrangeira é

pertinente, visando, especialmente, à identificação de curso de graduação similar ou de áreas afins do curso no qual o aluno está matriculado no Brasil.

A partir da identificação do país e da viabilidade da realização do intercâmbio em determinada instituição estrangeira, o coordenador, juntamente com o estudante, procederá à análise das grades curriculares e verificará sua equiparação, identificando as disciplinas que poderão ser cursadas pelo aluno no Exterior. A identificação das disciplinas será feita baseando-se em critérios tais como: adequação de conteúdo programático, equivalência de carga horária, sistema de avaliação.

O coordenador preencherá o formulário de matrícula provisória, indicando as disciplinas possíveis de serem cursadas no Exterior e cujos estudos serão reconhecidos e créditos serão aproveitados pela instituição de origem, na ocasião do retorno do estudante ao Brasil. O formulário de matrícula provisória solicita o fornecimento de informações referentes aos nomes das disciplinas oferecidas no Brasil e sua equivalência no Exterior; a carga horária oferecida nos dois países, bem como o número de créditos.

Durante o período de intercâmbio, o coordenador receberá informações do estudante, a fim de confirmar a oficialização da matrícula, conforme as orientações recebidas, bem como acompanhar qualquer alteração na proposta inicial de intercâmbio, por exemplo, solicitação de inclusão de disciplinas, prorrogação do período de intercâmbio, desistência de alguma disciplina, entre outras.

No retorno do aluno ao Brasil, o coordenador deverá receber toda a documentação relativa às atividades desenvolvidas pelo estudante no Exterior, especialmente os que forem cursar disciplinas. Conforme termo de compromisso assinado pelo estudante antes de sua saída do Brasil, o coordenador receberá do aluno toda a informação necessária para proceder à avaliação final, que permitirá o aproveitamento dos estudos, possibilitando dessa forma a transferência dos créditos cursados no Exterior.

A relevância da atuação dos coordenadores afetará consideravelmente os resultados obtidos pelos intercambistas, uma vez que eles têm a responsabilidade de orientar e acompanhar o desempenho dos estudantes no Exterior, reiterando a necessidade do cumprimento de tarefas e de participação em atividades que possibilitem a adequada realização do intercâmbio, de acordo com os objetivos propostos.

A atuação dos coordenadores é tão fundamental, que pode inclusive interferir na maior ou menor projeção de determinado curso de graduação, decorrente da mobilidade de seus estudantes.

O gráfico abaixo demonstra a movimentação de estudantes de graduação por curso.

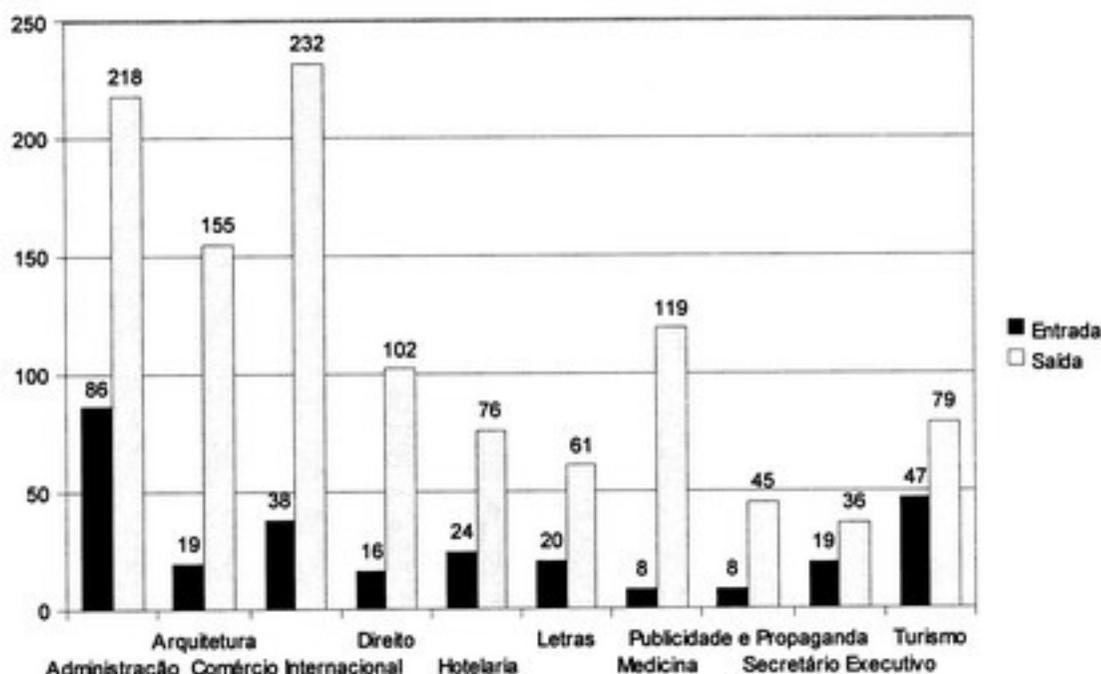


Figura 14: Número de estudantes em mobilidade internacional por curso

Fonte: Dados elaborados pela autora, tendo como referência informações da Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

5.4.5 Atribuições do aluno

O aluno de intercâmbio deve ter presente que ele é o principal responsável pela decisão de participar do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e, portanto, deve observar com muita atenção todos os procedimentos para a concretização do mesmo, desde a escolha do país, a entrega de documentos, até seu retorno ao Brasil.

A principal atribuição do aluno é compreender que, por ser um processo absolutamente individual, cada estudante deve acompanhar pessoalmente todo o processo, desde a apresentação correta dos documentos para inscrição nos intercâmbios até a conclusão do programa e da apresentação dos relatórios finais, seja para o aproveitamento de estudos com transferência de créditos ou não.

O roteiro de etapas que deve ser observado pelo estudante é o que segue:

- o primeiro contato que o estudante deve estabelecer é com o Escritório de Intercâmbios da Assessoria de Relações Internacionais, a fim de receber as orientações iniciais, em especial sobre os programas disponíveis, suas características, a duração, a instituição, o país, etc. Ele receberá as informações necessárias para que tenha elementos suficientes para decidir para qual país gostaria de ir, para qual instituição, participar de qual programa de mobilidade e por quanto tempo;
- para auxiliar na escolha, o estudante é aconselhado a visitar as páginas eletrônicas das instituições que oferecem vagas para essa forma de intercâmbio;
- uma vez escolhida a instituição de destino, o estudante deverá identificar se ela oferece o curso de graduação equivalente ao seu. Em caso afirmativo, deverá imprimir a relação das disciplinas oferecidas, seus conteúdos programáticos, sistema de avaliação e número de créditos de cada disciplina. Essa etapa pode ser feita individualmente ou com o apoio do coordenador;
- assim que tiver escolhido a instituição, o aluno começará a organizar a documentação necessária, lembrando que cada instituição pode solicitar procedimentos diferenciados.

Uma vez que a documentação estiver pronta, o aluno deverá obter o parecer final do coordenador do curso, que o autorizará a fazer o intercâmbio, indicando a possibilidade do aproveitamento dos créditos cursados no Exterior, na ocasião do retorno ao Brasil. A documentação deverá ser entregue no Escritório de Intercâmbios, observando sempre os prazos de entrega de documentos para cada programa.

O aluno efetivará sua matrícula, na disciplina nomeada "Atividades no exterior" junto à Universidade de Caxias do Sul, mantendo, dessa forma, o vínculo com a Instituição e a sua classificação no curso de graduação.

Quando o intercâmbio for autorizado pela instituição de destino, o aluno passará então a organizar-se para a realização do intercâmbio, sendo fundamental a participação nas reuniões de orientação e de pré-embarque.

Antes do embarque, o aluno deverá entregar o Formulário Síntese devidamente preenchido à equipe do Escritório de Intercâmbios.

Ao chegar à instituição de destino, o estudante deverá comparecer no escritório de relações internacionais, a fim de oficializar seu intercâmbio e proceder à regularização de matrícula, remetendo, por fax, ao Brasil, o documento Certificado de Chegada, no prazo máximo de três dias.

É de responsabilidade do aluno, também, reunir toda a documentação relativa às disciplinas cursadas no Exterior e que serão aproveitadas pela instituição de origem.

Durante o intercâmbio, o aluno tem a responsabilidade de permanecer em contato permanente com sua instituição de origem, a fim de manter a informação atualizada sobre o estágio em que se encontra, em especial, se alguma alteração na proposta inicial for feita. A comunicação deverá ser feita preferencialmente com o coordenador do curso e com o Escritório de Intercâmbios.

Ao retornar ao país de origem, o estudante deverá fazer contato com seu coordenador e, posteriormente, comparecer no Protocolo Acadêmico para solicitar o aproveitamento das disciplinas cursadas no Exterior, munido dos documentos elencados no item anterior.

Em seguida, comparecerá no Escritório de Intercâmbios, a fim de entregar o relatório de participação em intercâmbios internacionais e fornecer seu depoimento, para que o mesmo possa ser disponibilizado a outros estudantes intercambistas.

Durante todo o período de intercâmbio, o estudante é responsável pelas decisões que forem tomadas em especial aquelas que disserem respeito a sua vida acadêmica na instituição de destino.

5.4.6 Atribuições do Escritório de Intercâmbios (Esin) da Assessoria de Relações Internacionais

O Escritório de Intercâmbios²⁴ da Assessoria de Relações Internacionais está capacitado a fornecer todas as informações e orientações necessárias,

²⁴ Escritório de Intercâmbios é parte integrante da Assessoria de Relações Internacionais e foi criado em novembro de 2001 com o objetivo específico de assessorar os estudantes que buscam informações sobre oportunidades de estudos no Exterior.

relacionadas ao Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul.

O atendimento aos alunos deverá ser feito na Instituição, com vistas a auxiliar na escolha do programa, da instituição, bem como para obter orientações de apoio para a organização dos documentos, indicando os procedimentos básicos, como, por exemplo, a obtenção da relação das disciplinas na instituição anfitriã ou procedimentos para fazer o passaporte, entre outros.

A esse escritório estão afetas apenas as atividades de orientação e, em nenhuma hipótese, de execução de tarefas, como a obtenção de documentos de ordem pessoal, reproduções de documentos, ou contatos pessoais. As atribuições destinadas os alunos devem ser rigorosamente observadas.

A seguir, estarão relacionadas as atividades do Escritório de Intercâmbios:

- a primeira atribuição do Escritório de Intercâmbios é receber os estudantes e repassar a orientação necessária para a realização de uma experiência internacional, informações essas relacionadas à escolha do programa, do país e da instituição de destino, bem como procedimentos pessoais que o estudante deverá observar para reunir a documentação e candidatar-se aos programas de mobilidade;
- diante da escolha feita pelo aluno, o ESIN receberá a documentação, verificando se a mesma está adequada e completa, observando especialmente se o parecer do coordenador de curso é favorável à participação do aluno em determinada atividade;
- em caso positivo, o ESIN encaminhará a documentação individual de cada candidato para as devidas assinaturas e pareceres. A Pró-Reitoria de Graduação, por sua coordenação, emitirá o parecer no Formulário do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional, observando o perfil acadêmico de cada aluno e analisará se o aluno está apto ou não para representar a UCS na instituição anfitriã. O terceiro parecer será dado pela Assessoria de Relações Internacionais, que identificará a viabilidade de enviar a documentação do aluno para consulta na instituição anfitriã;
- após consulta feita na instituição anfitriã, o escritório informará ao estudante o resultado de sua candidatura. Em caso negativo, encerra-se

o processo, sendo que o estudante terá oportunidade de candidatar-se para outra instituição. Em caso afirmativo, o escritório informará o estudante sobre a aceitação e o orientará sobre as demais etapas, reuniões de orientação e de pré-embarque;

- o escritório providenciará os documentos que serão utilizados pelo estudante no Brasil e no Exterior: Carta de Apresentação e Carta de Solicitação de Concessão de Visto e revisará a documentação com o aluno, verificando especialmente o Formulário-Síntese e informações sobre a partida do aluno;
- O ESIN também ficará responsável por responder aos contatos feitos pelos alunos que estiverem no Exterior, orientando-os sobre os procedimentos que devem ser observados e fornecendo orientações sobre a documentação detalhada que o aluno deverá trazer para o aproveitamento dos seus estudos na ocasião do seu retorno ao Brasil.

5.4.7 Aproveitamento de estudos e transferência de créditos

O Programa de Mobilidade Acadêmica da Universidade de Caxias do Sul diferencia-se dos demais programas de intercâmbio por possibilitar que os estudantes, após cumprirem um período de estudos em uma universidade estrangeira, solicitem o reconhecimento dos estudos e a transferência de créditos.

A Universidade de Caxias do Sul, com a Resolução n. 33/97 regulamentou a concessão de afastamento de alunos de cursos de graduação para realizar estudos em instituições de Ensino Superior estrangeiras.

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional segue, então, as seguintes orientações:

- o afastamento de alunos de cursos de graduação desta Universidade, com o objetivo de realizar, para ter posteriormente reconhecidos nesta Instituição, estudos, desse mesmo nível e modalidade, em instituições de Ensino Superior estrangeiras, conveniadas com a Universidade de Caxias do Sul, dependerá de autorização prévia a ser concedida pelo

coordenador do colegiado de curso ou orientador do curso ao qual o aluno está vinculado;

- quando de seu retorno à Universidade de Caxias do Sul, o aluno deverá formalizar ao coordenador do respectivo colegiado de curso ou ao orientador de curso o pedido de aproveitamento de estudos feitos no Exterior, comprovando, mediante competente documentação, apresentada em via original e, quando for o caso, devidamente traduzida por tradutor juramentado, as disciplinas cumpridas, com respectivos programas, cargas horárias e menções e notas obtidas;
- no exame dos pedidos de aproveitamento de estudos, o coordenador ou o orientador do curso seguirá as orientações dos dispositivos regimentais que disciplinam a matéria na Universidade;
- o total de créditos ou horas-aula cumpridos em instituições de Ensino Superior estrangeiras, conveniadas com a Universidade de Caxias do Sul, os quais serão passíveis de aproveitamento no curso de graduação que o aluno realiza, não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) da carga horária total do referido curso;
- os créditos só serão transferidos e os estudos reconhecidos desde que o estudante comprove a aprovação nas disciplinas que foram cursadas no Exterior e que estão sendo solicitadas para o aproveitamento. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação de documentos originais fornecidos pela instituição anfitriã.

5.4.8 Requisitos gerais para participar do programa

Todo aluno da Universidade de Caxias do Sul está convidado a participar do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional, bastando estar regularmente matriculado em algum curso da Instituição. No entanto, alguns requisitos básicos orientarão o aluno sobre o momento mais adequado para que ele esteja apto a cumprir as exigências internacionais para participação em programas de intercâmbio dessa natureza.

A Universidade de Caxias do Sul, com o objetivo de priorizar a excelência acadêmica dos programas de intercâmbio, observará se o aluno cumpre os seguintes pré-requisitos:

- estar regularmente matriculado em algum curso oferecido pela Universidade de Caxias do Sul;
- dominar fluentemente a língua do país de destino;
- ter cumprido, com aproveitamento, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos créditos referentes às disciplinas que compõem o currículo pleno do curso que realiza na instituição;
- apresentar perfil acadêmico adequado com as exigências para representar a instituição no Exterior;
- atender aos requisitos específicos eventualmente solicitados por diferentes instituições de Ensino Superior estrangeiras, como, por exemplo, exames de conhecimento de áreas específicas;
- estar em dia com sua situação financeira na Universidade de Caxias do Sul.

5.4.9 Documentos

O estudante é totalmente responsável pela organização dos documentos que deverá apresentar tanto na Universidade de Caxias do Sul como na instituição de Ensino Superior estrangeira. A validade, a legalidade e a pontualidade na entrega dos documentos são de inteira responsabilidade dos alunos, tendo em vista tratar-se de documentos pessoais e intransferíveis.

5.4.10 Seleção dos estudantes

A seleção dos estudantes é uma etapa fundamental, pois, através dela, a Universidade de Caxias do Sul pode acompanhar o processo de candidatura para o intercâmbio escolhido pelo estudante, verificando se ele apresenta o perfil adequado exigido pelo país, pela instituição e até mesmo de acordo com a duração do programa escolhido por ele.

De acordo com os pré-requisitos anteriormente descritos, uma comissão formada por: um representante do colegiado de curso, geralmente o coordenador; um representante da pró-reitoria de graduação e por um representante da

assessoria de relações internacionais fará a análise de cada solicitação protocolada no Escritório de Intercâmbios e selecionará o estudante de acordo com o seu perfil e documentação apresentada. Para que a comissão possa fazer um julgamento correto, é muito importante que o aluno cumpra rigorosamente os pré-requisitos exigidos em cada instituição participante do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e que apresente a documentação completa dentro dos prazos estabelecidos pela instituição.

A seleção será feita com base nos seguintes critérios:

- desempenho acadêmico;
- proficiência na língua do país de destino (conforme o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, 2001);
- adequação do plano de estudos às disciplinas disponíveis na universidade de destino;
- e outros pré-requisitos previstos por programas específicos.

5.4.11 Proficiência em línguas estrangeiras

A comprovação da proficiência em língua estrangeira é uma exigência da Universidade de Caxias do Sul e da maioria das instituições de Ensino Superior estrangeiras, participantes do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional. Com essa comprovação, tanto o estudante como as duas instituições terão certeza de que a barreira linguística será inexistente ou, ainda, não será fator impeditivo para o sucesso do aluno no desenvolvimento das atividades de graduação previstas pelo intercâmbio. O aluno deverá estar apto para responder fluentemente nas quatro habilidades, garantindo que ele tem competência para comunicar-se, entender os outros falantes, ler e escrever corretamente na língua do país de destino. Esse cuidado deve ser extremamente observado, com vistas a não comprometer a participação do aluno nem comprometer a imagem da instituição.

A Universidade de Caxias do Sul oferece um calendário permanente de aplicação de provas, coordenado conjuntamente pela Assessoria de Relações Internacionais e pelo Programa de Línguas Estrangeiras.

Os testes de proficiência oferecidos pela instituição podem dar conta de todos os idiomas de interesse dos estudantes; todavia os idiomas mais procurados

são os seguintes: língua inglesa; língua espanhola; língua italiana; língua francesa; língua alemã.

O calendário para a aplicação das provas é definido anualmente e possibilita que o aluno possa responder às provas em mais de uma ocasião, caso seja necessário. Se eventualmente o aluno não apresentar o rendimento suficiente para participar do programa, ele poderá repor uma carga de estudos mínima, recomendada em 30 horas-aula e prestar os exames novamente, demonstrando então o aperfeiçoamento das suas competências linguísticas.

O aluno deverá observar as datas para inscrição, para a aplicação de provas e para a divulgação dos resultados que são publicados com bastante antecedência pelo Escritório de Intercâmbios. Ele deverá fazer sua inscrição na Pró-Reitoria de Extensão, pagar uma taxa de inscrição e apresentar o comprovante no ESIN.

5.4.12 Certificados

Após concluir os exames finais e após concluir sua participação no Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul, o estudante receberá um certificado expedido pela Pró-Reitoria de Graduação informando as disciplinas, a carga horária, o número de créditos e a qualificação obtida. Essa certificação deverá ser solicitada no Escritório de Intercâmbios Internacionais imediatamente após seu retorno ao Brasil.

Os cursos que o aluno realizar no Exterior e que tiverem caráter especial, como cursos de extensão, atividades complementares, seminários, não serão certificados pela Universidade de Caxias do Sul. O aluno poderá obter algum documento que certifique tais atividades na instituição de destino.

5.4.13 Termo de compromisso

Todo o estudante candidato a participar do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul deve ter certeza dos compromissos que estará assumindo consigo mesmo, mas, acima de tudo, com sua instituição e com seu país. Ele estará constantemente representando a Universidade de Caxias do Sul enquanto estiver participando do programa. Para tanto, o aluno é

convidado a assinar um Termo de Compromisso, definindo as obrigações e as responsabilidades que ele assume de agir corretamente na instituição anfitriã, acima de tudo aproveitando as oportunidades que lhe forem oferecidas e multiplicando os resultados, com vistas ao fortalecimento dos intercâmbios. O aluno estará ciente dos prejuízos que terá, caso tenha que abandonar o programa, bem como os danos institucionais que uma conduta inadequada poderá gerar.

5.4.14 Atividades de preparação para o intercâmbio

Ao entrar no mundo das novas culturas, o aluno é recomendado a adotar algumas atitudes que favorecerão sua permanência num país estrangeiro. Essas observações são feitas em reuniões pré-embarque, coordenadas pela Assessoria de Relações Internacionais da Universidade, que procura preparar os alunos para sua experiência no Exterior. As reuniões com os alunos são periódicas e envolvem, além dos estudantes de intercâmbio, os coordenadores de curso, os pais ou familiares dos estudantes, alunos estrangeiros em mobilidade internacional e estudantes de intercâmbio que são convidados a relatar suas vivências internacionais.

As informações repassadas nas orientações pré-embarque envolvem diferentes âmbitos, desde a preparação de documentos, vistos, vacinas, até as questões de ordem comportamental, como as que seguem:

- primeiramente, evite julgar toda a população de um país por uma única pessoa ou por uma única experiência que você teve. Fatos isolados não devem ser generalizados;
- durante sua experiência no Exterior, você é o embaixador de seu país, de sua cidade e principalmente da instituição que você representa. Se você adotar atitudes positivas, isso o ajudará a projetar melhor sua imagem e a de sua instituição, abrindo caminho para outros estudantes que queiram fazer o mesmo intercâmbio. Criticar sua instituição ou seu país é o mesmo que falar mal de si mesmo;
- mantenha-se aberto para observar e aprender, sem fazer pré-julgamentos, e lembre-se de respeitar opiniões diferentes da sua. Criticar

o lugar, as pessoas, ou qualquer outro aspecto do país não é uma boa política de relacionamento;

- adote uma postura madura, pois foi "você" que escolheu fazer um intercâmbio e viver em outro país. Certamente você encontrará muitos desafios, e inúmeras situações exigirão bom senso, sabedoria e maturidade. Procure sempre dialogar e chegar ao entendimento. Atitudes impensadas poderão depor contra você e afetam sua credibilidade;
- seja flexível e tolerante. A decisão de fazer um intercâmbio implica que você está disposto a experimentar novas culturas e novos costumes e a abrir mão, temporariamente, de hábitos que você regularmente desenvolve. Flexibilidade e tolerância ajudarão você a superar algumas diferenças e aceitá-las como parte de sua experiência;
- a forma como você se comunica é tão importante quanto o assunto a comunicar. Você desenvolverá fortes relações de amizade com pessoas ao seu redor, compartilhando seus pensamentos e sentimentos, alegres ou tristes. Se estiver com algum problema, não hesite em contar a alguém antes que a situação piore. Para diminuir a saudade, é aconselhável comunicar-se com sua família. Registre sua experiência num diário de bordo e, de preferência, escreva constantemente para sua família. A internet é uma boa forma de diminuir a distância;
- procure ser cortês com as pessoas que o recebem, seja na universidade, na empresa onde você está trabalhando, seja na família que o acolhe. Aprenda logo expressões como: *Por favor, Obrigado, Com licença, Desculpas*, no idioma do país onde você está. Sempre que possível, escreva pequenas notas de agradecimento, dê pequenas lembranças de seu país, cozinhe um prato típico, etc. Um pequeno gesto pode sinalizar sua vontade de bem relacionar-se com seus colegas;
- procure participar das atividades diárias que os locais desenvolvem. Pratique esportes, envolva-se em grupos da universidade, como, por exemplo, canto, música, excursões, passeios, eventos sociais. É uma excelente maneira de fazer novos amigos e de sentir-se parte do grupo,

senão você poderá terminar seu programa sem ter conhecido ninguém daquele país.

Um Programa de Mobilidade dessa envergadura merece, sem dúvidas, uma análise mais detalhada, especialmente diante da responsabilidade institucional de enviar expressivo número de estudantes ao Exterior por ano.

Essa análise torna-se ainda mais evidente diante da necessidade de ajustar e de melhorar os resultados com os objetivos iniciais propostos tanto pela instituição quanto pelos estudantes em intercâmbio internacional, o que será feito a seguir.

6 PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL: CONDIÇÕES PARA O SUCESSO

6.1 O QUE REVELOU A PESQUISA

Diante do examinado, fica evidente a necessidade e a relevância de um programa de mobilidade acadêmica internacional para o desenvolvimento de um país, para uma instituição, para o fortalecimento dos programas de graduação e, em especial, para o crescimento pessoal e profissional dos estudantes.

Fica evidente, também, que, mesmo diante de todos os cuidados tomados pelas instituições que investem nessa modalidade de realização de estudos de graduação no Exterior, situações complexas ocorrem e merecem especial atenção, com o objetivo de ampliar a âmbito dos resultados que podem ser obtidos.

Os números de mobilidade apresentados nos gráficos assinalam o forte crescimento da quantidade de estudantes viajando ao Exterior, seguindo as tendências mundiais. Proporcionalmente, verifica-se que também cresce a quantidade de estudantes que retornam à instituição de origem, atingindo parcialmente os objetivos propostos ou até mesmo sem atingi-los.

Essa situação deve ser cuidadosamente analisada e trabalhada, com a finalidade de evitar a persistência em equívocos que podem ser corrigidos e evitados. E não somente por essa razão, mas, acima de tudo para que seja possível otimizar os resultados obtidos com os intercâmbios internacionais.

Acompanhando essa situação durante pelo menos os últimos cinco anos, coordenando as atividades da assessoria de Relações Internacionais da Universidade investigada, e verificando as inúmeras possibilidades de melhoria para os programas de mobilidade acadêmica internacional, por meio de orientações adequadas e treinamentos interculturais, entende-se que o presente estudo torna-se ainda mais relevante, tendo em vista que houve o aumento do número de estudantes em mobilidade, um incremento nas relações internacionais da UCS, um conseqüente aumento do número de destinos e de instituições parceiras para essa proposta.

A necessidade de maior atenção com o planejamento de atividades de preparação dos estudantes, dos professores, dos coordenadores e dos colaboradores e da própria infraestrutura acadêmica e institucional é prioritária.

O questionamento principal volta a recair sobre a questão referente à bagagem de conhecimento linguístico, acadêmico e cultural, que um estudante brasileiro deve ter para ser bem-sucedido em sua experiência internacional; para ter um bom aproveitamento em suas atividades acadêmicas para ter uma forte interação com a cultura do país anfitrião, e retornar ao seu país de origem, com o desempenho intercultural satisfatório, assegurando suas competências globais, como profissional de futuro, bem como aos resultados esperados com a internacionalização.

Para uma tentativa de busca de respostas para esses questionamentos, a pesquisa foi realizada com diferentes grupos de sujeitos, procurando envolver todos os que, de alguma forma, participam do processo de internacionalização, de programas de mobilidade acadêmica, de ensino de línguas para os estudantes de intercâmbio, a saber:

- professores dos cursos de graduação que mais enviam estudantes ao Exterior;
- coordenadores dos cursos de graduação que mais enviam estudantes de graduação ao Exterior;
- gestores da instituição que possuem alguma interface com o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional: reitor, pró-reitor de graduação, assessor de relações internacionais, funcionários da assessoria de relações internacionais (escritório de intercâmbios), funcionários do protocolo acadêmico;
- gestores de instituições estrangeiras, parceiras da UCS, que possuem alguma interface com o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional: reitor, pró-reitor de graduação, assessor de relações internacionais, funcionários da assessoria de relações internacionais (escritório de intercâmbios), funcionários do protocolo acadêmico;

- estudantes de graduação antes da realização do intercâmbio internacional;²⁵
- estudantes de graduação após a realização do intercâmbio internacional;
- estudantes estrangeiros participantes do programa de mobilidade acadêmica internacional, que escolheram a UCS para a realização de suas atividades;
- responsáveis pelos intercambistas (pais, irmãos);
- professores do Programa de Línguas Estrangeiras e das disciplinas de Línguas Estrangeiras do Departamento de Letras da UCS;
- professores do Programa de Línguas Estrangeiras e das disciplinas de Línguas Estrangeiras de instituições estrangeiras parceiras da UCS.

Os atores acima mencionados participaram desse estudo em diferentes momentos e de diferentes formas.

Optou-se, para a investigação, uma abordagem qualitativo-descritiva, tendo em vista que os materiais foram predominantemente qualitativos, incluindo diferentes formas de coleta, desde análise de documentos, entrevistas, observação, depoimentos. Também houve aplicação de questionários fechados que, com sua adequada tabulação e aplicação de interpretações, possibilitaram análises e cruzamentos de dados necessários para a obtenção dos resultados.

Tendo em vista que duas vezes ao ano, a UCS, com a coordenação da Assessoria de Relações Internacionais, realiza encontros com estudantes intercambistas, designadas reuniões pré-embarque; pôde-se monitorar grupos de aproximadamente cento e sessenta estudantes por ano, em pelo menos nos últimos cinco anos, ocasião em que a coleta de informações, mediante entrevistas individuais foram feitas com amostragens de estudantes desses grupos.

Os questionários de tipo A, tabulados para esses estudos foram efetivamente aplicados a 51 estudantes que participaram da reunião pré-embarque realizada no segundo semestre de 2008. Também foram aplicados os mesmos

²⁵ Os questionários foram aplicados e as entrevistas realizadas com estudantes de graduação matriculados regularmente e inscritos no programa de mobilidade acadêmica internacional da UCS no segundo semestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009.

questionários para mais 18 estudantes no primeiro semestre de 2009, que corroboraram as respostas já tabuladas do primeiro grupo.

Os estudantes que participaram da entrevista, e que responderam ao questionário do Tipo B, perfazem um total de 16 estudantes, e apresentaram suas respostas após terem retornado ao Brasil. Além dos questionários, entrevistas foram feitas com diferentes grupos de estudantes, no momento do atendimento inicial para a decisão de fazer o intercâmbio, e no seu retorno, quando estão de volta ao Brasil.

Os contatos foram mantidos com os estudantes que estão no Exterior, por meio de várias formas, como visitas da Assessora de Relações Internacionais em missão acadêmica oficial, encontros previamente agendados com os estudantes, além das entrevistas por correspondência eletrônica, utilizando serviços de comunicação via internet, facilitando os contatos em tempo real.

O levantamento de informações relacionadas com internacionalização da educação superior, comunicação intercultural, educação internacional e mobilidade acadêmica foi feito mediante pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica reuniu materiais encontrados em livros, periódicos científicos, monografias, teses, dissertações, artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, anais de congressos, entre outros.

A leitura da bibliografia levantada serviu para a elaboração do quadro teórico referencial, que deu suporte científico para a análise e interpretação do material coletado em campo, ou seja, entrevistas, observações, depoimentos, questionários, etc.

Além do levantamento bibliográfico, houve também a coleta de material de fontes diversas, como estudantes, professores, funcionários das assessorias de relações internacionais. Foram reunidos documentos produzidos por pessoas que vivenciaram ou experimentaram, de alguma forma, um ou mais elementos do fenômeno investigado.

A pesquisa documental foi feita por meio de identificação, seleção, tratamento e interpretação dos documentos disponibilizados em *sites* das unidades de estudo, de organismos nacionais e internacionais, e de visitas às unidades estudadas; neste caso, a Universidade de Caxias do Sul, Assessoria de Relações Internacionais e Escritório de Intercâmbios. Foi feita mediante entrevistas semirroteirizadas com os atores anteriormente mencionados, além da aplicação de questionário aos alunos, levando em conta a interpretação que cada grupo de atores tem do fenômeno.

Dada a experiência da pesquisadora, que responde há dez anos pela coordenação das atividades da Assessoria de Relações Internacionais da Universidade, objeto de análise, e seu conhecimento sobre o tema, as discussões revelaram-se extremamente contributivas na medida em que promoveram ambiente propício à reflexão amadurecida e profunda, sob diferentes pontos de vista teóricos. Esse fato também possibilitou o monitoramento de diferentes grupos de estudantes intercambistas, nos três momentos do intercâmbio, desde a consulta inicial para participação no programa de mobilidade, a inscrição e efetiva participação, bem como por ocasião do retorno ao Brasil.

Procurou-se observar um desenvolvimento organizado para o cumprimento das etapas que fundamentaram a realização da pesquisa, tais como: leitura do material bibliográfico, aplicação dos questionários, interpretação das entrevistas e dos questionários, elaboração dos quadros de interpretação dos resultados obtidos, elaboração dos relatórios de pesquisa e, por fim, redação deste texto.

Uma ressalva deve ser feita quanto aos questionários aplicados, uma vez que, durante a realização da investigação, sentiu-se a necessidade de entrevistar os estudantes também após a realização do intercâmbio, e não somente antes da saída do País.

Essa necessidade é corroborada pelos primeiros estudos relacionados ao choque cultural (ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 213) e ao choque cultural reverso, nos quais os entrevistados eram solicitados a colaborar com pesquisas sobre o tema em três momentos:

(1) antes de sua partida para outro país; (2) durante a sua vivência no Exterior; (3) por ocasião de seu retorno ao país de origem. Especialmente durante a vivência no Exterior, as informações eram ainda mais valiosas, pois os entrevistados estavam experienciando os efeitos e os sintomas do choque cultural [...]. Tanto o choque cultural como o choque cultural reverso mostram que a cultura é uma importante influência no comportamento humano. (ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 213).

Observando o rigor científico, essa consideração também faz parte do presente estudo e, sendo assim, os questionários aplicados para o primeiro grupo são questionários abertos, com questões descritivas, nas quais os estudantes manifestaram sua opinião com relação aos objetivos, às expectativas, às escolhas do país, etc.

Ao segundo grupo, os questionários aplicados foram fechados, com questões de única escolha ou com respostas pontuadas por grau de importância, seguidos de entrevistas individuais.

Dessa forma, pôde-se monitorar, mesmo grupos diferentes, mas com o mesmo perfil, participantes do mesmo modelo de programa de mobilidade acadêmica internacional, sendo também os destinos escolhidos pelos estudantes basicamente os mesmos.

A análise dos questionários foi feita por amostragem, uma vez que também foi identificada uma constância, com pouca margem de variação nas respostas.

6.2 OBJETIVOS E QUESTIONAMENTOS DO ESTUDO

As questões presentes nos questionários versaram sobre os seguintes temas: perfil do estudante de intercâmbio (idade, sexo, renda da família, curso de graduação, período de estudos), conhecimento linguístico, competências interculturais e desempenho acadêmico nos três momentos do intercâmbio, além de levantamentos relacionados com os objetivos almejados com a vivência no Exterior, fatores que influenciaram a decisão de participar do programa, a escolha do país, da instituição de Ensino Superior estrangeira, duração do intercâmbio e sugestões para melhorias dos programas.

Para um melhor entendimento, as questões foram agrupadas da seguinte forma:

Planejamento e preparação para o intercâmbio	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de línguas estrangeiras do país de origem • Informações sobre a outra cultura • Informações acadêmicas sobre a instituição de ensino superior anfitriã • Orientações acadêmicas por parte dos coordenadores 	Antes
Realização do intercâmbio	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de línguas estrangeiras no país anfitrião • Interação com a comunidade local • Participação em atividades interculturais • Orientações sobre o plano de estudos na instituição de Ensino Superior anfitriã • Disciplinas cursadas x disciplinas selecionadas 	Durante
Retorno do intercâmbio	<ul style="list-style-type: none"> • Retomada dos estudos de línguas estrangeiras no país de origem • Aproveitamento dos créditos cursados e reconhecimento dos estudos • Melhora no desempenho linguístico • Melhora no desempenho acadêmico • Adequada preparação para o intercâmbio • Preparação para o retorno ao país de origem • Adequação com os objetivos iniciais do intercâmbio • Interferência do conhecimento prévio da língua do país anfitrião • Interferência do conhecimento prévio da cultura do país anfitrião 	Depois

Quadro 3: Agrupamento de questões por etapa do programa de mobilidade acadêmica internacional
Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos estudantes de graduação, participantes do programa de mobilidade acadêmica internacional da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

Um dos questionamentos de fundo, que posteriormente surgiram, decorrentes desta investigação é a necessidade de identificação se o investimento feito por uma instituição de Ensino Superior, no seu processo de internacionalização, pode ser avaliado pelo nível de competências interculturais trazidos pelos seus estudantes, após um período de estudos no Exterior.

Ao traçar o panorama da internacionalização, seus ganhos e seus riscos, estabeleceu-se uma importante consideração no sentido de que a instituição tem que ter clareza do que espera ao optar por sua inserção no cenário internacional, uma vez que sua comunidade acadêmica estará diretamente envolvida, participará ativamente do processo e será também responsável pelos resultados obtidos com a cooperação internacional.

Sendo assim, novamente retoma-se a necessidade de entender o perfil do estudante de graduação que participa de um programa de mobilidade, a fim de entender a necessidade da bagagem intercultural e de competências específicas

para atingir os objetivos esperados com o intercâmbio, sejam eles em nível nacional, institucional, educacional, seja individual, e para poder sistematizar as ações envolvidas e decorrentes desse processo.

Inicialmente buscou-se identificar o perfil dos estudantes de intercâmbio internacional da Universidade de Caxias do Sul, com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças com o perfil mundialmente estabelecido e estudado por Richards e Wilson (2003), conforme já analisado em capítulo anterior.

O levantamento e a análise das informações possibilitaram identificar o perfil do estudante de intercâmbio da Universidade de Caxias do Sul. Esses dados reúnem informações importantes para as análises posteriores e para o cruzamento de dados, especialmente quanto à disponibilidade e possibilidade de investimento em estudos interculturais, em línguas estrangeiras e em atividades preparatórias para a vivência no Exterior.

O que se pode verificar é que os estudantes da Universidade de Caxias do Sul, que estão realizando intercâmbios internacionais, estão agrupados numa faixa etária entre os 23 e os 28 anos de idade.

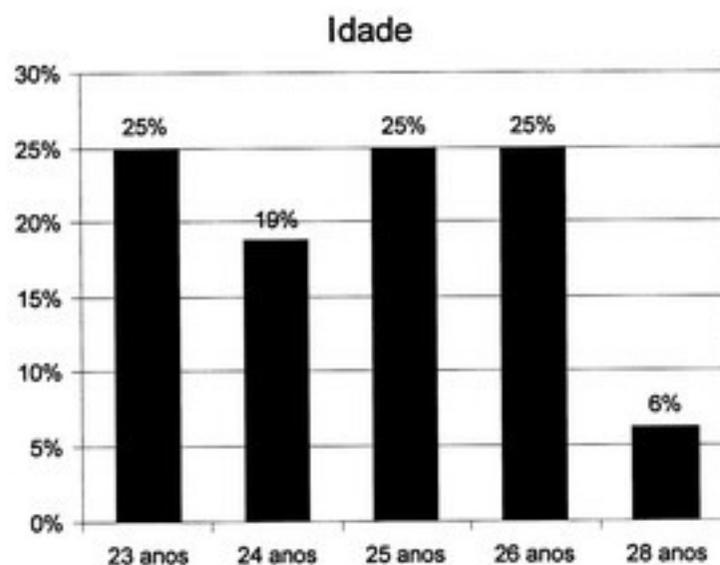


Figura 15: Idade

Existe um equilíbrio entre o grupo de estudantes, uma vez que tanto estudantes do sexo masculino quanto do sexo feminino estão investindo em oportunidades no Exterior, visto que a amostragem analisada apresentou dados com pouca variação, ou seja, 56% do sexo masculino e 44% do sexo feminino.

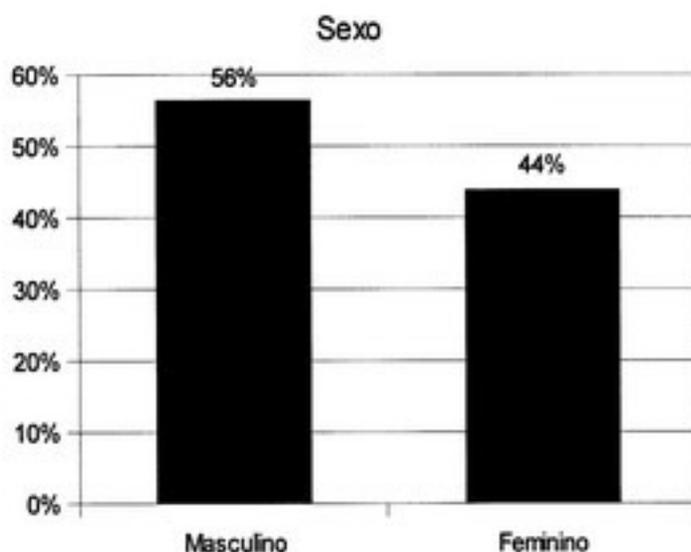


Figura 16: Sexo

O número de estudantes do sexo feminino aumenta com a mesma proporção nos intercâmbios do que a variação verificada pelos estudantes do sexo masculino, para ingresso nos estudos em nível superior e no mercado de trabalho.

A análise do poder aquisitivo dos estudantes é também relevante, uma vez que é evidente a necessidade de investimentos financeiros para a permanência no Exterior, bem como para o período de preparação com documentos, cursos de línguas estrangeiras, investimentos materiais, como vestimenta adequada, equipamentos de viagem, etc. Os dados levantados sinalizam que a grande maior parte das famílias dos estudantes apresenta, em média, uma renda mensal até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

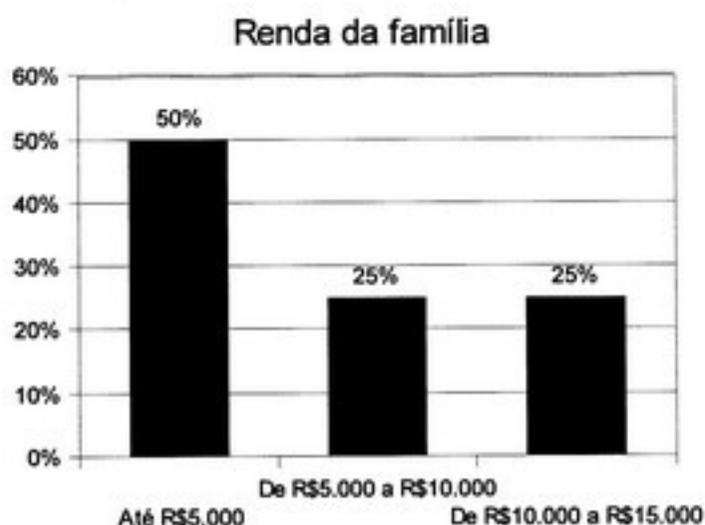


Figura 17: Renda da família

O poder aquisitivo das famílias dos estudantes foi fortemente enfatizado durante as entrevistas, uma vez que os próprios estudantes informaram que o período de permanência no Exterior está mais vinculado às condições financeiras disponíveis para dar cobertura ao período de estudos do que propriamente o desejo de permanecer no Exterior. Em outras palavras, os estudantes teriam o desejo de permanecer por períodos mais longos, se tivessem condições de sustentar tal atividade. Sendo assim, a grande maioria opta por permanecer um semestre no Exterior. Os que permaneceram um ano solicitaram prorrogação do período de estudos, o que é permitido de acordo com o regulamento do programa de mobilidade acadêmica.



Figura 18: Duração do intercâmbio

Uma das questões de maior relevância para este estudo está vinculada às razões que influenciam os estudantes quanto à decisão da realização dos intercâmbios.

Se, por um lado, as instituições estão investindo na mobilidade acadêmica, como uma forma de elevar a qualidade de seus programas e na expectativa de formar cidadãos globais, com competências diferenciadas para o mercado de trabalho multicultural, é certo que existe uma forte preocupação por parte da instituição quanto à qualidade dos destinos que ela oferece aos seus estudantes. Da mesma forma, há a preocupação com a qualidade das instituições e dos programas acadêmicos, que os alunos vão desenvolver no Exterior, cujos créditos serão aproveitados posteriormente.

Porém, ao identificar as razões que influenciam os estudantes ao optarem pela realização do intercâmbio, fica claro que os critérios individuais não estão totalmente sintonizados com os institucionais, conforme mostra o gráfico.

Pode-se perceber que o fator que mais influencia a escolha feita pelo estudante são os aspectos culturais, seguidos do desejo de conhecer outros lugares e países, a busca pela experiência, além de conhecer outras pessoas, etc. O relato de colegas aparece com bastante incidência também, corroborando a idéia de que os próprios intercambistas são os maiores estimuladores e multiplicadores das experiências internacionais.



Figura 19: Influência para buscar o intercâmbio

Com a identificação dos elementos motivadores para a realização de uma experiência no Exterior, pôde-se levantar algumas informações relacionadas aos objetivos inicialmente descritos pelos alunos. O objetivo desse questionamento era identificar se os objetivos institucionais estavam alinhados com os objetivos individuais de cada estudante. De acordo com os resultados encontrados, o objetivo posterior é buscar formas de aproximar os objetivos, fazendo com que tanto os estudantes quanto as instituições possam desenvolver programas de intercâmbio afinados com os cenários mundiais de educação e do mercado de trabalho. Ou seja, identificar destinos, identificar instituições, verificar disponibilidade de programas

compatíveis e, principalmente, atender à demanda dos alunos, conforme o perfil identificado.

Num primeiro momento, classificaram-se os objetivos nas seguintes categorias, para os quais os estudantes geraram o seguinte resultado:



Figura 20: Razões para a realização do intercâmbio

Uma das sinalizações interessantes com o levantamento feito com estudantes está relacionada com os objetivos específicos que eles esperam alcançar com a realização de uma experiência no Exterior. As opiniões estão distribuídas de uma forma quase equitativa em três grandes áreas, ou seja, interesse no aprendizado ou aperfeiçoamento de uma língua estrangeira (18%), seguido pelo interesse em conhecer outra cultura (16%) e pelo desejo de aperfeiçoar conhecimentos específicos em sua área de estudos (13%).

Diversas outras respostas foram dadas e não foram relacionadas no gráfico pela baixa incidência que tiveram; porém, convém mencioná-las, uma vez que demonstram que nem todos os estudantes têm clareza ou estão seguros das razões da realização de um intercâmbio acadêmico internacional e acabam projetando nessa vivência a realização de alguma outra experiência de seu interesse, tais como: buscar independência; buscar uma nova vida; divulgar sua banda; viajar; trabalhar; encontrar respostas para definir sua área de estudos; encontrar a si, entre outras.

É claro que uma experiência no Exterior pode realmente oportunizar diferentes e infinitos resultados; porém, o que deve estar claro é que para cada

objetivo, deve-se buscar o programa adequado, o que significa maior responsabilidade e maturidade com relação às escolhas e respectivos objetivos.



Figura 21: Objetivos que espera alcançar

Os estudantes também foram convidados a responder questões sobre os critérios de escolha do país e da instituição definida para o intercâmbio.

Os resultados surpreendem, especialmente no que diz respeito à escolha da instituição, uma vez que fica evidente que os estudantes, em sua maioria, não estabelecem critérios para onde vão estudar, a não ser a indicação dos colegas que os antecederam no intercâmbio para determinado destino.



Figura 22: Critérios para a escolha do país

Os três elementos com maior frequência, apontados pelos estudantes para a escolha do país, foram: (1) conhecimento da língua falada no país de destino (35%), graças à facilidade de compreensão, no caso da língua espanhola; a proximidade com a língua falada pelos pais ou familiares em casa, ou países da própria língua materna do estudante, no caso da língua portuguesa falada em países lusófonos, pontualmente em universidades portuguesas; (2) o conhecimento da cultura local do país de destino, uma vez que os estudantes demonstram alguma afinidade entre sua cultura de origem com a cultura anfitriã, seguida de (3) identificação e interesse do aluno pela cultura de seus antepassados (10%).

Convém sublinhar o item relacionado à indicação de amigos como um dos critérios fortemente evidenciados pelos estudantes como fator de decisão nas suas escolhas. Isso reforça o poder de influência que os próprios estudantes têm no sentido de interferir nos rumos que os intercâmbios podem tomar, sem estar diretamente ligados com os interesses institucionais, o que significa dizer que o programa pode adquirir certo grau de independência. Isso deve ser muito proximamente acompanhado pelos coordenadores da mobilidade e também pelos coordenadores dos cursos de graduação.

Esses levantamentos colocam luz para o entendimento das razões que demonstram a maior incidência de estudantes em mobilidade internacional, tendo como destino os mesmos países, com grande repetição. Pelo menos nos últimos cinco anos, a preferência por países como Portugal, Espanha e Itália têm se repetido com muita constância por diferentes grupos de estudantes.

Lembra-se que a preferência por países como Portugal, Espanha e Itália pode ocorrer de acordo com os objetivos informados pelos alunos, tendo presente o fato de que a língua oficial assemelha-se a sua língua materna, ou seja, países de língua portuguesa ou de língua espanhola, seguidos da língua italiana, predominante na região onde está localizada a Universidade de Caxias do Sul.

Estudantes de Graduação enviado aos Exterior por País - 2º Semestre - 2008

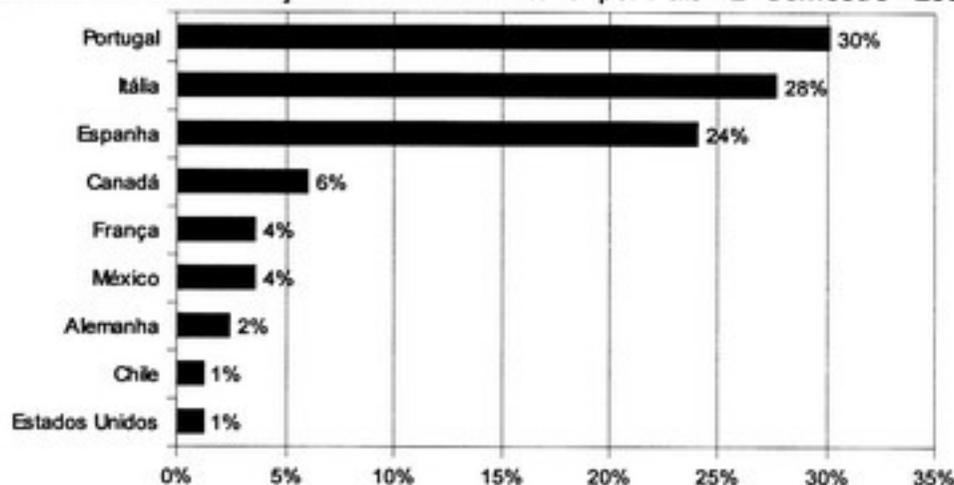


Figura 23: Estudantes de graduação enviados ao Exterior por país – 2º semestre de 2008

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, com base nos dados obtidos junto à Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

O questionamento sobre curso de graduação dos estudantes também se mostrou relevante, pois sinaliza a maior ou menor vocação para o desenvolvimento de competências globais por parte dos estudantes, de acordo com o entendimento das necessidades de seu uso em ambientes profissionais futuros, elemento de forte motivação para a busca de um intercâmbio.

Nesse caso, percebe-se que a escolha pela realização do intercâmbio pode estar relacionada com as definições programáticas dos cursos de graduação, com a proposta de internacionalização curricular, mas também por iniciativas dos próprios estudantes, especialmente, quando em contato com intercambistas que recentemente regressaram de sua vivência internacional. Esses estudantes são vistos como multiplicadores das experiências internacionais e atuam como focos de difusão dos benefícios de uma experiência internacional.

Estudantes de Graduação enviados ao Exterior por Curso - 2º Semestre - 2008

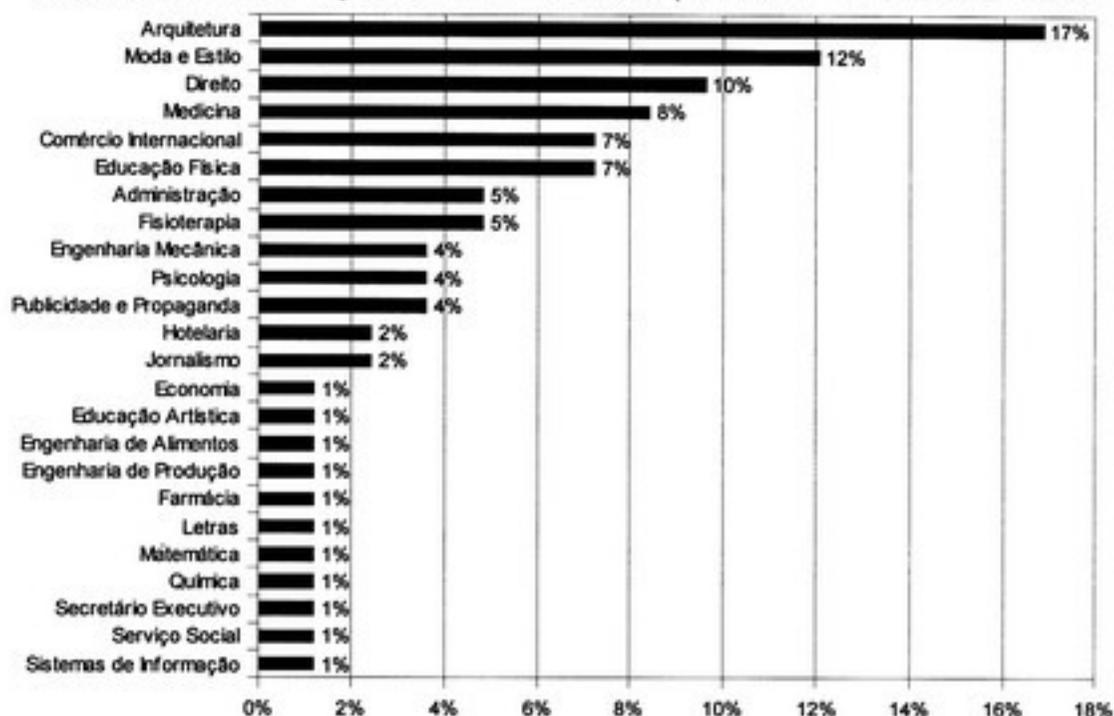


Figura 24: Estudantes de graduação enviados ao Exterior por curso – 2º semestre de 2008

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, com base nos dados obtidos na Assessoria de Relações Internacionais da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

Os cursos que mais estão enviando estudantes ao Exterior são Arquitetura, Moda e Estilo, Comércio Internacional, Direito e Medicina.

Identifica-se a vocação internacional com os cursos Comércio Internacional, Direito, Arquitetura e Moda e Estilo, os estudantes dos dois últimos cursos colocaram com toda a clareza o desejo de conhecer *in loco* as obras arquitetônicas e os grandes centros da moda, estudadas durante o curso; a oportunidade de vivenciar situações de negociação internacional e o entendimento também *in loco* da aplicação dos diferentes sistemas de legislação.

Os estudantes do curso da área da saúde, como Medicina e Fisioterapia, optam por estudo no Exterior, influenciados pela tradição de viagens da família, pelo poder aquisitivo disponível para subsidiar períodos mais longos em outro país. Além desses fatores, existe também a bolsa de estudos em forma de gratuidade, oferecida para cursar o mesmo número de disciplinas no Exterior, o que é economicamente mais viável para esses estudantes do que cursarem na Universidade estudada.

Há uma evidente despreocupação por parte dos estudantes, no que diz respeito à escolha da instituição de Ensino Superior onde eles desenvolverão seus estudos. A maioria dos estudantes (42%) não possui ou não sabe informar os critérios para escolha da instituição, informando, durante o preenchimento dos questionários, que não houve critérios.



Figura 25: Critérios para a escolha da instituição

Os estudantes não demonstram preocupação com a qualidade, com a referência educacional ou com a tradição de centros de excelência para onde eles estão se dirigindo.

A preocupação evidentemente está mais acentuada quanto à língua e à cultura do local do que à qualidade acadêmica ou aos programas educacionais propriamente ditos. Essa informação é um importante indicador do trabalho criterioso que deve ser feito pelas instituições, no sentido de que se o aluno não considera os critérios de qualidade, cabe a ela orientar esses alunos e conduzi-los a instituições com excelência acadêmica.

As demais questões focalizaram com maior ênfase os temas relacionados à dinâmica da comunicação intercultural, o preparo e a manutenção dos estudos de línguas estrangeiras pelos estudantes intercambistas, bem como a preparação e os resultados decorrentes da comunicação intercultural, desenvolvida durante o período no Exterior. Além desses dois grandes temas, foi possível também elaborar indicadores quanto ao desempenho acadêmico e quanto às questões administrativas dos intercâmbios e dos intercambistas.

6.3 RESULTADOS INTERCULTURAIS OBTIDOS COM O ESTUDO

Este estudo buscou, por meio das diferentes metodologias de levantamento de dados já relatados, elaborar e sistematizar informações sobre as competências interculturais necessárias, para que os estudantes obtenham êxito, atinjam os objetivos inicialmente propostos e retornem aos seus países de origem em condições de retribuir o investimento que foi feito neles por suas instituições.

Pesquisa realizada por Deardorff procurou definir os conceitos contemporâneos de competência intercultural, mediante de um levantamento realizado com gestores de cooperação internacional de instituições de Ensino Superior norte-americanas e com investigadores renomados que pesquisam sobre o tema.

Deardorff analisa o fenômeno da internacionalização com a perspectiva de identificar a influência nos resultados da internacionalização, decorrentes da mobilidade acadêmica, especialmente os que resultam das competências interculturais.

Concluiu que, inicialmente, não existe um consenso entre os investigadores sobre uma definição única e aceita por todos sobre o tema, apesar de que todos os conceitos se entrelaçam de alguma forma.

As entrevistas sinalizam que competência intercultural refere-se:

- ao conhecimento do outro e de si mesmo com a habilidade de interpretar ou de fazer relações, habilidade de descobrir e interagir, capacidade de valorizar os hábitos, as crenças e os costumes de pessoas de outras culturas e relativizá-las com a sua própria. As competências linguísticas exercem papel fundamental (BYRAM, 1997);
- ao conhecimento do mundo, à proficiência em língua estrangeira, à empatia com as culturas diferentes, à aprovação com relação às culturas estrangeiras, à habilidade de desenvolver atividades profissionais em ambientes internacionais (LAMBERT, 1994);
- à consciência, à valorização e ao entendimento das diferenças culturais e ao reconhecimento de sua própria cultura.

Deardoff ressalta ainda a presença de outros termos utilizados pelos investigadores, ao definirem competência intercultural e de também utilizá-los em diferentes variações como: *global competence*, *cross-cultural competence*, *intercultural competence and global citizenship*.

Competência intercultural fica ainda definida como a habilidade de comunicar-se eficaz e apropriadamente em situações interculturais com base em seus conhecimentos próprios, habilidades e atitudes. Muitos atributos relacionados com a adequada competência intercultural estão ainda ligados a atributos individuais, ou seja, curiosidade, mente aberta, adaptabilidade, flexibilidade, tolerância, entendimento e respeito pelas diferenças.

Segundo Oliveras, há duas definições sobre interculturalidade e comunicação intercultural para a didática das línguas:

[...] a competência intercultural consiste basicamente em ser capaz de comportar-se de forma apropriada no encontro intercultural, quer dizer, de acordo com as normas e convenções do país e tentar simular ser um membro a mais da comunidade. [...] uma questão de atitude diante de outras culturas em geral e diante de culturas específicas em particular. Sua finalidade, portanto, é reduzir o etnocentrismo, desenvolver formas de compreensão geral das culturas e modificar a atitude do aprendiz com opções mais positivas e abertas. Desta forma, a competência intercultural recupera o discurso das atitudes para a educação linguística. (Apud SÁEZ, 2006, p. 110).

O sucesso de uma atividade realizada por um estudante de intercâmbio internacional está diretamente relacionado com o desenvolvimento de seu nível de competência intercultural e de suas habilidades em comunicação global.

O desenvolvimento dessas habilidades não depende somente do estudante, mas de uma adequada preparação que desperte nele o desejo e o entendimento da necessidade de conhecer previamente outra cultura, sabendo de suas diferenças e de suas semelhanças, mas, acima de tudo, desenvolvendo a capacidade de respeitá-las como diferentes, uma vez que esse é o perfil que se espera de um profissional multicultural.

O QECR, além de enfatizar a consciência intercultural e as destrezas do saber fazer intercultural, retoma o tema abordado pelos autores como Lustig e Koester (apud SÁEZ, 2006), que definiram algumas subcompetências para o cidadão intercultural:

- cultivar a curiosidade acerca de outra cultura (ou outro segmento ou subcultura dentro da própria cultura), bem como a empatia pelos seus membros;
- reconhecer que as expectativas de papéis e de outras variáveis sociais, como idade, sexo, classe social, religião, etnicidade e lugar de residência, afetam a forma como as pessoas falam e se comportam;
- perceber que uma comunicação efetiva requer descobrir as imagens condicionadas culturalmente que as pessoas evocam, quando pensam e atuam no mundo;
- reconhecer que as variáveis situacionais e as convenções moldam o comportamento de forma substancial;
- compreender que as pessoas geralmente atuam da forma que o fazem porque estão usando as opções que a sociedade lhes proporciona para satisfação de suas necessidades físicas e psicológicas básicas, e que os padrões culturais estão inter-relacionados e tendem a apoiar mutuamente a satisfação das necessidades;
- desenvolver a habilidade para avaliar a força de uma generalização acerca da cultura-alvo (a partir da evidência que sustenta os enunciados) e para localizar e organizar os dados acerca da cultura-alvo em diversas fontes de informação, incluindo a observação pessoal.

De acordo com Sáez, isso quer dizer que

A competência intercultural implica, de acordo com essas definições, conhecimentos, destrezas e atitudes, o que significa dizer, todas as variáveis que se vem comprometidas no ato da comunicativo e que conduzem a formar falantes competentes, leitores eficazes, bons redatores, indivíduos plenamente desenvolvidos e capazes de relacionarem-se com os demais, objetivos primordiais da Didáctica de la Lengua y la Literatura (Mendoza Fillola, 2003, p. 11). (SÁEZ, 2006, p. 116).

Com a finalidade de identificar a compreensão por parte dos estudantes de intercâmbio sobre as competências interculturais, o nível de preparação, quanto às informações sobre a cultura do país a ser visitado, também foi alvo de questionamento. Os estudantes, em sua maioria (56%) informaram que buscaram informações sobre o país somente de forma informal, ou seja, esporádica e assistemática, mediante contatos feitos com pessoas que viajaram para aquele país. Em nenhum momento, se pode detectar que os estudantes dedicaram-se ao estudo aprofundado sobre as questões de hábitos, crenças e valores dos povos que habitam o país de destino, organizando-se para tal deslocamento e tendo o entendimento das semelhanças e das diferenças culturais que iriam encontrar.

Somente 23% dos estudantes questionados informaram que realizaram alguma leitura a respeito do país anfitrião e da forma de vida do seu povo, conforme apresenta o gráfico a seguir.



Figura 26: Busca de informações sobre a cultura do país

Ao serem questionados sobre o grau de exposição e de envolvimento com atividades interculturais e com a comunidade local, percebe-se que a maioria dos estudantes pôde participar dessas atividades com bastante frequência, mesmo que não tenha sido por sua iniciativa. Isso demonstra que os objetivos iniciais identificados anteriormente estão claros para os estudantes, ou seja, o grau de maior incidência de interesse na realização do intercâmbio não está efetivamente na conquista acadêmica, mas na vivência intercultural.



Figura 27: Participação em atividades interculturais

Um dos mais importantes conceitos sobre competências interculturais e interculturalidade está relacionado com o conceito de choque cultural, que é retomado, neste momento, uma vez que se analisa, nas entrevistas, o resultado das interações com as culturas anfitriãs e de que forma elas puderam colaborar para o êxito dos estudantes no Exterior.

Entendido como o “impacto de mover-se de uma cultura familiar para outra totalmente desconhecida” (INTERNET, 2008), o choque cultural é ainda a grande causa da dificuldade de adaptação e do baixo rendimento dos estudantes durante sua vivência, não somente no Exterior, mas também no retorno ao seu país de origem, o que é chamado de choque cultural reverso.

Com a finalidade de compreender, pela manifestação dos estudantes, qual o entendimento quanto ao nível de preparação para a realização dos intercâmbios, os mesmos foram questionados sobre esse item, proporcionando as seguintes identificações: 56% dos estudantes julgaram que estavam suficientemente preparados para a realização do intercâmbio; 44% informaram que estavam muito bem preparados para a realização das atividades.

A indicação feita pelos estudantes, quanto ao retorno ao país de origem, mostra que o índice que diz não estar preparado para retornar ao país de origem é muito elevado, se considerar que uma experiência como esta inicialmente é concebida e realizada com a finalidade de trazer resultados positivos em todos os aspectos. De acordo com a curva apresentada, está prevista a dificuldade de adaptação no retorno por parte dos estudantes. No entanto, a atenção recai sobre os impactos esperados pela instituição com a mobilidade dos estudantes. O estudo direciona para o alerta às instituições, no sentido de identificarem formas de acompanhamento e de preparo para os estudantes, não somente antes da realização do intercâmbio, subsidiando-os com elementos e ferramentas necessárias para a vivência no Exterior, mas importantíssima é a forma de reintegração desses jovens na vida acadêmica e social e de que forma a instituição pode auxiliar e minimizar o impacto tanto da ida como por ocasião do retorno (choque cultural e choque cultural reverso).



Figura 28: Preparação para o intercâmbio

O termo que foi inicialmente descrito em 1951, por Cora Du Bois²⁶ (ROGER; STEINFATT, 1999, p. 212), é ainda extremamente atual, uma vez que a sensação de desconforto, ao deparar-se com o desconhecido, com o diferente, com o novo, sem que se tenham referências precisas, ainda é sentido de forma unânime por todos os intercambistas em algum momento de sua vivência no Exterior.

Rogers e Steinfatt acrescentam que

choque cultural é uma experiência traumática que um indivíduo pode encontrar ao entrar em outra cultura. É um desconforto físico e emocional, que o indivíduo enfrenta ao mudar para outro lugar diferente de seu lugar de origem. A forma como ele vivia anteriormente deixa de ser considerada normal e passa a ser considerada estranha aos indivíduos que habitam esse novo ambiente. (ROGERS & STEINFATT, 1999, p. 212).

O choque cultural pode ocorrer em decorrência do afastamento de pessoas da família, do fato de conhecer muitas pessoas diferentes ao mesmo tempo, que falam línguas e que vêm de muitos países diferentes, o que geralmente acontece no caso de estudantes em mobilidade internacional. As percepções podem ser sentidas ainda na alimentação, no clima, na forma de vestir, mas principalmente na forma de compreender o mundo e de reagir a ele, uma vez que cultura implica um conjunto de hábitos, crenças e valores de um povo.

Para aperfeiçoar os resultados com uma experiência internacional, acentua-se a necessidade de preparar os estudantes de forma que possam ser amenizados

²⁶ Segundo Seelye, a expressão *choque cultural* foi inicialmente descrita pelo antropólogo Kalervo Oberg, em 1960, para a revista *Practical Anthropology*. Porém o próprio autor remete o conceito a Cora Du Bois, antropóloga, que apresentou o tema numa reunião do *Institute of International Education*, em 1954, em Chicago, Estados Unidos.

os impactos de uma situação de *stress* aculturativo. Uma situação em que o estudante sente o choque cultural de forma elevada pode desencadear uma série de outras reações como: não adaptação aos hábitos da família, da universidade, dos novos ambientes sociais, etc., gerando o retorno antecipado do estudante ao seu país de origem ou o abandono do programa e a conseqüente não concretização dos objetivos acadêmicos.

Nessas condições, se os objetivos esperados com o intercâmbio sinalizam para um estudante interculturalmente competente no seu retorno, esses resultados não serão atingidos.

Alguns autores (ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 216) descrevem os momentos de choque cultural vividos pelos intercambistas no Exterior, mediante uma representação chamada U-Curve ou W-Curve,²⁷ conforme se observa a seguir.

Os estudantes podem enfrentar esses momentos durante seu intercâmbio; podem vivenciar parte deles ou até mesmo só o percebem quando retornam ao seu país de origem, enfrentado o choque cultural reverso.

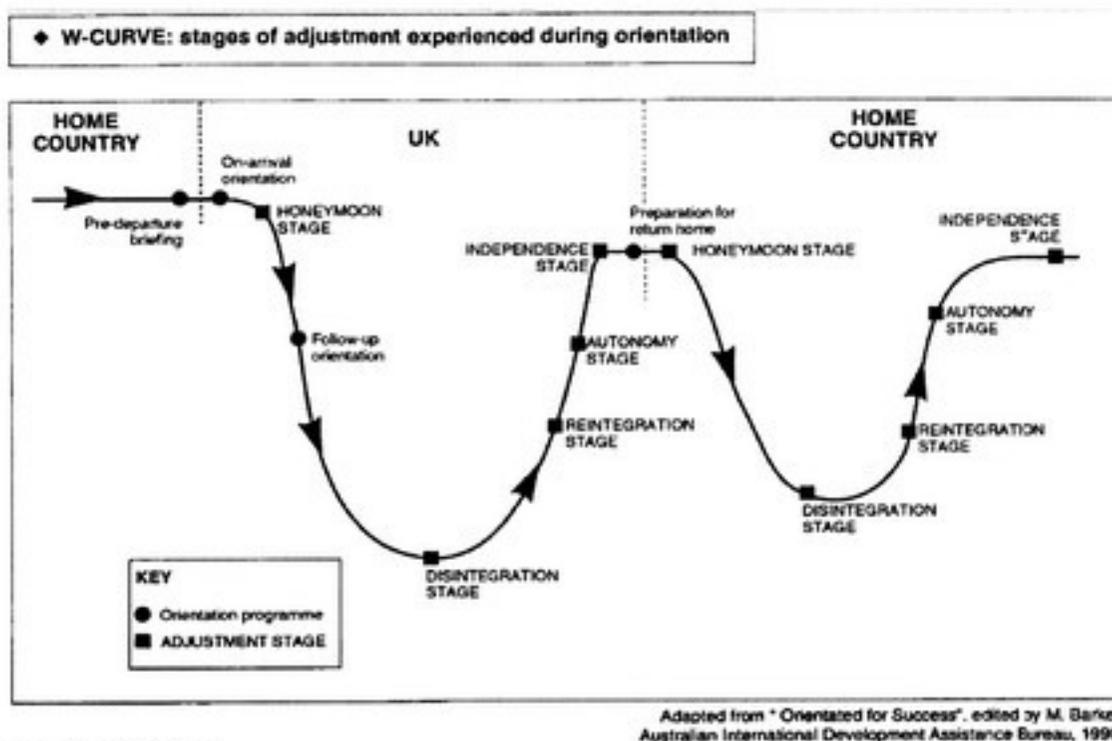


Figura 29: W-Curve

Fonte: UK Council for International Student Affairs – UKCISA (INTERNET, 2008).

²⁷ John Gullahorn and Jeanne Gullahorn (1963) introduziram a ideia da curva de ajuste cultural. (ROGERS; STEINFATT, 1999, p. 220; BENNET, 1999, p. 25).

Um estudante em intercâmbio num outro país pode encontrar-se em alguma das diferentes etapas do choque cultural:

- *the honey moon stage* – a etapa inicial de chegada no país estrangeiro é extremamente estimulante. É o primeiro contato com a outra cultura que ainda se apresenta cheia de mistérios e seduções. Geralmente o estudante tem curiosidade de conhecer o outro país, de experimentar todas as possíveis situações culturais e experienciar tudo o que há de novo. Nesse estágio, ele ainda mantém forte conexão com as memórias recentes de seu país e de sua família e amigos;
- *the distress stage* – passado algum tempo, as diferenças começam a gerar um forte impacto nos estudantes, causando desconforto e gerando pequenas crises e desentendimentos diários, tais como não ser entendido em função das diferenças linguísticas nem compreendido em função de alguns hábitos culturais específicos. Tais situações provocam sentimentos de descontentamento, ansiedade, impaciência, tristeza e, muitas vezes, sensação de absoluta incompetência, uma vez que nem “lavar sua própria roupa nas lavanderias automáticas o estudante está acostumado a fazer, nem tampouco comprar um refrigerante nas máquinas ele consegue”;
- *re-integration stage* – esse estágio caracteriza-se por conquistar algum entendimento em relação à outra cultura. Uma nova sensação de prazer e uma dose de senso de humor podem surgir. O estudante é capaz de rir de si mesmo diante dos equívocos interculturais que comete. Resgata um pouco de seu equilíbrio emocional e começa a sentir-se mais familiarizado com os novos hábitos e costumes. Começa também uma fase de comparação e de avaliação entre os hábitos antigos e os recentemente adquiridos;
- *autonomy stage* – o estudante passa a perceber que existem coisas boas e não tão boas tanto na nova cultura quanto na sua própria. Diferenças e semelhanças passam a ser aceitas e observadas com mais tranquilidade. Esse estágio é acompanhado de um forte sentimento de pertencer àquela cultura. Sente-se mais relaxado, confiante e disposto a aprender cada vez

mais. As diferenças e as semelhanças são fortemente valorizadas e julgadas importantes nesse processo de crescimento;

- *re-entry shock* – esse estágio ocorre de formas e em momentos diferentes em cada indivíduo, e cada um possui uma forma de reagir a ele. É o momento de retornar ao seu país de origem e redescobrir sua própria cultura. Provavelmente, o estudante sente-se deslocado num ambiente que sempre foi seu; no entanto, tudo está diferente. Alguns dos novos hábitos adquiridos na nova cultura não estão presentes na sua cultura de origem. Esse estágio pode durar longos períodos de modo diferente em cada estudante, dependendo do seu tipo de personalidade e da forma de imersão que experienciou durante sua permanência no Exterior.

As descrições dos estágios do choque cultural e do choque cultural reverso bem-exemplificam que, se uma instituição de Ensino Superior, que mantém seu próprio programa de mobilidade acadêmica internacional não tratar com seriedade as questões interculturais, ligadas ao envio de estudantes ao Exterior, de nada ou pouco adiantará todo o esforço para preparar profissionais globalmente competentes, uma vez que, ao invés de retornarem ao país de origem com resultados esperados, os estudantes retornarão sem condições de corresponderem às expectativas geradas com cada intercâmbio.

6.4 RESULTADOS LINGÜÍSTICOS OBTIDOS COM O ESTUDO

É fundamental que, ao escolher uma atividade a ser desenvolvida no Exterior, o indivíduo tenha clareza de que a eficácia de sua comunicação e de sua interação com as outras pessoas está proporcionalmente relacionada com o grau de conhecimento da língua do país para o qual estiver se dirigindo.

Da mesma forma deve ser de seu conhecimento que, se não houver interação com os falantes locais, mediante o uso de uma língua comum, as ações de comunicação serão ineficazes, prejudicando a interação com a comunidade local, bem como sua imersão na cultura estrangeira.

Diante dessas evidências, os estudantes foram também solicitados a informar se seus conhecimentos prévios sobre a língua e sobre a cultura do país de

destino interferiram de alguma forma para o desempenho durante a realização do programa. A maioria dos estudantes informou que o conhecimento prévio da língua do outro país interferiu no desempenho de suas atividades, somando, entre os que informaram total ou parcialmente, mais de 80%.

Já o conhecimento sobre a cultura, apresentou índices de 75% entre os que consideraram influência de forma total ou parcial para o desempenho das atividades no país estrangeiro, conforme descrito no gráfico a seguir.

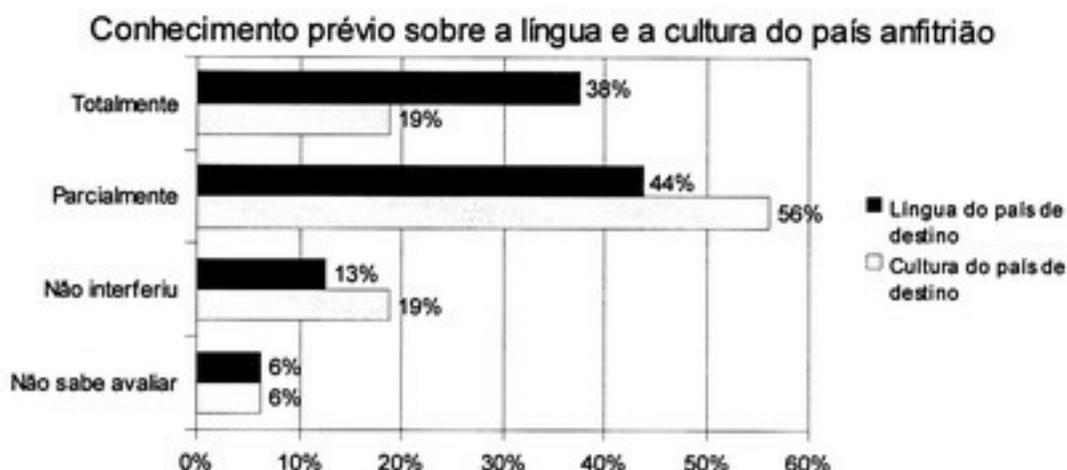


Figura 30: Conhecimento prévio sobre a língua e a cultura do país anfitrião

O Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas²⁸ enfatiza a necessidade do desenvolvimento de competência comunicativa e define seu conceito, dando especial relevo à necessidade do desenvolvimento de três componentes: linguístico, sociolinguístico e pragmático.

A competência linguística inclui os conhecimentos e as capacidades lexicais, fonológicas e sintáticas, bem como outras dimensões da língua enquanto sistema, independentemente do valor sociolinguístico de sua variação e das funções pragmáticas e suas realizações. Esta componente, considerada aqui do ponto de vista de uma dada competência comunicativa em língua de um indivíduo, relaciona-se, não apenas com a extensão e a qualidade dos conhecimentos, mas também com a organização e o modo como este conhecimento é armazenado e com sua acessibilidade [memória]. O conhecimento pode ser consciente e rapidamente expressável ou não. A sua organização e acessibilidade variam de indivíduo para indivíduo e também no mesmo indivíduo. Pode-se também considerar que a organização cognitiva do vocabulário e do armazenamento de expressões, etc. dependem, entre outras coisas, das características culturais da comunidade ou comunidades nas quais o indivíduo foi socializado e onde ocorreu a sua aprendizagem. (QECR, 2001, p. 35).

²⁸ O QECR é utilizado para a elaboração das provas de proficiência em línguas estrangeiras para os estudantes de graduação da UCS que se inscrevem para o programa de mobilidade acadêmica internacional.

Para um estudante de intercâmbio, esse fenômeno é fundamental, pois mais do que nunca suas habilidades de memória, retenção, absorção de novas informações, vocabulários, etc. terão forte impacto e alto grau de interferência no processo comunicativo com a nova comunidade com a qual ele está se relacionando. Se os resultados desejados com o intercâmbio são de natureza especificamente linguística, esses entendimentos devem estar bem claros para os intercambistas, a fim de que sua atenção seja redobrada com o constante, correto e atento uso da língua, evitando, especialmente, contato excessivo com os falantes de sua própria língua materna.

As entrevistas com os estudantes intercambistas sustentaram fortemente a necessidade que eles sentem do permanente contato com outros intercambistas de sua própria nacionalidade, especialmente pela facilidade de comunicar-se pela língua materna. Mesmo conscientes dos baixos resultados que essa atitude acarreta ao estudante e ao seu próprio investimento, eles optam por organizarem-se em comunidades da mesma nacionalidade, o que é lamentável pela perda de oportunidades de trocas linguísticas que isso acaba por gerar.

A preparação linguística, com ênfase nas situações reais de comunicação, e com ênfase nos objetivos linguísticos de um programa de intercâmbio com essa finalidade, é fortemente valorizada, pois evita que os estudantes retornem ao país de origem com nível de conhecimento linguístico inferior ao desejado e ao que lhes foi oportunizado. Aos intercambistas, quanto maior for o grau de exposição e de interação com os falantes nativos, melhores serão os resultados obtidos após um período de permanência no Exterior, especialmente para os que optarem por línguas com maior grau de complexidade, de diferenças lexicais e de pronúncia, se comparadas com a língua portuguesa.

As competências sociolinguísticas referem-se às condições socioculturais do uso da língua. Sensível às convenções sociais [regras de boa educação, normas que regem as relações entre gerações, sexos, classes, grupos sociais, codificação linguística de certos rituais fundamentais para o funcionamento de uma comunidade], a componente sociolinguística afeta fortemente toda a comunicação linguística entre representantes de culturas diferentes, embora os interlocutores possam não ter consciência desse fato. (QCER, 2001, p. 35).

Se um estudante de intercâmbio estabelece boa comunicação com os representantes da nova cultura, seguramente ele está acionando os componentes sociolinguísticos e está se expondo a uma nova cultura, concomitantemente com a

exposição à nova língua, ou seja, duplamente reforçando e mantendo o foco nos objetivos de seu intercâmbio.

As competências pragmáticas dizem respeito ao

uso funcional dos recursos linguísticos [produção de funções linguísticas, atos de fala e criam um argumento ou um guião de trocas interacionistas. Diz também respeito ao domínio do discurso, de coesão e de coerência, à identificação de tipos e formas de texto, à ironia e à paródia. Em relação a esta componente, mais ainda do que à componente linguística, é desnecessário acentuar o forte impacto das interações e dos ambientes culturais nos quais as capacidades são construídas. (QCER, 2001, p. 35).

O fato de expor-se diariamente e acionar suas competências pragmáticas faz com que o estudante de intercâmbio desenvolva um nível de proficiência linguística próximo ao falante nativo, uma vez que estará utilizando as mesmas estruturas comunicativas.

A postura adotada pelos estudantes intercambistas é o que vai diferenciá-los de forma positiva em relação ao novo e vai conduzi-los à eficácia na dinâmica da comunicação intercultural. Essa postura é um dos grandes diferenciais percebidos e indicados pelos alunos intercambistas, durante as entrevistas, no momento em que mencionam que sua experiência internacional, somente foi realmente percebida como exitosa, no momento em que perceberam um elevado grau de interação, de interlocução e de compreensão da língua e da cultura do povo.

O resultado dos questionários, com relação ao estudo de línguas estrangeiras, focalizou os três momentos dos intercambistas, ou seja, a preparação linguística antes, durante e depois do período de estudos no Exterior.

Conforme demonstram os gráficos, os estudantes, em sua maioria, equivalendo a 44%, investem em sua preparação quanto ao estudo de línguas estrangeiras, por pelo menos seis meses antes de realizarem o intercâmbio, 31% estudam por mais de um ano antes do intercâmbio e 13% investem pelo menos durante três meses de estudos.

Esse sinalizador é positivo, pois reafirma que os estudantes estão conscientes da importância e da necessidade de saírem do país de origem com conhecimento da língua do país para onde estão se dirigindo.

Estudo de línguas estrangeiras

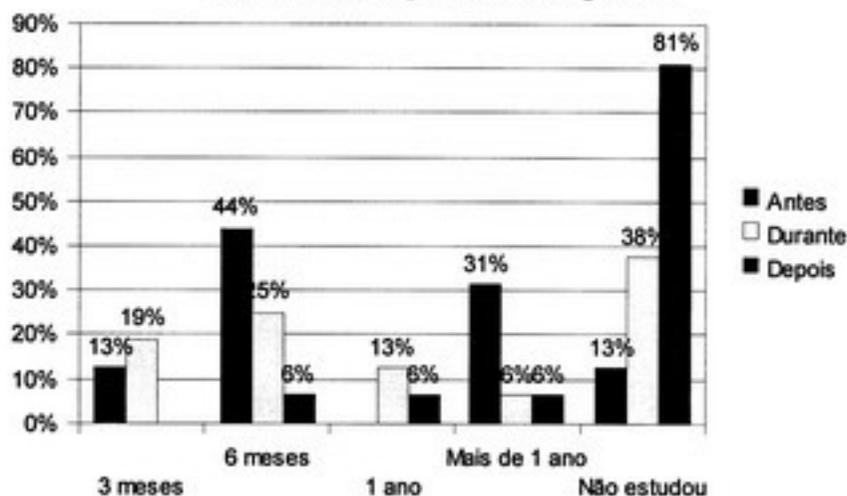


Figura 31: Estudo de línguas estrangeiras

O papel do professor de línguas estrangeiras é fundamental para a formação desses estudantes, pois, de acordo com Jeremias. (Apud SÁEZ, 2006, 178).

Um professor de línguas faz mais do que ensinar um idioma. É um agente-chave nos processos sociais e, portanto, tem que incorporar na sua formação a perspectiva social de sua tarefa docente. E, por ser um agente essencial no processo social da comunicação e representação transnacional e intercultural, deve assumir essa perspectiva social que se deriva do papel que exercem as línguas nos processos de transformação de uma comunidade, de todo um povo e, em definitivo, no processo de transformação global da comunicação que caracteriza a pós-modernidade. (JEREMÍAS, 2004, p. 13).

Para a participação nos programas de mobilidade acadêmica internacional, o domínio de línguas estrangeiras é um pré-requisito rigorosamente observado pela instituição coordenadora do programa, mediante testagens próprias.²⁹

Em se tratando de instituições norte-americanas ou britânicas, o rigor é ainda maior, pois os testes são oficialmente aplicados pelas representações daqueles países, através do TOEFL³⁰ ou do IELTS.

²⁹ Ver anexo: Regulamento para prova de proficiência em línguas estrangeiras aplicada pela UCS/PLE.

³⁰ TOEFL – Test of English as a Foreign Language; IELTS – International English Language Testing System.

6.5 RESULTADOS ACADÊMICOS OBTIDOS COM O ESTUDO

O grande diferencial de um programa acadêmico de mobilidade internacional dos programas de intercâmbio comuns é que, nessa modalidade, o estudante deve ter objetivos academicamente claros, ou seja, estar consciente de que estará prevendo o desenvolvimento de estudos correspondentes a disciplinas de cursos de graduação que estiver cursando na sua instituição de origem.

Para tanto, providências são tomadas previamente, a fim de assegurar a qualidade acadêmica das atividades; a qualidade dos programas que estarão sendo cumpridos pelos alunos; a qualidade do acompanhamento por parte dos coordenadores, tanto na instituição de origem quanto na instituição anfitriã; o relacionamento com os professores das disciplinas cursadas no Exterior; o relacionamento com os demais colegas estrangeiros, com os planos de estudos, com as atividades do dia a dia, enfim com a nova realidade acadêmica com a qual ele vai se deparar.

O bom desempenho na realização dessas atividades está diretamente relacionado com os tópicos tratados até aqui, especialmente a dinâmica da comunicação intercultural, que poderá beneficiar o estudante de forma expressiva, assegurando o êxito na sua experiência.

Retomando o questionamento fundamental para este estudo, no que diz respeito à adequada bagagem intercultural, que um estudante deve ter para ser bem-sucedido no seu período de estudos no Exterior, e se é possível, por meio de treinamentos interculturais, melhorar o desempenho e o rendimento desses estudantes, podem-se estabelecer algumas conclusões, graças aos resultados dos questionários e das entrevistas com os estudantes que retornam do Exterior.

De acordo com as respostas, os estudantes retornam ao Brasil com os seus objetivos atingidos, ainda que alguns relatem que encontram grandes dificuldades de adaptação por ocasião de seu retorno ao Brasil.



Figura 32: Objetivos atingidos com o intercâmbio

Ao tratar dos objetivos atingidos, procurou-se identificar com maior clareza quais objetivos os estudantes estavam apontando como melhor avaliados. As conclusões sinalizaram para o que segue.

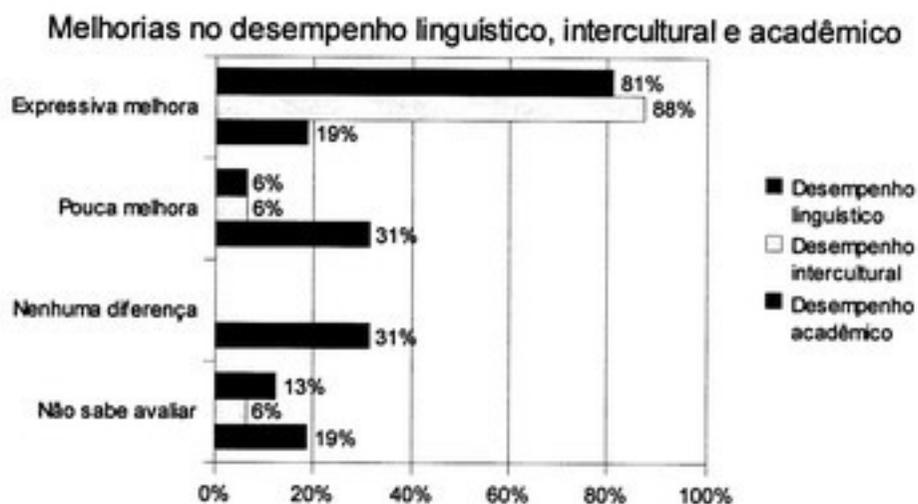


Figura 33: Melhorias no desempenho linguístico, intercultural e acadêmico

A ênfase maior foi dada à expressiva melhora apontada pelos estudantes no seu desempenho linguístico e cultural, respectivamente com 88% para o desempenho intercultural e 81% para o desempenho linguístico. O desempenho acadêmico avaliado pelos estudantes apresentou o índice de 19% para expressiva melhora; 31% dos estudantes indicaram que seu desempenho não sofreu nenhuma alteração. Pode-se retomar a avaliação dessa informação com os objetivos indicados inicialmente pelos estudantes, quando firmemente colocaram que os

objetivos com a realização de atividades no Exterior estavam mais relacionados com o conhecimento de outras culturas e com o aperfeiçoamento da proficiência em língua estrangeira, do que objetivos acadêmicos programados com esse fim.

Alerta-se novamente as instituições quanto à premente necessidade de adequar os objetivos institucionais com os objetivos e resultados individuais, pela realização de intercâmbios.

Mesmo que os objetivos dos estudantes estejam direcionados para outros elementos, que não somente a grade curricular, a maioria tem retornado com um número de créditos compatível com o inicialmente previsto nos planos de ensino, para serem revalidados pela instituição de origem, o que mantém a garantia de que o objetivo inicialmente proposto pela instituição, no envio de seus estudantes ao Exterior, está assegurado.

Pelos resultados apresentados neste estudo, os estudantes estão revalidando os estudos e tendo mais de 50% dos créditos aproveitados pela instituição de origem, com índice equivalente a 38% de cumprimento do plano de estudos inicialmente proposto pelos coordenadores, antes da saída do aluno ao Exterior.

Adequação do plano de estudos e aproveitamento dos créditos cursados

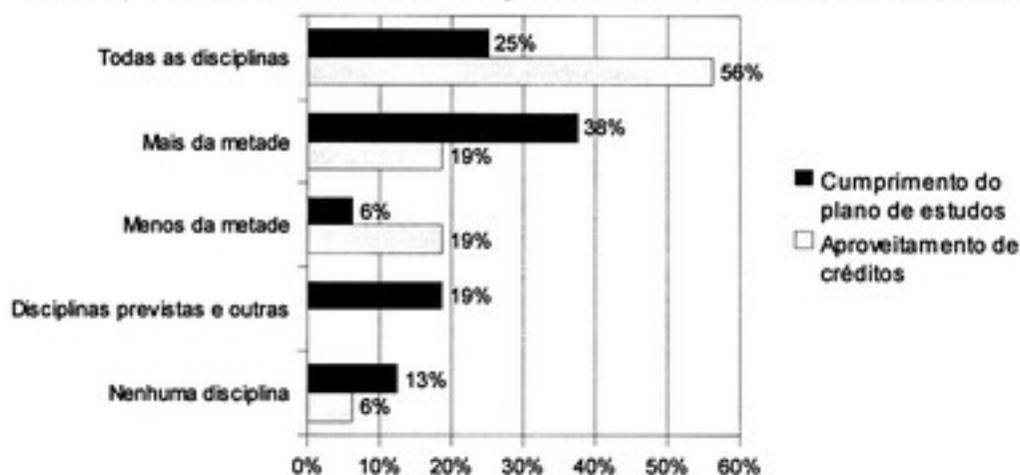


Figura 34: Adequação do plano de estudos e aproveitamento dos créditos cursados

Pelas análises realizadas na secretaria acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação, entende-se que esses índices podem ser expressivamente melhorados, se realizado um trabalho de sensibilização, de orientação e de coordenação com os estudantes e com os coordenadores de curso, tendo em vista que os sistemas de educação são distintos e porque ainda não existe no Brasil um sistema único de

equivalência de estudos e de transferência de créditos como existe, por exemplo, no sistema europeu, o ECTS.

6.6 RESULTADOS ADMINISTRATIVOS OBTIDOS COM O ESTUDO

A responsabilidade das instituições é tamanha que se deve ter clareza da necessidade dos investimentos que precisam ser feitos para assegurar o envolvimento em programas de estudos de qualidade, parcerias de excelência como destino e, especialmente, o trabalho de preparação que deve ser feito com as pessoas envolvidas nesse processo, fundamentalmente com os próprios alunos.

O que se pode perceber com o presente estudo, pelo acompanhamento dos grupos de entrevistados, é que existem alguns entraves nos diferentes níveis apresentados anteriormente, ou seja, de ordem acadêmica, administrativa, logística e, mais importante, linguística e cultural, para os quais será dada maior atenção.

Existe um elevado grau de expectativa colocado por todas as partes envolvidas, o qual deve encontrar correspondência nos resultados trazidos pelos estudantes e que devem ser otimizados em forma de ganhos em todos os níveis já categorizados.

Providências básicas devem ser tomadas, especialmente nas questões relacionadas com os trâmites administrativos e que podem assegurar a qualidade dos intercâmbios internacionais, especialmente por se tratarem de procedimentos relacionados com a qualidade das informações que são repassadas aos estudantes pela instituição de origem, tanto de ordem administrativa quanto de ordem acadêmica, bem como as informações obtidas na instituição anfitriã.

Os gráficos demonstram a manifestação dos estudantes quanto à qualidade e quantidade de informações recebidas e entregues aos estudantes para subsidiá-los à realização das atividades acadêmicas.

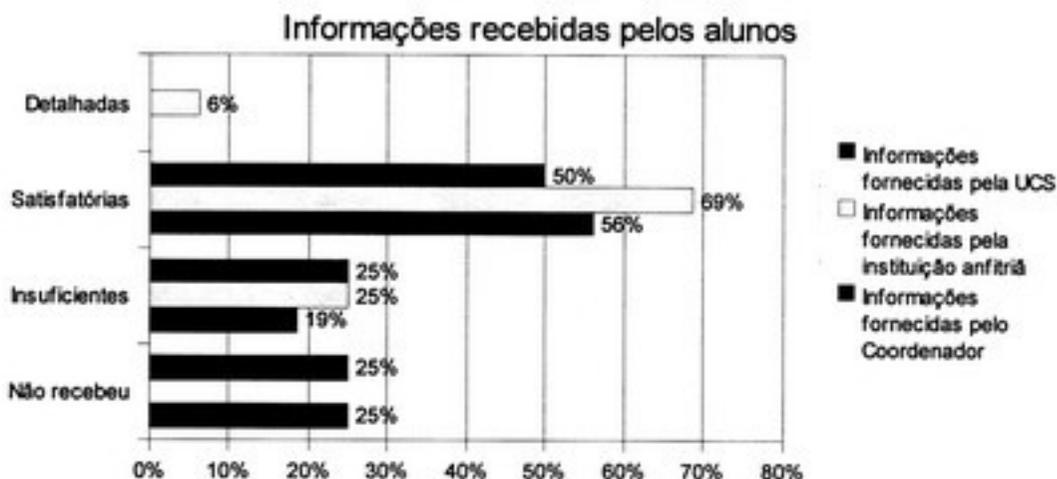


Figura 35: Informações recebidas pelos alunos

6.7 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O ESTUDO

O quadro abaixo sintetiza algumas das dificuldades relatadas pelos intercambistas e pelos demais envolvidos no processo da mobilidade, especialmente pelos estudantes ao retornarem de seus estudos no Exterior, e que foram identificadas como fatores dificultadores para a não concretização total dos objetivos esperados com os intercâmbios.

A identificação desses indicadores poderá contribuir para os encaminhamentos necessários, identificados como viáveis para as melhorias a serem implantadas no programa de mobilidade acadêmica internacional, especialmente para o envio de estudantes de graduação ao Exterior.

Nível	Atores envolvidos	Dificuldades encontradas
Acadêmico	Estudantes, professores, coordenadores brasileiros e estrangeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequação dos conteúdos cursados com os que foram previamente selecionados • Comunicação inexistente entre os professores estrangeiros e os alunos • Falta de orientação por parte dos tutores na instituição estrangeira • Desconhecimento de bibliografia prévia solicitada pela instituição estrangeira • Diferença dos ambientes educacionais • Diferença nos sistemas de ensino
Administrativo	Secretarias e protocolos acadêmicos de ambas as instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento de sistemas de educação superior internacionais • Dificuldade na obtenção de informações adequadas dos diferentes sistemas de educação • Resistência na recepção e aceitação de documentos trazidos do Exterior • Inabilidade no entendimento de documentos redigidos em línguas estrangeiras • Diferenças dos sistemas de créditos e respectivas equivalências • Diferença nos sistemas de avaliação • Diferença nos sistemas de carga horária
Linguístico	Professores, estudantes, colaboradores de Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequação do nível de comunicação identificado pelo estudante no país de origem e no país anfitrião. • Indisponibilidade de oferta de cursos de língua estrangeira • Diferente avaliação de nível de conhecimento linguístico • Resistência à adaptação linguística, diante de diferentes gírias e sotaques
Intercultural	Estudantes	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de disponibilidade de aprender a língua estrangeira • Falta de interação com a cultura estrangeira • Inabilidade em lidar com o desconhecido • Alto grau de exposição às situações de <i>stress</i> aculturativo (choque cultural) • Inabilidade em enfrentar o choque cultural reverso. (retorno ao país de origem) • Resistência em aceitar os diferentes hábitos • Falta de flexibilidade e de tolerância ao diferente • Excesso de preconceito com relação à outra cultura • Julgamentos inadequados dos diferentes comportamentos • Posição reativa ao novo e ao diferente • Desconhecimento da influência da comunicação verbal e não verbal nas atitudes • Desconhecimento de hábitos, crenças e valores da outra cultura

Quadro 4: Dificuldades encontradas para a realização do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante sistematização de dados decorrentes de sua experiência na coordenação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional da Universidade de Caxias do Sul, jun. 2009.

Ao serem entrevistados, os próprios estudantes relacionaram algumas sugestões para o aperfeiçoamento dos programas de mobilidade acadêmica internacional, as quais podem ser incorporadas sem que haja a necessidade de investimentos extraordinários. Entre as sugestões elencadas, encontram-se:

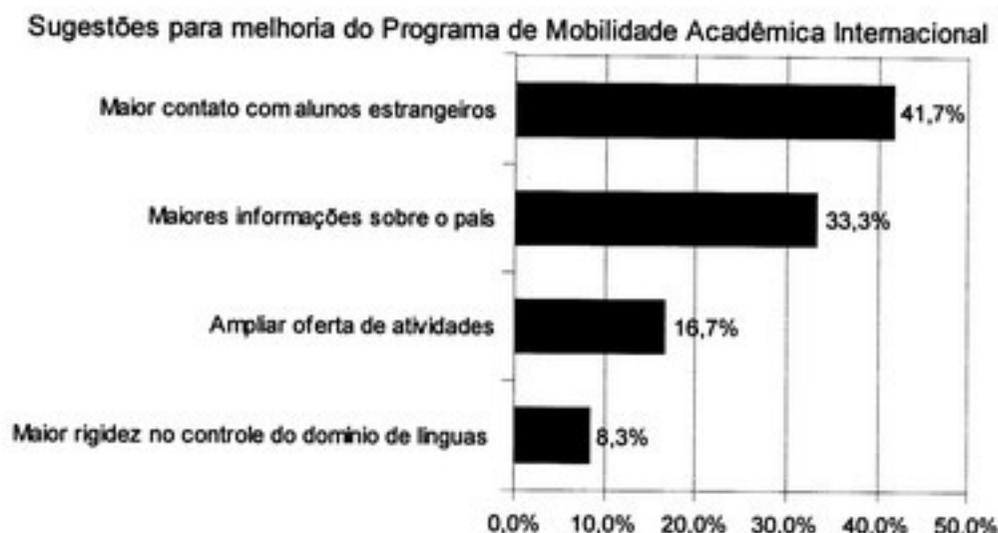


Figura 36: Sugestões para melhoria do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional

O que se pode concluir com todos esses levantamentos e indicadores é que:

- os objetivos colocados inicialmente pelos estudantes merecem mais atenção, a fim de evitar o descompasso entre o antes, o durante e o depois da realização do intercâmbio, comprovando a necessidade de melhor preparação para saída ao Exterior. Existe a necessidade imediata de um refinamento desses objetivos, a fim de que se possa ter clareza se o estudante realmente busca uma atividade acadêmica internacional, prezando pelo rigor acadêmico do programa, ou se seu foco está mais direcionado para a busca de uma experiência de vida;
- as instituições devem se posicionar também de maneira diferenciada, a fim de verificar os reais ganhos educacionais e institucionais com investimentos nos programas de mobilidade acadêmica internacional. É uma forma de garantir que os impactos obtidos com os intercâmbios sejam compartilhados por todas as esferas envolvidas, sejam elas

institucionais, educacionais, para o próprio país e para o estudante, não caracterizando ganhos apenas individuais;

- os procedimentos referentes ao reconhecimento de estudos e aproveitamento de créditos também merece ser aprimorado, uma vez que as expectativas geradas por todas as partes, nesse sentido, são muito elevadas. O ideal é que o estudante consiga efetivamente cursar as disciplinas previamente selecionadas com a orientação do coordenador do curso de graduação e que possa registrá-las no seu histórico escolar como cursadas no Exterior. Cuidado ainda maior deve ser dedicado à compatibilidade de conteúdos, de carga horária e de sistemas de avaliação entre as instituições parceiras;
- o acompanhamento das disciplinas está relacionado com as informações disponibilizadas na preparação dos estudantes, subsidiando-lhes com o grau de informações necessário para que nem o conhecimento linguístico inadequado, nem a ausência de habilidades interculturais, nem o desconhecimento dos diferentes sistemas de ensino venham a dificultar o processo de comunicação ou de adaptação com a outra cultura, acarretando o retorno sem a correta validação dos estudos cursados;
- reconhecimento de que o nível de conhecimento linguístico e cultural deve estar de acordo para o eficaz acompanhamento das atividades acadêmicas, tendo sempre presente os diferentes componentes de competência comunicativa em língua estrangeira (linguística, sociolinguística e pragmática). (QECR, 2001, p. 34).

Todos esses itens devem ser monitorados rigorosamente pelas instituições que desenvolvem programas de mobilidade acadêmica; no entanto, são insuficientes para a garantia do sucesso das atividades.

Existe a necessidade imediata de um aprofundamento nas questões relacionadas com uma melhor preparação para todos os envolvidos no processo de mobilidade, tanto estudantes quanto professores e gestores, que organizam e/ou coordenam os programas. Necessidade de atividades específicas como estudos de línguas estrangeiras, treinamentos interculturais, atividades de integração,

aprofundamento de conhecimento sobre o outro país e sobre sua cultura e, conseqüentemente, sobre seu povo já são evidenciados.

As instituições devem estar cientes de sua responsabilidade na formação de jovens, futuros profissionais, que tenham consciência de seu papel como cidadãos globais, mas que, acima de tudo, estejam conscientes de seu protagonismo num dos maiores desafios do Ensino Superior: o verdadeiro desenvolvimento da educação para a paz.

7 CONCLUSÃO

A educação e de maneira particular o ensino de línguas têm, diante de si, o desafio fundamental do século XXI: administrar a diversidade. Diante de uma visão enganosamente monocultural, a realidade nos mostra um panorama de diversidade linguística e cultural em sala de aula, como nunca havia ocorrido até hoje. As educadoras e os educadores não somente têm que saber responder a essa diversidade, como também, partindo do reconhecimento de sua riqueza, aproveitá-la para o benefício de todo seu alunado. (SÁEZ, 2006, 117).

Com esse pensamento de Sáez, professor-doutor na Universidad de Granada, Espanha, conclui-se o presente estudo.

Distribuído em cinco capítulos, procurou-se inicialmente estabelecer um resgate do momento contemporâneo que vivem as instituições de Ensino Superior e que enfrentam o enorme desafio de responder ao fenômeno de globalização, pela internacionalização de suas unidades e de sua estruturas. O primeiro capítulo propõe-se a refletir de forma analítica a situação do processo de internacionalização das universidades brasileiras, com foco nos resultados e nos entraves encontrados para a realização de programas de mobilidade docente e discente.

O segundo capítulo resgatou momentos importantes da história que marcaram a evolução da mobilidade acadêmica, suas razões, seus objetivos, seus diferentes perfis no decorrer dos séculos, até a chegada do século XXI, que traz novas demandas aos profissionais e aos cidadãos.

O capítulo três focaliza os estudos da comunicação intercultural, língua e cultura, além da relevância para o entendimento e para a nova formatação dos programas de mobilidade acadêmica, voltados para atender às necessidades de um novo perfil de estudante de intercâmbio, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências globais, que pressupõem o domínio de línguas estrangeiras e o conhecimento de outras culturas.

No capítulo quatro foram apresentadas características específicas de uma instituição de Ensino Superior, a Universidade de Caxias do Sul, que é uma referência no Brasil, por meio de seu programa de mobilidade acadêmica internacional, dados os altos índices apresentados anualmente e a multiplicidade de instrumentos desenvolvidos por aquela instituição, com o objetivo de aperfeiçoar os resultados e os impactos obtidos com a mobilidade.

O último capítulo trouxe a análise dos resultados obtidos com a investigação, sinalizando para alguns fortes indicadores relacionados com os sucessos e os insucessos dos programas de mobilidade acadêmica, relacionados com as competências interculturais adequadamente trabalhadas.

No decorrer dos cinco capítulos, de forma detalhada, procurou-se, pela literatura disponível, estabelecer pontes que pudessem identificar questões relacionadas com a adaptação linguística e cultural; o rendimento e o desempenho dos estudantes de graduação, que participam dos programas de mobilidade acadêmica internacional.

Propôs-se a identificar se é possível e de que forma se pode melhorar o desempenho e o rendimento de estudantes que participam de programas de mobilidade acadêmica internacional, desenvolvendo disciplinas de graduação em instituições de Ensino Superior estrangeiras, especialmente com o objetivo de observar se existe e qual a relação entre os estudos preparatórios para uma experiência no Exterior de um estudante de Ensino Superior e seu desempenho efetivo. Buscou-se, também, identificar e oferecer alguns subsídios para melhorar o desempenho e o rendimento dos estudantes, bem como o impacto econômico e social decorrente dessa atividade.

Embora as evidências empíricas, com base na observação do cotidiano, indicassem uma tendência de relacionamento entre a atividade anterior à ida, o treinamento, o envolvimento familiar e o desempenho psicopedagógico, o estudo comprovou que existe estreita conexão entre a realização dos objetivos do estudante ao realizar o seu intercâmbio e a bagagem intercultural, linguística e acadêmica, que devem ser fortemente considerados antes da saída dos estudantes para o Exterior.

Em decorrência dos resultados obtidos na bibliografia consultada, na observação e no monitoramento dos grupos de intercambistas, das entrevistas realizadas com os diferentes atores que participam do processo, mas principalmente através das respostas fornecidas pelos estudantes entrevistados, as evidências indicam uma necessidade imediata de rever os procedimentos adotados para a realização dos intercâmbios, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema em sua íntegra.

As instituições de Ensino Superior, com a clareza da relevância de seu papel na formação de cidadãos globalmente capacitados para atuação em ambientes pluri

e multiculturais, e assumindo que esse é um dos grandes desafios da educação superior para os próximos anos, deverão rever suas práticas e seus planos de internacionalização, adequando-os a essa nova demanda.

Colocar o foco no ator mais importante do cenário da educação internacional, que é o próprio aluno, a fim de que haja sintonia entre os objetivos institucionais no envio de estudantes ao Exterior, de acordo com os objetivos individuais estabelecidos pelo próprio intercambista, deve ser prioridade para as instituições que estão no processo de internacionalização e que entendem o desafio de lidar com a diversidade.

Os resultados deste estudo permitem concluir que, neste momento, a realização de uma vivência no Exterior é fundamental para o desenvolvimento e para a formação dos jovens que buscam, pela qualidade de seu currículo internacionalizado, que prevê o desenvolvimento de competências globais, uma inserção legítima no competitivo mercado de trabalho.

Sendo assim, elencam-se algumas proposições que podem ser observadas e adotadas pelas instituições de Ensino Superior.

Inicialmente, a própria instituição deve definir, com maior objetividade, o que pretende com a mobilidade de seus estudantes, sinalizando o investimento em determinadas áreas de conhecimento com maior evidência do que outras, e que estejam relacionadas com o desenvolvimento da instituição, da sua região e até mesmo de seu país.

Retomando alguns dos resultados mais importantes deste estudo, ficou claro que os estudantes desconhecem a geografia das áreas de excelência do conhecimento e optam por instituições, sem observar critérios de qualidade para a escolha da instituição estrangeira. Se a própria instituição orientar seus estudantes, de forma a indicar os destinos classificados por área de conhecimento, será uma forma de garantir também a qualidade da atividade acadêmica no Exterior.

A elaboração de mapas com a geografia científica das áreas de conhecimento poderá servir como importante ferramenta não somente para a mobilidade de estudantes, mas para todo o investimento internacional que a instituição pretende fazer em diferentes países.

Da mesma forma que a qualidade acadêmica deve ser elemento presente, a instituição de origem deve preocupar-se fundamentalmente com a preparação linguística dos estudantes que estará enviando ao Exterior. Considerando que os

estudantes estarão representando seu país, sua região e sua instituição, quanto melhor o domínio linguístico, mais rapidamente os estudantes estarão estabelecendo situações de comunicação eficaz e estarão mais rapidamente inserindo-se na cultura local. Para isso, as instituições podem pensar na inclusão de disciplinas de línguas estrangeiras, de forma obrigatória, nos currículos acadêmicos dos cursos, principalmente os que têm maior vocação para a área internacional. Concomitantemente a essa inclusão, o programa de ensino das disciplinas de línguas estrangeiras deverá contemplar uma expressiva carga de atividades interculturais, com o objetivo de desenvolver a sensibilidade intercultural nos estudantes, preparando-os para vivências no Exterior ou para contatos com cidadãos estrangeiros em sua própria instituição, o que comprovadamente será ampliado conforme os gráficos já demonstrados.

Essa reformulação dos planos de ensino reforçam a necessidade da internacionalização curricular, com ampliação de estudos de caso em ambientes internacionais; ampliação da literatura estrangeira; discussão de autores estrangeiros; participação de professores estrangeiros nas atividades regulares do corpo docente; bibliografia disponível com características diferenciadas em nível internacional, forte estímulo ao acesso às redes específicas de conhecimento. Isto é, todos os elementos que motivem o contato do estudante com a realidade internacional, porém, não somente na situação de pré-embarque, mas como parte integrante do currículo de todas as atividades acadêmicas.

As discussões referentes à adequação curricular, para a formação das competências globais, deve ser liderada principalmente pelos coordenadores de curso de graduação. São eles as autoridades acadêmicas com mais elevado grau de conhecimento sobre as áreas de excelência de conhecimento e podem dar o direcionamento adequado para a internacionalização de seu curso. Ou seja, escolhendo os países; indicando as instituições que devem ser buscadas como parceiras para a cooperação internacional; definindo as redes de cooperação com melhores resultados e com melhores possibilidades para o intercâmbio de seus estudantes, bem como buscando atingir níveis de reciprocidade, com a recepção de estudantes estrangeiros que possam estimular e oportunizar situações e vivências para os estudantes que não têm condições de se deslocar ao Exterior.

Atenção especial merece ser dada também à adequação da infraestrutura institucional, tanto logística quanto administrativa. O estudo demonstrou que a

satisfação dos alunos está relacionada com o aproveitamento de seus estudos realizados no Exterior, com a validação do plano de estudos e com o aproveitamento dos créditos cursados na instituição estrangeira. No entanto, percebe-se que a situação favorável está mais relacionada com a flexibilidade e com o interesse da instituição investigada neste estudo do que em procedimentos legais já definidos.

Recomenda-se que, da mesma forma que existe a necessidade de atividades de sensibilização aos coordenadores de curso, sobre a relevância de uma experiência no Exterior e a responsabilidade de que essa experiência seja bem programada, orientada de acordo com os objetivos institucionais e não somente individuais do aluno, é fundamental que também sejam envolvidos os responsáveis pelas secretarias acadêmicas, profissionais que procedem ao reconhecimento e à avaliação dos diferentes sistemas de Ensino Superior do mundo.

A resistência em trabalhar com documentos em línguas estrangeiras ou com informações novas ou, ainda, o desconhecimento de informações fundamentais sobre a sistemática de avaliação, carga horária, conteúdos, etc. poderão ser entraves para todo o plano de internacionalização proposto.

A capacitação para os gestores de uma instituição em vias de internacionalização torna-se mister e deve ser constantemente monitorado, revisado, adaptado e adequado à linguagem que as demais instituições do mundo estão adotando.

Este estudo não esgota as possibilidades de identificação de melhorias e de adequação necessárias para um eficaz resultado; porém, já apresenta alguns fortes sinalizadores como os antes descritos. As evidências apontam que uma instituição de Ensino Superior, que quer ser competitiva no mercado da educação mundial, deve buscar a internacionalização, mesmo que para isso deva desenvolver seu próprio modelo, de acordo com seu perfil, suas condições e necessidades.

A mobilidade acadêmica deve ser contemplada, pois, por meio dela, assegura-se a constante troca de informações, de experiências e de vivências, tão valorizadas na formação do cidadão deste milênio.

Formar cidadãos com competências globais para atuação em ambientes multiculturais pode ser a melhor escolha para os conselhos superiores das instituições de ensino, que percebem que ali reside a oportunidade de preparar pessoas sensíveis às diferenças culturais, sejam étnicas, sejam raciais.

O importante é que se fortaleça o entendimento de que valores como flexibilidade, tolerância, entendimento, respeito mútuo, compreensão das diferenças culturais podem ser almejados, enfatizando que uma verdadeira educação se faz com valores universais, e estes podem ser buscados na nova linguagem intercultural.

REFERÊNCIAS

- AÇA. *Academic Cooperation Association*. Disponível em: <<http://www.aca-secretariat.be/>>. Acesso em: 12 ago. 2008.
- AECID. *Agencia Española de Cooperación Internacional*. Disponível em: <<http://www.aecid.es>>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- AEI. *Australian Education International*. Disponível em: <<http://www.aei.gov.au>>. Acesso em: 13 set. 2008.
- AFS. *American Field Service*. Disponível em: <<http://www.afs.org>>. Acesso em: 28 out. 2008.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.
- ALTBACH, Philip G. Globalization and The University: Myths and Realities in an Unequal World. *Tertiary Education and Management*, n. 1, 2004.
- ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The internationalization of higher education. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007.
- AMPEI. *Asociación Mexicana para la Educación Internacional*. Disponível em: <<http://www.ampei.org.mx/>>. Acesso em: 16 jul. 2008.
- APPEL, René; MUISKEN, Sieter. *Language contact and bilingualism*. London et al.: Arnold, 1987. Reprinted, 1992. p.1-9.
- ARWU. *Academic Ranking of World Universities*. Disponível em: <<http://www.arwu.org>>. Acesso em: 8 out. 2008.
- AULP. *Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://www.aulp.org>>. Acesso em: 21 mar. 2008.
- AXTELL, Roger E. *Gestures: the do's and taboos of body language around the world*. New York: John Wiley and Sons, 1998.
- BARRIO, Angel B. *Espina: Manual de Antropologia Cultural*. Amarú. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1992.
- BENNETT, M. *The development model of intercultural sensitivity*. Yarmouth: SIIC, 1998.
- BENNETT, Milton. *Basic concepts of intercultural communication: selected readings*. Yarmouth: Intercultural Press, 1998.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1993.
- BOAS, Franz. *Introduction, handbook of american indian languages*, Washington D.C.: Bureau of American Ethnology, 1911. v. 40.

BRITISH COUNCIL. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

BROWN, H. D. Learning a Second Culture. In: VALDES, J.M. (Ed.) *Culture bound*. New York: Cambridge University Press, 1999.

BROWN, H. D. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. Upper saddle River, NJ: Prentice Hall Regents, 1986.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMPUS FRANCE. Disponível em: <<http://brasil.campusfrance.org>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

CAPES. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CARVALHO, Isaura. Política integrada de intercâmbio e cooperação. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AULP, 7., 1997. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZACU, Tatiana Slama. *Psicologia aplicada ao ensino de línguas*. São Paulo: Pioneira, 1979.

CBIE. *Canadian Bureau for International Education*. Disponível em: <<http://www.cbie.ca/>>. Acesso em: 13 out. 2008.

CERI. *Center for Educational Research and Innovation*. Disponível em: <www.oecd.org/edu/ceri>. Acesso em: 19 ago. 2008.

CERVONI, Jean. *A Enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

CHARBONNIER, Georges. *Arte, linguagem, etnologia: entrevistas com Claude Lévi-Strauss*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHERMANN, Luciane de Paula. *Cooperação internacional e universidade: uma nova cultura no contexto da globalização*. São Paulo: Educ, 1999.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1965.

CIEE. *Council on International Educational Exchange*. Disponível em: <<http://www.ciee.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

CINDOC. *Centro de Información y Documentación Científica*. Disponível em: <<http://www.cindoc.csic.es/>>. Acesso em: 16 ago. 2008.

CLARK H.H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CNPq. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, Paris, 1998. *Tendências de educação superior para o século XXI*. Paris: Unesco/Crub, 1998.

CRES. *Conferência regional para a educação superior*. Disponível em: <<http://www.cres2008.org>>. Acesso em: 30 maio 2008.

CRUB. *Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*. Disponível em: <<http://www.crub.org.br>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

CRYSTAL David. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979.

DAAD. *Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico*. Disponível em: <<http://rio.daad.de>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

DE WIT, Hans. *Internationalization of higher education in the United States and Europe*. Westport, CT: Greenwood, 2002.

_____. *Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative, and conceptual analysis*. Greenwood Studies in Higher Education, 2002.

_____. *Rationales for internationalization of higher education*. [1997] [S.l.] [s.n]. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/wit11.htm>>. Acesso em: jul. 2004.

_____. *Millennium 3*, n. 11, p. 11-9, 1998.

DEARDORFF, Darla K. Identification and assessment of intercultural competence as a student outcome of internationalization. *Journal of Studies in International Education*, v. 10, n. 3, Fall. 2006.

DOFF, Adrian. *Teach English: a training course for teachers*. Cambridge: The University of Cambridge Press, 1988.

DOLZ, Joaquim. La Argumentación. *Cuadernos de Pedagogia*, n. 216, p. 68-70, 1993.

EAIE. *European Association for International Education*. Disponível em: <<http://www.eaie.org>>. Acesso em: 4 jun. 2008.

EARLEY, Christopher P.; ANG, Soon. *Cultural intelligence: individual interactions Across Cultures*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

ELIA, Silvio. *Sociolinguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Eduff, 1987.

ELLIS, R. *The study of second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____. *Understanding second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

ERASMUS. *European Action Scheme for the Mobility of University Students*. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/education/external-relation-programmes/>>. Acesso em: 22 out. 2008.

EUROPEAN COMMISSION. *Intercultural dialogue*. Brussels, 2002.

EUROPEAN COMMISSION. *Dialogue between peoples and cultures: actors in the dialogue*. Brussels, 2004.

EUROPEAN COMMISSION. *Promoting language learning and linguistic diversity: an action plan 2004-2006*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities, 2004.

FAUBAI. *Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais*. Disponível em: <<http://www.faubai.org.br>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

FONG, Rowena; FURUTO, Sharlene. *Culturally competent practice: skills, Interventions and evaluations*. Needham Heights: Pearson Education Company, 2001.

ForBEI. *Fórum Brasileiro de Educação Internacional*. Disponível em: <www.belta.org.br/forbei/>. Acesso em: 18 out. 2008.

FSI. *Foreign Service Institute*. Disponível em: <www.foreignserviceinstitute.com/>. Acesso em: 1º set. 2008.

GACEL-AVILA, Jocelyne. *La internacionalización de la educación superior: paradigma para una Educación Global*. México: CUSCH – Universidad de Guadalajara, 2003.

GACEL-AVILA, Jocelyne. The internationalization of higher education: a paradigm for global citizenry. *Journal of Studies in International Education*, v. 9, n. 2 Summer. 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa, tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV*, v. 35, n. 3, p. 20-9, maio/jun., 1995.

GRADDOL, David. *English next*. Plymouth: British Council, 2006.

HALL, Edward T. *Beyond culture*. New York: Anchor Books, 1989.

_____. *The hidden dimension*. Garden City: Anchor Books, 1969.

_____. *The silent language*. Doubleday: Anchor Books, 1973.

HAUG, Guy. *Visions of a european future: Bologna and Beyond*. 11. ed. EAIE Conference. Maastricht, 2 December 1999. Disponível em: <http://147.83.8.29/salamanca2001/documents/commen/EUFuture.htm>. Acesso em: 3 dez. 2001.

HAUGEN, Einar. A maldição de Babel. Rio de Janeiro: Diálogo, v. 6, n. 4. p. 82-89, 1973.

HOFSTEDE, G. *Culture and organizations*. Berkshire: MacGraw Hill, 1991.

_____. *Culture's consequences: international differences in work related values*. London: Sage, 1980.

HUNTER, Bill; WHITE, George P.; GODBEY, Galen C. What does it mean to be globally competent? *Journal of Studies in International Education*, v. 10, n. 3, Fall. 2006.

HUTCHINSON, Tom; WATERS, Alan. *English for specific purposes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLES, J. (Ed.). *Sociolinguistics*, Penguin, Harmondworth, 1972.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *A sociedade global*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *Teorias da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IAU. International Association of Universities. Disponível em: <www.unesco.org/iau/>. Acesso em: 22 ago. 2008.

IELTS. International English Language Testing System. Disponível em: <<http://www.ielts.org>> Acesso em: 24 jun. 2008.

IIE. Institute of International Education. Disponível em: <<http://www.iie.org>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

INTERNATIONAL AND INTERCULTURAL COMMUNICATION ANNUAL. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/>>. Acesso em: 17 jun. 2008.

INTERNET. Disponível em: www.ukcosa.org.uk. Acesso em: 17 jun. 2008.

ISTC. International Student Travel Confederation. Disponível em: <<http://www.istc.org>>. Acesso em: 17 maio 2008.

IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 9., 1999. Maputo. *Anais...* Maputo: Conselho Municipal de Maputo, 1999.

JORDAN, R.R. *English for academic purposes: a guide and resource book for teachers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KELO, Maria; TEICHLER, Ulrich; WÄCHTER, Bernd. Toward improved data on student mobility in Europe: findings and concepts of the eurodata study. *Journal of Studies in International Education*, v. 10, n. 3, Fall 2006.

KNIGHT, Jane. An internationalization model: responding to new realities and challenges. In: DE WIT, Hans et al. (Ed.). *Higher education in Latin America: the international dimension*. Washington, D.C.: The World Bank, 2005.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization of higher education: a conceptual framework. In: _____. (Ed.). *Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries*. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

_____. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, 2004.

_____. Internationalization: management strategies and issues. *International Education Magazine*, v. 9, 1993.

_____. *Trade in higher education services: the implications of GATS*. London: Observatory on Borderless Higher Education, 2002.

_____. Updating the definition of internationalization. *International Higher Education*, n. 33, Fall, 2003. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/soel/cihe/newsletter/News33/Newslet33.htm>. Acesso em: dez. 2005.

KOHL, Robert L.; KNIGHT, John M. *Developing intercultural awareness: a cross-cultural training book*. Boston: Intercultural Press, 1994.

KRAMSCH, C. *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

LADO, Robert. *Linguistics across cultures: ann arbor*. Michigan: University of Michigan, 1957.

LANDIS, Dan; BENNETT, Janet M.; BENNETT Milton J. *Handbook of intercultural training*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

LAVER, J.; HUTCHENSON S. *Communication face to face interaction*. Middlesex: Penguin, 1972.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Universidade e integração no Mercosul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

LEWIS, R.D. *When culture collide*. London: Nicholas Brealey Publishing, 1996.

LITTLE, D. *Testing the foreign language proficiency of university learners: toward national and international standards*. Udine: Associação Italiana de Centros Lingüísticos Universitários, maio 1999.

LUSTIG, Myron W.; KOESTER Jolene. *Intercultural competence: interpersonal communication across cultures*. 3. ed. Cidade? Addison Wesley Longamn, Inc., 1999.

LYONS, John. *As ideias de Chomsky*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1970.

MAcLUHAN, M. *Understandingg media: the extension of man*. New York: McGraw-Hill, 1964.

MANUAL TÉCNICO DE OPERAÇÕES. Segmento de Estudos e Intercâmbio. Ministério do Turismo, 2009.

MARCOVITCH, Jacques (Org.). *Cooperação internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

MARCOVITCH, Jacques; CORDANI, Umberto G. *Internacionalización de las universidades: visión latinoamericana*. Artigo apresentado em 15 nov. 1999 na Reunião do CINDA em São José de Costa Rica. Disponível em: <http://www.usp.br/ccint/docs/internacionalizacion.htm>. Acesso em: 29 nov. 2001.

MARTIN, Judith N.; NAKAYAMA, Thomas. *Intercultural communication in context*. New York: McGraw Hill Companies, 2004.

MEC. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

MinTur. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 5 set. 2008.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, Unesco, 2005.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Mercosul/Mercosur: políticas e ações universitárias*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998 (Coleção Educação Contemporânea).

MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Universidade no Mercosul*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MRE. Ministério de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

MYRON, W. Lustig; KOESTER, Jolene. *Intercultural competence: interpersonal communication across cultures*. New York: Addison Wesley Longman Inc., 1999.

NAFSA. Association of International Educators. Disponível em <<http://www.nafsa.org>>. Acesso em: 21 maio 2008.

NAFSA. Association of International Educators. *About International Education*. Disponível em: <http://www.nafsa.org/content/AboutInternationalEducation/Overview/aboutIntlEd.htm>. Acesso em: 12 dez. 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta Neves. Limites e possibilidades da integração entre universidades. In: MOROSINI, Marília C. (Org.). *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NFLC. National Foreign Language Center. Disponível em: <<http://www.nflc.org/>>. Acesso em: 14 set. 2008.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

OEI. 50 años de cooperación. Reunión Regional de Consulta de América Latina y el Caribe de la Conferencia Mundial sobre la Ciencia Declaración de Santo Domingo "La ciencia para el siglo XXI: una nueva visión y un marco de acción", 1999.

OLIVEIRA, Eliéser Rizzo de. A universidade e a cooperação internacional: uma estratégia de desenvolvimento institucional. In: SEMINÁRIO SOBRE O DIÁLOGO E A COOPERAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES DAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL, 3., 1995. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo, 1995.

OPEN DOORS. *Report on international education exchange*. New York: Institute on International Education, 2004.

ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA. *A gestão da universidade brasileira: a visão dos reitores*. Piracicaba: Unimep, 1995.

PANIZZI, Wraha Maria. Cooperação interuniversitária: a construção do espaço acadêmico comum. *Boletín Del Programa Cooperación en Educación Superior*. Montevideo. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/superior/boletin2c.htm>. Acesso em: 30 nov. 2001.

PASTOR, Ana. La cooperación española en el ámbito de la educación en Iberoamérica. *Revista Ibero Americana de Educación: OEI: 50 años de cooperación*. Disponível em: <http://campus-oei.org/revista/rie20a07.htm>. Acesso em: 30 nov. 2001.

PAVIANI, Jayme. *Cultura, humanismo e globalização*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

_____. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. Caxias do Sul: Educs, 2008.

PETERSON, Brooks. *Cultural intelligence: a guide to working with people from other cultures*. Boston: Intercultural Press, 2004.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

POR QUÉ Cooperación Académica? *Revista Cooperación Académica*. Publicación cuatrimestral – Universidad Iberoamericana. Santa Fe/México, v. 1, n. 1º abr. 2001.

PREISS, Kenneth; GOLDMANN, Steven L.; NAGEL Roger N. *Cooperar para poder competir: construindo parcerias eficazes*. São Paulo: Futura, 1998.

PUSCH, M. D. *The development of the field on intercultural communication*. SIIC, 1998.

REED, HALL M. *Hidden differences: doing business with the japanese*. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1987.

REVISTA ENTRE CULTURAS. *Diálogos interculturales*. AFS Internacional. Colombia, n. 3, 2005.

REVISTA IBERO AMERICANA DE EDUCACIÓN. Montevidéo: Unesco. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/revista/rie20a12.htm>. Acesso em: 30 nov. 2001.

REVISTA QUALIMETRIA. Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, n. 187, mar. 2007.

RICHARD-AMATO, P. A. *Making it happen: interaction in the second language classroom*. New York: Longman, 1988.

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. *Approaches and methods in language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RICHARDS, Wilson. *New horizons in independent youth and student travel: a report for the International Student Travel Confederation – ISTC*, 2003.

RLCU. Red Latinoamericana de Cooperación Universitária. Disponível em: <http://www.rlcu.org.ar>. Acesso em: 21 mar. 2008.

ROBINETT, B. W. *Teaching english to speakers of other languages*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1978.

ROBINSONS, G. L. *Cross cultural understanding*. New York: Prentice Hall, 1988.

ROGERS, Everett M.; STEINFATT Thomas M. *Intercultural communication*. Long Grove: Waveland Press, 1999.

RUDZKI, R. E. The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy at the School of Education. University of Newcastle upon Tyne, United Kingdom, 1998.

RUFFINO, R. Verso una pedagogia della comunicazione interculturale, in *La Pedagogia degli scambi culturali*, a cura di M.G.Calasso. *Quaderni di Villa Falconieri Frascati*, Cede, n. 10, 1986.

SÁEZ, Fernando Trujillo. *Cultura, comunicación y lenguaje: reflexiones para la enseñanza de la lengua en contextos multiculturales*. Granada: Ediciones Magina, S.L., 2006.

SALAMANCA 1998. *Guia comparativa de gestión de oficinas de relaciones internacionales*. Salamanca: Kadmos, 1998.

SALAMANCA 2001. *The Bologna seclaration: an explanation*. The Bologna Declarations is a pledge by 29 Countries to Reform the Structures of their Education Systems in a Convergent Way. 29 February 2000. Disponível em: <http://147.83.2.29/salamanca2001/documents/commen/Bologna.htm>. Acesso em: 3 dez. 2001.

SAIMOILÓVICH, Daniel. Novos Cenários da Cooperação Internacional. In: ENCONTRO SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE A EUROPA E AMÉRICA LATINA, 1999. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999. *Anais...* Coimbra, 1999.

SAMOVAR, Larry A.; PORTER, Richard E. *Intercultural communication: a reader*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 2000.

SANTOS, Sérgio Machado dos. Introduction to the theme of transnational education. In: CONFERENCE OF THE DIRECTORS GENERAL FOR HIGHER EDUCATION AND THE HEADS OF THE RECTORS'. CONFERENCES OF THE EUROPEAN UNION, 2000. Aveiro. *Anais...* Aveiro, 2000. Disponível em: <http://147.83.2.29/salamanca2001/documents/transnational/transed.htm>. Acesso em: 3 dez. 2001.

SAPIR, Edward. *A Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, c1980.

SAPIR, Edward. *Selected writings of E. Sapir in language, culture and personality*. Berkeley: University of California Press, 1949.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.

SCOTT, P. (Ed.). *The globalization of higher education*. Buckingham: Society for Research into Higher Education and Open University Press, 1998.

SEBASTIÁN, Jesús. *Cooperación e internacionalización de las universidades*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

_____. Estratégias, instrumentos y tendencias en la cooperación universitaria internacional. In: REUNIÃO ANUAL DO FAUBAI – FÓRUM DAS ASSESSORIAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS, 10., 1998. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 1998.

_____. *Informe sobre la cooperación académica y científica de España con América Latina*. Centro de Información y Documentación Científica. España: Conferencia de Rectores de Universidades Españolas, 2000.

SEBBEN, Andréa Simões. *Intercâmbio cultural: um guia de educação intercultural para ser cidadão do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

SEBBEN, Andrea; DOURADO FILHO, Fernando. *Os nortes da bússola: manual para Conviver e negociar com culturas estrangeiras*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

SEELYE, N. H. *Experiential activities for intercultural learning*. Yarmouth: Mine, Intercultural Press, 1996.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EDPU, Universidade de São Paulo, 1974.

SHANGHAI JIAO TONG UNIVERSITY. Disponível em: <<http://www.sjtu.edu.cn>>. Acesso em: 21 jun. 2008.

SIGUAN, Miquel. *A Europa das Línguas*. Lisboa: Terramar, 1996.

SLOBIN, Dan Isaac. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional; Ed. da USP, 1980.

SMITH, L. E. *Discourse across cultures, strategies in english*. London, N.Y.: Prentice Hall, 1987.

SPADA, Nina; LIGHTBOWN, Patsy. *How languages are learned*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

SPSS. Statistic Package for the Social Sciences. Disponível em: <<http://www.spss.com.br>>. Acesso em: 6 dez. 2008.

STALLIVIERI, Luciane. A cooperação internacional na Universidade de Caxias do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, 3., 2001. Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul, 2001.

_____. O processo de internacionalização nas instituições de Ensino Superior. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 24, n. 48-49, p.35-57, jan./dez. 2002.

_____. *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

_____. El papel de las instituciones de educación Superior en el proceso de integración de América Latina. *Universidades*, traduzido por Vicky de Fuentes. México, D. F., n. 35, p. 39-51, set./dez. 2007.

_____. El sistema de educación superior de Brasil: características, tendencias y perspectivas. *Educación Superior en América Latina y El Caribe: Sus Estudiantes Hoy*, México, D. F.: Uducal, p.101-23, 2007.

STALLIVIERI, Luciane. *Programa de mobilidade acadêmica internacional: guia de orientações para os estudantes de intercâmbio*.

STALLIVIERI, Luciane; MONTEIRO, Suzana Queiros de Melo. Diagnóstico do quadro atual das estruturas de relações internacionais acadêmicas. *Educação Brasileira*, Brasília, v. 27, n. 55, p. 97-126, jul./dez. 2005.

STORTI, G. *The art of crossing cultures*. Yarmouth: Maine: Intercultural Press, 1990.

STRAUSS, Claude Lévi. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

SYNTHESIS, Report: Seminar Series on *"Internationalization Strategies and European Integration"*. Agreement nr. 95-01-CXX-04444-00 with the Commission of the European Communities, DG XXII, with subsequent Amendment nr 1. Brussels, 28 November 1996. Disponível em: <http://www.crue.upm.es/eurec/semser.htm>. Acesso em: 3 dez. 2001.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Série Fundamentos; Ática, 1987.

TEICHLER, Ulrich. Mutual recognition and credit transfer in Europe: experience and Problems. *Journal of Studies in International Education*, v. 7, n. 4, Winter, 2003.

THE INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF HIGHER EDUCATION. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/>. Acesso em: 8 nov. 2008.

THOMAS, David C.; INKSON, Kerr. *Cultural intelligence: people skills for global Business*. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2003.

TITONE, Renzo. *Psicolinguística aplicada: introdução psicológica à didática das línguas*. São Paulo: Summus, 1983. [1971].

TOEFL. *Test of English as a Foreign Language*. Disponível em: <http://www.ets.org> Acesso em: 24 jun. 2008.

UKCISA. *UK Council for International Student Affairs*. Disponível em: <http://www.ukcisa.org.uk>. Acesso em: 12 dez. 2008.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *Antropologia cultural*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983.

UNESCO. United Nations Educational. *Scientific and cultural organization*. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 25 abr. 2008.

UNESCO. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. *Anais*. Brasília: Unesco Brasil; Sesu, 2003.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Gabinete do Reitor. *Internacionalização*. Material de Comunicação Estratégica, 2001.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Gabinete do Reitor. *Acordos de Cooperação*. Caxias do Sul: Gráfica UCS, 1997.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Disponível em: <http://www.ucs.br>. Acesso em: 15 mar. 2008.

UNIVERSIDADES IBEROAMERICANAS. Asociaciones y redes universitarias. Organización de Estados iberoamericanos para la Educación la Ciencia y La Cultura. Disponível em: <http://www.campusoei.org/universidades/redes.htm>. Acesso em: 30 nov.2001.

UR, Penny. *A course in language teaching: practice and theory*. Cambridge: The University of Cambridge Press, 1996.

VAN DER WENDE, Marijk. Internationalization of higher education in the OCDE Countries: challenges and the opportunities for the coming decade. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n. 3/4, Fall/Winter, 2007.

VERMES, Geneviève; BOUTET, Joviane (Org.). *Multilinguismo*. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1989.

VII EXPOSICION DEL DR. GUY HAUG. *Documentos complementares*. Argentina, 2001.

VII EXPOSICION DEL DR. GUY HAUG. *Documentos complementares*. Argentina: Red Latinoamericana de Cooperación Universitaria, 2001.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8., 1998, Macau. *Anais...* Lisboa: Ser-Silito – Empresa Gráfica, 1998.

VIGOTSKY, L.S. *Thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1962.

VOGL, Frank; SINCLAIR, James. *Boom: como prosperar na competitiva economia global do século 21*. São Paulo: Futura, 1996.

WEBOMETRICS. Ranking web of world universities. Disponível em: <<http://www.webometrics.info/>>. Acesso em: 3 abr. 2008.

WESTRICK, Jan Marie. Phenomenology and meaning making: student voices and understanding of Cultural Difference. *Journal of Studies in International Education*, v. 9, n. 2, Summer 2005.

WIDDOWSON, H.G., *Teaching language as communication*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

WILLIAM, Mackey. *The description of bilingualism*. 3. ed. The Plague: Mouton, 1972.

WOOLF, Michael. *I gotta use words when I talk to you: english and international Education*. European Association of International Educators – EAIE Occasional Paper 17. Amsterdam: Drukkerij Raddraaier, 2005.

X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 10., 2000, Ponta Delgada. *Anais...* Lisboa: Ser-Silito – Empresa Gráfica, 2000.

YALDEN, Janice. *Principles of course design for language teaching*. Cambridge: The University of Cambridge Press, 1996.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO TIPO A

Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional Estudantes de Graduação Universidade de Caxias do Sul 2009

Questionário³¹

I Dados gerais

Idade: anos

Sexo: () masculino () feminino

Renda da família: R\$..... (informar a soma do rendimento de todos os moradores do domicílio)

Moradores do domicílio: pessoas

Curso de graduação:.....

Nome do programa:.....

Universidade de destino:

Duração do intercâmbio:

II Preparação para o intercâmbio

1 Quais as razões que o levaram a realizar o intercâmbio internacional?

Enumere as respostas de 1 a 5, em ordem de importância, onde 1-menos importante e 5-mais importante.

() Acadêmicas

() Pessoais

() Profissionais

() Linguísticas

() Outras

Comente:

.....

.....

.....

.....

.....

2 Você estudou línguas estrangeiras, especialmente a língua do país para o qual você se dirigiu, antes de realizar o seu intercâmbio? Assinale apenas uma alternativa.

() Sim. Por três meses.

() Sim. Por seis meses

³¹ Questionário aplicado aos estudantes de graduação, participantes de programa de mobilidade acadêmica internacional da Universidade de Caxias do Sul, com o objetivo de fornecer dados para a tese de Doutorado em Línguas Modernas da Universidad del Salvador, Argentina, para a doutoranda Luciane Stallivieri, abr.2009.

- Sim. Por um ano.
- Sim. Por mais de um ano.
- Não estudei.

Comente:

.....

.....

.....

.....

.....

3 Você buscou informações sobre a cultura dos habitantes do país para o qual você se dirigiu para fazer seu intercâmbio? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Estudei aprofundadamente o assunto.
- Sim. Li alguma coisa a respeito.
- Sim, mas de maneira informal, mediante contato com pessoas que viajaram para aquele país.
- Não. Nem pensei em fazer isso.

Comente.

.....

.....

.....

.....

.....

4 Você recebeu informações por parte da universidade de origem sobre a universidade anfitriã? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Recebi informações detalhadas e aprofundadas.
- Sim. Recebi informações satisfatórias.
- Sim. Recebi, mas as informações foram insuficientes.
- Não recebi informações.

Comente.

.....

.....

.....

.....

.....

5 Você recebeu orientações do coordenador de seu curso sobre o plano de estudos a ser desenvolvido na universidade estrangeira? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Recebi informações detalhadas e aprofundadas.
- Sim. Recebi informações satisfatórias.
- Sim. Recebi informações mas foram insuficientes.
- Não recebi informações.

Comente.

.....

.....

.....

.....

.....

III Realização do intercâmbio

6 Você continuou seus estudos da língua do país onde você realizou seu intercâmbio, enquanto estava participando do programa? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Por três meses.
 Sim. Por seis meses
 Sim. Por um ano.
 Sim. Por mais de um ano.
 Não estudei.

Comente.

.....

7 Você interagiu com a comunidade local, participando de atividades *culturais*, durante a realização do seu intercâmbio? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Participei de várias atividades culturais.
 Sim. Participei de atividades quando fui convidado.
 Sim. Participei de atividades por iniciativa própria.
 Não. Não tive nenhuma oportunidade para participar.
 Não. Não quis participar de nenhuma atividade.

.....

8 Você participou de atividades interculturais enquanto realizava seu intercâmbio na universidade estrangeira? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Participei de várias atividades interculturais.
 Sim. Participei de atividades quando fui convidado.
 Sim. Participei de atividades por iniciativa própria.
 Não. Não tive nenhuma oportunidade para participar.
 Não. Não quis participar de nenhuma atividade.

Comente.

.....

9 Você recebeu orientações sobre seu plano de estudos na universidade anfitriã? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Recebi informações detalhadas e aprofundadas.
 Sim. Recebi informações satisfatórias.
 Sim. Recebi informações, mas foram insuficientes.
 Não recebi informações.

Comente.

.....

10 Você cursou as disciplinas que haviam sido selecionadas e cumpriu seu plano de estudos? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Cursei todas as disciplinas previstas.
 Sim. Cursei mais da metade das disciplinas previstas.
 Sim. Cursei menos da metade das disciplinas previstas.
 Sim. Cursei as disciplinas previstas e acrescentei outras disciplinas ao plano de estudos.
 Não. Cursei disciplinas totalmente diferentes do que foi previsto.

Comente.

.....

IV Retorno do intercâmbio

11 Você retomou seus estudos de língua estrangeira quando retornou ao seu país de origem? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Por três meses.
 Sim. Por seis meses
 Sim. Por um ano.
 Sim. Por mais de um ano.
 Não retomei.

Comente.

.....

12 Você aproveitou os créditos das disciplinas cursadas na universidade anfitriã? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Aproveitei todos os créditos.
 Sim. Aproveitei mais da metade dos créditos.
 Sim. Aproveitei menos da metade dos créditos.
 Não. Não aproveitei nenhum dos créditos.

Comente.

.....

13 Você percebeu alguma melhora no seu desempenho linguístico ao retornar ao seu país de origem? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Percebi expressiva melhora.
 Sim. Percebi pouca melhora.
 Não. Não percebi nenhuma diferença.
 Não sei avaliar.

Comente.

.....
.....
.....
.....
.....

14 Você percebeu alguma melhora no seu desempenho intercultural ao retornar ao seu país de origem? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Percebi expressiva melhora.
 Sim. Percebi pouca melhora.
 Não. Não percebi nenhuma diferença.
 Não sei avaliar.

Comente.

.....
.....
.....
.....
.....

15 Você percebeu alguma melhora no seu desempenho acadêmico ao retornar ao seu país de origem? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Meu desempenho melhorou muito.
 Sim. Meu desempenho melhorou um pouco.
 Não. Meu desempenho não alterou.
 Não sei avaliar.

Comente.

.....
.....
.....
.....
.....

16 Você se sentiu preparado para a realização de um intercâmbio internacional? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Estava muito bem preparado.
 Sim. Estava preparado.
 Sim. Mas estava pouco preparado.
 Não. Não me senti preparado.

Comente.

.....
.....
.....
.....
.....

17 Você se sentiu preparado para retornar ao seu país de origem? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Estava muito bem-preparado.
- Sim. Estava preparado.
- Sim. Mas estava pouco preparado.
- Não. Não me senti preparado.

Comente.

.....

.....

.....

.....

.....

18 Você considera que seus objetivos iniciais com a realização do intercâmbio foram atingidos? Assinale apenas uma alternativa.

- Sim. Meus objetivos foram plenamente atingidos.
- Sim. Meus objetivos foram parcialmente atingidos.
- Sim. Meus objetivos foram atingidos, porém deixando a desejar.
- Não. Meus objetivos não foram atingidos. (Responda à questão seguinte.)

Comente.

.....

.....

.....

.....

.....

19 Se eventualmente os seus objetivos não foram atingidos, assinale a razão. Comente o que pode ser feito para minimizar esse tipo de situação.

Enumere as respostas de 1 a 5, em ordem de importância, onde 1-menos importante e 5-mais importante.

- Não consegui falar fluentemente o idioma.
- Não consegui me adaptar à cultura do país.
- Não consegui cursar as disciplinas que havia previsto.
- Não consegui interagir com a comunidade local.
- Outros motivos.

.....

.....

.....

.....

.....

20 Que sugestões você gostaria de fazer à sua Instituição poder melhorar o desempenho dos alunos que participarão de programas de intercâmbio internacional?

Enumere as respostas de 1 a 5, em ordem de importância, onde 1-menos importante e 5-mais importante.

- Ampliar a oferta de atividades interculturais preparatórias.
- Estabelecer maior rigidez no controle do domínio de línguas estrangeiras.
- Disponibilizar mais informações sobre o país, cultura, língua, instituição, sistema de educação.

Promover mais contato com estudantes estrangeiros que estão na Instituição e com outros intercambistas.

Outros.

.....
.....
.....
.....
.....

21 Você avalia que seu conhecimento prévio da língua do país de destino interferiu de alguma forma para seu desempenho durante a realização do intercâmbio? Assinale apenas uma alternativa.

Sim. Interferiu totalmente.

Sim. Interferiu parcialmente.

Não. Não interferiu.

Não sei avaliar.

Comente.

.....
.....
.....
.....
.....

22 Você avalia que seu conhecimento prévio da cultura do país de destino interferiu de alguma forma para eu desempenho durante a realização do intercâmbio? Assinale apenas uma alternativa.

Sim. Interferiu totalmente.

Sim. Interferiu parcialmente.

Não. Não interferiu.

Não sei avaliar.

Comente.

.....
.....
.....
.....
.....

ANEXO B – QUESTIONÁRIO TIPO B**Pesquisa Acadêmicos UCS**

Prezado Aluno!

Com a intenção de poder colaborar com a sua experiência no Exterior, em uma Universidade parceira da Universidade de Caxias do Sul, para que a mesma seja positiva e qualificada, gostaríamos de contar com sua participação e com alguns minutos de sua atenção para responder às questões a seguir.

1) O que o influenciou a buscar um programa de intercâmbio internacional?

2) Que objetivos espera alcançar?

3) Você estabeleceu critérios para a escolha do país? Se estabeleceu, quais foram esses critérios?

4) Houve critérios de escolha quanto à instituição? Se houve, quais foram os critérios?

5) Como espera que esse intercâmbio contribua para a formação acadêmica relacionada ao curso que está fazendo na sua Instituição?

6) Sugestões / comentários.

Nome: _____ País de destino: _____

Gratos pela participação.

ANEXO C – REGULAMENTO PARA INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL – UCS

1 ABERTURA

A Universidade de Caxias do Sul torna públicas as condições que regem as inscrições para o processo de seleção de candidatos a vagas em universidades estrangeiras, com aproveitamento de estudos, conforme quadro de vagas.

2 BENEFÍCIOS DO PROGRAMA

O programa prevê:

- isenção de taxas de matrícula para semestre de graduação na universidade de destino;
- aproveitamento total ou parcial dos estudos desenvolvidos, mediante análise das coordenações dos cursos (Resolução nº 33/97 CEPE).

3 COMPROMISSOS DO CANDIDATO

O candidato assume:

- despesas relativas à hospedagem, à alimentação e aos demais gastos pessoais;
- despesas relativas às passagens aéreas e/ou terrestres, para deslocamento até a universidade de destino;
- despesas com visto e seguro de saúde.

4 INSCRIÇÕES

4.1 Pré-requisitos

São pré-requisitos para que os candidatos se inscrevam a vagas no presente regulamento:

- cumprimento de, ao menos, 50% (cinquenta por cento)* dos créditos do Curso na UCS. O candidato deve ter cursado, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do número total de créditos de seu curso acadêmico na Universidade de Caxias do Sul para estar apto a participar do programa de intercâmbio.* exceto para os Cursos de Medicina e Comércio Internacional, cuja porcentagem é inferior, devido ao currículo específico desses cursos;

- realização da Prova de Proficiência em Língua Estrangeira do PLE. A realização da prova de proficiência em língua estrangeira realizada pelo PLE (Programa de Línguas Estrangeiras) da UCS é obrigatória, exceto para os alunos inscritos em países cujo idioma oficial é a língua portuguesa;
- situação regular no curso. O candidato deve estar regularmente matriculado na graduação da UCS para poder inscrever-se no programa de mobilidade acadêmica nacional e internacional.

4.2 Documentos

São os seguintes os documentos necessários à inscrição:

- formulário de inscrição da UCS (devidamente preenchido e assinado);
- formulário de inscrição da universidade de destino;
- histórico escolar da graduação *
- comprovante de proficiência na língua do país de destino;
- carta de intenções do aluno *
- cópia do passaporte
- Curriculum Vitae *
- Termo de Compromisso assinado pelo candidato

* Os documentos deverão ser traduzidos para o idioma do país de destino.

4.3 Local para inscrição

As inscrições deverão ser realizadas no Escritório de Intercâmbios, na Galeria Universitária, sala 37, Cidade Universitária – Caxias do Sul.

E-mail: esin@ucs.br

Telefone/Fax: (54) 3218 2598

4.4 Prazo

As inscrições deverão ser efetuadas conforme cronograma disponibilizado pelo Escritório de Intercâmbios.

20/março – data-limite para o recebimento de inscrições para o segundo semestre letivo (a partir do mês de agosto)

20/agosto – data-limite para o recebimento de inscrições para o primeiro semestre letivo (a partir do mês de janeiro)

5 SELEÇÃO

5.1 Forma de seleção

Uma comissão composta por um representante da Pró-Reitoria de Graduação, pela Coordenação do Curso e por um representante da Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais procederá à seleção dos candidatos, com base nos critérios estabelecidos e nas condições dos candidatos de assumir as responsabilidades relativas ao programa.

5.2 Critérios

A seleção far-se-á com base nos seguintes critérios:

5.2.1 Cumprimento dos pré-requisitos exigidos pelo programa:

- cumprimento de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) * dos créditos na UCS. O aluno deverá ter cursado, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do número total de créditos de seu curso acadêmico na Universidade de Caxias do Sul para estar apto a participar do programa de intercâmbio. Exceto para o Curso de Medicina, cuja porcentagem é inferior, devido ao currículo específico da UCS;
- conhecimento da língua do país de destino. O conhecimento mais aprofundado da língua do país de destino constitui fator de desempate no processo de seleção. Para tanto, será analisado o resultado da prova de proficiência em língua estrangeira;
- situação regular. O candidato deve estar regularmente matriculado na UCS para poder inscrever-se no programa de mobilidade acadêmica internacional.

5.2.2 Distribuição por curso acadêmico (área de estudo)

As diferentes áreas de estudos deverão ser contempladas em caso de mais de uma vaga aprovada na instituição de destino. Em caso de haver diversas áreas de estudos, serão priorizadas as áreas em que os candidatos apresentarem melhor desempenho acadêmico.

5.2.3 Desempenho acadêmico

A média acadêmica constitui instrumento decisivo e seletivo. Se for necessária a comparação da média acadêmica entre candidatos de cursos diferentes, será considerado o maior índice de desempenho obtido entre a média geral dos alunos desse curso e a média do candidato.

Índice de desempenho = Média do candidato / Média geral do curso

5.2.4 Compatibilidade da proposta de estudos

A adequação do plano de estudo às disciplinas disponíveis na universidade de destino (aprovada pela Coordenação do Curso na UCS) é fator relevante na escolha do candidato.

5.3 Divulgação dos resultados do processo de seleção

Os resultados serão divulgados conforme cronograma previamente estabelecido pela Assessoria de Relações Internacionais, no Escritório de Intercâmbios – Galeria de Serviços, sala 37 – Cidade Universitária.

6 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

No retorno do programa, os alunos deverão solicitar, no Protocolo Acadêmico da UCS, o aproveitamento dos estudos desenvolvidos no período de intercâmbio, conforme normas da Universidade.

Caxias do Sul, junho de 2009.

Professora Nilva Lúcia Rech Stedile
Pró-Reitoria de Graduação
Universidade de Caxias do Sul

Professora Luciane Stallivieri
Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais
Universidade de Caxias do Sul

**ANEXO D – DESCRIÇÃO DO NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DO CANDIDATO AO
PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

Nome do candidato:

Professor examinador:

Data da prova:

Língua estrangeira:

Proficiência do candidato

Os itens (letra + número) destacados em **negrito** correspondem ao nível de proficiência do candidato em cada uma das habilidades avaliadas. Esses níveis correspondem aos descritores apresentados na tabela de autoavaliação do *Quadro Europeu Comum de Referência (QECR): aprendizagem, ensino e avaliação* ilustrada no verso deste documento.

Compreensão				Conversação				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interação oral		Produção oral			
A1	A2	A1	A2	A1	A2	A1	A2	A1	A2
B1	B2	B1	B2	B1	B2	B1	B2	B1	B2
C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2

Na escala global do QECR, a descrição do nível de proficiência do candidato encontra-se destacada em *itálico* na tabela abaixo.

Utilizador proficiente	C2	É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e fatos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exatidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.
	C1	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar procurar muito as palavras. É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, acadêmicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.
Utilizador independente	B2	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com certo grau de espontaneidade e de à vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da atualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.
	B1	É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e estandardizada e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc.). É capaz de lidar com a maior parte das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projeto.
Utilizador elementar	A2	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (Ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação

		simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.
	A1	É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam a satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.

Assinatura do examinador: _____ Data: _____